



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DOUTORADO INTERINSTITUCIONAL (DINTER CDS-UnB/UFCA)

LIANA DE ANDRADE ESMERALDO PEREIRA

**MIGRAÇÃO AMBIENTAL COMPULSÓRIA EM HIDROTERRITÓRIOS:
IMPACTOS NAS FAMÍLIAS OCASIONADO PELO CINTURÃO DAS ÁGUAS, NA
REGIÃO DO CARIRI CEARENSE**

BRASÍLIA - DF

2020

LIANA DE ANDRADE ESMERALDO PEREIRA

**MIGRAÇÃO AMBIENTAL COMPULSÓRIA EM HIDROTERRITÓRIOS:
IMPACTO OCACIONADO NAS FAMÍLIAS PELO CINTURÃO DAS ÁGUAS, NA
REGIÃO DO CARIRI CEARENSE**

Tese submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB), como parte dos requisitos necessários para a defesa do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão da Sustentabilidade.

Orientadora: Profa. Dra. Izabel Cristina B. B. Zaneti.

BRASÍLIA - DF

2020

LIANA DE ANDRADE ESMERALDO PEREIRA

**MIGRAÇÃO AMBIENTAL COMPULSÓRIA EM HIDROTERRITÓRIOS:
IMPACTO OCACIONADO NAS FAMÍLIAS PELO CINTURÃO DAS ÁGUAS, NA
REGIÃO DO CARIRI CEARENSE**

Tese submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB), como parte dos requisitos necessários para a defesa do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão da Sustentabilidade.

Defesa em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Izabel Cristina B. B. Zaneti
Orientadora (UnB-CDS)

Profa. Dra. Cristiane Gomes Barreto
Examinadora Interna (UnB-CDS)

Profa. Dra Claudia Pato
Examinadora Externa (UnB/Faculdade de Educação)

Profa. Dra Suely Salgueiro Chacon
Examinadora Externa (UFC/PPGAPP)

Prof. Dr. José Luiz Andrade
Suplente (UnB-CDS)

A dona Maria Ferreira Nobre de Macedo (*in memoriam*), moradora da Chapada, cariense, mãe de Regivânia, Reginilton, Ricardo, Francisco e Regivaldo, e aos moradores e moradoras das comunidades Baixio das Palmeiras, Muquém, Chapada e Oitis. Ao professor Augusto, colega do DINTER (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao meu Deus que me permitiu chegar até aqui; ao Espírito Santo que me inspirou em todos os momentos; e a Jesus Cristo, razão da minha fé, que colocou em meu caminho tantas pessoas valiosas, as quais estão contidas em vários momentos desta obra. A Ele toda a glória, honra e louvor!

Expresso meus agradecimentos à minha abençoada família nuclear e extensa:

Meus pais, especialmente, minha mãe Lianira, que intercede por mim continuamente e me cobre com suas orações. Sua vida é preciosa para mim. E minha irmã Joyce, minha amiga, que é uma eterna incentivadora.

Meu esposo Ophir e meus filhos Tiago, Lucas e Felipe por me estimularem com suas palavras, compreenderem as minhas ausências e assumirem minhas tarefas domiciliares para que eu pudesse me dedicar a construção desta tese. Vocês me deixaram muito feliz, meus filhos, por terem me acompanhado até a comunidade, possibilitando-me partilhar este momento da minha vida com vocês. Estendo os agradecimentos a Pâmela Tavares, namorada do meu filho Tiago, ambos estudantes de direito, que participou das visitas, agregando informações e criando, juntamente com Tiago, um projeto versando sobre a comunidade.

Agradeço à minha orientadora, Izabel Zanetti, excelente profissional, pessoa espetacular, carismática e acolhedora, que representou o impulso que eu precisava para caminhar e avançar neste trabalho. As suas palavras “eu tenho orgulho de você”, foram fundamentais para eu acreditar, e ainda ecoam em minha vida como um grito de guerra. Minha colega do DINTER diz que nós somos a tampa e a panela (risos).

Algumas pessoas foram especiais, pois me introduziram na história da comunidade e possibilitaram que eu desenvolvesse o apego ao lugar. Por isso, quero também agradecer:

À Mônica Martins, que me apresentou a situação do Baixio e caminhou junto comigo nas ruas e casas do distrito; sonhou o meu sonho; e agregou-se à equipe do projeto Resistência no Baixio das Palmeiras. Obrigada pelos riquíssimos diálogos, por compartilhar ideias, pelas trocas afetivas, por todos os ensinamentos; enfim, você foi minha coorientadora;

Aos meus colegas do Doutorado Interinstitucional (DINTER): Geovani (conduziu-me a primeira visita à comunidade, as primeiras conversas com moradores, compartilhou bibliografia e eventos associados ao meu tema), Augusto (*in memoriam*, ajudou-me a estabelecer uma rede de contato com gestores/técnicos do projeto), Cristiano (pelas brincadeiras, quem diria? Sempre tão sério), Ildisvan (sempre nos socorrendo na tecnologia de informação), Ingrid (nossos momentos de descanso foram inesquecíveis!), Milton (nosso grupo de estudo foi muito

produtivo) e Waléria (muito atenciosa com o desenvolvimento do meu trabalho). Experimentamos muito mais do que uma simples convivência acadêmica. Estudamos e torcemos juntos uns pelos outros, partilhamos problemas, palavras de ânimo, esperança e conforto; compartilhamos preocupações e conquistas.

Sou grata a todos que caminharam comigo e contribuíram na minha formação nesses quatro anos de curso:

Os professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB) que me apresentaram o real significado de sustentabilidade e contribuíram para a minha mudança de percepção; especialmente, ao professor Sabourin, que através de sua disciplina de métodos qualitativos, auxiliou na construção da matriz analítica deste trabalho, desempenhando um papel muito importante na nossa turma, pois, além do conhecimento, possui muita empatia com seus estudantes. Sou-lhe muito grata pelas contribuições neste trabalho.

Os secretários do Centro de Desenvolvimento Sustentável; especialmente, Luciana que vibrou comigo quando consegui a orientadora. Seu ato, naquele dia, foi inestimável.

Os professores da banca, através da professora Cristiane Barreto, a quem agradeço pelas valiosas considerações na qualificação que me fizeram exercitar a capacidade de interpretar a terminologia da psicologia de uma forma mais clara;

A coordenadora do DINTER pela UnB, professora Doris Sayago, que me instigou a conhecer a psicologia ambiental e foi essencial para a implementação deste doutorado; e

Ao coordenador do DINTER pela UFCA, professor-reitor Ricardo Ness, pelas preocupações e cuidados no acompanhamento desta turma, durante todo este período; especialmente para mim, o senhor foi um grande incentivador.

Nesta jornada, algumas pessoas, com as quais tive o prazer de interagir, cruzaram meu caminho, possibilitaram a criação de uma rede de contatos com pesquisadores da área de Psicologia Ambiental e áreas afins, compartilharam saberes, materiais de estudo e experiências que enriqueceram, sobremaneira, este trabalho. Assim, agradeço:

À professora Isolda Gunther, do Laboratório de Psicologia Ambiental da UnB, que me apresentou a escala de apego e identidade de lugar de Hidalgo e Hernandez (2001).

À professora Ada Mourão, da Universidade Federal do Piauí, por sua disponibilidade em me orientar na adaptação da escala de apego e identidade de lugar à realidade do meu trabalho.

Às professoras Sylvia Cavalcante (que revisou a primeira escrita sobre psicologia ambiental) e Karla Martins, do Laboratório de Relações Humano-Ambientais (LERHA) da

Universidade de Fortaleza. Ambas me acolheram durante um ano e possibilitaram a minha imersão na temática ambiental.

À professora Avani Torres, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, por ter sido tão acessível em entender meu trabalho e me esclarecer o conceito de hidroterritório, tema transversal desta pesquisa.

À professora Suely Chacon, da Universidade Federal do Ceará, idealizadora do DINTER, com a qual tive o prazer de conhecer, conviver e aprender. A qual, carinhosamente, ajudou-me a delimitar o trabalho com ideias preciosas e revisou um artigo com tema em sua área.

Ao professor Paulo Cesar de Almeida, da Universidade Estadual do Ceará, que, desde o meu mestrado, orienta-me na análise quantitativa das minhas pesquisas.

Ao estatístico Anderson Diógenes Gomes, da Universidade Federal do Cariri, que contribuiu com a finalização do tratamento dos dados quantitativos deste trabalho.

À professora Júlia Bucher- Maluschke, do Instituto de Psicologia da UnB, minha orientadora do mestrado, por ter se disponibilizado a conversar comigo sobre a temática família abordada neste trabalho;

Ao professor Gustavo Massola, do Instituto de Psicologia da USP, pela contribuição na definição de conceitos de psicologia ambiental que foram utilizados nesta tese.

À professora Zulmira Bomfim, do Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (LOCUS) da UFC, por ter me auxiliado em alguns encaminhamentos desta pesquisa; e

À professora Gleice Elali, do Grupo de Estudos Pessoa e Ambiente, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pelo referencial compartilhado.

Da mesma forma, há várias pessoas dos grupos de estudo, pesquisa e cultura dos quais participei que agregaram conhecimentos, ações e vivências enriquecedoras à minha história acadêmica nestes quatro anos. De modo, que sou muito grata:

À Rede Latinoamericana de Psicologia Rural, através de pesquisadores como Fernando Landini, Concepcion Quintanar, Alexandra Méndez e Laís Leite por me apresentar as conexões entre psicologia e ruralidades.

Às turmas de mestrado/doutorado em Psicologia da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), dos semestres 2018.2 e 2019.1, por me integrarem às suas disciplinas Inter-relação Pessoa-Ambiente e Métodos de pesquisa na relação pessoa-ambiente, possibilitando-me conhecer e compreender o alcance da Psicologia Ambiental em áreas interdisciplinares, como arquitetura; especialmente, através das arquitetas Marília Diógenes, Cibele Parreiras, Larissa Porto e Roberta Tomaz; a designer de moda Marta Sorelia e o monitor-psicólogo, Artur Baquit.

À turma de mestrado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER) da UFCA, através dos professores Laudeci Martins, Josier Ferreira e Paulo Renato, pelo aprendizado proporcionado nas disciplinas Redes e Territórios e Métodos Quali e Quanti. Ao professor Paulo Renato agradeço também por me ajudar a interpretar os gráficos e por ter sido meu professor. Sinta-se satisfeito porque, finalmente, eu aprendi algo! (risos).

À equipe do Projeto de Cultura Resistência no Baixio das Palmeiras: Psicologia, Saúde e Meio Ambiente, que abraçaram a comunidade com comprometimento e responsabilidade através das ações desenvolvidas, especialmente: os acadêmicos de medicina Hellen Lima, Leonardo e João Neto; os acadêmicos de psicologia Talita, Suellen, Mirna e Thais; a minha colega docente Jennifer de Nadea, que possibilitou as atividades no primeiro ano; e, com muita gratidão, a psicóloga de formação e servidora técnica-administrativa, minha adjunta, Sabrina Suerli, que junto comigo não mediu esforços para o êxito deste projeto, investindo recursos próprios e dias de descanso para assistir a comunidade em suas necessidades, contribuindo para a conclusão da pesquisa;

À equipe de colaboradores da Pro-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), da qual faço parte, especialmente, Ledjane Sobrinho, minha “chefe” e, particularmente, minha amiga, por todo o apoio, confiança e estímulo para a finalização desta tese.

Aos mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB/UFCA) Marcos e Arysa (Innovare), Cicera, Hemerson, Bárbara Larissa, pela revisão, normalização e valiosas sugestões neste e em outros trabalhos produzidos neste período. Alguns estiveram na comunidade e outros a conheceram por meio dos escritos; e

Aos gestores/técnicos da SRH, SOHIDRA, COGERH, SEMADT, APA, ICMBio, SAAEC, Geopark Araripe e Secretaria de Agricultura pelos esclarecimentos fornecidos sobre o projeto CAC.

Primordialmente, ofereço os meus sinceros agradecimentos aos moradores e lideranças do distrito Baixio das Palmeiras que possibilitaram a consecução desta pesquisa, são eles:

O Liro Nobre, professor, pesquisador e “agricultor”, como faz questão de enfatizar; pioneiro no movimento de luta e resistência, criador do projeto Casa de Quitéria. Apresentou-me o conceito de justiça ambiental. Sua atuação é reconhecida dentro e fora da comunidade!

O Sr. Assis Nicolau, apelidado pela equipe do projeto de ‘Garoto Propaganda’, pois nos acompanhava em todas as visitas, introduzia-nos às casas e apresentava-nos com entusiasmo e reconhecimento pelo trabalho realizado.

A Unidade Básica de Saúde (UBS), especificamente a equipe da Estratégia de Saúde da Família (ESF) do distrito, através da enfermeira responsável Keila Formiga que luta incansavelmente pela melhoria das condições de saúde da localidade; as agentes comunitárias de saúde (ACSs) e Raquel, administradora do posto e criadora do grupo Nós Mulheres.

A Escola Rosa Ferreira Macedo, através da coordenadora Cristina Nobre que demandou as atividades com adolescentes, as quais foram enriquecedoras. Pessoa muito comprometida com a educação.

A dona Nina, moradora da Chapada, representante do Grupo das Fuxiqueiras, que se reúne para conversar, partilhar e produzir com muita satisfação belíssimos trabalhos;

A Associação Rural do Baixio das Palmeiras, através do presidente Sr. Assis Santos e do secretário sr. Zé de Teta, que nos acolheram em suas reuniões e forneceram valiosas informações.

O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, por meio de seu representante, Raimundo (Joca) que nos possibilitou participar em suas reuniões e desenvolver ações do nosso projeto.

Os moradores do Baixio das Palmeiras, representados aqui pelo Sr. Zé Izídio e Dona Ana, moradores das Palmeiras, cujas filhas serão desapropriadas, que, no princípio, receberam a mim e aos demais membros do projeto Resistência com desconfiança em sua casa por acharem que fazíamos parte da equipe do rio; mas, depois nos acolheram de tal forma que me presentearam com um produto de sua terra.

Os moradores do Baixio do Muquém, representados pelo Sr. Zé Lira, que compartilhou a sua história com muita emoção, e possibilitou-me neste relato sentir o impacto psicossocial dessa obra em sua vida.

Em resumo, a todos os moradores da comunidade, ressalto minha admiração quanto à riqueza natural, humana e linguística que na mesma encontrei. Mesmo sendo uma não-nativa, desenvolvi apego a esse lugar, de tal forma que optei por manter neste trabalho o vocábulo nordestino que tanto admiro.

Agradeço também à professora Sarita Bezerra que contribuiu com a revisão textual deste trabalho, de forma tão presente. Obrigada pelas importantes sugestões! Imagino que a leitura deve lhe ter sido agradável, por ter expressado o desejo de um dia conhecer a comunidade deste estudo.

Por fim, sou grata à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo fomento a esta pesquisa.

Foi um trabalho minucioso destacar uma a uma das inúmeras mãos que teceram este produto, mas, não poderia ser menos do que isso, afinal, todos vocês com seus saberes, palavras, crenças, atitudes e afetos colocaram um pouco de si neste trabalho. Caso tenha esquecido de citar alguém, por favor, perdoe-me!

Todavia, deixo também para todos esses anônimos. Meu muito obrigada!!!

RESUMO

O presente estudo visa discutir a implementação do projeto hídrico Cinturão das Águas do Ceará (CAC) e a migração compulsória ocasionada na região do Cariri Cearense. No trecho que abrange o município do Crato, as comunidades empoderadas do distrito Baixio das Palmeiras, através da mobilização e participação dos equipamentos sociais comunitários, formaram uma hidroresistência denominada Fórum Popular das Águas, com o objetivo de proteger seu hidroterritório. O estudo tem como questão norteadora: quais os impactos na relação pessoa e ambiente provocados pela migração compulsória para os moradores atingidos pelo Projeto Cinturão das Águas do Ceará (CAC)? A metodologia adotada foi a abordagem multimétodos, incluindo instrumentos de abordagem mista, tais como observação participante, entrevistas, aplicação de survey baseado em uma escala adaptada de apego e identidade de lugar e autobiografia ambiental. A amostra foi composta por gestores do projeto, lideranças comunitárias, as comunidades atingidas, e os moradores que tiveram ou que terão suas casas desapropriadas. Para análise dos dados, utilizou-se análise de conteúdo, discurso do sujeito coletivo, tratamento estatístico e autobiografia ambiental. Os resultados do estudo demonstraram diferentes perspectivas na interação da pessoa-ambiente. Os pontos de convergência são o reconhecimento da importância de um empreendimento que se propõe a garantir segurança hídrica; a falta de habilidade na estratégia de abordagem aos moradores; a morosidade dos órgãos de gestão na execução da obra; e a falta de transparência nas informações. O sofrimento ocasionado pela violação dos direitos humanos dos atingidos, impactaram os modos de vida, bem como a saúde física e mental da comunidade, além de causar danos ambientais. A existência de fortes vínculos de apego e identidade de lugar, se observa tanto em nativos como em não nativos, nos homens, mais do que nas mulheres, e na faixa etária de 50 anos em diante. O conflito socioambiental instalado alcançou, como externalidade positiva, a modificação estrutural do projeto, de forma a diminuir o quantitativo de imóveis desapropriados. Conclui-se que o enraizamento e pertencimento dos habitantes em relação à casa, à vizinhança e ao patrimônio natural do lugar está evidenciado na coesão social e satisfação residencial com o espaço apropriado. As ações de mitigação precisam contemplar as relações psicoafetivas das pessoas no território; construir relações cooperativas e de corresponsabilização na gestão partilhada de recursos hídricos; fortalecer a gestão integrada dos recursos hídricos, a participação ativa e informada da sociedade, incluir programas de educação ambiental para crianças, jovens e comunidade a fim de promover a compreensão das condutas humanas no ambiente, pois as relações afetivas com o lugar tendem a reverberar em comportamentos pró-ambientais. Desta forma, o diálogo interdisciplinar sobre as questões ambientais precisa incorporar as contribuições da psicologia ambiental e da psicologia rural, tanto para mitigar quanto para prevenir danos ambientais. O Projeto CAC minimizou os impactos sociais e desconsiderou os psicológicos na vida das comunidades atingidas, portanto, recomenda-se que as políticas públicas voltadas para diminuir a vulnerabilidade devam incorporar estes impactos e ter um novo olhar nas discussões sobre política hídrica, gestão ambiental, planejamento territorial e projetos de desenvolvimento, de forma a adotar medidas que considerem os impactos psicossociais nos cidadãos implicados nessas ações.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Migração compulsória. Hidroterritório. Hidroresistência. Psicologia Ambiental.

ABSTRACT

The present study aims to discuss the Ceará Water Belt (CWB) water project implementation as well as the compulsory migration brought about in the Cariri region in Ceará. In the stretch that encompasses the municipality of Crato, the Baixio das Palmeiras district's empowered communities, through the mobilization and participation of community social institutions, formed a hydroresistance social grassroots called The Popular Water Forum, whose objective is to protect its hydroterritory. The study's guiding question is: what are the impacts on the relationship between person and environment caused by compulsory migration for residents affected by the Ceará Water Belt (CBW) Project? The methodology that was adopted was the multi-method approach, including mixed approach instruments, such as participant observation, interviews, survey application based on a scale adapted of attachment and place identity and environmental autobiography. The sample consisted of project managers, community leaders, affected communities, and residents who had or will have their homes expropriated. For data analysis, content analysis, collective subject discourse, statistical treatment and environmental autobiography were used. The study results showed different perspectives on the person-environment interections. The convergence points are the recognition of the importance of an enterprise that aims to ensure water security; lack of skill in approaching residents; the management bodies sluggishness in carrying out the work; and lack of transparency of information. The suffering caused by the human rights violation of those who are affected, ways of life are also affected, as well as the physical and mental health of the community, in addition to causing environmental damage. The existence of attachment strong bonds and place identity, is observed in both natives and non-natives, in men, more than in women, and in the age group of 50 years onwards. The socio-environmental conflict instituted reached, as a positive externality, the project structural modification, in order to reduce the amount of expropriated properties. It is concluded that the rooting and belonging of the inhabitants in relation to the house, the neighborhood and the natural heritage of the place is evidenced in social cohesion and residential satisfaction related to the appropriate space. Mitigation actions need to contemplate the people's psycho-affective relationships in the territory; build cooperative and co-responsibility relationships when it comes to shared management of water resources; strengthen integrated water resources management, the active and informed participation of the society, include Environment Education programs for children, youth and for the community people with the aim of promoting the understanding of the human behavior in the environment, because the affective relationships with the place tend to reverberate in pro environmental behaviors. Therefore, interdisciplinary dialogue on environmental issues needs to incorporate the environmental psychology and rural psychology contributions, both to mitigate and to prevent environmental damage. The CWB Project downplayed the social impacts as well as disregarded the psychological ones in the lives of the affected communities, consequently, it is recommended that public policies aimed at reducing vulnerability should incorporate these impacts and have a new perspective in discussions on water policy, environmental management, territorial planning and development projects, so as to adopt measures that consider all the psychosocial impacts on the citizens involved in such actions.

Keywords: Public policy. Compulsory migration. Hydroterritory. Hydroresistance. Environmental Psychology.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo discutir la implementación del proyecto de agua del Cinturón de Aguas de Ceará (CAC) y la migración obligatoria causada en la región de Cariri Cearense. En el tramo que abarca el municipio de Crato, las comunidades empoderadas del distrito de Bajío de las Palmeras, a través de la movilización y participación de los equipamientos sociales comunitarios, formaron una hidroresistencia llamada Foro Popular de las Aguas, con el objetivo de proteger su hidroterritorio. El estudio tiene como pregunta orientativa: ¿cuáles son los impactos en la relación entre las personas y el medio ambiente causados por la migración obligatoria para los residentes afectados por el Proyecto Cinturón de las Aguas de Ceará (CAC)? La metodología adoptada fue el enfoque multimétodos, incluyendo los instrumentos de aproximación mixta, tales como la observación participante, las entrevistas, aplicación de encuesta basada en una escala adaptada de apego e identidad del lugar y la autobiografía ambiental. La muestra fue compuesta por gerentes de proyectos, líderes comunitarios, las comunidades afectadas y los residentes que tuvieron o tendrán sus hogares expropiados. Para el análisis de datos, se utilizaron análisis de contenido, discurso de sujeto colectivo, tratamiento estadístico y autobiografía ambiental. Los resultados del estudio demostraron diferentes perspectivas en la interacción de la persona-medio ambiente. Los puntos de convergencia son el reconocimiento de la importancia de una empresa que tiene por objeto garantizar la seguridad del agua; la falta de habilidad en la estrategia de acercarse a los residentes; el retraso de los órganos de dirección en la ejecución de la obra; y la falta de transparencia en la información. El sufrimiento causado por la violación de los derechos humanos de los afectados, afectó las formas de vida, así como la salud física y mental de la comunidad, además de causar daños ambientales. La existencia de fuertes lazos de apego e identidad del lugar se observa tanto en nativos como en no nativos, en hombres, más que en mujeres, y en el grupo de edad de 50 años en adelante. El conflicto socioambiental instalado logró, como externalidad positiva, la modificación estructural del proyecto, con el fin de reducir el número de propiedades expropiadas. Se concluye que el enraizamiento y pertenencia de los habitantes en relación a la casa, a la vecindad y al patrimonio natural del lugar se evidencia en la cohesión social y la satisfacción residencial con el espacio adecuado. Las acciones de mitigación deben contemplar las relaciones psicoafectivas de las personas en el territorio; construir relaciones de cooperación y corresponsabilidad en la gestión compartida de los recursos hídricos; fortalecer la gestión integrada de los recursos hídricos, la participación activa e informada de la sociedad, incluir programas de educación ambiental para los niños, los jóvenes y la comunidad con el fin de promocionar la comprensión de las conductas humanas en el medio ambiente, ya que las relaciones afectivas con el lugar tienden a reverberar en los comportamientos proambientales. Por lo tanto, el diálogo interdisciplinario sobre las cuestiones ambientales debe incorporar las contribuciones de la psicología ambiental y la psicología rural, tanto para mitigar como para prevenir daños ambientales. El Proyecto CAC redujo los impactos sociales y no tuvo en cuenta los impactos psicológicos en la vida de las comunidades afectadas, por lo tanto, se recomienda que las políticas públicas destinadas a reducir la vulnerabilidad incorporen estos impactos y examinen de nuevo los debates sobre políticas hídricas, gestión ambiental, planificación territorial y proyectos de desarrollo, a fin de adoptar medidas que consideren los impactos psicosociales en los ciudadanos involucrados en estas acciones.

Palabras-clave: Políticas Públicas. Migración obligatoria. Hidroterritorio. Hidroresistencia. Psicología Ambiental. Apego e identidad del lugar.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Estrutura esquemática do trabalho.....	32
Figura 2	- Mapa da Região Metropolitana do Cariri (em amarelo)	34
Figura 3	- Pirâmide etária do município de Crato - CE (2010)	35
Figura 4	- Matrículas na Educação básica no município de Crato - CE em 2017.....	36
Figura 5	- Características ambientais do município de Crato - CE (2017)	37
Figura 6	- Bacias hidrográficas do Estado do Ceará e bacia do Salgado.....	38
Figura 7	- Esquema de distribuição das águas da Fonte Batateira.....	39
Figura 8	- Mapa Divisão das Comunidades do Baixio das Palmeiras.....	41
Figura 9	- Quantitativo de famílias residentes no território pesquisado.....	43
Figura 10	- Infográfico do Marco Legal do CAC (Parte I)	54
Figura 11	- Infográfico do Marco Legal do CAC (Parte II)	55
Figura 12	- Mapa dos Conflitos Hídricos.....	63
Figura 13	- Mapa de localização da área de estudo.....	95
Figura 14	- Resumo da metodologia.....	97
Figura 15	- Órgãos visitados.....	98
Figura 16	- Categorias analisadas.....	99
Figura 17	- Estratégias metodológicas para o alcance do segundo objetivo.....	100
Figura 18	- Visão geral da metodologia utilizadas para contemplar o terceiro objetivo..	103
Figura 19	- Reunião na Associação Rural do Baixio das Palmeiras.....	107
Figura 20	- Atividades do projeto na casa de Quitéria.....	108
Figura 21	- Atividades realizadas na Unidade Básica de Saúde do Baixio das Palmeiras.....	108
Figura 22	- Atividade ‘A teia’ realizada na Escola de Ensino Fundamental Rosa Ferreira de Macêdo.....	109
Figura 23	- Atividades realizadas na Unidade Básica de Saúde do Baixio do Muquém..	109
Figura 24	- Reunião no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Crato do Baixio do Muquém.....	110
Figura 25	- Estrutura da metodologia do trabalho para objetivo quatro.....	111
Figura 26	- Imóveis atingidos no Baixio do Muquém.....	112
Figura 27	- Imóveis atingidos na Chapada do Baixio.....	112
Figura 28	- Imóveis atingidos no Baixio dos Oitis.....	113

Figura 29 - Imóveis atingidos no Baixio das Palmeiras.....	113
Figura 30 - Linha do Tempo do CAC.....	122
Figura 31 - Linha do Tempo do Fórum Popular das Águas.....	125

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	- Resposta da comunidade a desapropriação promovida pelo CAC.....	126
Gráfico 2	- Bases de apoio social para organização do FOPAC.....	128
Gráfico 3	- Principais atores sociais de mobilização para reduzir os efeitos mitigadores da desapropriação.....	130
Gráfico 4	- Membros das famílias mais afetadas pelo processo de migração compulsória.....	132
Gráfico 5	- Como a comunidade teve acesso à informação do projeto CAC.....	132
Gráfico 6	- Como se deu a negociação para as mudanças no projeto CAC.....	134
Gráfico 7	- Participação da comunidade no movimento de hidrorresistência.....	136
Gráfico 8	- Por que as famílias afetadas optaram por permanecer na comunidade.....	138
Gráfico 9	- Distribuição de respostas a perguntas referentes ao lugar por localidade.....	147
Gráfico 10	- Distribuição de respostas a perguntas referentes ao apego ao lugar por gênero.....	148
Gráfico 11	- Distribuição de respostas a questões referentes ao apego ao local por faixa etária.....	149
Gráfico 12	- Distribuição de respostas a perguntas referentes ao apego ao lugar por natividade.....	150
Gráfico 13	- Distribuição de resposta a questões referentes à identidade por localidade..	152
Gráfico 14	- Distribuição de resposta a questões referentes à identidade por gênero.....	153
Gráfico 15	- Distribuição de resposta a questões referentes à identidade por faixa etária.	154
Gráfico 16	- Distribuição de resposta a questões referentes à identidade por natividade..	155
Gráfico 17	- Distribuição de resposta a questões referentes à coesão social por localidade.....	156
Gráfico 18	- Distribuição de resposta a questões referentes à coesão social por gênero...	158
Gráfico 19	- Distribuição de resposta a questões referentes à coesão social por faixa etária.....	159
Gráfico 20	- Distribuição de resposta a questões referentes à coesão social por natividade.....	160
Gráfico 21	- Distribuição de resposta a questões referentes à satisfação residencial por localidade.....	162

Gráfico 22 - Distribuição de resposta a questões referentes à satisfação residencial por sexo.....	163
Gráfico 23 - Distribuição de resposta a questões referentes à satisfação residencial por faixa etária.....	164
Gráfico 24 - Distribuição de resposta a questões referentes à satisfação residencial por natividade.....	165

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Matriz de análise do trabalho.....	29
Quadro 2	- Conceitos relacionados à ocorrência de apego ao lugar.....	79
Quadro 3	- Quadro conceitual do tópico sobre Psicologia Ambiental e relação pessoa-ambiente.....	92
Quadro 4	- Identidade.....	105
Quadro 5	- Apego ao lugar.....	105
Quadro 6	- Coesão Social.....	105
Quadro 7	- Satisfação residencial.....	105
Quadro 8	- Falas dos entrevistados acerca da importância do projeto CAC.....	115
Quadro 9	- Falas dos entrevistados acerca da manutenção da obra e gestão das águas	117
Quadro 10	- Falas dos entrevistados acerca dos problemas causados pela execução da obra.....	117
Quadro 11	- Falas dos entrevistados acerca das propostas de melhorias para novas execuções.....	119
Quadro 12	- Falas do técnico <i>Brachyphyllum</i> que teve sua casa desapropriada.....	120
Quadro 13	- Satisfeitos com a mudança da casa.....	178
Quadro 14	- Insatisfeitos com a mudança da casa.....	179
Quadro 15	- Descontentamento a respeito da abordagem do pessoal do rio.....	179
Quadro 16	- Representação da casa.....	180
Quadro 17	- Espaço Construído/Espaço Natural.....	182
Quadro 18	- Relação com a história de vida.....	183
Quadro 19	- Elementos ambientais.....	184
Quadro 20	- Sensações e sentidos.....	185
Quadro 21	- Fontes de influência.....	187

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Caracterização da amostra.....	111
Tabela 2	- Quantitativo de moradores pesquisados por comunidade.....	140
Tabela 3	- Distribuição do número de moradores, segundo as características sociais.	141
Tabela 4	- Distribuição do número de moradores, segundo as características econômicas.....	142
Tabela 5	- Distribuição do número de moradores, segundo condições de moradia.....	143
Tabela 6	- Distribuição do número de moradores, segundo condições de saúde e qualidade de vida.....	143
Tabela 7	- Distribuição do número de doenças por moradores.....	144
Tabela 8	- Comparação das médias da escala e dos domínios.....	145

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEA	Avaliação de Equidade Ambiental
ANA	Agência Nacional das Águas
ANOVA	Análise de Variância
APA	Área de Proteção Ambiental
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
CAC	Cinturão das Águas do Ceará
CBHs	Comitês de Bacias Hidrográficas
CDS	Centro de Desenvolvimento Sustentável
CE	Ceará
CF	Constituição Federal
CIPP	Complexo Industrial e Portuário do Pecém
COEMA	Conselho Estadual de Meio Ambiente
COGERH	Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos
COM-VIDA	Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida
CONDEMA	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
CRAJUBAR	Crato, Juazeiro e Barbalha
DF	Distrito Federal
DICP	Divisão de Conformidade de Pagamento
DINTER	Doutorado Interinstitucional
DIS	Diagnóstico de Impacto Social
DNOCS	Departamento Nacional de Obras contra as Secas
DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
ESF	Estratégia de Saúde da Família
FETRAECE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Ceará
FLONA	Floresta Nacional do Araripe
FOPAC	Fórum Popular das Águas
FUNCEME	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
FUP	Faculdade UnB Planaltina
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
IGMA	Instrumento Gerador de Mapas Afetivos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
LERHA	Laboratório de Estudos das Relações Humano-Ambientais
LOCUS	Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental
MAM	Movimento dos Atingidos por Barragens
MPCE	Plano Estadual de Convivência com a Seca
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PE	Pernambuco
PERH	Plano Estadual de Recursos Hídricos
PIB	Produto Interno Bruto
PIRSF	Projeto de Integração do Rio São Francisco
RENAP	Rede Nacional de advogados populares
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RJ	Rio de Janeiro
SAAEC	Sociedade Anônima de Água e Esgoto do Crato
DAS	Secretaria de Desenvolvimento Agrário
SEMAC	Secretaria do Meio Ambiente e Controle Urbano
SEMACE	Superintendência Estadual do Meio Ambiente
SEMADT	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Territorial
SIGERH	Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos
SINGREH	Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
SISAR	Sistema Integrado de Saneamento Rural
SOHIDRA	Superintendência de Obras Hidráulicas
SRH	Secretaria dos Recursos Hídricos
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Crato
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UBS	Unidade Básica da Saúde

UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRN	Universidade Federal de Rio Grande do Norte
UnB	Universidade Federal de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIFOR	Universidade de Fortaleza
URCA	Universidade Regional do Cariri

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	27
2	CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DE PESQUISA.....	34
2.1	A CIDADE DO CRATO: ASPECTOS GEOGRÁFICOS E SOCIODEMOGRÁFICOS.....	34
2.2	CONHECENDO O DISTRITO BAIXIO DAS PALMEIRAS.....	40
3	GESTÃO DAS ÁGUAS NO ESTADO DO CEARÁ E O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO CAC NO DISTRITO BAIXIO DAS PALMEIRAS.....	44
3.1	POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DAS ÁGUAS NO ESTADO DO CEARÁ.....	44
3.2	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E GESTÃO DAS ÁGUAS.....	48
3.3	O PROJETO CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ (CAC) E SUA INSERÇÃO NO DISTRITO BAIXIO DAS PALMEIRAS.....	51
4	CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO HIDROTERRITÓRIO BAIXIO DAS PALMEIRAS E O PROCESSO DE MIGRAÇÃO COMPULSÓRIA.....	57
4.1	HIDROTERRITÓRIO E HIDRORESISTÊNCIA.....	57
4.2	CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM HIDROTERRITÓRIOS.....	59
4.3	HIDRORESISTÊNCIA NO HIDROTERRITÓRIO BAIXIO DAS PALMEIRAS: O FÓRUM POPULAR DAS ÁGUAS DO CARIRI.....	64
4.4	MIGRAÇÃO COMPULSÓRIA EM HIDROTERRITÓRIO.....	70
5	MIGRAÇÃO COMPULSÓRIA, DESTERRITORIALIZAÇÃO E A RELAÇÃO PESSOA-AMBIENTE SOB A ÓTICA DA PSICOLOGIA.....	76
5.1	INTERAÇÃO PESSOA-AMBIENTE E SUAS IMPLICAÇÕES NO COMPORTAMENTO EM PROL DO TERRITÓRIO.....	76
5.2	OS VÍNCULOS AFETIVOS COM O AMBIENTE: APEGO E IDENTIDADE DE LUGAR.....	78
5.3	APROPRIAÇÃO DE ESPAÇO: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS.....	82
5.4	FAMÍLIA, COMUNIDADE E CASA: REDES DE APOIO.....	85
5.5	ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DO PROCESSO DE MIGRAÇÃO COMPULSÓRIA.....	89

6	PERCURSO METODOLÓGICO.....	94
6.1	LOCAL DE ESTUDO.....	94
6.2	INSTRUMENTOS DE COLETAS E ANÁLISE DE DADOS DE ACORDO COM OS OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	96
6.2.1	Procedimentos metodológicos gerais.....	96
6.2.2	Métodos referentes ao primeiro objetivo.....	96
6.2.3	Métodos referentes ao segundo objetivo.....	99
6.2.4	Métodos referentes ao terceiro objetivo.....	102
6.2.5	Métodos referentes ao quarto objetivo.....	110
7	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	115
7.1	A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO CAC NAS COMUNIDADES DO DISTRITO BAIXIO DAS PALMEIRAS: A VISÃO DOS GESTORES PÚBLICOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO.....	115
7.2	A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO DE HIDRORESISTÊNCIA FÓRUM POPULAR DAS ÁGUAS DO CARIRI, FRENTE AOS CONFLITOS GERADOS PELO CAC NO BAIXO.....	124
7.3	RELAÇÕES DE APEGO, IDENTIDADE DE LUGAR, COESÃO SOCIAL E SATISFAÇÃO RESIDENCIAL DOS MORADORES O DISTRITO BAIXIO DAS PALMEIRAS, ATINGIDOS.....	140
7.3.1	Perfil socioeconômico.....	140
7.3.2	Discussão dos resultados da escala.....	144
7.3.2.1	Apego ao lugar.....	146
7.3.2.2	Identidade.....	151
7.3.2.3	Coesão Social.....	155
7.3.2.4	Satisfação Residencial.....	161
7.3.3	Discussão dos resultados.....	165
7.4	RESISTIR E/OU MIGRAR: APROPRIAÇÃO DE ESPAÇO NO HIDROTERRITÓRIO BAIXIO DAS PALMEIRAS.....	177
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	188
	REFERÊNCIAS.....	194
	APÊNDICE A - Termo de Autorização de Uso de Imagem.....	213
	APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido dos Participantes da Pesquisa.....	214

APÊNDICE C - Linha de tempo do Cinturão de Águas do Ceará.....	216
APÊNDICE D - Roteiros de entrevistas.....	222
APÊNDICE E - Linha do Tempo do Fórum Popular das Águas do Cariri (FOPAC).....	224
APÊNDICE F - Pesquisa sobre a relação do morador com sua habitação e comunidade.....	226
APÊNDICE G - Portfólio do Projeto de cultura: “Resistência no Baixio das Palmeiras: Psicologia, Saúde e Meio Ambiente.....	231
APÊNDICE H - Linha do tempo do CAC: infográfico.....	238
APÊNDICE I - Linha do tempo do Fórum Popular das Águas: infográfico.....	241
ANEXO A - Cinturão de Águas do Ceará (CAC): histórico.....	243
ANEXO B - Projeto Cinturão de Águas do Ceará (CAC).....	244
ANEXO C - Ata da 1º Reunião Extraordinária do ano de 2010 do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente do Município de Crato - CE.....	249
ANEXO D - Parecer e relatório de vistoria.....	259
ANEXO E - Autorização para licenciamento ambiental.....	264
ANEXO F - Relatório de esclarecimento de ocorrências do projeto CAC...	266
ANEXO G - Cordel: O Baixio Preocupado.....	269
ANEXO H - Regras de transcrição de acordo com Marcushi.....	272
ANEXO I - Parecer da Plataforma Brasil.....	274
ANEXO J - Carta de Anuência do Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais de Crato, CE.....	277
ANEXO K - Autorização da Associação para o desenvolvimento da pesquisa.....	278
ANEXO L - Carta de anuência da Unidade Básica de Saúde do Muquém e a Unidade de Saúde da Família Baixio das Palmeiras, Crato, CE.....	279

1 INTRODUÇÃO

As questões ambientais têm-se tornado o foco de estudos científicos e agendas políticas há algum tempo. Seja por mudanças climáticas, devastação ambiental, uso indevido dos elementos naturais ou no contexto de programas de desenvolvimento, o ser humano se debruça sobre o meio natural como um espectador, muitas vezes, inconsciente de que faz parte desse macrossistema.

A própria educação tem feito adaptações metodológicas e de conteúdo para acompanhar as mudanças estruturais e dinâmicas das relações do indivíduo com seu ambiente, buscando gerar conhecimentos e conscientizar as pessoas sobre a responsabilidade na convivência com os outros e com o planeta.

Dessa forma, esse trabalho se propõe a refletir sobre sustentabilidade, partindo da perspectiva da Psicologia Ambiental. Acreditamos que essa área do conhecimento favorece o estabelecimento do diálogo sobre como a relação pessoa-ambiente é importante ao discutir sobre sustentabilidade, reconhecendo-se o elo que as torna uma unidade relacional, que, portanto, para ser interdisciplinar, faz-se necessário pensar sobre essa conexão de forma integrada e integradora.

Na perspectiva de aliar a área do doutorado em desenvolvimento sustentável com a psicologia, minha área de formação, escolheu-se, como objeto de estudo, o deslocamento compulsório de moradores de quatro comunidades rurais, em consequência do Cinturão das Águas do Ceará (CAC), que faz parte do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PIRSF) com as bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

Este estudo teve como foco parte do trecho 1 da obra, Jati-Cariús, que se desenvolve pela região do Cariri, interceptando o território da Bacia do Salgado e da Bacia do Alto Jaguaribe, intervindo nas comunidades Baixio das Palmeiras, Oitis, Muquém e Chapada do Baixio, no município do Crato. O tema deste trabalho, portanto, agrega vários assuntos importantes acerca do Cinturão das Águas do Cariri, tais como: migração compulsória, a disputa pelo hidroterritório e quais os impactos da implementação desse projeto hídrico na relação pessoa-ambiente nas famílias afetadas nos seus respectivos territórios.

Primeiramente, compreende-se por migração o processo de deslocamento de um lugar para o outro, cujos motivos são diversos, uns favoráveis, outros desfavoráveis. Esses serão tratados na perspectiva de desterritorialização, uma vez que está relacionada à perda residencial (desapropriação) de forma obrigatória.

Sobre o elemento ambiental que foi trabalhado nesse estudo, temos como objeto central o processo de migração compulsória. Como justificativa desse processo, está a construção de um projeto hídrico que tem como objetivo promover garantia hídrica para abastecer localidades com déficit hídrico, seja em pequenas cidades ou metrópoles.

Sobre a pauta social abordada nesse estudo, explanamos quais as consequências sociais e psicológicas da chegada desse empreendimento nas quatro comunidades pesquisadas. Foi observado que, quando o projeto adentrou as localidades supracitadas, gerou uma mobilização social, a princípio intracomunitária e, posteriormente, agregando diversos segmentos da sociedade na luta pelo território, que é possuidor de riqueza hídrica, patrimonial e social. A força da integração social dessas comunidades foi destacada em pesquisas e reconhecida por gestores.

A contingência, ou seja, a relação de dependência entre os eventos ambientais e eventos comportamentais suscitados pelo projeto, forçou o deslocamento das famílias que, por uma coação situacional, tiveram que deixar seus lares. Essa circunstância gerou um impacto que é compreendido neste estudo como consequências sociais, físicas, ambientais e psicológicas para as famílias realocadas, uma vez que a desterritorialização impacta tanto os vínculos sociais quanto afetivos, através do rompimento com o lugar de habitação, interferindo no bem-estar e na qualidade de vida das pessoas.

Entender a gestão dos recursos hídricos no contexto das políticas públicas e de seus projetos, na forma de execução em comunidades rurais, trouxe questionamentos sobre a reação das pessoas em uma situação percebida como ameaçadora para o ambiente de moradia. Ambiente esse percebido de inúmeras formas por diferentes pessoas e em diferentes contextos, através de uma multiplicidade de variáveis que influenciarão os sentimentos de apego ao lugar, de pertencimento e conseqüentemente desencadearão ações participativas da comunidade em prol do lugar de habitação.

Outro fator de destaque no contexto migratório reside na força desse ambiente comunitário que atuou como suporte funcional, criando e fortalecendo alianças em prol do objetivo compartilhado por muitos: reduzir os efeitos danosos do projeto na região. Essa ação coletiva demonstrou empoderamento através da participação nas negociações.

Estudos sobre movimentos migratórios podem ser encontrados no contexto da geografia, psicologia e sustentabilidade, concebidas neste trabalho como áreas a serem integradas.

Visto esse panorama, considera-se o seguinte problema de pesquisa: Como as obras do Cinturão das Águas do Ceará afetam a relação pessoa-ambiente nas famílias rurais residentes

no município do Crato-CE, distrito Baixio das Palmeiras, região do Cariri? Quais as consequências da obra, ao nível psicológico e social, nas vidas dos atingidos?

Logo, colocam-se como objetivo geral desta tese analisar o impacto da migração compulsória na relação pessoa-ambiente das famílias residentes nas comunidades do Baixio das Palmeiras, Chapada do Baixio, Oitis e Muquém, em uma perspectiva intergeracional, em virtude do projeto Cinturão das Águas do Ceará (CAC).

Como objetivos específicos, listamos: 1) Investigar a percepção dos gestores sobre a implementação do projeto CAC e os desdobramentos no hidroterritório Baixio das Palmeiras; 2) Examinar a atuação do movimento de hidroresistência Fórum Popular das Águas do Cariri, descrevendo a formação e o papel do mesmo enquanto agente mobilizador da comunidade, frente aos conflitos gerados pelo CAC no hidroterritório Baixio das Palmeiras; 3) Diagnosticar as relações de apego, identidade de lugar, coesão social e satisfação residencial dos moradores do distrito Baixio das Palmeiras, atingidos pelo CAC; e 4) Avaliar as implicações do processo de implementação do projeto Cinturão das Águas do Ceará nas comunidades atingidas, a partir da vivência dos moradores que já foram ou serão desapropriados.

A seguir, na matriz de análise apresentada no Quadro 1, faz-se o registro dos principais conceitos a serem trabalhados de acordo com os objetivos específicos, alguns autores que tratam da temática, as variáveis a serem estudadas e as técnicas de coleta e tratamento dos dados.

Quadro 1 - Matriz de análise do trabalho

Objetivo	Variáveis	Técnica de coleta de dados	Tratamento
Investigar a percepção dos gestores sobre a implementação do projeto CAC e seus desdobramentos no hidroterritório Baixio das Palmeiras.	<p>História: Origem da obra, beneficiários, influências externas e internas, externalidades positivas e negativas da implementação nas comunidades investigadas.</p> <p>Eventos marcantes: Primeiras ações do governo na comunidade acerca do CAC; Reação das comunidades com a chegada do empreendimento.</p>	<p>Pesquisa documental: (notícias, documentos oficiais, ata de reuniões).</p> <p>Entrevista semi-estruturada.</p> <p>Atores a entrevistar: Gestores/ técnicos do governo.</p>	<p>Gravação e transcrição das entrevistas.</p> <p>Análise do conteúdo.</p> <p>Linha do tempo.</p>
Examinar a atuação do movimento de hidroresistência	<p>História: Formação do Fórum Popular das Águas.</p>	<p>Observação</p> <p>Entrevista semi-estruturada.</p>	<p>Gravação e transcrição das entrevistas.</p> <p>Discurso do Sujeito Coletivo</p>

Fórum Popular das Águas do Cariri, enquanto agente mobilizador da comunidade, frente aos conflitos gerados pelo CAC no hidroterritório Baixio das Palmeiras.	Elementos associados: Participação social, empoderamento e consciência ambiental.	Atores a entrevistar: Lideranças comunitárias.	Linha do Tempo do Fórum Popular das Águas do Cariri.
Objetivo	Variáveis	Técnica de coleta de dados	Tratamento
Diagnosticar as relações afetivas de apego, identidade de lugar, coesão social e satisfação residencial dos moradores do distrito Baixio das Palmeiras, atingidos pelo CAC.	Apego ao lugar e identidade de lugar; coesão social e satisfação residencial.	Formulário socio-econômico Escala de apego ao lugar Atores a entrevistar: Moradores residentes das quatro comunidades pesquisadas.	Análise dos dados do formulário socioeconômico. Análise dos resultados estatísticos da escala de apego e identidade de lugar.
Avaliar as implicações do processo de implementação do projeto Cinturão das Águas do Ceará nas comunidades atingidas, a partir da vivência dos moradores que já foram ou serão desapropriados.	Apropriação de Espaço; Pertencimento; Enraizamento e Justiça ambiental.	Autobiografia Ambiental. Atores a entrevistar: Moradores diretamente atingidos que serão desapropriados.	Gravação e transcrição dos relatos autobiográficos ambientais. Análise da Autobiografia ambiental.

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Justifica-se que a construção de uma tese representa também a nossa construção. É um processo que envolve conhecer o objeto/sujeito do estudo de forma teórica e prática, desenvolvendo-se, na medida em que deste se apropria, com afetividade e identidade. Para algumas pessoas é fundamental o estabelecimento dessa conexão, pois, somente assim, o estudo será interessante e agradável, e, portanto, potencializador. O encontro entre a sustentabilidade e a psicologia ambiental, foi o momento inicial.

Logo em seguida, uma exploração introdutória fez-se necessária, a fim de conhecer o ambiente e apresentar-me às pessoas com as quais desenvolveria a pesquisa, resultando, reciprocamente, na promoção e compartilhamento de experiências afetivas e promotoras de saúde. Em minha concepção, pesquisa e extensão precisam acontecer concomitantemente,

atreladas ao ensino; e, assim, contribuir na formação da próxima geração, pois a educação é um instrumento poderoso de mudança.

Foi gratificante perceber que o sentimento inicial de desconfiança em relação a nós, pesquisadores, foi substituído por uma calorosa acolhida. Não saíamos das comunidades sem uma sacola de manga ou um saco de fava; e “ai” de nós se não fôssemos visitar “aquela” moradora, pois nos esperava com um sorriso no rosto, um pedaço de bolo e um copo de suco. Que prazer foi ouvir as histórias contadas, oferecer apoio emocional e suporte psicológico. E a comparação do bombeamento do sangue nas veias e artérias com os canais de irrigação? Inesquecível escutar aquele estudante de medicina ensinar de forma prática aos moradores a se cuidarem! Bem como observar as voluntárias da psicologia planejando as ações com tanto entusiasmo.

Com certeza, as nossas realidades não são as mesmas; não tenho a pretensão de dizer que eu sei o que eles estão passando, porque, eu não sei. Mas eu posso dizer que faço parte dessa história que está sendo vivida, contada e recontada. Também posso afirmar que, apesar de a pesquisa estar concluída, continuaremos o que começamos. Não quero fazer parte do grupo que, como eles dizem: “vão lá, fazem suas pesquisas e vão embora!”. Muitos, inclusive, sem se despedir. Como aprendemos na Unidade Básica de Saúde: “quem bebe da água do Baixio, nunca mais vai embora”.

Esta pesquisa mudou a minha vida. Possibilitou enxergar facetas de realidades, até então, desconhecidas. Mas também esquecidas. Como neta de agricultores que viveu a infância pendurada em um pé de manda de seriguela ou goiabeira, revivi as memórias de minha infância, praticando autobiografia ambiental. E, no presente, tornei-me mais consciente dos prejuízos das obras governamentais para a qualidade de vida das pessoas. Antes, não tinha a menor ideia, mas, ao participar do Fórum Internacional de Injustiça Hídrica em Fortaleza, pude conhecer os moradores deslocados pela construção do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) e ver a fumaça tóxica saindo do complexo e indo em direção aos moradores que serão novamente realocados. Ouvir o barulho das máquinas, fez-me entender o porquê da luta contra a injustiça ambiental que esconde a banalização do sofrimento humano. Assim, pude compreender que, infelizmente, enquanto as leis e políticas forem planejadas por detrás de uma mesa de escritório, o quadro permanecerá o mesmo.

Mas, de uma coisa eu tenho certeza: minhas aulas não serão as de outrora. No curso de medicina introduzi o conteúdo de psicologia ambiental, no qual discutimos sobre a existência e o significado desse vínculo entre o ser humano e o seu ambiente. No curso de administração discutiremos mais ainda sobre responsabilidade socioambiental. E não ficaremos somente em

sala de aula, vamos ao campo, onde a vida acontece! Foi pensando nisto que levei meus filhos para conhecerem a comunidade: ouvir o relato das pessoas e participar de oficinas com elas.

O doutorado está finalizando! Considero-me um pouco menos ignorante e ingênua de quando nele adentrei. Finalmente, respondo a grande pergunta: qual foi a motivação para este trabalho? A força advinda desses moradores, fortalecidos pelas relações comunitárias de respeito, solidariedade e confiança. Quero continuar aprendendo com as comunidades pesquisadas.

Cientificamente, esta tese se justifica pela possibilidade de dar contribuições, sob o paradigma da psicologia ambiental, para o estudo das comunidades afetadas pelo deslocamento involuntário e da sua relação com o meio ambiente. Além, de contribuir para discussão sobre Psicologia e Sustentabilidade. Destaca-se o modo como o padrão comportamental coletivo, através da atuação das associações, influenciou a comunidade a responder diante de um projeto de alteração ambiental, com resistência e mobilização. É um elemento importante para compreender a potencialidade interacional de grupos comunitários.

Socialmente, a possibilidade de desenvolver um projeto de cultura nas comunidades, levando educação em saúde e possibilitando aconselhamento psicossocial, trouxe contribuições para todos os envolvidos. Enquanto as comunidades se beneficiam, a equipe também, pois desenvolve sua formação prática e humana. Todos saem fortalecidos nessa vinculação.

O esquema apresentado na Figura 1 retrata o delineamento seguido neste trabalho.

Figura 1 - Estrutura esquemática do trabalho



Fonte: elaborada pela autora (2020).

Partindo de tudo que aqui foi ilustrado até então, construímos este trabalho. Inicialmente, no primeiro capítulo, será feita a descrição do contexto da pesquisa que apresenta o delineamento geográfico da região a ser estudada. O cenário da pesquisa é o distrito Baixio das Palmeiras, no município do Crato, Ceará; especificamente, as comunidades Baixio das Palmeiras, Baixio do Muquém, Chapada do Baixio e Baixio do Oitis.

O segundo capítulo abordará questões teóricas sobre as políticas hídricas do Estado do Ceará e suas práticas que resultaram na implementação do projeto CAC e seus desdobramentos na região do Cariri, especificamente no hidroterritório Baixio das Palmeiras. No contexto da escassez hídrica no nordeste brasileiro, surgem as políticas hídricas, frente à necessidade de amenizar o problema da ausência de água e garantir uma igualitária distribuição regional hídrica.

No terceiro capítulo, falaremos sobre Conflitos territoriais, participação social e o surgimento de movimentos de resistência, abordando também a história do movimento de hidroresistência denominado Fórum Popular das Águas (FOPAC). Buscou-se entender as circunstâncias sob as quais a comunidade veio a participar da tomada de decisão relativa ao percurso do trajeto e outras medidas mitigatórias dos danos a serem provocados pela obra.

No quarto capítulo, trabalharemos elementos psicológicos para entender o processo de migração compulsória, tendo como foco os processos psicossociais de apego, apropriação e identidade de lugar, coesão social e satisfação residencial, envoltos na vinculação dos moradores com sua comunidade. Quando se aborda sobre percepção ambiental, é possível compreender como as experiências físicas do indivíduo com seu entorno, incorpora aspectos psicossociais, socioculturais e históricos que mobilizam o indivíduo a adotar determinados comportamentos em seu ambiente.

No quinto capítulo, serão ilustrados os procedimentos metodológicos optados para a realização desse estudo. No sexto capítulo, trabalharemos a percepção dos gestores e dos movimentos sociais no processo de implementação das obras do CAC nas comunidades trabalhadas e como esses verificam o impacto da situação de conflito gerada por esse processo nos locais pesquisados.

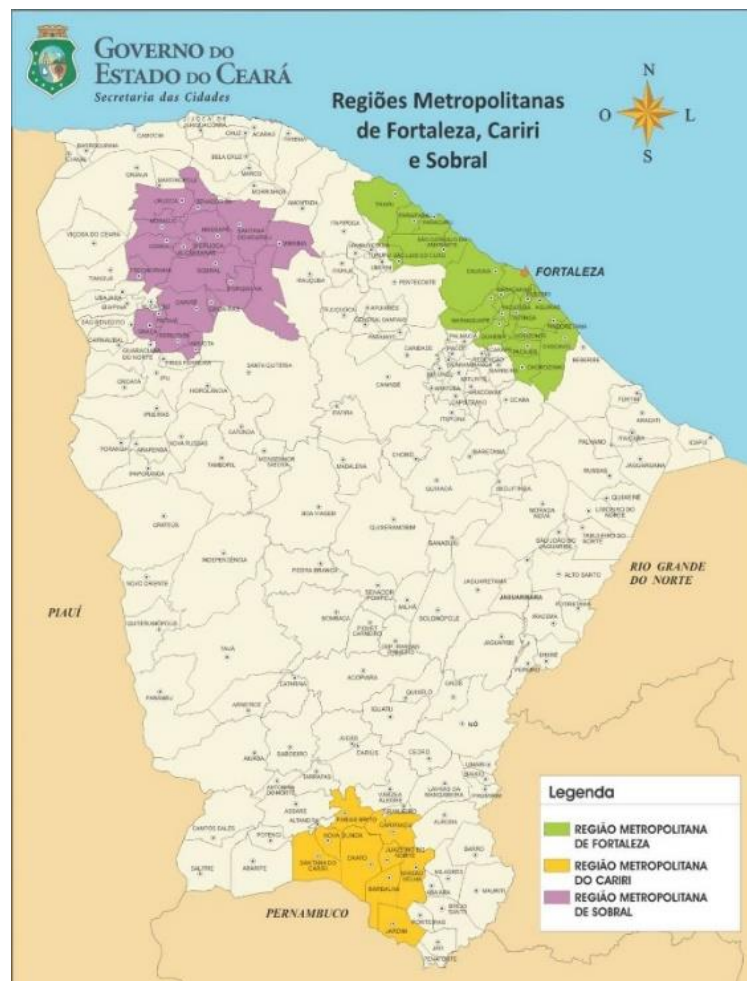
No sétimo capítulo, ilustraremos os processos psicológicos envoltos na migração, a partir da análise das escalas aplicadas e do processo de autobiografia ambiental, compreendendo a relação entre os moradores e o seu local de moradia e como esta foi afetada pela chegada do CAC nas comunidades. Por fim, nas considerações finais, abordaremos os principais resultados dessa pesquisa, as respostas aos objetivos propostos e demais observações pertinentes.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DE PESQUISA

2.1 A CIDADE DO CRATO: ASPECTOS GEOGRÁFICOS E SOCIODEMOGRÁFICOS

O Baixo das Palmeiras é um distrito rural localizado na cidade do Crato, no interior do Ceará. O município de 1.176 km² contava, no último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, com uma população de 121.428 pessoas¹. Destas, 83,1% viviam em domicílios considerados zona urbana e 16,9% em domicílios classificados rurais. Ainda conforme o censo do IBGE (2010), a densidade demográfica de Crato é de 103,21 hab./km², sendo o 6º município mais populoso do estado do Ceará. O Índice de Desenvolvimento Humano do município no último censo foi de 0,713 (IBGE, 2017), sendo o único município da região do Cariri a ter IDH alto.

Figura 2 - Mapa da Região Metropolitana do Cariri (em amarelo)



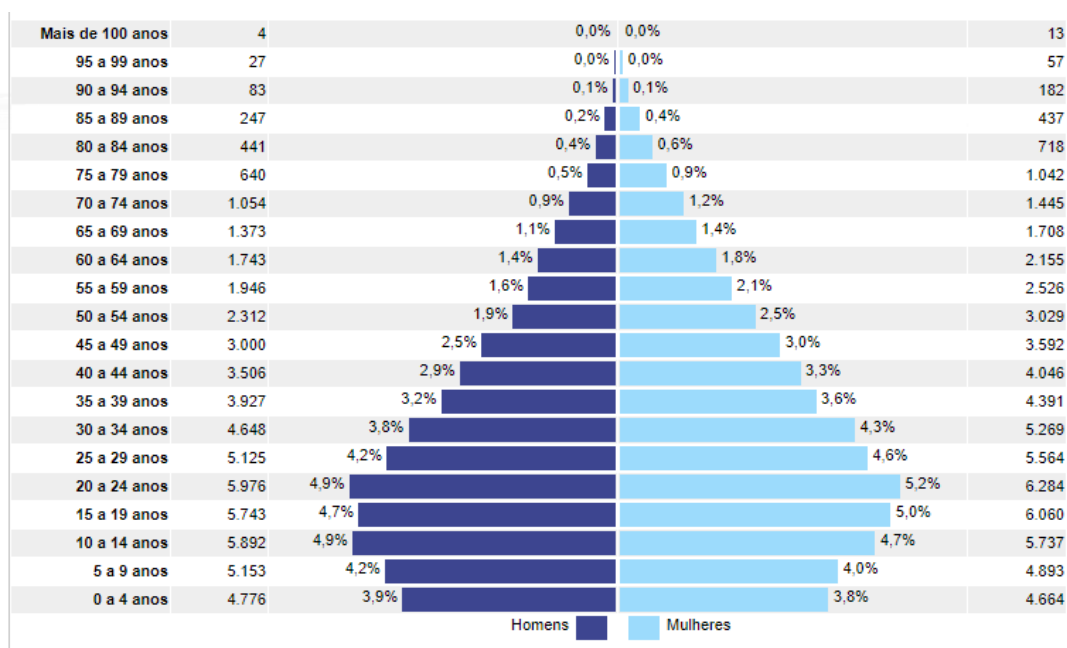
Fonte: Ceará ([201-]).

¹ O total previsto para 2019 foi de 132.123 pessoas (IBGE, 2020).

O Crato faz parte da Região Metropolitana do Cariri (RMC) (Figura 2), que integra também os municípios de Juazeiro do Norte, Barbalha, Jardim, Missão Velha, Caririagu, Farias Brito, Nova Olinda e Santana do Cariri. A RMC foi criada no ano de 2009, partindo da conurbação CRAJUBAR (Crato, Juazeiro e Barbalha) e adicionando algumas cidades circunvizinhas. Um dos objetivos da referida criação foi transformar a região citada em um polo de desenvolvimento econômico, potencializando setores como o comércio de bens e serviços, setor industrial, agricultura e o turismo religioso e de natureza (IBGE, 2017).

A pirâmide etária do município de Crato, tendo como base o Censo realizado pelo IBGE em 2010, demonstra a predominância da população do sexo feminino: 63.812 (52,55% do total) em relação ao total de homens: 57.616 (47,45% do total). As faixas etárias predominantes são: 20 a 24 anos, 15 a 19 anos e 10 a 14 anos, conforme se observa na Figura 3.

Figura 3 - Pirâmide etária do município de Crato - CE (2010)



Fonte: IBGE (2017).

O município, como tantos outros no País, apresenta uma considerável concentração de renda. Ao observar o índice de Gini² da renda domiciliar *per capita*, o Crato possui índice 0,5746. Já acerca do Produto Interno Bruto (PIB), foi visto que no levantamento feito em 2018, o rendimento do município foi de aproximadamente R\$ 1.419.549.000,00, tendo como PIB a renda per capita de R\$ 11.120 (CEARÁ, 2018). No entanto, de acordo com os dados do IBGE, em 2017, o salário médio mensal era de 1.9 salários mínimos, a proporção de pessoas ocupadas

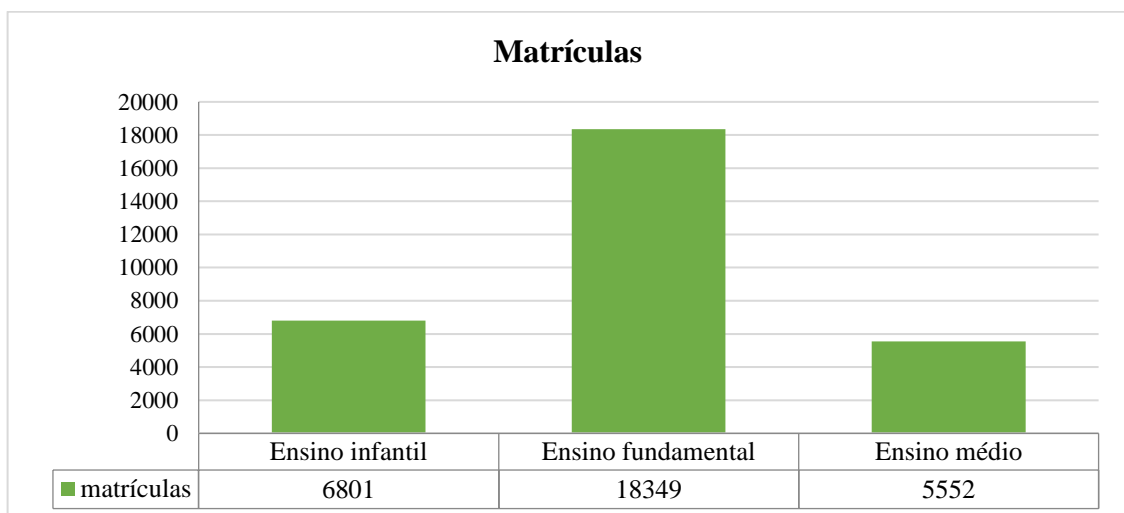
² Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginice.def>. Acesso em: 21 jul. 2020.

em relação à população total era de 15.1% e **43% da população** apresentava rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa.

Salienta-se ainda, entre os dados econômicos do município de Crato, a participação dos setores econômicos no Produto Interno Bruto (PIB), cujo rendimento é assim apresentado: a agropecuária possui equivalência de 5,83% do PIB do município, a indústria possui 15,05% e o setor de serviços 79,12%, conforme mostra o IBGE e IPECE. Essa tendência também aparece na cidade vizinha, Juazeiro do Norte.

Dentre os indicadores educacionais do município, sublinha-se que a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade chega a 97,8 % (IBGE, 2010). Considerando os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), divulgados pelo IPECE (CEARÁ, 2018), o número de matrículas no Ensino Básico no município em 2018 totalizou 30.702, sendo a maior parte delas no Ensino fundamental, com 18.349 (Figura 4).

Figura 4 - Matrículas na Educação básica no município de Crato - CE em 2017



Fonte: elaborada pela autora com base em Ceará (2018).

Na Figura 5 destaca-se as características ambientais do município de Crato, de acordo com as informações da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME) e Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH), divulgadas por meio do Sistema de Informações Geossocioeconômicas do Ceará do IPECE (CEARÁ, 2018). Como pode ser observado, o município possui dualidades entre o clima semiárido, característico do estado do Ceará, e o clima tropical, advindo da região da Chapada do Araripe, que se configura como uma das áreas de proteção ambiental (APA) do Ceará.

Figura 5 - Características ambientais do município de Crato - CE (2017)

	Clima	Tropical, quente, semiárido e brando. Tropical, quente e subúmido.
Aspectos climáticos	Pluviometria Histórica (mm)	1.091
	Temperatura média (°C)	24° a 26°
	Período chuvoso	janeiro a maio
Componentes ambientais	Bacia hidrográfica	Bacia do Alto Jaguaribe e Bacia do Salgado.
	Relevo	Chapada do Araripe, serras secas e sertões .
	Solos	Argissolos, latossolos e neossolos.
	Vegetação	Carrasco, floresta caducifólia, espinhosa (caatinga arbórea), floresta subcaducifólia e tropical.

Fonte: elaborada pela autora com base em Ceará (2018).

Nessa região está localizada a Floresta Nacional do Araripe (FLONA Araripe), a primeira floresta nacional a ser criada em território brasileiro, por meio do Decreto nº 9.226, no dia 2 de maio de 1946 (BRASIL, 1946). De acordo com Alves, Bezerra e Matias (2011, p. 2), a FLONA Araripe:

Localiza-se no topo da Chapada do Araripe – centro da Região Nordeste do Brasil, no extremo sul do estado do Ceará, abrangendo parte dos municípios de Santana do Cariri, Crato, Barbalha, Missão Velha e Jardim. Possui uma área de 38.262 hectares e relevo tabular, variando entre 760 a 920 metros. Apresenta média pluviométrica de 1.000 mm por ano e temperatura que varia de 15 a 25° C. Seu solo é originário do período cretáceo, predominando o tipo latossolo.

No que se refere ao potencial hídrico local, a grande maioria dos rios do Ceará é temporária, fato que dificulta a implantação de empreendimentos que exijam uma maior garantia de água, tal como a obra a que nos referimos mais à frente deste estudo. Destarte, ressaltamos a importância da Bacia Hidrográfica do Salgado (Figura 6) para o equilíbrio ecossistêmico do município, como aponta Sobreira Neto (2019, p. 92) “A sub-bacia do Jaguaribe é composta por 27 municípios e drena uma área de 24.538 km², o equivalente a 16% do território cearense. Mesmo tendo só 18,31% de suas terras inseridas nesta bacia”.

Figura 6 - Bacias hidrográficas do Estado do Ceará e bacia do Salgado



Fonte: Brito (2013).

Para Sobreira Neto (2019, p. 92):

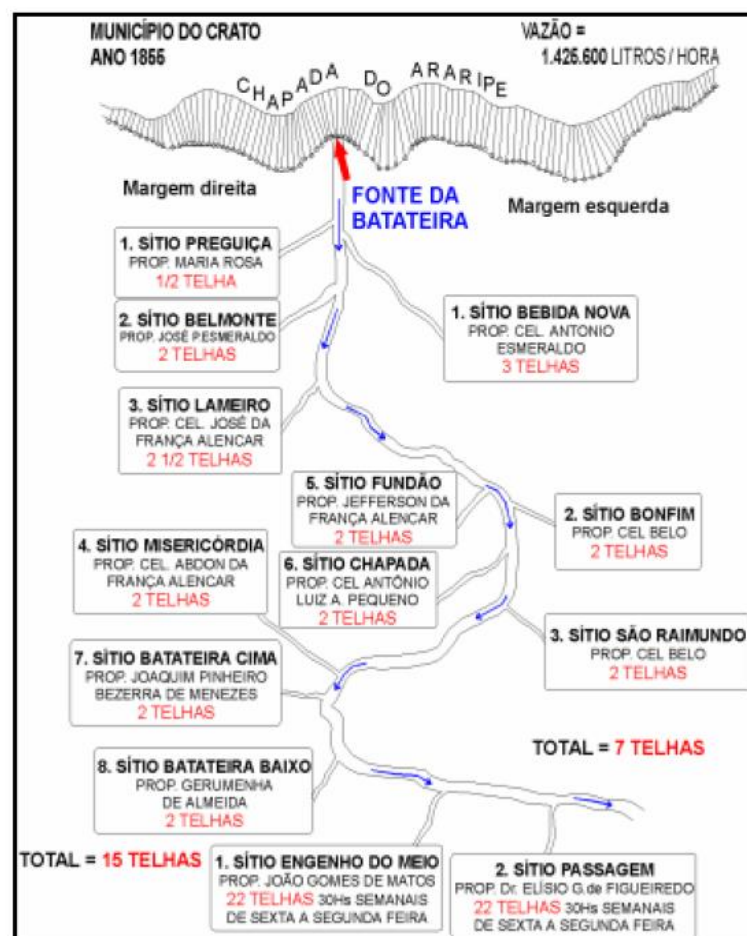
[...] nesses últimos 20 anos, devido ao processo de crescimento populacional em direção da encosta da Chapada do Araripe, aumentaram, consideravelmente, não só o número de construções habitacionais, como também abertura e pavimentação de estradas, o que resulta na ocorrência, cada vez maior, do escoamento superficial das águas das chuvas, acelerando os processos erosivos na encosta [...] Como consequências, acontecem o assoreamento dos rios e a diminuição da recarga hídrica dos aquíferos da Chapada do Araripe. Não bastasse isso, registramos o aumento de lançamento de efluentes urbanos e industriais nas águas superficiais, que provocam a poluição dos principais rios da cidade do Crato.

Como pode ser observado no parágrafo anterior, é inegável a importância da estrutura hídrica presente na região do Cariri para o crescimento da cidade do Crato. O Rio Salgado configura-se como o principal afluente da margem direita do Rio Jaguaribe e desenvolve-se no sentido sul-norte, até encontrar o Rio Jaguaribe, logo a jusante da barragem do açude Orós. As nascentes localizam-se no sopé da Chapada do Araripe. Sua oferta hídrica superficial é determinada pelos 13 açudes, com uma capacidade de acumular 447.410.000 m³ de água e drena uma área de 12.865 km², conforme monitoramento da Companhia de Gestão dos

Recursos Hídricos (COGERH), vinculada ao Governo do Estado do Ceará (SOBREIRA NETO, 2019).

No território onde se localiza a cidade do Crato se destacam os rios Batateiras e Grangeiro, que nascem no sopé da Chapada do Araripe, são uns dos principais afluentes do Rio Salgado. Sobreira Neto (2019, p. 94) assinala que o Rio Batateira (Figura 7), distante em média 8,5 km de sua confluência com o Rio Salgado, “[...] é o rio mais expressivo da região do Cariri. Sua nascente fica localizada no Sítio Luanda, a uma altitude de 765 metros, próximo ao encontro entre as rochas da Formação Exu e Formação Arajara”.

Figura 7 - Esquema de distribuição das águas da Fonte Batateira



Fonte: Gonçalves (2001).

Segundo Rocha (2013), o Cariri Cearense tem como destaques o contraste da riqueza natural da água, elemento crucial na formação do território Cariri; beleza da chapada do Araripe; a preservação da Floresta Nacional do Araripe (FLONA); a conservação do Geopark Araripe (primeiro da América Latina); e uma cultura popular alicerçada na religiosidade e nas manifestações dos saberes tradicional.

O povoamento do Cariri, que começa a ocorrer em meados do século XVIII, teve como grande impulsionador a facilidade no acesso à água e terras férteis para a agricultura, acrescenta Rocha (2013), acompanhadas pela dominação econômica e política das oligarquias agrárias, como pôde ser observado no esquema de distribuição das águas da Fonte Batateira, demonstrado acima, do qual muitos sítios pertenciam a coronéis. Anterior à chegada dos colonizadores na região, como afirma Ceará (2020), constatou-se a existência do povo indígena Kariri.

No caso do Baixio das Palmeiras, Nobre (2015) afirma que na atualidade, são encontrados artefatos dos povos Kariri nas comunidades, em especial na comunidade Muquém, que tem seu nome baseado no nome do chefe indígena que pertencia a essa localidade. O processo de povoamento do distrito começou a ocorrer no final do século XIX, com a chegada dos primeiros engenhos de açúcar no local.

Uma parcela do município do Crato integra ainda a Área de Proteção Ambiental (APA) da Chapada do Araripe, uma área de 972.605,18 hectares, criada pelo Decreto s/n de 04 de agosto de 1997. Essa unidade de conservação federal é gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), localizada na cidade do Crato - CE (ICMBio, 2013). Também se localiza no município o Parque Estadual do Sítio Fundão, que tem dentre suas finalidades a conservação de recursos ambientais e culturais, apresentando flora nativa dos biomas da Caatinga e do Cerrado, corpos d'água de grande valor para a população local e fauna silvestre variada. O Parque Estadual do Sítio Fundão faz parte do Geossítio Batateira, ligado ao Geopark Araripe e está vinculado ao Conselho de Políticas Ambientais do Estado do Ceará (ICMBio, 2013).

Como pode ser visto até então, o município do Crato está localizado em um território rico em diversidade e cultura, que é o Cariri Cearense. Dentre os distritos rurais existentes, o presente estudo dará destaque ao Baixio das Palmeiras, uma das localidades rurais diretamente atingidas pelas obras do Cinturão das Águas do Ceará, como poderá ser visto adiante.

2.2 CONHECENDO O DISTRITO BAIXIO DAS PALMEIRAS

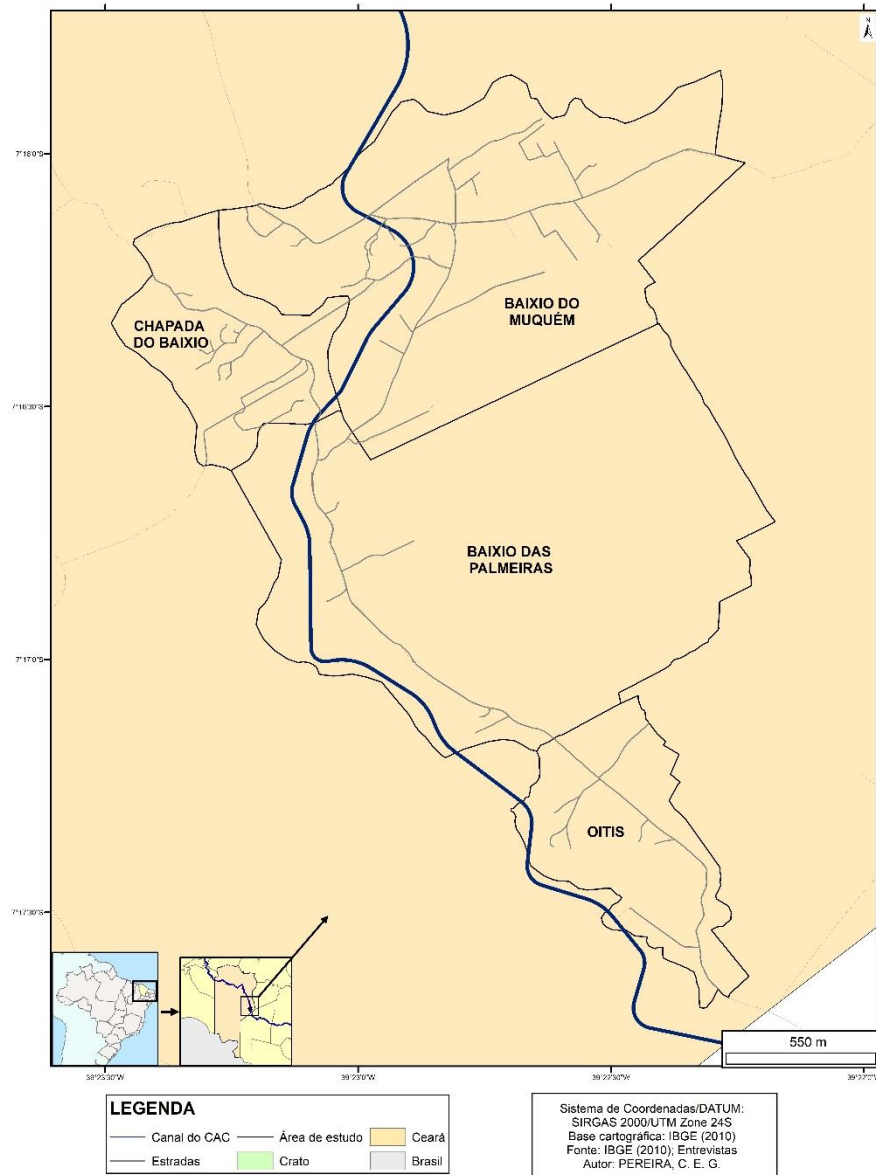
O território do Distrito Baixio das Palmeiras (Figura 8), território desta investigação, é situado ao sul do município do Crato, interior do estado do Ceará na Região Nordeste do Brasil. O Distrito foi instituído por meio da Lei Municipal nº 1.540, de 05/05/1994³, ato legislativo que

³ Sob a mesma Lei, o distrito de Padre Cícero passou a denominar-se Bela Vista e foram extintos os distritos de Muriti e Lameiro (IBGE, 2017).

cria os distritos de Baixo das Palmeiras, Belmonte, Campo Alegre, Monte Alverne e Santa Rosa, no município de Crato. Em divisão territorial datada de 1995, que permanece atualmente, o município é constituído de 10 distritos: Crato, Baixo das Palmeiras, Belmonte, Campo Alegre, Dom Quintino, Monte Alverne, Bela Vista, Ponta Serra, Santa Fé e Santa Rosa (IBGE, 2017).

Figura 8 - Mapa Divisão das Comunidades do Baixo das Palmeiras

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO - DISTRITO BAIXIO DAS PALMEIRAS, CRATO (CE)



Fonte: elaborada pela autora (2020).

O Distrito Baixio das Palmeiras é composto por dez comunidades rurais. Seus moradores, mormente agricultores, constituem famílias que ocupam um território com considerável nível de recursos hídricos e biodiversidade integrada à Chapada do Araripe. Nessas localidades, os moradores “[...] vivem, em sua maioria, da agricultura familiar e partilham uma história e um intenso cotidiano de vivências e práticas” (VENÂNCIO, 2017, p. 14). Ressalta-se sobre a formação do referido território que:

As comunidades do Distrito Baixio das Palmeiras estão distribuídas nas bordas de uma persistente ladeira que se inicia no Muquém e nos leva, sem cessar a declividade, até comunidades como Barro Vermelho, Barro Branco e Baixio dos Cordas, já no município de Barbalha. As citadas **comunidades são próximas e mantêm relações estreitas, envolvendo religiosidade, cultivo, manifestações culturais e organizações políticas**. Os limites, materializados em árvores ou curvas nos muitos caminhos, foram construídos de acordo com processos socioterritoriais. As pequenas aglomerações de moradias obedecem a duas lógicas que foram conformando o espaço como está organizado hoje: os latifúndios antigos, com dezenas de moradores que construam casas nas proximidades dos cultivos de algodão e roças de mandioca, milho e feijão, e os pequenos proprietários que foram construindo casas em torno das suas moradias, mediante o crescimento da família (BRITO, 2016, p. 174, grifo nosso).

Segundo Martins (2020), a história desse distrito perpassa por várias lutas, em especial no que se refere ao direito à terra. A situação de trabalho dos primeiros agricultores situados nessa localidade era muito precária, sendo que em alguns casos eles não possuíam remuneração, mas apenas parte da produção como soldo mensal. Tal realidade modifica-se com o advento das lutas sindicais, quando na década de 1970 se cria a base sindical do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Crato (STTR).

Nas comunidades, delimitadas geograficamente como foco do estudo, há um notório “[...] engajamento comunitário desde a década de 1960 do século XX, quando alguns agricultores estiveram envolvidos diretamente na formação e consolidação do sindicato rural da cidade de Crato” (NOBRE, 2017, p. 23). Entre as iniciativas associativas e de auto-organização dos moradores do distrito, destacam-se: a Associação Rural do Baixio das Palmeiras, Grupo de Mulheres (Nós Mulheres), o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Crato (STTR), o Fórum Popular das Águas do Cariri (FOPAC) e a Casa de Sementes Crioulas do Baixio das Palmeiras (NOBRE, 2017).

No Baixio das Palmeiras, e em outros territórios da Região do Cariri, há comunidades tradicionais que datam a formação do País, num complexo de atores que vão de descendentes

de pessoas antes escravizadas e sesmeiros⁴ que chegaram durante o período colonial a indígenas que já habitavam tal território e que até hoje travam disputas pela ocupação e uso das terras. Sendo possível lembrar sua história a partir de acontecimentos como a chegada das missões portuguesas, o trabalho nos engenhos de rapadura, as grandes secas, a criação e ataque ao Caldeirão do Beato José Lourenço⁵, o milagre do Padre Cícero etc. (LEITE; LEITE, [201-]). Isso reforça o entendimento de como se dão as dinâmicas internas das comunidades pesquisadas.

O distrito supramencionado tem saído da invisibilidade que anteriormente se apresentava e recebido alguns estudos diante do contexto de conflitos e a resistência frente aos impactos decorrentes das obras realizadas para a extensão da Transposição do Rio São Francisco, o Cinturão das Águas do Ceará (CAC), cujo cenário será abordado nesta pesquisa. Esta pesquisa foi realizada nas comunidades Baixio das Palmeiras (sede do distrito com o mesmo nome), Baixio do Muquém, Chapada do Baixio e Baixio dos Oitis, as quatro diretamente afetadas pelo problema. Igualmente, as quatro comunidades têm um total de 318 famílias, conforme Figura 9.

Figura 9 - Quantitativo de famílias residentes no território pesquisado



Fonte: elaborada pela autora com base em Nobre (2017).

Dentre esses moradores, atualmente 72 famílias foram notificadas como público a ser desapropriado nas quatro comunidades citadas acima, sendo dezoito pessoas, a princípio, que perderam casas e os demais irão perder terrenos e/ou benfeitorias. Os moradores relatam que não receberam informação prévia sobre o processo de desapropriação, e só souberam que iriam ser desapropriado com a chegada dos trabalhadores da terceirizada VBA empreendimentos para demarcação da área a ser desapropriada (NOBRE, 2017).

A seguir, faremos a contextualização da obra que gera a situação aqui estudada, abordando primeiramente a trajetória das políticas hídricas no estado do Ceará, o conceito de hidroterritório e ilustrando a trajetória do eixo 1 do CAC no distrito Baixio das Palmeiras.

⁴ Segundo Ceará (2020), o processo de povoamento branco inicia-se a partir da sessão das sesmarias, áreas consideradas abandonadas que eram entregues pelo governo português aos sesmeiros, que eram responsáveis por cultivar plantações nessa área.

⁵ A comunidade rural Caldeirão de Santa Cruz do Deserto, no município do Crato, foi uma comunidade liderada pelo Beato José Lourenço e era vista pelos flagelados da seca como um local de bênçãos. Foi vítima de um ataque bélico estatal, onde dois aviões e 200 soldados metralharam o território. Disponível em <http://memorialdademocracia.com.br/card/comunidade-do-caldeirao-e-massacrada>. Acesso em: 21 jul. 2020.

3 GESTÃO DAS ÁGUAS NO ESTADO DO CEARÁ E O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO CAC NO DISTRITO BAIXIO DAS PALMEIRAS

Este capítulo objetiva compreender aspectos históricos das políticas de gestão das águas do Ceará e como essas reverberam no processo de implementação das obras do Cinturão das Águas do Ceará no distrito Baixio das Palmeiras. Por fim, será apresentado o Cinturão das Águas do Ceará, marcos importantes e como chegou até as comunidades estudadas.

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DAS ÁGUAS NO ESTADO DO CEARÁ

As relações humanas, com seu espaço físico, político, econômico e cultural, determinam importantes elementos de análise da estruturação da realidade, tanto ao nível local, quanto global. No caso do nordeste brasileiro, a ocupação territorial e as migrações fornecem importantes informações sobre as interações sociais no e com o território.

A escassez hídrica, nesta região, tornou-se objeto de análise por meio da literatura, ciência e política. Compreender os fatores climáticos para desenvolver ações de combate à seca e prover mecanismos para manutenção da população no campo, evitando-se a superpopulação nas grandes cidades, passa a ser alvo de políticas públicas no âmbito estadual e federal.

Para Howllet, Ramesh e Perl (2013), política pública é o resultado de uma deliberação governamental, podendo a mesma gerar ações estratégicas possíveis ou não de serem concretizadas. Por ser um processo composto de decisões oriundas de vários espaços, no conteúdo dessas estratégias devem ser abordados vários fatores, como as necessidades do público-alvo interventivo, relações entre os atores políticos envolvidos na construção da política, conflitos políticos, histórico da área em que a política se localiza, entre outros.

Logo, quando se analisa uma política pública, é preciso levar em consideração o contexto socioeconômico e político no qual a mesma está vinculada. Tem-se que levar em consideração que essas ações podem gerar, em alguns casos, efeitos não intencionados, capazes de serem nocivos a determinados grupos populacionais (HOWLLET; RAMESH; PERL, 2013). Para isso, faz-se necessário compreender as peculiaridades do fenômeno da seca no contexto nordestino.

A questão das secas é uma problemática histórica nessa região, em especial na vida das comunidades interioranas. Historicamente, essa ocorrência climática tem sido vista como um fator limitante do crescimento econômico da região, bem como condição importante para

compreender aspectos relacionados à situação de vulnerabilidade social na qual os sertanejos estavam envolvidos.

A seca não pode ser associada apenas à questão climática, uma vez que os seus efeitos são agravados em virtude da estrutura sócio-política dominante que mantém o Nordeste em uma situação de sujeição. Assim, é necessário desconstruir a concepção de que a seca é a responsável pela pobreza e mazelas do Nordeste, isso porque não falta água nessa região, o que há, na verdade, é a ausência de soluções para resolver a má distribuição da mesma e os obstáculos de aproveitamento desse recurso (FILGUEIRA, 2011).

Segundo Bursztyn (2008), a partir da necessidade do “combate à seca”, há um século, esse fenômeno vem sendo alvo de medidas do Estado. Exemplo disso é a criação do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) e de outros órgãos e agências que foram implantados pelo governo a fim de apresentar à população programas e soluções para a falta de água. Quando observadas as principais ações estratégicas desses espaços, é vista a predominância da construção de obras de infraestrutura, o que serviu somente para reforçar e manter a estrutura de poder dominante local.

É nesse contexto que surgiu a “indústria da seca”, um conjunto de ações e serviços de combate aos efeitos da seca que beneficiavam outras pessoas que não as diretamente implicadas com a escassez hídrica, ou seja, um conjunto de políticas públicas inócuas que apenas reforçavam e mantinham as relações de interdependência entre o poder central e os grupos dominantes locais (CHACON, 2007).

Tal modelo tem vínculo direto com as relações de autoritarismo e paternalismo que permeiam a história do Nordeste. No caso do Ceará, as relações paternalistas sempre foram um instrumento essencial para a legitimação do poder. A exploração paternalista depende da relação da exploração do capital, gerando relações de reciprocidade assimétricas, pois o paternalismo e clientelismo contribuem para a situação de dominação e opressão dos que a ela se submetem, através de laços sociais de afetividade, simbólicos e imaginários, apoiados “[...] sob o jugo da desigualdade e do tributo” (SABOURIN, 2011, p. 48).

Assim, o processo de modernização na década de 1980 não representou o fim da relação de interdependência entre o poder central e os poderes locais, tendo em vista que os novos coronéis modernizados se adaptaram às novas formas de paternalismo e clientelismo. Observa-se então que o conjunto de políticas públicas inócuas que representaram a “indústria da seca” e embasava o discurso de “combate à seca” possuíam como público-meta aqueles que não eram realmente afetados pelo problema em questão e serviam apenas como instrumentos de

favorecimento dentro do jogo político para dar suporte ao sistema dominante, legitimador e opressor (BURZSTYN, 2008; CHACON, 2007).

Na década de 1990, começa a emergir nas grandes instituições de fomento e em vários espaços de discussão a temática sobre desenvolvimento sustentável, na qual a prerrogativa da necessidade do uso racional dos recursos naturais, promoção da superação de situações de desigualdade social e promoção de um desenvolvimento econômico que não desconsiderasse questões sociais e ambientais estavam em alta. Partindo disso, o Estado torna-se um ator importante na promoção de políticas públicas que proporcionem sustentabilidade nos três âmbitos supracitados.

Mas, como é observado por Chacon (2007), quando se refere às políticas hídricas, a pauta do desenvolvimento sustentável foi apropriada para legitimar a criação de projetos de infraestrutura pautados nas necessidades dos grandes centros urbanos, para suprir a demanda de abastecimento. Como também para atender os pré-requisitos das instituições de fomento internacional, que começaram a pautar sustentabilidade em seus editais. Tal movimento limitou ainda mais a participação do sertanejo, que seria o real interessado em ações de mitigação dos efeitos da seca, no processo da formulação das políticas de gestão das águas.

Atualmente, entende-se que, na verdade, o combate à seca, arranjo institucional viável nas décadas passadas, é substituído pelo novo paradigma de convivência com o semiárido, em um contexto em que se discute sustentabilidade, mudanças climáticas e adaptação ambiental.

Em linhas gerais, a condução das políticas referente à pasta de recursos hídricos é realizada atualmente com o apoio de vários instrumentos. O principal deles é a Política Estadual de Recursos Hídricos, instituída pela Lei Nº 11996, sancionada em 24/07/1992, que, segundo Ceará (1992), objetiva traçar estratégias para assegurar condições para utilização, planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos de forma integrada, descentralizada e participativa, compreendendo a água como recurso natural e essencial.

Também é importante ressaltar a criação de órgãos governamentais específicos da pasta, como a Secretaria de Recursos Hídricos (SRH) e Superintendência de Obras Hidráulicas (SOHIDRA), no ano de 1987, e em 1993 a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH), que estão tornando possível uma estrutura de gestão especializada para tratar da pauta. Mais adiante, em 1994, começam a ser implementados os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs), instâncias responsáveis pela integração e planejamento de ações das políticas de Recursos Hídricos a nível social (SABOIA, 2015).

Com a definição da unidade de gestão bacia hidrográfica em 1994, como unidade de gestão de Recursos Hídricos, o comitê de bacia se torna a instância principal no que diz respeito

a participação social nos processos decisórios sobre a gestão das águas, tendo caráter deliberativo e consultivo a responsabilidade pela integração e planejamento de ações das políticas de Recursos Hídricos (CHACON, 2007).

Casarin e Santos (2011, p. 83) afirmam que o comitê de bacia se configura como um “[...] espaço privilegiado para a negociação de conflitos e de estabelecimento de regras de convivência com a água”. Nesses espaços de deliberação dos processos de gestão das águas, é preciso ter representação tanto do poder público quanto da sociedade civil organizada. Essas instâncias possuem poder consultivo (emissão de pareceres), normativo (estabelece normas) e deliberativo (toma decisões). Tais prerrogativas demonstram que, para que haja de fato uma gestão participativa das águas, é necessário o estímulo à participação, em especial do terceiro setor, nesses comitês. São estruturas que têm potencial em, a partir do estímulo à participação efetiva da sociedade civil, aproximar as reais necessidades das populações que vivem em um território de bacia, do planejamento pautado pelos gestores de políticas públicas estaduais (CASARIN; SANTOS, 2011).

A proposta de convivência com o semiárido traz um novo enfoque de adaptação às condições naturais do clima, (NASCIMENTO *et al.*, 2014) que implica conhecer as características do bioma para desenvolver atividades produtivas, considerando-se as especificidades locais, tais como aproveitar a energia solar, abundante no nordeste brasileiro, como potencial energético (MALVEZZI, 2014), valorizando, portanto, a integração entre território e recursos hídricos (TORRES; LIMA; VIANNA, [2007]).

As estratégias de convivência com o semiárido têm como foco aproveitar saberes, provenientes dos camponeses, para criação de tecnologias de baixo custo que orientem a população a lidar com os limites e potencialidades climáticas da região onde vivem, possibilitando aos camponeses transformarem as formas de manejo dos problemas climáticos enfrentados. A base da convivência é conhecer bem o clima e as peculiaridades do mesmo, adaptando-se de forma inteligente a esse e interferindo no ecossistema de maneira responsável e respeitável (SILVA; SAMPAIO, 2014).

Camponeses têm, por excelência, uma capacidade de ler e prever fenômenos naturais, isso porque convivem de forma direta com a natureza há muitos anos. No caso dos nordestinos, as práticas de convivência com o semiárido possibilitam o manejo das condições climáticas de estresse hídrico, como pode ser observado no contexto cearense dos “profetas da chuva”. Algumas técnicas comuns no escopo das tecnologias sociais são a coleta da água da chuva, a implantação de cisternas, o formato de cultivo a partir do sistema Mandala e a construção de barreiros, cacimbões e tanques. As tecnologias sociais promovem autonomia nas comunidades,

quanto a segurança hídrica, proporcionando também a democratização do acesso à água (SILVA; SAMPAIO, 2014).

Acerca disso, Saboia (2015 p. 138) ilustra que no Ceará existe um Plano Estadual de Convivência com a Seca, no qual uma das estratégias prioritárias é o processo de integração de bacias, cujas construções “alteram o território e acentuam a transformação da primeira em segunda natureza”. Essas grandes obras não garantem que as populações em estado de pobreza hídrica irão, de fato, serem atendidas, e isso é questionado por vários movimentos sociais que visam compreender a qual público essas estratégias realmente atendem (SABOIA, 2015).

A pauta da oferta de água possui mais protagonismo do que a da demanda e da qualidade desse insumo. Ligando isso à perspectiva que se tem da água como insumo importante para a alimentação do setor produtivo e modernização da economia, percebe-se que as grandes obras hídricas favorecem o abastecimento de notáveis empreendimentos, conforme é visto no caso dos perímetros irrigados, a exemplo o do Apodi, que abastece grandes agroindústrias (SABOIA, 2015).

Vê-se que o modelo atual de gestão das águas no Ceará ainda atende à “[...] manutenção do modelo de desenvolvimento, sendo permeada por processos políticos, econômicos, ideológicos e territoriais, necessários à reprodução do capital nacional e internacional” (SABOIA, 2015, p. 162).

O ideal de combate à seca, mesmo com a criação de políticas públicas de recursos hídricos e com a tentativa de aproximar a população dos processos decisórios pelos comitês de bacia, não proporcionou êxito na promoção da qualidade de vida dos camponeses (SILVA; SAMPAIO, 2014).

A base da convivência é conhecer bem o clima e as peculiaridades do mesmo, adaptando-se de forma inteligente a esse clima (tendo em vista ser impossível adaptá-lo às demandas humanas), e interferindo no ecossistema de forma responsável e respeitável (SILVA; SAMPAIO, 2014). Perante o ilustrado até então, é compreensível a necessidade de abordar a percepção de desenvolvimento e sustentabilidade, bem como o processo desse trabalho no âmbito da gestão das águas.

3.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E GESTÃO DAS ÁGUAS

Como é apresentado por Sachs (2009), a noção de desenvolvimento é tradicionalmente relacionada ao crescimento econômico de um determinado território. Porém, o que se constatou posteriormente foi que o crescimento desenfreado é promotor de situações de vulnerabilidade

socioambiental. Tais reflexões começam a ganhar força na década de 1970, com os debates fomentados na Conferência de Estocolmo.

Com o avançar das discussões em espaços de debate e com o advento da publicação do Relatório de *Brundtland* (CMED, 1988), a noção de desenvolvimento, aos poucos, foi sendo dissociada da ideia de crescimento econômico. Começam a ser consideradas questões relacionadas às esferas social, ambiental, cultural, política, ética e territorial. Logo, surge a necessidade de uma nova conceituação de desenvolvimento, a ser estruturada através da harmonização da justiça social, economia e ética com o meio ambiente.

Os debates sobre os modelos de desenvolvimento econômico e como os mesmos podem promover situações de desigualdade social começam a ganhar mais força. Arrighi (1997) questiona se há a possibilidade de alguma mudança social ante o modelo vigente, pois, ainda que seja possível alguma mobilidade dentro da economia capitalista mundial, os países em desenvolvimento ficam à margem nesse processo.

Já na perspectiva do desenvolvimento como mito, defendido por Furtado (1985), o desenvolvimento econômico e os padrões de produção e consumo não podem ser generalizados. O autor percebeu os contrastes e contradições desse modo de produção capitalista, que na realidade é um sistema de crises e problemas que mantém situações de desigualdade extrema e subordinação das classes vulneráveis aos que concentram o poder. Assim, o desenvolvimento atrelado ao crescimento da economia surge apenas para legitimar os países desenvolvidos nas suas práticas hegemônicas, excludentes e devastadoras do meio ambiente.

De outra via, a pauta da discussão entre desenvolvimento e sustentabilidade começa a emergir nas obras de Ignacy Sachs. Tendo como origem a noção de Ecodesenvolvimento. O autor pauta que a ética planetária e a solidariedade são imprescindíveis para garantir o direito de todos ao desenvolvimento equilibrado do meio ambiente. Assim, a solidariedade com as gerações atuais e futuras perpassa pelo respeito à biodiversidade e pela responsabilidade de sua conservação (SACHS, 2009).

O autor reflete sobre a forma que o sistema econômico neoliberal, que obteve sua escalada em meados dos anos 1980, compreende os bens naturais, como sendo recursos à serem usados para proporcionar o progresso econômico e satisfazer as necessidades humanas. O uso desordenado e a inequidade ao acesso a esses recursos apontam a necessidade de mudança de paradigma. É necessário um novo modelo de desenvolvimento pautado no uso racional do meio ambiente (SACHS, 2009).

Tal realidade é estabelecida pela agenda 2030, que se constitui em um plano de ação para todas as pessoas de todas as nações, visando o fortalecimento de políticas e práticas

sustentáveis em prol da proteção da vida no planeta. É também um dos objetivos definidos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), considerando-se as particularidades das nações, respeitando-se as suas limitações e potencialidades, reconhecendo o vínculo entre Desenvolvimento Sustentável e os demais processos econômicos, sociais, políticos e ambientais e tratando sobre a disponibilidade e versão sustentável da água e saneamento para todos. (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2015).

É válido ressaltar que as situações de vulnerabilidade ambiental expressas anteriormente também implicam em vulnerabilidade social. No que se refere à pasta de gestão ambiental no Ceará, nas últimas décadas intensificaram-se os conflitos referentes ao acesso e uso da água no Brasil, como a construção de açudes e barragens, a exemplo do Castanhão (CANUTO; LUZ; LAZZARIN, 2013) e outras consideráveis construções, como o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (ADECE, 2018) e o projeto da Usina de Urânio em Quiterianópolis (DAMASCENO, 2019). Rigotto, Aguiar e Ribeiro (2018) expõem as inúmeras situações de agravo à saúde, bem como desrespeito aos direitos humanos, decorrente dos empreendimentos supracitados.

No caso deste estudo, existe um conflito socioambiental que envolve o acesso e uso da água no contexto de um ambiente rural. Destaca-se que é necessário compreender os conflitos socioambientais estabelecidos, dentro de uma dinâmica que envolve o modo de vida e produção da população rural no território. Para os camponeses, a utilização da água está condicionada à uma visão desta como elemento que garante o direito à vida.

Lopes (2015, p. 26) dimensiona a gestão de águas segundo os parâmetros de sustentabilidade, apresentados por Sachs (2009), ao afirmar que a mesma é

[...] regulada a partir da institucionalização de uma política Federal que se preocupa em utilizar racionalmente o recurso (sustentabilidade ambiental); alocá-lo para haver acessibilidade de todos, por meio do uso doméstico ou até mesmo para desenvolver atividades produtivas, como a agricultura (sustentabilidade social e econômica); além de promover uma gestão participativa e descentralizada (sustentabilidade política e institucional).

Ao observar como as políticas relacionadas à água são elaboradas e conduzidas, tanto na realidade nacional quanto no contexto cearense, é visível a predominância da perspectiva de água como recurso, inclusive na forma que a política é nomeada: ‘Recursos Hídricos’. Santos (2018) constata a inexistência de uma definição clara do conceito de recursos hídricos nas resoluções governamentais.

E justamente a junção da perspectiva de água como recurso com a busca incessante pelo crescimento econômico (algo que também é objetivado na construção de obras hídricas) e a falta de estratégias para aproximar a população da construção da agenda política da pauta que evidencia a necessidade de se pensar ações estatais promotoras de conflitos. Martins (2020) afirma que no processo de elaboração de uma ação de infraestrutura de larga escala, é possível haver efeitos danosos à comunidade afetada, sendo a desapropriação um dos mais emblemáticos, como o que ocorreu no projeto CAC, que será apresentado a seguir.

3.3 O PROJETO CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ (CAC) E SUA INSERÇÃO NO DISTRITO BAIXIO DAS PALMEIRAS

Para compreender como se deu o processo de planejamento do Cinturão das Águas do Ceará (CAC), é preciso abordar inicialmente o Projeto de Integração do Rio São Francisco (PIRSF). Fazendo parte do pacote de obras de infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), esse projeto, que comporta seis trechos de obras, busca deslocar parte da água do rio São Francisco para as bacias hidrográficas da região Nordeste, visando garantir o abastecimento de água às áreas de quatro estados: Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Segundo o Ministério da Integração Nacional (2018), serão beneficiados cerca de 12 milhões de pessoas em 390 municípios desses estados nordestinos.

O empreendimento tem a extensão total de 477 quilômetros, divididos em dois trechos: Leste e Norte. Para viabilizar a distribuição da água pela região, o projeto prevê, de acordo com o Governo Federal, a construção de 04 túneis, 13 aquedutos, 09 subestações de bombeamento, 27 reservatórios e a recuperação de açudes (AVEIRO, 2014).

O CAC, nesse contexto, é uma extensão do Projeto de Integração do São Francisco, tendo seu início a partir do Trecho I do Eixo Norte do Projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco, mais precisamente na Barragem Jati, localizada nas imediações da cidade de Jati, na Bacia do Salgado, no Ceará. O projeto é composto pelo canal principal (dividido em três trechos) e também por três ramais - Ramal Leste, Ramal Oeste e Ramal Litoral (Anexo A). Neste estudo, será destacado o Trecho 1, onde estão presentes as comunidades que serão estudadas.

O Trecho 1, também chamado de Jati-Cariús, intercepta a Região do Cariri de Leste a Oeste, margeando a Chapada do Araripe, cruzando nove municípios, incluindo o município do Crato, local onde a pesquisa foi desenvolvida, como pode ser visto nos mapas do Anexo B. Segundo o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) do

CAC (CEARÁ, 2010), esse trecho tem perspectiva de atender ao abastecimento humano, a indústria, a perenização de rios e reservatórios.

As obras iniciaram em junho de 2013 com previsão de conclusão em 36 meses. No entanto, em decorrência de questões políticas e econômicas, as obras sofreram atrasos, prorrogando-se o tempo de conclusão. Em caráter de urgência, fez-se um trecho emergencial que conduz as águas do São Francisco até o riacho Seco em Missão Velha, continuando até rios Salgado, Jaguaribe, e finalmente, açude Castanhão (RODRIGUES, 2019). Com a finalização das obras do Eixo Norte do PIRSF e o investimento de 41 milhões de reais, destinados pelo Ministério da Integração Nacional, é esperado o retorno das obras no mês de junho, como consta em uma matéria do jornal O Povo⁶. Segundo informações colhidas no site do Governo do Estado⁷, o eixo emergencial já está apto para aduzir as águas advindas do eixo norte, que garantirá abastecimento para Região Metropolitana de Fortaleza, Baixo e Médio Jaguaribe e bacia do Salgado.

No EIA/RIMA (CEARÁ, 2010) da obra são descritas as características de execução do empreendimento, aspectos gerais da região que será interceptada pela obra, como também as questões climáticas, hidrológicas, geológicas, geotécnicas e antrópicas, área de abrangência, avaliação de impactos e medidas de mitigação desses impactos. A opção pela alternativa locacional 5, entre as justificativas apresentadas para construção do canal, se deu: (1) por não interceptar áreas de preservação ambiental; (2) por ser um trajeto favorável para construção, na qual o transporte gravitacional da água é possível, topologicamente falando; (3) pela redução de custos energéticos; (4) e por ser a opção com menor demanda de desapropriação e realocação de atingidos.

No que se refere às medidas mitigatórias, consta o programa de comunicação social que prevê como estratégia de ação a realização de palestras informativas, divulgação de medidas de prevenção de acidentes e interferência no sistema viário e curso de capacitação para obreiros. Porém, durante o período de execução da obra, esse programa não foi executado. Os moradores não tiveram acesso às palestras informativas, não houve informes prévios para a população sobre o que era o CAC e porque ele seria construído naquela área, como também a comunidade não foi chamada a participar ativamente das primeiras audiências públicas realizadas sobre as obras (MARTINS, 2020).

⁶ Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2020/05/12/com-injecao-de-mais-r--41-1-milhoes--obras-do-cinturao-das-aguas-devem-ser-retomadas-em-junho.html>. Acesso em: 20 jul. 2020.

⁷ Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2020/07/07/conheca-o-caminho-das-aguas-do-rio-sao-francisco-no-ceara/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

As primeiras informações sobre as obras ficaram restritas às instâncias do primeiro setor, como o Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA) e entidades públicas que participaram das primeiras audiências sobre o processo, que apesar de serem audiências públicas, não foram amplamente divulgadas nas comunidades afetadas, voltando-se mais para os representantes da gestão municipal das cidades contempladas. Alguns fatores foram levantados na 1ª reunião extraordinária do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente do Município do Crato, ocorrida em dezembro de 2010 (Anexo C). Foi falado sobre as áreas de interesse social que seriam interceptadas pelo CAC, sobre a localização do empreendimento estar localizada na Área de Proteção Ambiental (APA) da Chapada do Araripe e sobre a necessidade de se pensar em políticas compensatórias (CONDEMA, 2010).

As comunidades atingidas nesse município só passam a ter conhecimento sobre a obra com a chegada dos trabalhadores da empresa terceirizada, que começaram os primeiros levantamentos topográficos acerca da área afetada pela obra. Nobre (2017) afirma em sua pesquisa que os moradores perceberam uma movimentação incomum na comunidade. Perceberam que os trabalhadores, sem pedir permissão prévia ou informar o propósito da demarcação, estavam realizando seu trabalho em suas propriedades. E isso ocasionou sentimento de indignação por parte dos moradores, que se sentiram invadidos.

A audiência pública com os moradores para esclarecimento sobre o que seria o CAC só ocorreu a pedido da comunidade, como todas as outras audiências realizadas. A mesma situação-problema pode ser observada na construção do complexo Castanhão, conforme evidencia Braz (2011), sendo inclusive a mesma equipe de profissionais que realizou o cadastramento das famílias desapropriadas.

Na pesquisa de Brito (2016) é demonstrado que, após o início do levantamento topográfico, as audiências e reuniões realizadas com a comunidade foram obtidas através de denúncia das lideranças comunitárias ao Ministério público federal, não havendo registro de nenhuma audiência convocada pela SRH ou pela terceirizada contratada para prestar informações sobre a obra e suas reverberações.

Conforme o levantamento documental feito pela pesquisadora, foi possível se chegar a três produtos: um infográfico contendo documentos importantes para compreender como se chegou à implementação do CAC, a linha do tempo do CAC e a linha do tempo do Fórum Popular das Águas do Ceará, sendo que esse último produto será apresentado no próximo capítulo.

Como pode ser visto na Figura 10, ao pensar nos marcos legais do processo de implementação do CAC, devemos primeiramente nos reportar à Lei nº. 3.365 de 21 de junho de 1941, que assegura legalmente casos de desapropriação por utilidade pública. Em seguida, o decreto nº 95.733, de 12 de fevereiro de 1988, que versa sobre os processos de compensação

ambiental de obras que possam causar prejuízos socioambientais. A própria criação da Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Figura 10 - Infográfico do Marco Legal do CAC (Parte 1)



Fonte: elaborado pela autora (2020).

No âmbito local é visto que o projeto CAC foi apresentado pela primeira vez, como também o seu Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), na Secretaria de Meio Ambiente e Controle Urbano, em 2010. Sendo essa primeira apresentação realizada para os membros dessa autarquia. No mesmo ano, ocorre a primeira apresentação do CAC ao Conselho Municipal da Defesa do Meio Ambiente do Município do Crato (CONDEMA), onde a pauta principal foi expor o projeto CAC para esse conselho.

Em 2012, foi emitido um parecer (Anexo D) da Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará (SEMACE), que consistia na análise técnica do EIA/RIMA da obra. Também nesse ano, por parte do Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade, o projeto teve o licenciamento ambiental aprovado (Anexo E).

No ano seguinte, a partir de denúncias feitas pela população atingida sobre a forma de condução da obra na comunidade, foi realizada a primeira auditoria da obra, por parte do Tribunal de Contas da União (TCU) e uma nota de esclarecimento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Controle Urbano do Crato sobre os impactos socioeconômicos e ambientais do projeto ao ser implantado na região, sendo essa nota também fruto da situação de conflito gerada pelo empreendimento, que será esmiuçada no próximo capítulo.

Na Figura 11, constam os documentos mais recentes sobre o andamento do CAC na cidade do Crato. Foi elaborada uma versão atualizada de apresentação do CAC pela SRH em 2015, como também a ficha técnica do empreendimento e a inclusão do CAC como projeto estratégico no Planejamento Estratégico da SRH referente aos anos de 2015 a 2022.

Figura 11 - Infográfico do Marco Legal do CAC (Parte 2)⁸



Fonte: elaborado pela autora (2020).

⁸ Ver documento referente ao 'Relatório de esclarecimento de ocorrências do projeto CAC' no Anexo F.

Em 2016, foi feito um relatório pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Ceará sobre a aplicação de uma metodologia chamada “Gestão de Investimento Público”, no processo de implementação. Em 2017, a obra passa novamente por uma auditoria do TCU. Em 2018, foram repassadas informações pelo Ministério da Integração Nacional sobre o investimento previsto para a obra e durante 2019, foram encontrados três documentos: um emitido pela SRH sobre a situação física e financeira dos três trechos da obra, um ofício da Procuradoria Geral da Justiça, com a notificação de para uma audiência pública requerida pela comunidade sobre as medidas compensatórias da obra e um documento da SRH sobre a atuação situação de desapropriação dos lotes do trecho 1.

No que concerne a participação dos moradores das comunidades atingidas nas discussões sobre o processo de implementação da obra, é visto pelo levantamento feito por Martins (2020) que a primeira audiência junto à comunidade ocorreu no ano de 2012. Também é em 2012 que surge o movimento social “Somos Todos Baixo das Palmeiras”, movimento de cunho reivindicatório onde os moradores das comunidades afetadas pelo CAC relatam os problemas vivenciados por eles por conta do iminente processo de desterritorialização.

Nas quatro dissertações encontradas que abordam o CAC (BRITO, 2016; TAVARES, 2016; NOBRE, 2017; MARTINS, 2020), são ilustrados relatos do incomodo dos moradores com a forma com que foram abordados no início do processo, em especial na abordagem inicial do processo de medição da área afetada. Segundo os relatos, os trabalhadores entraram nos domicílios sem pedir permissão aos moradores. Foi a partir dessa visita técnica que os moradores ficaram sabendo sobre o CAC e que seriam desapropriados. E esse problema de comunicação inicial se tornou o estopim das situações de conflito entre moradores, estado e empresa terceirizada. As temáticas Conflitos socioambientais e Migração Compulsória serão trabalhadas no capítulo seguinte.

4 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO HIDROTERRITÓRIO BAIXIO DAS PALMEIRAS E O PROCESSO DE MIGRAÇÃO COMPULSÓRIA

Neste capítulo, abordaremos aspectos teóricos sobre os conceitos de hidroterritório e conflito socioambiental. Iniciaremos falando sobre hidroterritórios e ilustrando porque consideramos as comunidades afetadas pelo CAC como hidroterritórios. Em seguida, trataremos a discussão sobre aspectos teóricos de conflitos e as especificidades dos conflitos ambientais. Por fim, é trazida uma breve explanação sobre a situação de conflito deflagrada com a chegada do CAC no Baixio das Palmeiras, além da conceituação de o que é um processo de migração compulsória.

4.1 HIDROTERRITÓRIO E HIDRORESISTÊNCIA

É possível afirmar que quando se tem territórios em que a água é motivo de luta, disputada por posse e controle do recurso, pode-se denominá-los hidroterritórios. Este conceito foi definido por Torres (2007, p. 14) como “[...] aqueles territórios demarcados por questões de poder político e/ou cultural oriundas da gestão da água, assumindo assim, o papel determinante em sua ocupação”. É expressão de um fenômeno social no qual a dominação territorial é estabelecida pelo controle da água que possui tanto valor simbólico como econômico.

Segundo Torres, Lima e Vianna ([2007]) e Torres (2007), os arranjos territoriais estabelecidos pela gestão dos recursos hídricos no Nordeste podem ter três configurações: (1) hidroterritórios privados, em que a água é reconhecida como mercadoria, excetuando-se os serviços de tratamento e distribuição; (2) hidroterritórios de águas livre como os de comunidades indígenas, nos quais se verifica a socialização do bem coletivo; (3) e hidroterritórios de luta, cuja a disputa sobre o recurso comum se estabelece entre diversos atores sociais pela dominação da água para determinados fins como o agronegócio.

Observa-se, segundo os mesmos autores, o papel articulador da água na produção de energia, agricultura e desenvolvimento industrial; definindo, conseqüentemente a formação territorial. Ou seja, água, energia e alimentos são recursos indispensáveis à sociedade. Entretanto, as ações de gestão e planejamento são analisadas setorialmente, destaca Rodrigues (2017), portanto, desconectadas, o que contribui para uma visão fragmentada dos problemas ambientais.

A distribuição irregular da água e o uso irracional dos recursos hídricos, acrescido dos fatores geoclimáticos, são responsáveis pela crise da água, salienta Silva (2012). Outros

motivos estão associados à percepção da água quanto recurso, como moeda de troca (TORRES; LIMA; VIANNA, 2007), mercadoria (TORRES, 2007; CHACON, 2007; NOBRE, 2017), a falta de integração da Política Nacional dos Recursos Hídricos com outras políticas, a saber a política ambiental e de desenvolvimento territorial e a ausência de saneamento básico.

Bordalo, Ferreira e Silva (2017) ressaltam que determinados conflitos se estabelecem pela disputa da água em um contexto onde o uso para uma atividade acontece em detrimento de outra que termina sendo prejudicada. Exemplo disso é o projeto CAC, que vai levar água para cidades com escassez hídrica próximas a capital, e também será usada para abastecer o consumo da população de Fortaleza, bem como para as atividades agroindustriais e de turismo. Entretanto, irá fechar os poços e destruir nascentes da região, o que trará riscos socioambientais pelas alterações a serem feitas na chapada.

Torres, Lima e Viana (2007) destacam a importância dos recursos hídricos na formação do território, na gestão da água e na perspectiva integradora de convivência com o semiárido. Pensando nisso, estabeleceu-se o comitê de bacias como mecanismo de gestão, visando a promover uma maior equidade nos interesses múltiplos na utilização do recurso hídricos para alguns e bem livre para outros.

Como afirma Afonso (2013), foi a partir da Lei 9.433/97 que a descentralização da gestão das águas começa a ser discutida a nível nacional. A participação da sociedade civil no processo de gerenciamento das águas a partir do Comitê de Bacia e a delimitação da Bacia Hidrográfica como unidade de gestão são tidas como instrumentos importantes para o uso racional pelos usuários através da cobrança da água, a ser adotada como competência pelo Comitê de bacias, que definirá também a metodologia de cálculo e o valor a ser cobrado.

Segundo a mesma autora, as comunidades rurais questionam a paridade na formação do comitê de bacias entre sociedade civil e Estado, de forma que as leis instituídas desconsideram as particularidades dos saberes e vivências da população com a água e a terra, elementos constituintes do modo de viver desses povos (AFONSO, 2013).

No caso do Ceará, a discussão sobre os comitês de Bacia inicia em 1992, com a criação do primeiro comitê de bacia do estado, o comitê do território Curu, em virtude da Lei estadual nº 11.996/92, que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos. Frente às pesquisas realizadas, o plano mencionado reforçou que a gestão do uso da água deve ser realizada de forma participativa e descentralizada. É válido ressaltar que a PERH foi a primeira lei de gestão das águas no âmbito nacional, servindo como modelo para a PNRH.

Posteriormente, o Ceará foi dividido em 11 regiões hidrográficas (Salgado, Alto Jaguaribe, Médio Jaguaribe, Baixo Jaguaribe, Banabuiú, Metropolitanas, Curu, Litoral, Acaraú,

Coreaú e Poti-Longá). No mesmo ano, também foi instituído o Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos (SIGERH) pela Lei Estadual nº11.996, porém, foi somente em 1993 que ele se consolidou, quando através do governo do Estado do Ceará foi inaugurada a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará (COGERH), pela Lei nº 12.217. Essa companhia tinha os seguintes princípios norteadores: a integração, descentralização e a participação dos Comitês de Bacia, onde se encontram os principais atores envolvidos na gestão, que são Estado e usuários da água (LINS, 2011).

É importante ressaltar que as políticas ambientais não podem ignorar a relação entre dinâmicas sociais e preservação da natureza, pois uma gestão eficiente contempla a inserção geográfica, formas de apropriação do contexto das relações sociais estabelecidas com o território; compreendendo os significados atribuídos pelos atores ao seu ambiente (BECKER, 2005; ARGENTA, 2018).

Quando essas particularidades não são levadas em consideração, pode-se eclodir situações de conflito no processo de gestão das águas. Os conflitos, fenômeno decorrente de intervenções ambientais de impacto, reproduzem-se por todo o Brasil na medida em que as relações de poder continuam assimétricas, mantendo “[...] os mesmos mecanismos desiguais de distribuição do acesso ao meio ambiente e da divisão dos custos, riscos e impactos resultantes das práticas dominantes de apropriação dos recursos naturais” (ZHOURI; ZUCARELLI, 2008, p. 4).

4.2 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM HIDROTERRITÓRIOS

Discutir o acesso, uso e a gestão das águas é envolver-se historicamente em questões, sobretudo, políticas e econômicas, e por conseguinte, sociais. Torres (2016) afirma que, ao longo da história, alguns bens naturais foram subestimados e negligenciados como elementos indispensáveis à vida na terra, como a água, a qual foi utilizada como mecanismo de controle e domínio territorial com o objetivo de “[...] mapeamento da água para fins de povoamento e/ou estratégias de guerra” (TORRES, 2016, p. 93).

Bordalo, Ferreira e Silva (2017) elencam os atores envolvidos nesses conflitos como agentes públicos responsáveis pela gestão, grupos privados interessados na apropriação e os agricultores camponeses. O grande problema se estabelece pelo uso da água na atividade industrial que, por consumir elevada quantidade, gera um risco socioambiental e, conseqüentemente, um conflito hídrico.

Dessa forma, por conta da abundância de água em um território, estabelece-se um conflito e, conseqüentemente, resistência; ou melhor, hidroresistência, uma vez que o território adquire uma condição de proeminência em virtude da sua capacidade produtiva e assim, o controle desse hidroterritório provoca mudanças estruturais e sociais no espaço ocupado e sob a tutela do Estado.

De acordo com Torres (2007), a luta estabelecida no sentido de movimento, mobilização em prol de negociar as possibilidades de territorialização decorrentes de conflitos por água, denomina-se hidroresistência, o que neste trabalho é provocada pelo projeto hídrico do CAC.

Bordalo, Ferreira e Silva (2017, p. 327) discutem a engendrada rede de poder em torno de territórios hídricos, concebidos como hidroterritório, ou seja, como “[...] um fenômeno social no qual existe o controle do território, trazendo à tona conflitos e movimentos espaciais e temporais”. Torres (2007) exemplifica os conflitos em hidroterritórios como aqueles provocados nos territórios referentes à disputa por estoque de água, ou por posse e controle de água, como acontece na implantação de um canal e na construção de açudes e barragens.

Antes de abordar hidroresistência e conflitos socioambientais, percebe-se a necessidade de apresentar a conceituação de conflito socioambiental. Segundo Barbanti Junior (2001), ao se falar sobre conflito, duas escolas se destacam: o marxismo e o funcionalismo, aquela está voltada às questões socioestruturais e à relação econômica; esta, possui foco em uma percepção estática da realidade, mais voltada à compreensão da natureza humana do conflito.

No Brasil, o tema conflito socioambiental começa a ganhar mais atenção nos anos 1990, quando surge a Rio 92 e a criação da Agenda 21. Neste momento, começou-se a discutir até que ponto a agenda de defesa do meio ambiente atendia a razões éticas ou se devia a manutenção do establishment político e empresarial; em especial, pensando nas agências de fomento internacionais, que começam a incluir a noção de sustentabilidade em seus editais (BARBANTI JUNIOR, 2001).

Visto a escalada de empreendimentos geradores de conflitos socioambientais, começa-se a se preocupar com a origem e formas de “conter” tais conflitos. Para compreender essa dimensão, é preciso se ater a três elementos: a ação dos agentes envolvidos no processo, a determinação dos processos estruturais e o contexto político-cultural e suas mudanças. Ao se falar de conflito ambiental, também é necessária a compreensão do processo de formação dos movimentos sociais em torno da questão ambiental geradora do conflito (BARBANTI JUNIOR, 2001).

No século XXI, a temática dos conflitos ambientais começa a ganhar ainda mais força. O modelo clássico de economia foi percebido como insustentável e o Desenvolvimento

Sustentável aparece como uma alternativa ao mesmo, permitindo harmonizar o progresso humano com os limites que os recursos naturais determinam. Nesse contexto, os conflitos socioambientais surgem em função de superposição de usos, de percepções diferentes de um determinado espaço geográfico ou recurso natural e com a incompatibilidade de interesses sobre o uso do mesmo território ou pela utilização dos recursos naturais entre indivíduos ou grupos independentes (BRITO *et al.*, 2011).

No contexto brasileiro, os primeiros estudos sobre conflitos tiveram como base a Sociologia das ações. Entre os autores citados com referências importantes para entender as correntes sobre conflitos socioambientais no Brasil, serão utilizados dois: Paul Little e Henri Acselrad.

Little (2006, p. 91) define conflitos ambientais como “[...] um conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico”. Para o mesmo autor, ao tratar sobre conflito não se deve ficar restrito aos aspectos econômico ou político do mesmo, mas também a aspectos interdisciplinares, como a cultura e a identidade.

Para Little (2001), essa modalidade de conflito é gerada a partir de disputas, que ocorrem entre grupos sociais, podendo esses ser do mesmo território ou de territórios diferentes. O conflito surge não apenas materialmente, por expressões no território, mas também subjetivamente. O autor também afirma que os conflitos podem acontecer tanto pelo controle de um determinado recurso natural como dos usos desse recurso.

Para isso, uma das metodologias de análise de conflito sugerida por Little (2006) é a etnografia dos conflitos. O autor relata a importância do olhar da antropologia ao lidar com situações de conflito que existem em grupo sociais que são historicamente marginalizados, como, por exemplo, povos indígenas. Para ele, “[...] a etnografia dos conflitos socioambientais explicita as bases latentes dos conflitos e da visibilidade a esses grupos marginalizados” (LITTLE, 2006, p. 92).

Um elemento fundamental citado por Little (2006) para etnografia do conflito é por o mesmo como foco central do estudo estudando todos os atores sociais e recursos ambientais que perpassam essa situação. O estudioso compreende que para analisar um conflito é preciso avaliar três dimensões: mundo biofísico, mundo humano e relacionamento entre os dois mundos. Outra estratégia relatada para melhorar a compreensão desse processo é o mapeamento das interações políticas.

Um conflito pode vacilar durante anos entre os estágios latentes e manifesto: pode haver momentos do conflito ficar muito “quente” e depois perder sua visibilidade, para posteriormente “esquentar” de novo. O entendimento da dinâmica interna do conflito inclui a identificação das polarizações das posições e o mapeamento das alianças e coalizões, sempre sob a observação que, durante o longo percurso do conflito, as posições dos distintos grupos podem mudar de tal forma que antigos aliados se transformam em inimigos ou vice-versa (LITTLE, 2006, p. 92).

Logo, é preciso analisar as estratégias utilizadas pelos grupos sociais abordados para lidar com a situação conflitante e pensar a resolução a partir desse estudo. Little (2006, p. 62) afirma que assim “[...] a etnografia dos conflitos sociais se insere plenamente no paradigma ecológico: tem foco nas relações; usa uma metodologia processual; e contextualiza o conhecimento produzido”.

Já para Acselrad (2004), conflitos socioambientais ocorrem quando nos mesmos se envolvem diversos grupos sociais, que tem seus próprios modos de apropriação e ressignificação do território. Para este autor, quatro dimensões são importantes para entender conflitos: apropriação simbólica, apropriação material, durabilidade e interatividade. E quanto ao tipo de conflito, ele traz duas classificações: conflito por distribuição de externalidades e conflito pelo acesso e uso dos recursos naturais.

Quando partirmos para a compreensão do conflito a partir do conceito de hidroterritório, como destaca Brito (2013), os conflitos por água surgem quando o arranjo territorial sofre alguma mudança, resultando na construção de uma barragem, de um perímetro irrigado, de canais de transposição, dentre outros. Projetos de integração de bacias hidrográficas, por exemplo, quando incorporadas ao território, resultam numa nova configuração territorial, podendo fortalecer ou enfraquecer determinados territórios, provocar desterritorialização e/ou criar novas territorialidades.

Torres (2007) assevera a força existente de territórios criados em torno da disputa pela água, denominados de hidroterritórios, variando o tamanho de acordo com a origem e trajetória da água. A concepção da água como valor econômico fundamenta o seu uso estratégico na demarcação de territórios, gerando as disputas entre pequenos e grandes usuários (AFONSO, 2013).

Portanto, as decisões relativas a investimentos que reverberem em impactos ambientais e sociais, precisam ser exaustivamente discutidas com todas as instâncias envolvidas, incluindo a sociedade civil e, principalmente, as populações atingidas por essas obras. Participação social também é um índice importante na promoção da sustentabilidade, estando vinculada à dimensão social da sustentabilidade.

Segundo Sachs (2009), uma das experiências mais comuns para que o Ecodesenvolvimento seja alcançado mais facilmente é o aproveitamento dos sistemas tradicionais de gestão de recurso combinados com a organização de um processo participativo de identificação das necessidades, dos recursos potenciais e das maneiras de aproveitamento da biodiversidade, tendo isso como caminho para melhoria da vida da população, a partir da negociação com os stakeholders (atores locais). O êxito dessa estratégia está na transformação dos resultados da negociação em um contrato entre os atores envolvidos, gerando uma “gestão negociada e contratual dos recursos”, apontada por Sachs como pedra fundamental para o Desenvolvimento Sustentável.

Sobre o motivo dos hidroconflitos, Martínez (2012) assinala que não está associado à questão da escassez hídrica, mas corrobora com o entendimento de Rocha que diz: “Os conflitos existem porque há interesses divergentes de quem domina a água devido aos seus múltiplos usos: abastecimento humano e animal, assim como uso em atividades produtivas (indústria, agricultura, por exemplo)” (ROCHA, 2013, p. 28).

Martínez (2012) evidencia a importância da água para o desenvolvimento econômico e social e para garantir a sobrevivência do ecossistema, de forma que essa conexão envolve tanto interesses geoeconômicos como geopolíticos que podem acarretar conflitos ou cooperação. Os conflitos por consumo ou acesso à água, pela qualidade e quantidade da mesma e pela distribuição irregular geram tensões hidroambientais. No caso do Ceará, como pode ser observada na Figura 12, são listados 22 conflitos hídricos, que possuem motivações tanto referente ao acesso às águas, quanto a privação do direito a terra por consequência de um projeto hídrico.

Figura 12 - Mapa dos Conflitos Hídricos



Fonte: elaborada pela autora (2020).

Como é visto no mapa, os conflitos deflagrados pela chegada do CAC na cidade do Crato também fazem parte dessa modalidade. A obra fez com que fossem fomentadas diversas ações comunitárias de resistência, sendo o Fórum Popular das Águas do Cariri (FOPAC), uma das mais emblemáticas ações de hidroresistência, como poderá ser visto adiante.

4.3 HIDRORESISTÊNCIA NO HIDROTERRITÓRIO BAIXIO DAS PALMEIRAS: O FÓRUM POPULAR DAS ÁGUAS DO CARIRI

Como foi falado no capítulo anterior, apesar das promessas de melhorias feitas aos afetados pelas consequências da seca, o CAC suscitou resistências da população das comunidades atingidas. Em especial, aos moradores de comunidades que se localizam no lote 3, do Eixo Jati-Cariús (Eixo 1) da obra, principalmente os do distrito do Baixio das Palmeiras. É nesse território onde há a maior concentração de atingidos pelo CAC, especialmente em quatro comunidades: Baixio das Palmeiras (sede do distrito), Chapada do Baixio, Baixio do Muquém e Baixio dos Oitis (NOBRE, 2017).

As quatro comunidades citadas comportam 318 famílias, distribuídas da seguinte forma: Baixio das Palmeiras (sede do distrito): 87 famílias, Baixio dos Oitis: 41 famílias, Chapada do Baixio: 68 famílias e Baixio do Muquém: 122 famílias (NOBRE, 2017). Além disso, estima-se que no total 168 habitações do lote 3 serão afetadas pela passagem do sistema adutor, sendo 11 famílias localizadas na zona urbana do Crato e 157 família em comunidades rurais que estão no percurso do CAC, sendo as comunidades supracitadas parte dessa área afetada.

Como é mostrado na análise do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) feita por Martins (2020), apesar de haver uma ideia no plano de mitigação de agravos, no sentido de estimular a transparência do processo por meio de um plano de comunicação, esse plano de comunicação não foi executado como previsto, sendo que todo o processo de informação sobre o problema e esclarecimentos à comunidade sobre o CAC se deu a partir dos esforços dos movimentos sociais locais.

Também, não ocorreu, inicialmente, convite aos moradores para participação em espaços de deliberações, como o Comitê de Bacia do Salgado, para discutir sobre o CAC, seus impactos e como o processo de desapropriação iria acontecer. Logo, para os moradores afetados, o processo de desterritorialização e, decorrente disso, migração, é compreendido como algo imposto por um agente externo, não permitindo aos moradores das comunidades a decisão do rumo das suas vidas.

Segundo a definição de hidroresistência adotada por Torres (2007), pode-se falar que a reação da comunidade ao projeto CAC é denominada de hidroresistência, que são “[...] movimentos sociais que lutam pela água de seu hidroterritório” (TORRES, 2007, p. 65). Hidroterritório, como foi trabalhado no tópico anterior, é um termo específico utilizado para denominar território que possui particularidades em relação à gestão da água. Elemento historicamente disputado, a água favorece a luta de classes pelo seu domínio, de acordo com os interesses em conflito, seja para o agronegócio, abastecimento humano, agricultura familiar ou dessedentação animal.

Apesar de o EIA/RIMA apresentar um estudo onde afirma ampla aceitação das comunidades ao CAC, estudos como o de Nobre (2015, p. 17) explanam que a maioria dos moradores das comunidades afetadas no Baixio das Palmeiras afirma que não foram abordados por essa pesquisa. Visto a chegada da obra, que foi vista pelos populares como processo impositivo, e do conseqüente abalo na relação cultura/espço, a reação da população começou a girar em torno da Associação Rural do Baixio das Palmeiras.

Isso começou a partir da percepção dos moradores de uma intensa movimentação de veículos oficiais do governo estadual nas estradas do Baixio. Com o surgimento dos primeiros estudos de campo e o desconforto gerado pela abordagem inicial dos trabalhadores da empresa terceirizada contratada, surge o primeiro movimento de resistência comunitária relacionado ao CAC, o ‘Somos Todos Baixio das Palmeiras’ (NOBRE, 2017; TAVARES, 2016). Outra produção da comunidade, como forma de dar visibilidade a problemática instaurada, foi a poesia escrita pelo Didi, morador da comunidade da Chapada, intitulada ‘O Baixio preocupado’ (Anexo G).

Após diversas denúncias realizadas e tendo em vista a pressão dos moradores que faziam parte do movimento social de resistência, foi realizada em 2012 a primeira reunião com membros da SRH e da VBA com os moradores das comunidades afetadas, realizadas no Baixio do Muquém. Nessa ocasião, foi comunicado que 113 casas faziam parte do trajeto da obra e que as mesmas seriam desapropriadas, partindo do marco legal da Lei de desapropriação por utilidade pública.

Em 2013, após modificações feitas no projeto, no que se refere ao trajeto da obra, o número de casas atingidas diminuiu para 28 casas. À pedido dos membros do Somos Todos Baixio das Palmeiras, acontece uma nova reunião de esclarecimento do processo pela SRH, onde foi informado o novo quantitativo de casas a serem desapropriadas (NOBRE, 2017).

Vale ressaltar que esse número é flutuante, sendo modificado ao longo dos anos do processo de desterritorialização. Atualmente, segundo o último levantamento feito pelos

membros da Associação Rural do Baixio das Palmeiras, o trajeto conta com 18 famílias que já foram ou estão sinalizadas para serem desapropriadas nas quatro comunidades de abrangência da pesquisa e, mais recentemente, duas casas da comunidade Romualdo.

Como demonstra Martins (2020), desde 2012 os moradores têm realizado diversas práticas de resistências, definidas pela autora como práticas de mobilização social, de comunicação social, de cultura e realizadas por parceiros. Práticas essas que encontram sustentação nos vínculos sociais morador-comunidade e morador-território.

Tavares (2016) apresenta em sua dissertação um estudo sobre a gênese do movimento ‘Somos Todos Baixio das Palmeiras’, o movimento social de base promotor dos principais atos de resistência às obras do CAC. Para a autora, foi a partir da percepção inicial dos moradores ligados à Associação Rural do Baixio das Palmeiras acerca dos possíveis danos que o empreendimento traria a comunidade, quanto à forma impositiva e invasiva de comunicação sobre a desapropriação e ao zelo pela memória desse território, que os moradores se uniram à resistência.

Tendo a água e a terra como elementos de forte simbolismo para suas trajetórias de vida, o movimento se fortaleceu na defesa do seu território de vida. A defesa pela indenização justa e por clareza nos processos de gestão da obra não minimiza a dor real causada pela iminente fragmentação dos laços entre os moradores desapropriados e o seu lugar, no caso, as comunidades do Baixio das Palmeiras. Por ter na água e no seu acesso uma carga simbólica expressiva, o conflito eclodido nesse hidroterritório pode ser considerado um conflito socioambiental hídrico (TAVARES, 2016).

Da mesma forma, segundo as definições de hidroterritórios elencadas por Torres, Lima e Vianna (2007), pode-se classificar o Baixio das Palmeiras como hidroterritório de luta, onde os que nele residem lutam contra a dominação com fins econômicos, seja para agronegócios ou complexos industriais. Sendo assim, entende-se que a luta pela água é também luta pela terra, pelo território em que se habita e com o qual se estabelecem relações identitárias e culturais.

É nesse contexto de hidrosistência que se ergue o Fórum Popular das Águas, criado em novembro de 2015, surgido diante da necessidade de reunir outras comunidades para promover os questionamentos sobre o CAC, além do distrito do Baixio das Palmeiras. Como é ilustrado por Brito (2016), Nobre (2017) e Martins (2020), o Fórum Popular das Águas do Cariri (FOPAC) é uma iniciativa dos moradores das comunidades atingidas pelo CAC no distrito Baixio das Palmeiras, zona rural do município do Crato, Ceará. A criação dessa instância ocorreu durante o IV Seminário das Associações Rurais do Baixio das Palmeiras, em 2015, como deliberação derivada dos grupos de trabalho do evento.

O Fórum é definido como “[...] espaço alternativo em relação à questão hídrica no estado do Ceará pautando a água como um direito fundamental contribuindo para uma gestão hídrica que seja ecológica, social e cidadã” (NOBRE, 2017, p. 185). Como demonstra Martins (2020), a criação dessa instância supriu a demanda inicial por um espaço de comunicação, monitoramento e acompanhamento de todos os processos referente ao CAC e a seus desmembramentos, como também apoio ao público atingido pelas obras.

À vista disso, o Fórum Popular das Águas do Cariri surge como uma forma expressiva de hidroresistência que reúne, além das comunidades afetadas diretamente pelo CAC, movimentos sindicais, movimentos sociais de base, associações, dentre outros. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Cáritas do Crato, a Comissão Pastoral, a Rede Nacional de advogados populares (RENAP), a URCA, a UFCA e outras organizações contribuíram para a implementação do Fórum.

Como demonstrado no estudo de Nobre (2017), o FOPAC surgiu durante a realização do IV Seminário das Associações Rurais do Baixio das Palmeiras, que ocorreu no ano de 2015. O Fórum surgiu como consequência de vários debates realizados pelos moradores integrantes do movimento “Somos Todos Baixio das Palmeiras” e é visto como espaço importante não somente para discutir os impactos socioambientais do CAC no Baixio das Palmeiras, mas também para se falar sobre aspectos relacionados a democratização do acesso à água.

Em seu processo de criação, foi elaborado um documento chamado ‘Carta de Princípios do Fórum Popular das Águas do Cariri’, onde foram definidos os seguintes objetivos: “1º) Debater e publicizar a campanha através de debates com as comunidades e a sociedade em geral; 2º) Possibilitar o acesso à campanha; e 3º) Fortalecer a luta com os parceiros [...]” (DANTAS; CAVALCANTE; DAMASCENO JUNIOR, [2017]).

Partindo disso, o surgimento dos movimentos sociais de resistência ao CAC é visto pelos moradores envolvidos como promotor de empoderamento das comunidades envolvidas. Isso porque, os indivíduos e grupos transformam-se em protagonistas das relações as quais estão submetidos, abandonando a passividade por meio da valorização, da conscientização e da informação sobre o problema da água. Dessa forma, a partir de processos de participação, as comunidades são empoderadas, resistindo e lutando pelos seus direitos.

A mobilização exercida pela população da comunidade, em decorrência dos efeitos da abordagem inicial do Projeto Cinturão das Águas do Ceará, demonstrou a força da integração social em atitudes de envolvimento e participação, na medida em que houve uma percepção coletiva de ameaça ao território.

Percebe-se, portanto, o fortalecimento da comunidade em relação aos seus direitos como cidadãos que, como tais, têm características de participação social (DOWBOR, 2014), na qual as práticas sociais contribuem para a incorporação das normas e valores da comunidade (PUTNAM, 2006).

Putnam (2006) descreve uma comunidade cívica como sendo aquela em que a cidadania é exercida pela participação nos negócios públicos, em uma relação igualitária de direitos e deveres iguais, bem como reciprocidade e cooperação, afirmando que “[...] os cidadãos virtuosos são prestativos, respeitosos e confiantes uns nos outros, mesmo quando divergem em relação a assuntos importantes” (PUTNAM, 2006, p. 102).

Da mesma forma, Almeida (2015) reforça o papel do engajamento para uma governança com qualidade, uma vez que “[...] incrementar a participação cidadã na gestão pública contribuiria para desenvolver uma cultura cívica, associativa e mais colaborativa, consolidando, assim, o regime democrático vigente” (ALMEIDA, 2015, p. 269).

Quando o assunto envolve a questão da água é que os conflitos são mais evidentes, como demonstra Torres (2007) ao refletir sobre a utilização da água como recurso para legitimação do poder. Sobre a utilização do termo “sustentabilidade” para dar respaldo a ações ambientalmente e socialmente nocivas, Chacon (2007, p. 111) ressalta: “A apropriação da noção de sustentabilidade pelo discurso oficial procura legitimar a definição de prioridades quanto ao uso dos recursos naturais”.

A atuação do Fórum Popular das Águas pode ser percebida como um processo de educação ambiental na medida em que, metodologicamente, foi utilizado para promover conhecimentos e conscientização dirigidos ao compromisso e à ação social, não somente na comunidade afetada pelo projeto, mas também na população em geral. Como ressalta Castro (2010), a relação entre desenvolvimento e meio ambiente tem sido temática central da educação para o desenvolvimento sustentável, dando enfoque, a partir da década de 1990, às questões sociais, políticas e econômicas na adoção de um modelo que requer mudanças de atitudes e práticas dos cidadãos.

Dantas, Cavalcante e Damasceno Junior (2017) comentam que a organização da comunidade se deu através da associação rural, lutando por seus direitos, tornando público seus questionamentos e desafios, como a questão da destruição de suas fontes naturais, além de não poderem ter acesso a água do canal.

Jacobi (2006) destaca algumas características a serem observadas na noção de participação: primeiro a quem se destina, ou seja, sob a ótica dos interessados e não da perspectiva dos interesses estatais; segundo, o desafio de articular democracia política e

participação social de forma a promover uma maior permeabilidade da gestão às demandas sociais, promovendo a participação heterogênea e uma representatividade mais ativa.

Sabourin (2002) destaca a atuação das coletividades territoriais que aqui são definidas como coletividades humanas com dinâmicas sociopolítica e econômica, historicamente construídas em volta de uma identidade social, desenvolvendo atividades comuns ou complementares, estrategicamente ligados por relações de proximidade, sejam sociais, geográficas ou culturais.

Quando se trata de participação envolvendo comunidades rurais, a natureza das relações comunitárias possui especificidades a serem consideradas, pois como ressalta Quintanar (2009), são mais personalizadas e, portanto, contribuem para superar as adversidades através de estratégias de enfrentamento e resolutividade.

Méndez-Sastoque (2016) destaca que comunidades rurais camponesas, quase sempre, estão em desvantagem nas relações de poder e, conseqüentemente, necessitam desenvolver algumas competências. Pode-se citar comunicação assertiva e dialógica; como também, habilidade de participação efetiva e negociação. Essas competências proporcionam uma melhor capacidade decisória, de forma a minimizar as assimetrias, permitindo exercer a democracia que pressupõe a discussão dos atores em igualdade de condições sobre as políticas públicas a eles destinadas. Portanto, efetivamente, o primeiro passo consiste em perceber-se capaz de expressar suas reivindicações, para então fazê-lo.

Essas questões apontam para a integração do ser humano com o seu meio ambiente de forma que se percebam conectados e, a partir de então, desenvolvam uma consciência ética da sua atuação (MORIN, 2002; CAPRA, 1986), podendo se apropriarem deste espaço que, segundo Sauvé (1996), é um lugar para habitar, conhecer e cuidar, ao mesmo tempo que é projeto comunitário e meio vivencial partilhado.

Vidal e Pol (2005) entendem que quando as pessoas se apropriam dos seus espaços são capazes de desenvolver ações de forma comprometida, pois se sentem engajadas aos mesmos. Stokols (1995) reforça essa verdade, demonstrando que as pessoas adotam comportamentos ecologicamente adequados quando são afetadas pessoalmente pelas questões ambientais.

Dessa forma, todo o processo educativo desenvolvido nas reuniões das associações, sindicatos e outros espaços de convivência da comunidade, manifestado na relação dialética entre os agentes comunitários e os membros da comunidade, promoveu uma maior conscientização dos direitos como cidadãos, difundindo uma ética socioambiental e promovendo o desenvolvimento comunitário (CARVALHO, 2002).

Suaréz (2010) considera dois elementos determinantes da participação como reação às condições ambientais, quais sejam, a interpretação da situação como condição de risco e/ou perigo, e a percepção da autocapacidade de controle e influência dos sujeitos sobre as condições. Então, frente aos problemas decorrentes da questão hídrica, a população local deixa de ser apenas receptora das decisões que lhe são impostas, mas surge como sujeito ativo e modificador do processo no qual está inserida, em virtude não apenas de sua conscientização, mas também de seu efetivo controle e participação nos projetos, soluções e nas tomadas de decisões.

Destarte, é imprescindível a atuação e o envolvimento das comunidades atingidas pelos conflitos ambientais, em razão do relacionamento estabelecido entre elas e o espaço geográfico no qual convivem, permitindo, pois, a discussão em busca de melhores soluções para a problemática, com base na construção de conhecimentos acerca dos limites e das capacidades da natureza consubstanciado com suas necessidades e realidades locais.

Sendo assim, as comunidades passam a ter um papel ativo na medida em que, através da educação ambiental, não há a imposição das deliberações, mas sim participação de forma consciente e voluntária, de modo que há trocas de conhecimentos e valores entre os diversos interessados que lhes permitem a transformação cooperativa e solidária da realidade, objetivando o bem-estar comum. Então, há o deslocamento do comportamento individual desses para prática de ações cooperativas (BERLINCK *et al.*, 2003).

Portanto, é nesse sentido de processo de construção de valores e atitudes entre todos os atores sociais envolvidos nos conflitos hídricos que se insere a atuação do Fórum Popular das Águas do Cariri, movimento de resistência ao projeto CAC, como já explanado acima.

4.4 MIGRAÇÃO COMPULSÓRIA EM HIDROTERRITÓRIO

Carvalho e Medeiros (2005, p. 54), quando abordam sobre conflitos espaciais relacionados às migrações compulsórias, ou seja desterritorializações provocadas pela “territorialização” de barragens; e sobre as discussões em torno do “direito social e jurídico ao lugar”, reconhecem que tratar desse assunto adquire um caráter de importância, principalmente, em locais onde existe restrição hídrica. Pois, apesar dos danos causados, tal investimento se apresenta como recurso estratégico. E, ao se discutir sobre esse assunto, é necessário considerar o uso da água, a questão energética e a territorialização-desterritorialização da sociedade (CARVALHO, 2006).

Situações como essas podem ser observadas em casos emblemáticos, como o do processo de desapropriação ocasionado pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. Marin e Oliveira (2016), apresentaram que, desde o ano 2008, há inconsistências nos documentos de base da obra e no EIA/RIMA, como também dúvidas sobre a legalidade do licenciamento ambiental. As advertências feitas por essas especialistas foram ignoradas, e a defesa da construção do empreendimento ganhou forças no cenário político local. Com o advento da obra, os moradores da cidade de Altamira começaram a sentir os efeitos da ação, como o encarecimento do custo de vida, precarização das condições vitais e impactos nas vidas dos povos indígenas.

Sobre os processos causadores de vulnerabilidade ambiental, como os supracitados, Coutinho (2015) ressalta a inexistência de uma classificação adequada para migrantes ambientais em órgãos de gestão. Porém, destaca a denominação da ONU sobre migração humana causada por questões ambientais, desastres naturais e mudanças climáticas. Ressalta também que a origem da maioria dos migrantes ambientais remete a regiões mais pobres, países em desenvolvimento e com maior vulnerabilidade social.

Vlassopoulos (2010), ao discutir sobre as barreiras institucionais de reconhecimento e assistência de migrantes ambientais forçados, evidencia o incremento de publicações e discussões nessa área, provocado pelo aumento de deslocamentos ambientais forçados. Esse fenômeno causa inúmeros problemas socioeconômicos e políticos que, muitas vezes, são ignorados como se não fossem responsabilidade de alguém. A mesma autora elenca causas e consequências dessas migrações e ressalta a necessidade de elaboração de políticas públicas em defesa das vítimas.

Ao descrever as causas e consequência, a autora já designa possíveis soluções. Há as migrações forçadas por degradação ambiental, como a poluição, desertificação, desflorestamento; a ocasionada por desastres naturais, que necessitam de assistência humanitária; e a causada por “perseguição ambiental”, que ocorre, por exemplo, em conflitos armados ou populações deslocadas por barragens desassistidas pelas autoridades governamentais, gerando sofrimento humano (VLASSOPOULOS, 2010). Visto esse contexto, torna-se necessário conceituar migração e desterritorialização.

Um dos significados do termo migração explicitado por Bueno (2001) define-o como mudança de lugar. Esse conceito se relaciona com terminologias equivalentes à deslocamento e desterritorialização. Mondardo (2009), por sua vez, dialoga com Haesbart (2014) sobre as especificidades entre desterritorialização opcional ou compulsória; das classes dominantes ou

das subalternas; interna ou externa. As discussões giram em torno de alguns aspectos, tais como: pode-se considerar toda migração como desterritorialização?

Trazendo essa reflexão para o contexto da pesquisa: o distrito Baixio das Palmeiras, destaca-se que uma expressiva quantidade de moradores, que foram ou estão em processo de desapropriação por conta das obras do Cinturão das Águas do Ceará (CAC), está optando por, ao invés de mudar-se para a cidade, construir uma moradia em comunidades circunvizinhas, sendo somente um morador que migrou da zona rural para a cidade do Crato. Esse fenômeno não se repete, por exemplo, no município vizinho, Barbalha, em que alguns moradores foram para uma agrovila e outros se dispersaram. Isso aponta que para estudar sobre processos de migração ambiental compulsória e desterritorialização, é preciso se atentar não somente ao processo de deslocamento, mas também, aos fatores sociais e culturais que estão atrelados ao processo.

Dessa feita, Mondardo (2009, p. 4) ressalta que “[...] a mudança, por mais simples (nada simples) que seja de deslocamento, de um lugar para o outro, já acarreta, em algum nível, uma ‘desterritorialização’, especialmente, para as classes menos privilegiadas e hegemônicas da sociedade”. Ou seja, movimentos de mudanças como o pesquisado (comunidade-comunidade) também podem acarretar consequências físicas, sociais e subjetivas na vida do sujeito afetado. O mesmo autor acrescenta a força da identidade de determinados grupos que mantém sua coesão.

E o que provoca essa estreita relação intergrupar ou intracomunitária? Utilizando-se os conceitos discutidos no capítulo anterior, pressupõe-se que as relações afetivas com o lugar, vivenciada ao longo dos anos, resultam na formação da identidade, ao mesmo tempo em que esse espaço se torna significativo, tanto de maneira simbólica como funcional.

Higuchi e Theodorovitz (2018) explicam que os comportamentos adotados pelas pessoas em prol de tomar posse ou apropriar-se de um lugar, denotam territorialidade e manifestam atitudes de personalização, sinalização e defesa da ocupação e/ ou posse assegurada. Esse processo se caracteriza por abranger diversos fatores: pessoais, sociais ou contextuais, como pode ser observado nas variáveis trabalhadas no capítulo anterior.

Segundo Altman (1975), a personalização do território é mais importante do que o território em si. Essa conquista é gradativa e ocorre concomitante ao desenvolvimento de outros processos interligados, como o pertencimento e enraizamento. As pessoas que habitam em um território agem delimitando fronteiras de acesso e separação, e também de uso dos recursos disponíveis. Portanto, nesse lugar coexistem espaços privados, públicos e semi-públicos. Em uma situação conflitiva, permeada por um projeto governamental que implique

desterritorialização, muito provavelmente, serão manifestas reações em defesa desse ambiente, dependendo do grau de apego, identidade e apropriação de espaços existentes.

Torres (2007) assinala que o território é dotado de forças ambíguas de criação, (des)construção e reprodução, estabelecendo-se, muitas vezes, uma luta de classes. Principalmente, quando envolvem questões ambientais e o elemento em disputa é a água, esse jogo de forças é mais evidente. Nesse caso, o que está em disputa é um hidroterritório que reflete um movimento sociopolítico e econômico, historicamente constituído.

Essa ideia vem ao encontro do que Haesbert (2014) destaca sobre o poder associado ao controle do território, percebendo-se como um espaço sobre o qual se exerce um domínio político, e como tal, um controle de acesso. Para esse autor, o poder é a perspectiva mais difundida em relação ao conceito de território, contudo, não apenas o poder tradicional, “poder político”, mas também o poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao sentido mais simbólico, de apropriação.

Ainda sobre esse jogo de forças, Bertini (2014, p. 50), ao estudar sobre o processo de desterritorialização que ocorreu em Jaguaribara por conta da construção do Castanhão, destaca que há “[...] a percepção da desigualdade social e o sofrimento advindo da situação de exclusão (Jaguaribara não é contra o progresso. É contra a injustiça desse povo do poder)”. Fica evidente que a luta não se estabelece contra o que é colocado como “progresso”, mas que isto aconteça com o menor prejuízo possível e oferecendo toda a assistência necessária, cumprindo-se as determinações normativas, legais e morais.

Zandomenico (2019, p. 14) denuncia que

Os processos sociais que naturalizam o sofrimento de determinados grupos são agravados também pela ausência ou ineficiência de políticas públicas que não levam em conta o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da população, produzindo novas vulnerabilidades e injustiças sociais.

Segundo Ferreira e Bomfim (2013, p. 93), “[...] o conceito de vulnerabilidade diz respeito à fragilidade do indivíduo ou sociedade em se proteger contra determinada situação de risco, ameaça ou problema, o que a deixa mais susceptível aos efeitos negativos do fator estressante”. Ou seja, uma situação de vulnerabilidade socioambiental pode eclodir de um processo promotor de exclusão, como o caso estudado aqui.

Deve-se ressaltar que o termo vulnerabilidade pode ser compreendido, segundo Barreto *et al.* (2017), por três campos: social, ambiental e risco. As autoras afirmam que o social compreende as questões socioeconômicas envoltas no processo; ambiental tem relação com a

fragilização dos ambientes naturais e situações de falta de acesso ou dificuldade em acessar recursos naturais em um território; e o risco, por fim, seriam as reverberações geradas pelos problemas ocasionados pelas duas instâncias supracitadas.

Logo, as situações de vulnerabilidade socioambiental são geradas pela correlação entre problemas sociais e ambientais. E, na maioria das vezes, têm correlação com injustiça ambiental. Segundo Acselrad, Mello e Bezerra (2009) o conceito de Justiça Ambiental se refere ao entendimento da necessidade de se promover a equidade nos processos decisórios referentes às políticas públicas e ações que possuam foco no meio ambiente, nas quais o estímulo à participação social, o combate a situações em que o excedente de impactos ambientais se torne dispensado em territórios de grupos minoritários; e a promoção do direito a um ambiente sadio e seguro sejam os principais objetivos.

A participação social é uma prerrogativa da gestão pública democrática, assegurada mundialmente como um direito humano, porém, em alguns casos, os mecanismos de participação social são utilizados de forma perversa, a partir da cooptação e da manipulação, pelos gestores. Já o processo de injustiça social é compreendido pelos autores como

[...] mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos nacionais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, às populações marginalizadas e vulneráveis (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 41).

Uma das ocorrências apontadas como situação de injustiça ambiental é o caso de expropriação de comunidades por conta de grandes projetos hidroviários. As situações promotoras de injustiça ambiental desvelam exploração socioambiental realizada em ambientes que habitam populações vulneráveis que sofrem os riscos e as consequências danosas da construção de aterros sanitários, projetos hídricos, dentre outros.

Visto tais situações, em alguns territórios, como no caso do Baixio das Palmeiras, surgem movimentos sociais em prol da justiça ambiental. Acselrad (2004) elenca fatores que mobilizam as pessoas a agirem em prol da coletividade, tais como: ações do sistema de poder consideradas ilegítimas e injustificáveis; grupos sociais que adotavam condutas fatalistas, porém estão modificando sua postura em busca de justiça; e indivíduos que se percebiam impotentes diante de determinadas situações, mas ficaram empoderados. Elementos subjetivos também são importantes para entender a defesa do território.

Valera e Vidal (2010) demonstram que a territorialidade humana é responsável tanto pela identidade individual como grupal. Essa identidade é expressa na capacidade de ocupar e

sinalizar um território, como acontece em ambientes de trabalho em que os profissionais trazem acessórios pessoais para sua estação de trabalho. Outra característica é a personalização que implica em imprimir características pessoais aos ambientes próprios para “sentir-se em casa”. “O sentimento de estar em casa é defendido por alguns autores como característica essencial do enraizamento” (MASSOLA; SVARTMAN, 2018, p. 77).

Assim sendo, essas caracterizações são formas importantes que contribuem para o desenvolvimento de um sentido pessoal. Logo, faz-se necessário abordar os elementos subjetivos que estão postos em situações de conflitos socioambientais, a partir do estudo psicológico da relação pessoa-ambiente.

5 MIGRAÇÃO COMPULSÓRIA, DESTERRITORIALIZAÇÃO E A RELAÇÃO PESSOA-AMBIENTE SOB A ÓTICA DA PSICOLOGIA

Neste capítulo trabalharemos como os processos de migração compulsória e desterritorialização podem influir na relação pessoa-ambiente dos moradores afetados. Primeiramente, serão trabalhados aspectos teóricos da Psicologia Ambiental sobre a relação entre territorialidade, sustentabilidade e psicologia. Em seguida, serão esmiuçadas as categorias de análise que serão abordadas nesse estudo: apego ao lugar, identidade de lugar, apropriação do espaço e redes de apoio social (coesão social). Por fim, serão abordados reflexões teóricas sobre os aspectos psicossociais de um processo de migração compulsória.

5.1 INTERAÇÃO PESSOA-AMBIENTE E SUAS IMPLICAÇÕES NO COMPORTAMENTO EM PROL DO TERRITÓRIO

Não há como estudar ambiente de forma fragmentada sem haver unidade e cooperação de várias áreas da ciência a partir da interdisciplinaridade, sendo que esta deve ir além do método. Neste tópico, e no seguinte, serão trabalhados os conceitos advindos da Psicologia Ambiental.

As relações dos indivíduos com seu ambiente têm sido objeto de estudo de algumas disciplinas, notadamente a psicologia ambiental. Os processos psicossociais relacionam os significados às percepções, emoções e à cognição com os comportamentos evidenciados nos diversos espaços de vida. Esses espaços de interação do ser humano com seu ambiente propiciam o surgimento de elementos importantes na relação pessoa e ambiente, como pertencimento, apropriação e territorialidade.

Acerca da Psicologia Ambiental, Kruse (2004) afirma que os estudos iniciais dessa área partiam do local, sem se reportar tanto para o global, e isso corrobora com a perspectiva da psicologia ambiental dos EUA nos anos 1960. A necessidade de sair do estudo das relações pessoa-ambiente a partir dessa perspectiva e da compreensão do global nos estudos de Psicologia Ambiental surge em meados dos anos 1980, com a chegada das grandes conferências ambientais e o fenômeno das mudanças climáticas.

Visto o reconhecimento do desenvolvimento como um processo de continuidade e transformação da realidade e dos problemas ambientais crescentes, como o aquecimento global, desmatamento progressivo, entre outros, as dimensões humanas e psicológicas desses fenômenos começam a ser abordadas (KRUISE, 2004).

Entre os elementos estudados pela Psicologia sobre a relação pessoa-ambiente, compreende-se a percepção como um processo psicológico que envolve interação do indivíduo com o seu meio, tanto por mecanismos perceptivos como pela cognição (DEL RIO; OLIVEIRA, 1999), relacionando as sensações às interpretações que fazemos de aspectos da realidade por meio de vivências, experiências, crenças e valores. Ressalta-se que ao tratar de Psicologia Ambiental destacam-se os significados atribuídos pelas pessoas ao seu ambiente, tanto nos aspectos físicos quanto nos socioculturais (KUHNNEN, 2011).

A noção de territorialidade a partir da psicologia ambiental possui foco nas relações que abrangem o homem com seu território, entendendo-se nesse conceito a definição de território como lugar, percebido para além dos limites físicos (CAVALCANTE; NÓBREGA, 2011); envolvendo dimensões material e simbólica (HAESBART, 2003); e intrínseco às relações sociais (RAFFESTIN, 1993). Tais relações podem traduzir-se em experiências de valência positiva ou negativa que vão influenciar a percepção desse espaço apropriado, e, conseqüentemente, a identidade de lugar e afetividade em relação a ele, influenciando as condutas em prol do ambiente (RIBEIRO; CUNHA; HIGUCHI, 2013).

Logo, um espaço, ao ser transformado em lugar a partir da atribuição de valores e sentidos ao mesmo, influencia no bem-estar do indivíduo. Isso ocorre desde uma perspectiva macro, como as vivenciadas em bairros e conjuntos habitacionais, até uma perspectiva micro, tendo como exemplo maior a relação do sujeito com a própria habitação. Nesse sentido, habitação e indivíduo prosseguem vivendo no cotidiano. A casa é construída e a representação habitacional vai se tornando mais complexa ao incorporar os arranjos, mobiliários, etc., ou seja, ao equipá-la. Essa casa faz parte do território onde o sujeito vive e constrói laços significativos. Um território pode assumir diferentes formas de significação, sendo o mesmo fruto de relações de poder, de bases materiais e imateriais, culturais e econômicas. Para Saquet (2017, p. 148), o território é um “[...] produto histórico com conjuntos de patrimônios, através dos quais se concebem novas esferas de desenvolvimento sustentável”.

Trazendo à memória que toda relação traz impactos positivos e negativos, é preciso compreender que o território também pode ser um espaço de tensão, em especial quando um fator externo traz ameaça ao mesmo. Ferreira (2018) destaca que a resistência sociocultural predomina, justamente, na luta pela manutenção dos aspectos de vida que marcam as tradições desses grupos. Segundo este autor, são “[...] nos espaços geográficos onde materializamos as relações sociais e de poder, mas são também onde recriamos e resistimos” (FERREIRA, 2018, p. 226). O território está para além da geografia, acrescenta o mesmo autor, pois envolve aspectos comportamentais, culturais, estéticos, cognitivos e sociais.

Como pode ser observado até então, o ambiente é composto por aspectos físico, social, político e espiritual. Logo, é importante abordar como o vínculo afetivo está imbricado na relação pessoa-ambiente. Para isso, serão abordadas as categorias que serão discutidas nessa pesquisa: apego ao lugar, identidade de lugar e apropriação do espaço.

5.2 OS VÍNCULOS AFETIVOS COM O AMBIENTE: APEGO E IDENTIDADE DE LUGAR

Os primeiros estudos sobre apego ao lugar remontam ao trabalho dos psiquiatras Fried e Gleicher sobre renovação urbana, em West End, Boston, como resultado de uma pesquisa sobre percepção ambiental e saúde mental (HOLZER, 2016; HIDALGO; HERNÁNDEZ, 2001; GIULIANI, 2004). Os resultados indicavam que as reações a um deslocamento forçado eram semelhantes à perda de um parente próximo (FELIPPE; KUHNEN, 2012), trazendo sofrimento e angústia aos moradores forçados à realocação (HIDALGO; HERNÁNDEZ, 2001).

As definições de apego ao lugar são abrangentes, pois existe uma diversidade de abordagens se propondo a tratar desse aspecto. Neste trabalho, será utilizada a definição de apego ao lugar de Hidalgo e Hernández (2001), que definem esse fenômeno como resultado da vinculação emocional entre pessoa e lugares específicos. Vínculo, esse, que precisa ser compreendido de forma multidimensional, abordando todos os aspectos que circunda a interação do sujeito com determinado ambiente.

Giuliani (2004) apresenta três processos que caracterizam o apego e podem ser complementares: o apego funcional, que está relacionado à possibilidade do lugar atender as demandas individuais e grupais, havendo predominância do cognitivo em relação ao afetivo; o apego simbólico, relacionado ao significado atribuído ao lugar, considerando-se as emoções e relacionamentos significativos; e apego ao lugar derivado dos sentimentos propiciados pelo lugar quanto à segurança e ao conforto, resultante da familiaridade com o local sob uma proporção temporal (ALVES; KUHNEN; BATTISTON, 2015; ELALI; MEDEIROS, 2011; LIMA; BOMFIM, 2009).

Outra perspectiva na análise do apego ao lugar é abordada por Rosa (2014), ao destacar que existe o apego individual relacionado às histórias de vida, vivências e memórias construídas no lugar que são elementos importantes na estabilização do eu; e o apego grupal estabelecido pelas pessoas em relação à representatividade de um lugar significativo.

A autora acrescenta que o afeto é uma dimensão central no apego ao lugar, mas não é a única, pois a cognição, estruturada em valores e crenças, e o comportamento tipificado em

atitudes de cuidar e manter a proximidade com o lugar, evidenciam essa relação positiva com o lugar.

Sobre os ambientes de desenvolvimento de apego, Hidalgo e Hernandez (2001) e Rosa (2014) dividem em espaço físico e social. O físico se refere a ambientes significativos com os quais se busca proteção e abrigo, e remete às necessidades hierárquicas de Maslow e à teoria dos fatores higiênicos e motivacionais de Herzberg (ROBBINS, 2005). A dimensão social destaca as interações estabelecidas com a vizinhança que influenciam o sentimento de apego. Os mesmos autores apresentam que os níveis de apego são diferenciados em relação à casa, vizinhança/bairro e cidade. Esses níveis, também são destacados por Brancaleone (2008) ao abordar padrões de relações comunitárias no território.

Felippe e Kuhnen (2012) apresentam 23 indicadores de apego ao lugar (Quadro 2), tais como conforto, dificuldade para substituí-lo, desejo de proximidade/envolvimento, segurança, dentre outros. Tais elementos são destacados por Giuliani (2004) quando define apego ao lugar como vínculo relativamente duradouro entre pessoa e ambiente, pela constituição de importância deste, em razão de sua singularidade; pelo desejo de proximidade ao lugar; pelo sentimento de segurança e conforto através do contato; e pelo sofrimento em função da separação.

Quadro 2 - Conceitos relacionados à ocorrência de apego ao lugar

Indicadores de apego ao lugar	
1	Conforto
2	Conhecimento do lugar
3	Desejo de defender o lugar
4	Desejo de proximidade e/ou envolvimento
5	Dificuldades para substituição do local
6	Felicidade
7	Grau de atração
8	Grau de cuidado com o lugar
9	Grau de influência do lugar sobre os acontecimentos
10	Mobilidade para a interação social
11	Percepção de controle e possibilidade de ação
12	Prazer
13	Preferência
14	Satisfação de interesses e necessidades
15	Segurança
16	Sensação de dependência
17	Sentido de lar
18	Sentimento de enraizamento
19	Sentimento de identificação
20	Sentimento de orgulho pelo lugar
21	Sentimento de perda e/ou deslocamento pela separação
22	Sentimento de pertencimento
23	Sentimento de propriedade

Fonte: Felippe e Kuhnen (2012, p. 613).

Segundo Santoro (2014), o apego ao lugar constitui-se uma variável antecedente e tem um papel determinante em relação à satisfação e lealdade com o lugar, bem como ao comportamento pró-ambiental.

O comportamento ecológico pode ser manifesto através de atitudes voltadas à sustentabilidade e proteção do ambiente (PATO; TAMAYO, 2006). Segundo Stokols (1978), as representações internas do indivíduo, em relação ao ambiente, tanto cognitivas como afetivas, mobilizam no sentido de adotar comportamentos visando a melhoria do ambiente. Do mesmo jeito que o apego ao lugar, a identidade de lugar também predispõe o indivíduo à adoção de comportamentos de defesa e cuidado com o ambiente.

De acordo com Gómez (2015), a identidade com o lugar compreende o estabelecimento de um vínculo socioespacial que produz sentimentos de pertencimento ao entorno físico e concreto e à comunidade que o habita. Portanto, o processo perceptivo é fundamental na compreensão da dinâmica da construção da identidade, seja individual, social ou de lugar. O senso de pertencimento, de continuidade e segurança trazem estabilidade ao indivíduo e impulsionam a adoção de atitudes pró-ambientais (TUAN, 1983; MOURÃO; CAVALCANTE, 2011).

Mourão e Cavalcante (2011) descrevem a formação e os elementos constitutivos da identidade de lugar, forjada na conexão com o processo perceptivo, construída na interação do indivíduo com seu entorno físico e social, compreendendo tanto a cognição como a afetividade e o sentimento de pertencimento ao ambiente simbolicamente significativo. Está atrelado às vivências, memórias e aos atos de investimento emocional que almejam a satisfação das necessidades e desejos.

As autoras acrescentam que, além da dimensão temporal, ou seja, da percepção vincular-se à interpretação das experiências psicológicas dos indivíduos de acordo com o momento sócio-histórico vivido e do próprio estágio do ciclo de vida humano em que se encontram, há uma dimensão espacial, vinculada aos lugares expressivos e emocionalmente relevantes para o sujeito.

A identidade de lugar, portanto, acontece em longo prazo, pois, comparando-se com o apego, é resultante das experiências e interações com o lugar e seus habitantes ao longo do tempo de moradia, destacam Hernández, Hidalgo, Salazar-Laplace e Hess (2007) e Hidalgo e Hernández (2001). Da mesma forma, o significado do lugar, para o indivíduo, é incorporado à sua própria identidade, sendo absorvido pelo nexos estabelecido entre o homem e seu ambiente.

Dessa forma, ao estudar o comportamento das pessoas nas situações, deve-se considerar as atividades praticadas naquele contexto histórico-social específico, a especificação do lugar, as experiências anteriores e o objetivo da pessoa pretendido/obtido naquela situação.

Percebendo-se isso, pode-se afirmar que a identidade do indivíduo se constitui na medida da convivência com seu espaço. O vínculo entre a pessoa e seu espaço é uma construção social de lugares investidos afetivamente e apropriados. Segundo Moranta e Pol (2005), a relação das pessoas com seu espaço possui uma dimensão psicossocial que inclui a questão da exclusão e inclusão de pessoas e grupos; os significados e vínculos com seu entorno e a relação entre as experiências e à noção de lugar.

Logo, a identidade de lugar é uma subestrutura da identidade pessoal, construída a partir da interação do indivíduo com seu entorno físico e social. Está relacionada à percepção de um conjunto de cognições e ao estabelecimento de vínculos emocionais e de pertencimento, relacionado aos entornos significativos para o sujeito, configurando-se como processo dinâmico e mutável (HERNÁNDEZ *et al.*, 2010).

Esse processo possui relação com às vivências e atos de investimento emocional no lugar, tendo em vista a satisfação das necessidades e desejos; bem como apresenta um aspecto temporal, relacionado ao desenrolar da vida e espacial, que está ligado ao lugar ou lugares com os quais a pessoa se sente vinculada a partir da apropriação. Para um ambiente ser significativo precisa satisfazer necessidades, exigências e desejos. Logo, a função identitária de lugar é elaborar um cenário interno para proteção da identidade (HERNÁNDEZ *et al.*, 2010).

Nesse sentido, Castello (1999) destaca a importância de se inserir a percepção ambiental em metodologias de análise e intervenções ambientais. O autor traz como exemplo a concepção do projeto MAB-UNESCO em 1983, cuja noção de ambiente ainda estava locada nas divisões meio natural e meio construído, para além dos elementos psicológicos da relação dos afetados com o ambiente, de forma que não haviam as visões integral e integradora do ambiente, trazidas à tona pela interdisciplinaridade.

Para isso, sugere-se a inclusão da população nos processos de planejamento e tomada de decisão em casos de ações que fomentem o surgimento de situações de conflito socioambiental. Como a pesquisa de Del Rio (1999), realizada sobre a área portuária do Rio de Janeiro, onde foi observado que as pessoas do entorno se manifestaram a favor da comunidade participar de planos para a área. Outro exemplo emblemático, agora em território cearense, foi a construção do açude Castanhão, que culminou na transferência de todos os moradores da extinta cidade de Jaguaribara para a cidade planejada chamada Nova Jaguaribara. Como pode ser visto no estudo de Braz (2011), o poder público não promoveu espaços de participação para

que os moradores da cidade atingida opinassem de forma ativa sobre o processo, logo o processo de mudança e adaptação a nova cidade foi promotor de sofrimento aos atingidos.

O apego ao lugar e identidade de lugar não são um mecanismo automático que se transferem de um lugar para o outro; ou seja, a construção de Nova Jaguaribara, apesar das casas serem idênticas as anteriores e ter sido mantida a mesma vizinhança, os moradores manifestaram sofrimento psicológico com a mudança (BERTINI, 2014). As memórias foram construídas na antiga moradia. As pessoas que se mudaram carregaram Jaguaribara junto, em um processo de desterritorialização e reterritorialização, segundo Haesbart (2007) e Mondardo (2009). Esses processos atingiram a comunidade como um todo.

Visto o que foi apresentado, é notória a importância dos vínculos afetivos e sociais no processo de apropriação do espaço. Elemento que será abordado no próximo tópico.

5.3 APROPRIAÇÃO DE ESPAÇO: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

O conceito de apropriação de espaço foi apresentado pela primeira vez por Perla Korosec em uma Conferência de Psicologia Arquitetural em Estrasburgo (POL, 2002b). É definido como um processo psicossocial presente nas relações do sujeito com seu ambiente, no qual a pessoa se projeta no espaço de tal forma que o percebe como um prolongamento de si mesmo (CAVALCANTE; ELIAS, 2011), estruturado em torno de “[...] práticas e relações afetivas que a pessoa mantém com um lugar determinado” (MOSER, 2018, p. 91).

Esse processo surge em oposição à ideia de alienação de Marx, em que o produto do trabalho realizado não pode ser apropriado pelo trabalhador. Portanto, a “[...] apropriação reflete uma relação com a natureza mediada pelo trabalho, pela qual a humanidade, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MASSOLA; SILVA JUNIOR, 2019, p. 3).

O uso do conceito de apropriação em psicologia remonta às visões marxistas abordadas pela psicologia soviética liderada por Lev Semionovich Vigotsky e continuada por Aleksei Nicolaevich Leontiev. Sob esse ponto de vista, a apropriação é entendida como um mecanismo básico do desenvolvimento humano, pelo qual a pessoa se apropria da experiência generalizada do ser humano, o que se especifica nos significados de “realidade” (POL; VIDAL, 2005, p. 282, tradução nossa).

Segundo Chombart de Lauwe (1976, p. 32, tradução nossa), a apropriação de espaço “[...] corresponde a um conjunto de processos psicológicos que se situam numa relação sujeito-objeto, entre o sujeito (indivíduo ou grupo) que se apropria do espaço e os objetos dispostos em

torno dele na vida cotidiana”. Moser (2018) destaca a importância do espaço pessoal e privacidade na qualidade de vida das pessoas. Ou seja, o quanto é importante a delimitação dos territórios, que através de objetos, como fotografias e móveis, revelam a apropriação desse espaço. Tais elementos reasseguram a identidade pessoal e oferecem segurança, estabilidade e continuidade ao indivíduo, o que é relevante tanto para a constituição psíquica como para as trocas realizadas entre os membros da família.

Altmann (1975) reforça a importância do território como forma de exercer controle da própria vida, tendo como função a preservação e regulação da privacidade, elementos importantes para a saúde mental e o funcionamento social de muitas pessoas. A apropriação de espaço possibilita a construção da identidade de lugar (MOURÃO; CAVALCANTE, 2006; ARCARO; GONÇALVES, 2012) e a personificação como processos complementares (JERÔNIMO; GONÇALVES, 2013).

A apropriação, destaca Serfaty-Garzon (2003), revela tanto o ato como as motivações inconscientes do fazer, as vicissitudes das relações individuais no espaço habitado, a historicidade presente no espaço e as ambiguidades do conceito de posse. “Este espaço é, muitas vezes, apropriado pelo coletivo (cultura); outras, pelo sujeito, enquanto ser singular e cuja particularidade se expressa na forma como ele se apropria do espaço. O fato é que, no espaço apropriado, o sujeito se reconhece” (JERÔNIMO; GONÇALVES, 2013, p. 118).

A apropriação, segundo Cavalcante e Elias (2011) acontece de duas formas. Uma delas é por ação/transformação que compreende comportamentos explícitos de demarcação e ocupação territorial. Envolve também atitudes de reivindicação, delimitação e defesa diante das ameaças. Esse comportamento de defesa, segundo Felipe e Kuhnen (2012), é indicativo de apego ao lugar. Pol (2002b, p. 124, tradução nossa) explicita que “[...] o componente de ação-transformação é de base comportamental. Mediante a ação sobre o ambiente, a pessoa e a comunidade transformam o espaço, deixando sua marca, e o incorporam em seus processos cognitivos e afetivos de forma ativa e atualizada”.

Na apropriação por identificação simbólica, Cavalcante e Elias (2011) expõem que o sujeito reconhece e dá significado ao espaço, personalizando-o através de processos simbólicos, cognitivos, afetivos e interativos que transformam o espaço em lugar. Pol (2002b) ressalta o papel da apropriação na formação da identidade, suscitando apego.

Pela interação simbólica, a pessoa e o grupo se reconhecem no ambiente e, por meio de processos de categorização de si, atribuem suas qualidades como definidoras de sua própria identidade. O espaço apropriado passa a ser um fator de continuidade e estabilidade do self, bem como um fator de estabilidade de identidade e coesão de grupo. Como tal, eles geram “apego” ao lugar (POL, 2002b, p. 124, tradução nossa).

Segundo Santoro (2014), as relações emocionais com o lugar podem vir a gerar enraizamento e criar o apego ao lugar. Massola e Svartman (2018) apresenta várias concepções do termo enraizamento, tais

[...] como habitação por longo tempo em um lugar; sentimento de estar “em casa” em um lugar; familiaridade que provém da frequência recorrente a um lugar; forma não-consciente de vínculo com um lugar que é sentido como a “casa” ou o “lar”; relação com o passado e com a tradição do grupo ou do povo que fundamenta o sentido de identidade pessoal. É às vezes tomado como uma relação restritiva com o socioambiente e, às vezes, como uma relação enriquecedora que fomenta o crescimento identitário (MASSOLA, 2018, p. 112).

Segundo Bruno *et al.* (2018, p. 213), “[...] este senso de pertencimento ao lugar, que toca fundo tanto pessoalmente como coletivamente, é a condição necessária para que se possa ir além do apego emocional e estabelecer conexões entre seu ambiente local e os demais níveis ambientais, em diferentes escalas locais e globais”. Massola e Svartman (2018) apresentam a metáfora da árvore em que da mesma forma que ela precisa dos nutrientes advindos do solo, assim também, o passado e a biografia estão para a identidade psicossocial, representando a nutrição de um corpo em crescimento.

Consequentemente, Jerônimo e Gonçalves (2013, p. 122) confirmam que “[...] o reconhecer-se em um lugar refere-se à soma das lembranças, sentimentos, vivências e significados dos sujeitos que habitam um mesmo espaço”. Machado (1999, p. 119) salienta que “[...] o enraizamento do homem ao lugar é um aspecto que não pode mais ser colocado de lado pelos pensadores preocupados com o espaço humano”.

Portanto, sejam estudiosos, gestores ou até mesmo, membros da família precisam compreender a dimensão temporal dos espaços, para um melhor entendimento das reações das pessoas frente a ameaças, ou outras situações que possam levar a perda do território, tanto físico quanto simbólico-afetivo. No contexto rural, o sentido de pertencimento, participação e a própria resiliência comunitária são suportes de sobrevivência frente a situações conflituosas (ACOSTA, 2009), muitas vezes, ancoradas em um contexto de exclusão social que desconsidera a realidade e as necessidades locais.

Pinheiro (2019) descreve três tipos de ambientes rurais. Para este estudo, destaca-se apenas o ambiente rural socioambiental, por ser o Baixio das Palmeiras assim classificado. Esse tipo de ambiente é constituído por espaços e tempos diferenciados, formado por múltiplos atores que articulam práticas sociais e ambientais, recriando um lugar em que as relações com a natureza estão associadas às relações sociais.

Marques *et al.* (2018) ao comentarem sobre os deslocamentos forçados pela hidrelétrica de Itá, em Santa Catarina, destacam os prejuízos sofridos tanto pelas famílias deslocadas como pelas que estão vivendo no entorno, pois as perdas envolvem não apenas as modificações territoriais, mas também o aniquilamento dos lugares significativos, nos quais há o afastamento dos laços sociais, familiares e dos amigos de infância.

Além do apego social, as pessoas se sentem ligadas à dimensão física dos lugares, pois, como explicam Hidalgo e Hernandez (2001), esses dois componentes do apego se tornam um sentimento geral em relação ao local de residência. Tuan (2012), ao descrever o conceito de topofilia, afeição ao lugar, relaciona não somente afetividade à casa em que se habita, mas aos pertences e ao próprio bairro, reforçando essas relações de reciprocidade entre homem e natureza.

Hidalgo e Hernandez (2001) complementam que a maioria dos estudos focados em apego ao lugar abrangem também as relações de vizinhança. Por sua vez, Chombart de Lauwe (1976) reforça que, da mesma forma, as pesquisas sobre apropriação do espaço-habitação não podem ser estudadas sem referência ao que cerca a casa e, mais amplamente, ao bairro e à cidade.

Percebe-se, portanto que a apropriação de espaço em relação ao ambiente casa traz implícita todas as relações familiares e sociais que são vivenciadas no entorno. Na comunidade em estudo, verificou-se a proximidade física entre os parentes, e um suporte social muito forte em relação a vizinhança, os quais fortalecem os sentimentos derivados e constituintes da apropriação como apego, identidade, enraizamento e pertencimento, que serão abordados no próximo tópico.

5.4 FAMÍLIA, COMUNIDADE E CASA: REDES DE APOIO

O sentimento de família e a delimitação dos espaços públicos e privados, foi uma construção histórica, conforme descrito por Ariés (1978). Bucher (1986) compreende o conceito de família como uma unidade sistêmica, historicamente construída, sendo também base do processo de individuação de seus membros que se diferenciam e exercem suas funções através de subsistemas, atravessando diversas mudanças ao longo do ciclo de vida. Esse envolve as fases do desenvolvimento familiar relacionadas aos momentos evolutivos pelos quais os membros de uma família percorrem, desde a saída do jovem de casa até os estágios tardios da vida, nos quais se convive com as perdas das capacidades mentais e físicas (CARTER; MCGOLDRICK, 1995).

Do mesmo modo que as famílias, Jerônimo e Gonçalves (2013) e Lidz (1983) destacam o processo de formação da identidade humana, do nascimento até a morte, seguindo os estágios do ciclo vital, envolvendo reconhecimento de si e estruturação da personalidade, e influenciando a percepção e o comportamento (ROSA, 2014).

Dessa forma, compreende-se que as relações familiares constituem o primeiro núcleo de formação de identidade, na medida em que o indivíduo se apropria do mundo, através das atividades nele desenvolvidas e interações estabelecidas. De acordo com o estágio do desenvolvimento, as experiências vividas com os lugares construirão um significado e/ou serão ressignificadas (ROSA, 2014; PINHEIRO; GURGEL, 2011).

Segundo Tuan (1983), como a sensação de tempo afeta a sensação de lugar, este não representa somente a dimensão espacial, mas também a relação com as pessoas do entorno, sabendo-se que a dimensão temporal também exerce a sua influência, pois a percepção dos membros da família, de faixas etárias diferentes, é diferenciada. Por exemplo, a criança ou o jovem não “sente” a casa da mesma forma que o idoso. Martins e Szymansky (2004) descrevem as várias camadas de ambientes com as quais as pessoas estão interconectadas, e a casa constitui-se no microssistema de relações face a face.

Portanto, apropriar-se de uma casa, destaca Serfaty-Garzon (2003), é um movimento no sentido de dotar aquele espaço (abrigo) de um sentido pessoal que vai para além das paredes, de forma que “[...] para alguns, espaços públicos, espaço de trabalho ou local de estudo são mais investidos do que a casa, enquanto para outros a apropriação da casa faz fronteira com o projeto de uma vida” (SERFATY-GARZON, 2003, p. 6, tradução nossa).

Vilela-Petit *et al.* (1976) expõem que, ao mesmo tempo em que o indivíduo se apropria de um espaço, registrando nele a sua presença, sua marca é também por ele, de certa forma, apropriada. Assim, é como se aquele espaço fosse um reflexo ou representação de si mesmo.

Tal proposição é também corroborada por Feldman e Stall (1994, p. 172, tradução nossa), ao afirmarem que “[...] apropriação do espaço é conceituada como um processo interativo, através do qual os indivíduos transformam propositalmente o ambiente físico em um lugar significativo e, por sua vez, se transformam”.

Tuan (1983) acrescenta que a mudança de tempo afeta a percepção sobre o ambiente, pois na medida em que se desenvolve familiaridade com o entorno, o espaço se transforma em lugar. A partir dessa interação é que se desenvolve a identidade, que, em pessoas idosas, tende a ser preservada (FREIRE; VIEIRA, 2006).

Habitar, segundo Moser (2018, p. 91), é “[...] uma conduta de apropriação e expressão de si (identitária). Dá um significado ao espaço habitado e produz um sentimento de segurança”.

Na percepção individual, ocupa a representação de lugar de abrigo e proteção. Ferrara (1999) descreve o sentimento de proteção física, que é sentido quando se ergue uma casa que irá permitir ao morador o reconhecimento do seu espaço individual. Em algumas situações, essa percepção acontece antes mesmo da casa estar pronta, pois vai desde a escolha do portão, da cor das paredes e de outros aspectos físicos da moradia.

As experiências da pessoa com sua casa, mais exatamente na concepção de lar, trazem consigo outros elementos agregadores, definidos por Moser (2018) como: centralidade, na perspectiva de ancoragem e enraizamento; continuidade, no sentido de estabilidade e segurança; privacidade, na perspectiva de intimidade e refúgio; e identidade de si e diferenças interindividuais, como uma construção formada na relação com os outros que converge para as relações sociais e familiares em um contexto sociocultural.

Como reforça Stokols (1990, p. 642, tradução nossa), a “[...] a qualidade de um ambiente é medida a partir da riqueza de seus significados psicológicos e socioculturais além do nível de conforto, segurança e desempenho. Fulmer (1995) ressalta que o modelo de parentesco adotado por famílias agrárias, apoiada por uma densa rede de parentesco que permanece habitando em uma mesma propriedade por gerações, é considerado uma força. As famílias ampliadas proporcionam uma rede de apoiadores que sustenta seus membros tanto economicamente quanto socialmente.

O grupo família, seja extenso ou nuclear, destaca Quintanar (2009), além do apoio que oferece para a formação do conceito e imagem de si mesmo, através da participação comunitária, favorece para as novas gerações a construção de uma identidade social sólida e permanente, e também provê seus integrantes de um suporte emocional importante para os enfrentamentos dos problemas diários.

McGoldrick (1995) enfatiza que as tradições culturais são relevantes para a geração mais idosa, relacionadas aos hábitos alimentares, celebração das festas e ritos, por exemplo, do mesmo modo que a rede de apoio familiar, através dos padrões de relacionamento estabelecidos com amigos e parentes, traz segurança nos estágios posteriores da vida. Isso pôde ser visto no capítulo anterior, quando a variável faixa etária foi analisada. Portanto, o desarraigamento geográfico para o idoso é uma força muito poderosa; é um dos eventos nodais do ciclo de vida, como o divórcio e a aposentadoria (FRIEDMAN, 1995).

Quintanar (2009) ratifica o papel da família nas comunidades rurais, oferecendo suporte financeiro e moral em épocas de crises e de problemas dos membros da família. Outra função social, acrescenta a autora, é de regular as relações interpessoais e sociais, provendo as novas gerações de normas, valores e informações para sua atuação no meio social. “Na família rural

essa função é muito visível, dadas as relações de parentesco filial ou político de algumas famílias com outras” (QUINTANAR, 2009, p. 25, tradução nossa).

Nessa cultura comunitária são escolhidos os representantes que irão resolver os problemas comuns. E as relações família e comunidade contribuem para um conceito favorável e uma identidade étnica sólida. Os sentimentos associados aos lugares, como a estima de lugar, segundo Bomfim (2003), podem ser potencializadores (positivos) ou despotencializadores (negativos), e atuarem de forma a influenciar as ações individuais, de maneira que, destaca Ferreira (2006), instigará as decisões em relação a migrar de um lugar. Quando se prevalece a estima positiva e o enraizamento que está estabelecido, o partir podem gerar situações de sofrimento, dificuldade de adaptação e luto pela separação, ocasionando desequilíbrio emocional e, muitas vezes, acompanhado de adoecimento físico.

No caso do território abordado, há um estudo sobre a categoria afetividade e o processo de desapropriação dos moradores de duas comunidades do distrito Baixio das Palmeiras: Baixio das Palmeiras (sede) e Baixio do Muquém. O estudo realizado por Martins (2020) utilizou como uma das ferramentas metodológicas o Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA), criado por Bomfim (2008, p.253) objetivando a “[...] compreensão psicossocial e sociocultural na relação entre subjetividade e espaço construído, enfatizando o afeto como grande agregador da percepção e do conhecimento sobre a cidade”.

Com o instrumento, é possível mapear cinco estimas de lugar: Afetividade, Pertencimento, Insegurança, Destruição e Constrates, sendo as duas primeiras promotoras de afetos potencializadores, insegurança e destruição promotoras de estimas despotencializadoras e os contrastes tanto podem ser potencializadores, como despotencializadores (BOMFIM, 2010).

O mapeamento afetivo feito por Martins (2020), no que se refere aos moradores em processo de desapropriação das comunidades Baixio das Palmeiras e Muquém, apontou a predominância de três estimas: Contraste, Pertencimento e Agradabilidade. Sendo que o Contraste estima de lugar, referente a sentimentos ambíguos acerca de um lugar, estava situado no polo pertencimento-insegurança.

Nos contrastes analisados, vemos que os sentimentos e sentidos expressos pelos moradores sobre o lugar estão situados na estima pertencimento, enquanto os sentimentos e sentidos despotencializadores, situados principalmente na insegurança, dizem respeito ao contexto vivenciado e a preocupação em não conseguir continuar morando na mesma comunidade. Os contrastes também apontaram que, apesar do contexto adverso, o apego e a identificação com o lugar faz com que eles tenham forças para defender seu território, apesar de ser um processo que também gera desgaste para a saúde de quem está nas linhas de frente (MARTINS, 2020, p. 169).

Reforçando a necessidade de compreensão do afeto na relação pessoa-ambiente, Giuliani (2004) aponta que esse elemento constitui-se em um fator importante que promove ou dificulta o equilíbrio, bem-estar material e espiritual. “Além disso, outros desfechos de apego podem ser postulados em um nível de envolvimento social e mobilidade, e no de bem-estar e saúde mental” (GIULIANI, 2003, p. 149). No próximo tópico, será abordado sobre os aspectos psicossociais que podem estar envoltos na hidroresistência.

5.5 ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DO PROCESSO DE MIGRAÇÃO COMPULSÓRIA

Estudos evidenciam os prejuízos na subjetividade das pessoas desterritorializadas (BERTINI, 2014; MARQUES *et al.*, 2018; BRAZ, 2011; CARVALHO; SILVA, 2018). Ressalta-se que a saúde mental é um componente essencial da qualidade de vida. Carvalho e Silva (2018, p. 16) expõem que “[...] a cada minuto, um brasileiro é obrigado a deixar sua casa em função de desastres naturais e projetos ambientais, segundo o Observatório de migrações forçadas, ocorrendo maior incidência na região Nordeste, Sudeste e Sul, respectivamente; e em menor proporção, Norte e Centro-Oeste do país.

Levando em consideração a saúde mental dos moradores, Marques *et al.* (2018) destacam que “[...] os agricultores identificam o território como uma extensão do corpo e da identidade, como espaço de vida, trabalho, relações sociais, lutas e intenso investimento subjetivo” (p. 38). Os autores acrescentam que a perda do território equivale a perda de si mesmo, sendo considerada para os moradores desapropriados como se fosse a morte. Em virtude disso, acrescentam que, apesar dos estudos sobre sofrimento ambiental serem recentes, os achados da pesquisa revelam que não se pode separar a subjetividade das relações com o meio ambiente, interações socioculturais e trabalho.

Imber-Black (1995) destaca sobre o surgimento de sintomas nas famílias, derivados de estressores como falta de apoio social, rompimentos relacionais e isolamento, dentre outros. Zandomenico (2019) ressalta que os indivíduos, atualmente, estão cientes de que alterações feitas no ambiente interferem em sua qualidade de vida.

Wiesenfeld e Giuliani (2004, p. 404) expõem a importância de considerar a dimensão psicossocial da sustentabilidade, “[...] donde no es posible concebir un lugar de convivencia y habitabilidad sin el componente psicossocial”. Os componentes psicossociais, acrescentam os autores, envolvem enraizamento, sentimento de pertencimento e sentido de comunidade como dimensões de suporte necessários para o desenvolvimento da sustentabilidade. Martins (2020, p. 108) entende a dimensão de impacto psicossocial em processo de desapropriação como “[...]”

consequências do empreendimento que altera os modos de vida e de subjetivação da população atingida”.

Giuliani (2004) descreve que na relação de apego entre a pessoa e seu ambiente, este é o protagonista, pois causa sentimentos de conforto e segurança, como também pode causar sofrimento, caso haja separação. É dessa forma, destacam Felipe e Kuhnem (2012), que essa interação é concebida sob uma perspectiva sistêmica, transacional, cuja unidade de análise é a pessoa inserida no ambiente, ou seja, o todo é mais do que a soma das partes.

Compreender a relação pessoa e ambiente, portanto, reflete na forma de entender o sofrimento provocado nas pessoas quando da necessidade de abandonar sua moradia, principalmente na situação de migração forçada.

Decerto que as pessoas não reagem da mesma forma quando submetidas a situações similares. Temos que observar o contexto social, a história de vida, etnia, gênero e faixa etária como alguns fatores que interferem na percepção do indivíduo diante de circunstâncias inesperadas (PEREIRA; ZANETTI, 2019a, p. 54).

Massola e Svartman (2018b) evidenciam estudos que associam desenraizamento como motivador de estresse e causador de adoecimento na contemporaneidade. A família pode sofrer com a desterritorialização, mas, especialmente para os mais velhos, a casa é vista como se fosse um ente querido. Como pode ser visto nesta fala: “É tudo na vida da gente. É um lar” (MESOBLATTINIDAE, 2019, informação verbal) (M. Palmeiras).

E é por esse motivo que eles sofrem as consequências com mais intensidade, “[...] causando transtornos nas pessoas, principalmente nos idosos que, devido morar tantos anos na mesma residência e na comunidade, e por ter relações de afeição com o lugar onde residem, sentem-se abalados com a hipótese de serem desterritorializados” (OLIVEIRA; TAVARES; PIANCÓ, 2017, p. 3).

A compreensão das especificidades do contexto rural é importante também para avaliar quais os aspectos psicossociais envolvidos na apropriação do espaço. Em ambientes agrícolas, Pinheiro, Gurgel e Pinheiro (2019) salientam que, pela interconexão existente entre ambiente de trabalho e convívio familiar, intensificam-se as interações entre os moradores que compartilham atitudes de colaboração e solidariedade, além da proximidade com a natureza.

A Psicologia rural tem desenvolvido estudos sobre o vínculo pessoa-ambiente rural, uma vez que essa interação tem suas especificidades bem delimitadas pela dinâmica da relação intra e interpessoal e com a natureza. A qualidade dessa convivência, alicerçada nos

sentimentos favoráveis ou desfavoráveis em relação ao lugar, influencia na qualidade de vida e nos comportamentos em prol do território.

O camponês, apresenta Moura (1988), corroborando com Quintanar (2009), é um cultivador da terra, com modo de vida diferenciado que prioriza sua família. Para ele, possuir a terra não tem o sentido de um bem privado, mas seu valor está na possibilidade de produção para manutenção do sustento da família, pois não visam o crescimento econômico, mas a sobrevivência do núcleo familiar. No ambiente no qual o camponês vive, existe responsabilidade para com a natureza, que é doadora dos recursos básicos de suprimento familiar, e onde se observa cooperação e solidariedade entre as famílias da vizinhança.

Sabourin (2011) destaca que em comunidades rurais, pode-se observar a reciprocidade do tipo ajuda mútua em vários aspectos da interação social, como organização de festas e distribuição compartilhada de tarefas. Reciprocidade, define o autor, é solidariedade, dependência mútua e mutualidade.

Pol (2002a) discute que a sustentabilidade se tornou um valor social que atua nas crenças individuais e, conseqüentemente, converge para comportamento pró-ambiental. Destaca-se que não é uma ação individual, mas também coletiva, de forma que o conceito de sustentabilidade apresentado na Rio-92, ressalta a solidariedade e equidade como elementos constituintes necessários.

Portanto, para se pensar em ações com foco em Sustentabilidade, é preciso priorizar a melhoria da qualidade de vida das pessoas, sem esgotar a capacidade de suporte do ecossistema, observando os níveis de bem-estar atingidos pelas pessoas. Como também, lidar com equilíbrio com as três dimensões da sustentabilidade: ambiental, econômica e social. Pol (2002a) discute algumas ideias sobre sustentabilidade destacando que é possível preocupar-se com o meio ambiente, ao mesmo tempo em que se busca a satisfação das necessidades básicas, e “[...] a preocupação com o meio ambiente é mais dependente da qualidade das relações sociais na comunidade do que do nível de riqueza” (POL, 2002a, p. 58), de forma que evidencia a relação entre solidariedade e coesão social.

Pol (2002a) acrescenta a importância de uma rede consolidada de relações sociais e uma identidade social bem estabelecida, de lugar na viabilização da sustentabilidade. Gunther (2009) ressalta a possibilidade de contribuição da Psicologia Ambiental em encontrar meios de trazer à tona mudanças comportamentais que assegurem a sustentabilidade humana.

Felippe e Kuhnen (2012) destacam o papel dos laços afetivos com os lugares no sentido de formar uma identidade pessoal, gerar pertencimento e promover cuidado ambiental. Como destaca Méndez (2015, p. 308, tradução nossa) “A partilha de um território dá sentido de

identidade grupal pois proporciona às pessoas conhecimentos experiências comuns, além de ajudar a organizar e gerir a vida cotidiana tanto de indivíduos como de grupos sociais”.

Giuliani (2004) reforça que o ambiente que promove segurança e conforto intervêm na forma de interação com o lugar. Todos esses elementos são importantes para se entender o processo metodológicos adotados durante o desenvolvimento desse estudo.

Com fins de fechamento do tópico e síntese dos conceitos trabalhados até aqui, n ilustraremos os principais conceitos da psicologia ambiental trabalhados nesta tese.

Quadro 3 - Quadro Conceitual do tópico sobre Psicologia Ambiental e relação pessoa-ambiente

Conceito trabalhado	Definição geral	Autores
Lugar	O lugar é um espaço dotado de significados e apropriado pelo sujeito, influenciando diretamente em sua construção como sujeito e no seu bem-estar.	Tuan (1983).
Território	“[...] produto histórico com conjuntos de patrimônios, através dos quais se concebem novas esferas de desenvolvimento sustentável” (SAQUET, 2017, p. 148).	Saquet (2017); Ferreira (2018).
Apego ao Lugar	Resultante da vinculação afetiva pessoa-ambiente, o apego deve ser percebido de forma dimensional, compreendendo as peculiaridades da relação entre o humano e o lugar.	Hidalgo e Hernandez (2001); Rosa (2014); Giuliani (2004).
Comportamento ecológico	Comportamentos que se manifestam partindo das representações internas do indivíduo relacionadas ao ambiente, que mobilizam o indivíduo na adoção de ações que favoreçam a melhoria do ambiente.	Pato e Tamayo (2006); Stokols (1978).
Identidade de lugar	“[...] a identidade de lugar é construída a partir dos espaços de pertencimento, envolvendo tempo de exposição ao lugar e possibilidade de transformá-lo em busca de satisfação” (MOURÃO; CAVALCANTE, 2011, p. 215).	Gómez (2015); Mourão e Cavalcante (2011); Moranta e Pol (2005).
Apropriação do Espaço	a “[...] apropriação reflete uma relação com a natureza mediada pelo trabalho, pela qual a humanidade, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MASSOLA; SILVA JUNIOR, 2019, p. 3)	Pol (2002b); Cavalcante e Elias (2011); Felipe e Kuhnen (2012); Massola e Silva Júnior (2019).
Enraizamento	“[...] este senso de pertencimento ao lugar, que toca fundo tanto pessoalmente como coletivamente, é a condição necessária para que se possa ir além do apego emocional e estabelecer conexões entre seu ambiente local e os demais níveis ambientais, em diferentes escalas locais e globais” (BRUNO <i>et al.</i> , 2018, p. 213).	Massola e Svartman (2018); Santoro (2014); Bruno <i>et al.</i> (2018); Machado (1999).
Ambientes rurais	Ambiente característico de comunidades rurais, que deve ser entendido através da concepção de ruralidades, visto os aspectos intrínsecos a cada comunidade rural.	

Habitar	“[...] uma conduta de apropriação e expressão de si (identitária). Dá um significado ao espaço habitado e produz um sentimento de segurança” (MOSER, 2008, p. 91)	Serfaty-Garzon (2003); Moser (2018); Ferrara (1999).
---------	---	--

Fonte: elaborado pela autora (2020).

6 PERCURSO METODOLÓGICO

A presente tese é resultado de uma pesquisa ação participante; com caracterização exploratória-descritiva; e natureza mista, utilizando-se da abordagem multimétodos, defendida por Gunther, Elali e Pinheiro (2008) por usar dois ou mais métodos de pesquisa definidos em função do objeto e dos objetivos almejados.

Segundo Silva e Menezes (2001), a modalidade de pesquisa exploratória e descritiva permite maior aprofundamento sobre o tema ao possibilitar o contato com as pessoas que tiveram experiências com o fenômeno, e ao propiciar relações entre variáveis. Considera-se também como participante, pois propicia a interação entre pesquisadores e membros da situação investigada.

Quanto ao procedimento técnico, constitui-se em “[...] uma pesquisa de campo que consiste na observação de fatos, tais como ocorre espontaneamente na coleta de dados e no registro de variáveis, presumivelmente, relevantes para ulteriores análises” (RUIZ, 2006, p. 50). As técnicas de coleta e análise de dados utilizadas buscaram atender aos quatro objetivos específicos desse estudo e serão descritas adiante.

6.1 LOCAL DE ESTUDO

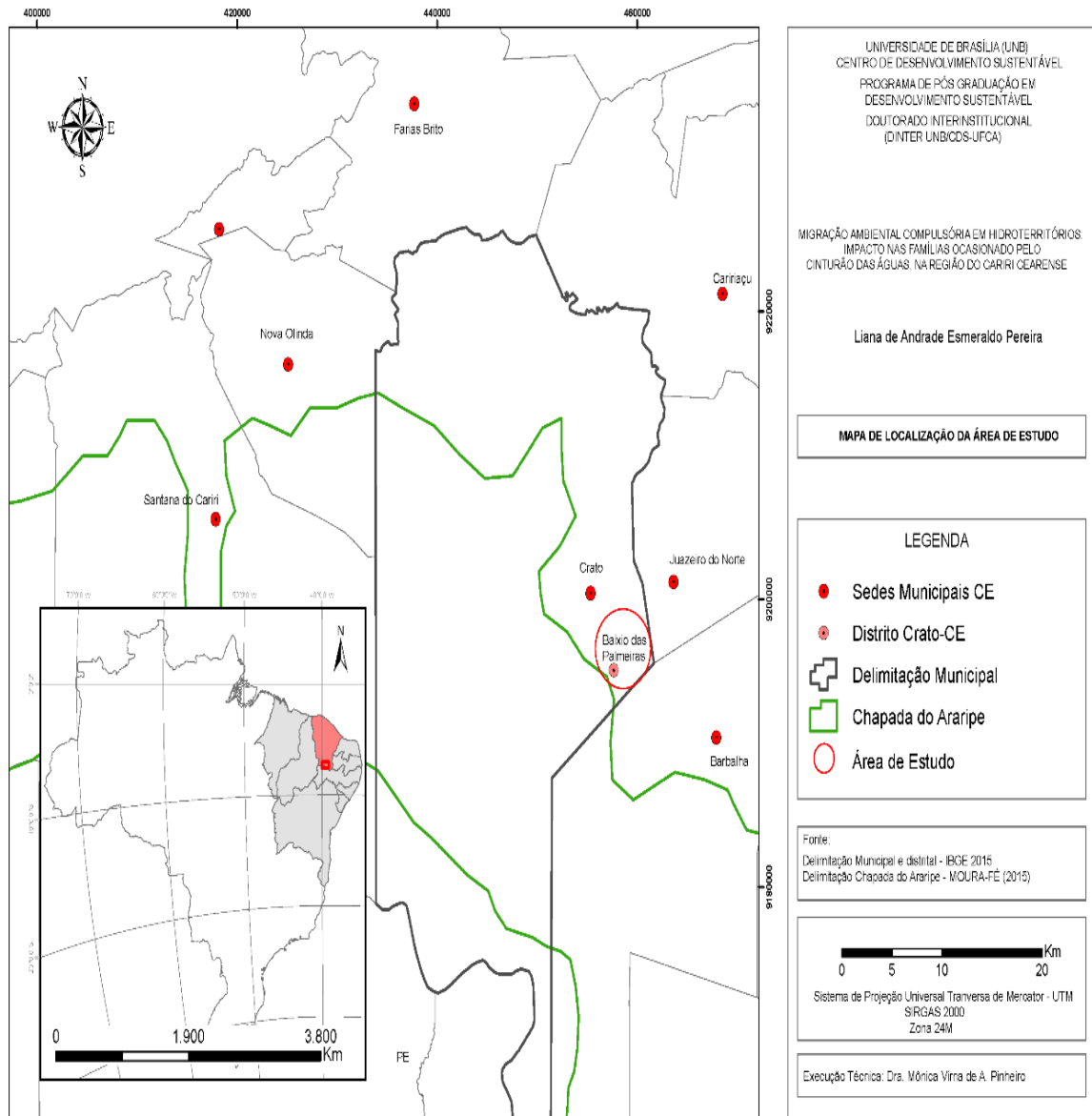
O presente estudo foi desenvolvido no município do Crato, que fica localizado no sul do estado do Ceará, na Região Metropolitana do Cariri. Segundo o Ceará (2018), o município fica localizado na área de abrangência da Chapada do Araripe e da Bacia Hidrográfica do Salgado. Dentre os dez distritos rurais que compõem esse município, localiza-se o espaço desta pesquisa: o distrito rural Baixio das Palmeiras.

Na base de dado do IPECE, a criação do distrito é datada no ano de 1994. Porém, como apontado nos estudos de Nobre (2015), as primeiras habitações do distrito remetem ao século XIX, com a ascensão da pecuária e dos engenhos na região do Cariri. Atualmente, o distrito conta com 10 comunidades, entre elas, Baixio das Palmeiras, Baixio do Muquém, Baixio dos Oitis e Chapada do Baixio, que são as comunidades que estão na área de abrangência do CAC nesse distrito.

O território mencionado tem como base econômica a agricultura familiar, apesar do declínio dessa prática nos últimos anos. Possui população aproximada de 2.428 habitantes. Sua rede comunitária consta de vários equipamentos públicos (unidades básicas de saúde, escolas, ilha digital) e sociais (capelas, associações comunitárias, espaços recreativos, casa de cultura).

É constituído, segundo Nobre (2017), por dez comunidades rurais, dentre as quais: Baixio dos Oitis, Baixio do Muquém, Chapada dos Baixios e Baixio das Palmeiras (sede do distrito), que fazem parte do delineamento geográfico da pesquisa. O mapa ilustrado abaixo possibilita a localização da área de estudo.

Figura 13 - Mapa de localização da área de estudo



Fonte: elaborada pela autora (2020).

Nas quatro comunidades pesquisadas, residem 318 famílias, sendo entre essas 25 diretamente afetadas pela construção do CAC e notificadas que serão desapropriadas. Além dessas famílias, também fizeram parte da amostra da pesquisa representantes da gestão estadual, lideranças comunitárias e moradores que perderão terrenos ou benfeitoria. A distribuição do

público-alvo abordado está especificada em cada objetivo específico da pesquisa, sendo os métodos de coleta e análise de dados descritos a seguir.

6.2 INSTRUMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS DE ACORDO COM OS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

6.2.1 Procedimentos metodológicos gerais

Todas as entrevistas realizadas nesta pesquisa foram gravadas e transcritas, utilizando-se os critérios do especialista Marcuschi (1986) (Anexo H), com o consentimento dos entrevistados que assinaram tanto Termo de Autorização de Uso de Imagem (Apêndice A), quanto o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice B).

A fala dos gestores entrevistados serão representadas por nomes de plantas fósseis da Bacia do Araripe; o discurso das lideranças comunitárias, serão retratados por nomes de fósseis de peixes, e os relatos dos moradores que foram ou serão desapropriados, serão simbolizados por nomes de insetos; todos encontrados na Bacia do Araripe, extraídos do livro de Saraiva *et al.* (2015). A opção pelo uso desses nomes é a valorização das espécies características da fauna e flora caririense. O projeto de doutorado foi submetido e aprovado, sob o parecer n. 3.315.043 da Comissão de ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Cariri (Anexo I), de acordo com a resolução n. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012).

6.2.2 Métodos referentes ao primeiro objetivo

Diante do primeiro objetivo de investigar a percepção dos gestores sobre a implementação do projeto CAC e os desdobramentos no hidroterritório Baixio das Palmeiras, realizou-se um estudo exploratório-descritivo de forma a compreender e descrever a dinâmica das relações político-econômica e socioambientais estabelecidas em torno do projeto.

Na figura 14, ilustraremos de forma resumida as fases da metodologia escolhida. Como ilustrado, após levantamento bibliográfico e documental, procederam-se as entrevistas com o público incluído nesse objetivo: gestores públicos que lidaram diretamente com o CAC.

Figura 14 - Resumo da metodologia

Quanto aos procedimentos técnicos	Bibliográfica e Documental
Forma de abordagem do problema	Qualitativa
Técnica de análise	Análise de conteúdo e documental
Quanto aos objetivos	Exploratório-descritivo
Técnica de amostragem	Bola de neve
Tipo de instrumento	Entrevista

Fonte: elaborada pela autora (2020).

No caso desta pesquisa, a amostra é constituída por 12 gestores/técnicos, formalmente entrevistados, sendo sete do município do Crato, um do município de Barbalha e quatro de Fortaleza. O critério para inclusão na amostragem foi ter participado em algum momento da implementação inicial do projeto.

No primeiro momento, entrou-se em contato com lideranças comunitárias que sugeriram e encaminharam a pesquisadora para alguns gestores. Concomitante as entrevistas, foram realizadas visitas às comunidades, especificamente Baixio das Palmeiras e Baixio do Muquém, para estabelecimento de vínculo e, ao mesmo tempo, apresentar a proposta de pesquisa desenvolvida. Aspectos considerados relevantes por Minayo *et al.* (2011) na pesquisa de campo. Nesse sentido, Bressan e Lajús (2017) destacam a importância de conhecer as famílias no desenvolvimento dos projetos de forma a averiguar as discrepâncias entre o que foi projetado e a real necessidade da comunidade.

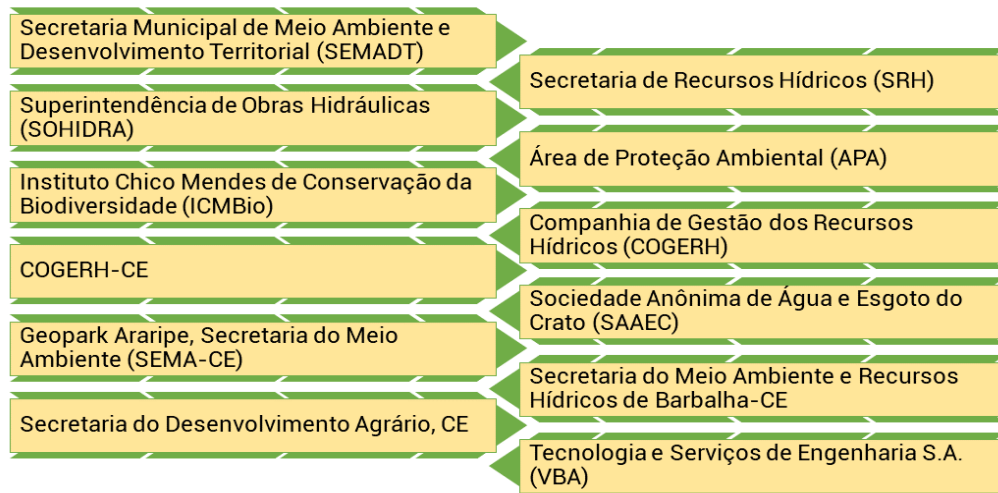
Como estratégia metodológica, durante o levantamento documental, fez-se o contato com alguns técnicos de órgãos governamentais, como geógrafo, geólogo, engenheiro agrônomo, analista ambiental, analista em gestão de recursos hídricos, dentre outros, sendo as entrevistas conduzidas por indicação, usando-se a técnica de amostragem bola de neve (*snowball sampling*).

Baldin e Munhoz (2011, p. 32) definem essa técnica como sendo “[...] uma forma de amostragem não-probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de

um estudo indicam novos participantes que, por sua vez, indicam novos participantes e, assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo (o ponto de saturação)”.

Durante a visita aos órgãos, também foram obtidas algumas informações de natureza informal, que serão apresentadas segundo a relevância da temática. Os órgãos visitados serão representados na Figura 15:

Figura 15 - Órgãos visitados



Fonte: elaborada pela autora (2020).

Na coleta de dados, as informações documentais foram obtidas através de atas de reuniões, das pesquisas online nos sites oficiais do Governo do Estado do Ceará, como o Diário oficial do Estado, a COGERH, a SRH e Assembleia Legislativa; do Governo Federal através da Agência Nacional das Águas (ANA) e Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES); e de jornais como Diário do Nordeste, Tribuna do Ceará e Globo.

De acordo com Zanella (2013), a análise documental envolve a investigação de documentos internos e/ou externos. Assim, relatórios, manuais e atas são documentos oficiais que, dependendo do objeto de estudo, são muito relevantes para a pesquisa.

A revisão bibliográfica ofereceu suporte à pesquisa, especialmente pelos artigos científicos publicados em relação à temática estudada. No levantamento de dados também se utilizou a técnica da entrevista, que é um procedimento comum em trabalho de campo, no qual o pesquisador busca por informações presentes nas falas dos atores sociais (MINAYO *et al.*, 2011).

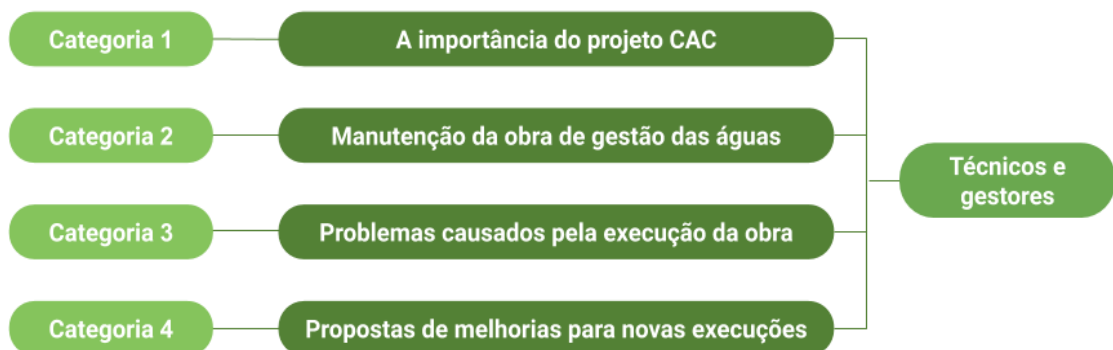
A análise dos dados concernente as referências da linha do tempo sobre o Cinturão da Águas do Ceará (Apêndice C), de cunho qualitativo, foi estabelecida no recorte temporal, uma década depois da atuação do projeto, delimitado entre os anos de 2010 a 2020. Sua construção

ocorreu mediante mapeamento de fontes de informação nos canais supraformais, compostos de periódicos eletrônicos, a própria internet e portais de informação científica. Para tanto, empregou-se nas plataformas de pesquisa as estratégias de busca, utilizando como descritores: ‘CAC’, ‘notícias’, ‘mês’ e ‘ano’.

Mediante esse processo de busca, os documentos recuperados de maior repercussão direcionam-se mais às notícias de sites (Diário do Nordeste, Cariri Revistas, G1, O Povo etc.). Logo após, têm-se as informações de artigos científicos, dissertações, relatórios e vídeos. A proposta da linha do tempo objetivou propiciar uma visão holística das ocorrências e desenvolvimento do projeto CAC.

Os dados obtidos pelas entrevistas com os gestores foram apresentados através da análise de conteúdo de Bardin (2009), segundo categorias definidas a posteriori, as quais são constituídas pelos processos de codificação, categorização e inferência. Dessa forma, foram criadas as categorias de acordo com o assunto das falas dos técnicos e gestores entrevistados, como consta na Figura 16:

Figura 16 - Categorias analisadas



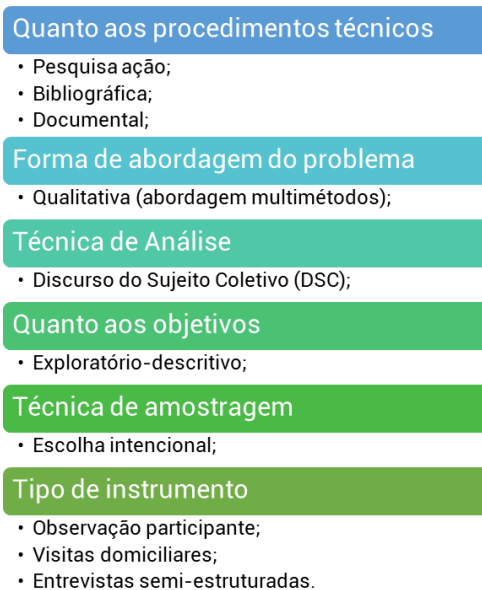
Fonte: elaborada pela autora (2020).

Portanto, as supracitadas categorias definidas constituem o instrumento de análise, permitindo conhecer a natureza, variantes e situações das comunidades e do ambiente estudado.

6.2.3 Métodos referentes ao segundo objetivo

De uma forma geral, o esquema abaixo (Figura 17) demonstra as estratégias metodológicas utilizadas para contemplar o segundo objetivo.

Figura 17 - Estratégias metodológicas para o alcance do segundo objetivo



Fonte: elaborada pela autora (2020).

Quanto ao segundo objetivo, que é examinar a atuação do movimento de hidroresistência Fórum Popular das Águas do Cariri, frente aos conflitos gerados pelo CAC no hidroterritório Baixio das Palmeiras, utilizou-se como métodos de coleta de dados, a observação participante e a entrevista semiestruturada.

Segundo Minayo *et al.* (2007), a observação participante pressupõe contato direto com o fenômeno para obtenção das informações no próprio contexto dos atores envolvidos. O pesquisador torna-se parte da vida dos observados (TORRES; NEIVA, 2007).

Para isso, foram frequentadas reuniões mensais do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Crato (STTR Crato) (Anexo J), da Associação de Moradores do Baixio das Palmeiras (Anexo K) e desenvolvidas ações de educação em saúde desenvolvidas na Unidade Básica da Saúde (UBS) (Anexo L) do Baixio do Muquém e Baixio das Palmeiras

Além disso, foram feitas visitas domiciliares para realização de entrevistas semiestruturadas, levantamento documental e ações de intervenção em educação em saúde na comunidade.

A amostra se constituiu de 13 moradores, sendo 5 mulheres e 7 homens, do distrito Baixio das Palmeiras, no município do Crato (CE), que ocupam posições estratégicas de liderança na comunidade, tais como representantes das associações do Baixio do Muquém, Chapada do Baixio, Baixio dos Oitis e Baixio das Palmeiras; Sindicato Rural do distrito Baixio das Palmeiras; Grupo Nós Mulheres; Casa de Quitéria; agente de saúde da Estratégia de Saúde da Família (ESF) do distrito; e liderança religiosa. Para composição desta amostra, uma lista

foi elaborada por um informante-chave, que, segundo Bisol (2012), trata-se de sujeitos que apresentam amplo contato com os indivíduos de um determinado espaço, sendo que nesse contexto encaixa-se os moradores das comunidades.

A entrevista, de acordo com Günther (2008), apresenta-se de várias formas e modalidades, e, por requerer um contato pessoal, possibilita uma perspectiva mais abrangente através da observação que proporciona verificar “[...] o comportamento verbal e não-verbal, a aparência e as condições gerais de saúde, permitindo combinar informações de diferentes fontes” (GÜNTHER, 2008, p. 60).

Apesar do roteiro pré-estabelecido (Apêndice D), os relatos procederam de forma espontânea, propiciando uma conversa informal que possibilitou a compreensão da representação da comunidade na vida de seus moradores. A coleta de dados se deu de abril a novembro de 2019, período também da realização das atividades do projeto Resistência no Baixio das Palmeiras na comunidade. A análise dos dados foi realizada através da construção de uma linha do tempo de atuação do Fórum Popular das Águas (Apêndice E), desde o início de 2015 até 2019. Para sua construção, foram analisados documentos como atas, convites, dissertações, ofícios e relatórios fornecidos pelo próprio fórum; já os documentos como cartazes, notas e programação de eventos deu-se a partir da pesquisa no motor de busca Google, utilizando o termo ‘Fórum Popular das Águas’ e restringindo o ano de 2015 (data de sua criação) até 2019.

As entrevistas foram apresentadas segundo a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) de Lefevre e Lefevre (2003), que tem como fundamento:

[...] a teoria da Representação Social e seus pressupostos sociológicos. A proposta consiste basicamente em analisar o material verbal coletado extraído-se de cada um dos depoimentos, artigos, cartas, papers, as **ideias centrais** e **ancoragens** e as suas correspondentes **expressões-chave**; com as **ideias centrais/ancoragens** e **expressões-chave** semelhantes compõe-se um ou vários discursos-síntese que são os Discursos do Sujeito Coletivo (LEFEVRE; LEFEVRE, 2003, não paginado, grifo nosso).

Através dessa técnica, o conteúdo das respostas individuais, as quais apresentam sentidos semelhantes, são agrupadas em categorias (expressões-chave) semânticas gerais; posteriormente, são retirados trechos das falas dos respondentes que corroboram com as categorias (ideias centrais); em seguida, pode-se encontrar no corpo das falas marcas discursivas que podem ter relação com uma teoria ou ideologia (ancoragem); por fim, mediante leitura técnica, extraiu-se o depoimento síntese no singular, que vai representar a coletividade, ou seja, todo o grupo entrevistado (Discurso do Sujeito Coletivo - DSC).

6.2.4 Métodos referentes ao terceiro objetivo

Quanto ao objetivo de diagnosticar as relações de apego, identidade de lugar, coesão social e satisfação residencial dos moradores das comunidades pesquisadas, utilizou-se como instrumento de coleta de dados um survey, baseado na escala de apego ao lugar e identidade, com um formulário socioeconômico acoplado.

Segundo Paranhos et al (2013, p.10) “a pesquisa de survey tem múltiplas finalidades. Sempre que o pesquisador estiver interessado em identificar opiniões, atitudes, valores, percepções”. O método de pesquisa de survey possui três funções: exploração, descrição e explicação. Estudos feitos a partir dessa técnica podem ser categorizados como transversais, quando se estuda uma ocasião específica, podendo fazer também comparativos entre as amostras; e longitudinais, quando se estuda um grupo por uma longa quantidade de tempo.

Optou-se pela abordagem quantitativa, que segundo Barbosa (2001), possibilita alcançar um número maior de respondentes, ao utilizar uma escala, em grande parte numérica, na qual a numeração de variáveis é processada estatisticamente.

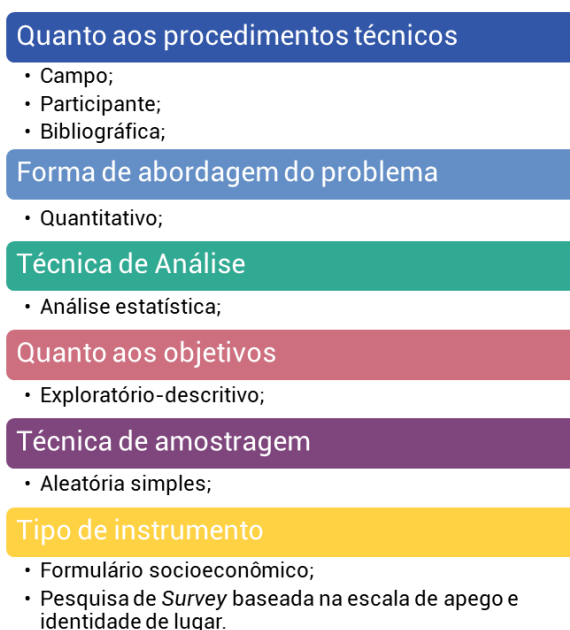
A amostra foi escolhida de forma aleatória simples, entre os moradores das comunidades, que foram atingidos. O critério de inclusão definiu ser morador das comunidades a serem afetadas pela passagem do projeto hídrico Cinturão das Águas do Ceará.

Inicialmente, os primeiros moradores que participaram da resolução do survey estavam entre aqueles que seriam ou foram desapropriados; posteriormente, expandiu-se para lideranças comunitárias participantes do processo de mobilização e resistência. Após essas primeiras aplicações, percebeu-se que o conceito de atingido era muito mais abrangente, pois, segundo Martins (2020), não é somente o sujeito desapropriado que tem impactos diretos, mas toda a comunidade do entorno do empreendimento de alto impacto.

Visto essa observação, resolveu-se ampliar a amostra de participantes da pesquisa. Como critérios de exclusão da pesquisa, foi optado pela exclusão de pessoas menores de 18 anos, levando em consideração a necessidade de autorização prévia dos responsáveis para a participação desse grupo na pesquisa; e portadores de deficiência intelectual ou transtorno mental.

Na figura abaixo, apresenta-se uma visão geral da metodologia quantitativa empregada para consecução deste objetivo.

Figura 18 - Visão geral da metodologia utilizada para contemplar o terceiro objetivo



Fonte: elaborada pela autora (2020).

O instrumento utilizado no processo de coleta de dados foi uma pesquisa de survey exploratória e transversal, a partir de uma adaptação da escala de apego e identidade de lugar de Hernandez *et al.* (2007) (Apêndice F), e da aplicação de um formulário socioeconômico. A escolha desses materiais justifica-se a partir de Spink (2003, p. 74): “A sensibilidade para com as diferenças sociais, culturais e contextuais e a integração dessa sensibilidade às explicações psicológicas vão ser refletidas na escolha dos instrumentos de pesquisa”. Originalmente, essa escala foi construída pelos autores com doze itens: 8 de apego e 4 de identidade de lugar. Mas, após aplicação, descobriu-se equivalências, ficando ao final com 6 itens de apego e 3 itens de identidade de lugar (RUIZ; HERNÁNDEZ; HIDALGO, 2015).

O formulário sociodemográfico está dividido em cinco blocos de perguntas, contendo dados referentes à caracterização sociodemográfica do entrevistado, à caracterização socioeconômica com informações sobre escolaridade, trabalho e renda; às condições de saúde; e à moradia e qualidade de vida. Na elaboração do instrumento da pesquisa, alguns elementos devem ser considerados, como destaca Gunther (2003) o grau de complexidade dos conceitos a serem desenvolvidos; a relação entre as características da população-alvo e os conceitos; e o tamanho da amostra que indicará qual o instrumento mais adequado.

A preocupação inicial da pesquisadora foi a adequação da escala original de apego e identidade de lugar de Hernández *et al.* (2007) aos objetivos da pesquisa, no processo de formulação do survey. Em seguida, tornar a linguagem acessível à amostragem escolhida, que

são moradores de comunidade rural. A adaptação da escala foi feita com a colaboração da professora Ada Raquel Teixeira Mourão, da Universidade Federal do Piauí (UFPI), que utilizou a escala em sua tese ajustando-a aos seus objetivos (MOURÃO,2014).

A escala utilizada na pesquisa foi desenvolvida utilizando-se a escala *Likert* de 5 escores no intervalo de 1 (nem um pouco) até 5 (com toda certeza). O entrevistado assinalava um único item de acordo com seu grau de satisfação. Os itens das questões receberam as seguintes classificações, de acordo com as informações a serem coletadas: sobre a cidade; sobre a comunidade; sobre os moradores; sobre a casa; e sobre o Fórum Popular das Águas.

Esses itens continham informações referentes aos processos psicossociais de apego ao lugar (itens 1, 2, 4, 5 a 12, 16 a 18); identidade de lugar (3, 9, 13 a 15); coesão social (19 a 25, 31 a 35), satisfação residencial (26 a 30); e informações referentes ao Fórum Popular das Águas (31 a 35)

Os dados serão apresentados em tabelas e/ou gráficos. Foram calculadas as medidas estatísticas, média e desvio padrão de idade, tempo de vivência na comunidade e tempo de residência na casa atual. A escala utilizada para avaliar as categorias apego, identidade de lugar, coesão social e satisfação residencial foi construída com cinco alternativas, onde o número 1 representa o maior nível de discordância e o número 5 o maior nível de concordância ao item (1 a 5).

A associação entre a escala e as variáveis: idade, sexo, escolaridade, trabalho, tipo de trabalho, renda per capita familiar, local de nascimento, procedência, tempo de vivência na comunidade e tempo de residência na casa atual será verificada pelos testes não paramétricos de χ^2 e de razão de verossimilhança. Para analisar a força das associações, a escala foi transformada em apenas duas categorias: insatisfeito e satisfeito, quando foram calculadas as medidas razão de chances e de proporções.

A comparação das médias da nova escala com as variáveis sexo, escolaridade, trabalho, tipo de trabalho, local de nascimento e procedência foi feita pelos testes paramétricos t de *Student* e ANOVA, ou pelos não paramétricos de Mann-Whitney e Friedman. Para todas as análises inferenciais foram consideradas como estatisticamente significantes aquelas com $p < 0,05$. Os dados foram processados no SPSS 20.0, licença número 10101131007.

O teste de fidedignidade, avaliado pelo coeficiente alfa de Cronbach, utilizado como técnica para aferir a confiabilidade de um instrumento de medição, neste estudo, constatou que todas as dimensões estudadas possuem consistência interna, no mínimo aceitável, conforme relatório técnico emitido pela DeltaStat (2020).

A análise dos dados foi feita de modo descritivo. Foi realizada a análise da distribuição das respostas às variáveis: localidade, sexo, faixa etária e natividade, agrupadas por perguntas referentes ao apego ao local, identidade e coesão. Os elementos foram avaliados a partir das respostas aos seguintes tópicos:

Quadro 4 - Identidade

Categorias: Identidade	
03	Esta cidade tem a ver com a minha história pessoal
14	Esta comunidade é parte da minha identidade
28	Esta casa tem a ver com a minha história de vida
29	Esta casa é parte da minha identidade

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Quadro 5 - Apego ao lugar

Categorias: Apego ao lugar	
01	Eu gosto de viver nesta cidade
05	Eu gosto de morar nesta comunidade
06	Eu me sinto apegado à comunidade onde moro
26	Eu gosto de morar nesta casa

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Quadro 6 - Coesão Social

Categorias: Coesão Social	
19	Os moradores da minha comunidade são unidos
22	Nossa comunidade participa ativamente das atividades que dizem respeito a todos
23	Nossa comunidade mobilizou a sociedade em prol dos nossos direitos

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Quadro 7 - Satisfação residencial

Categorias: Satisfação residencial	
26	Eu gosto de morar nesta casa
27	Eu me arrependeria se tivesse que mudar para outra casa
28	Esta casa tem a ver com a minha história de vida
29	Esta casa é parte da minha identidade

Fonte: elaborado pela autora (2020).

A coleta de dados se deu de abril a dezembro de 2019, através de visitas às casas e presença nas reuniões das comunidades. Foram aplicados 150 questionários, seguindo os critérios de exclusão e inclusão da pesquisa estipulados. Foram feitas aplicações tanto nas residências dos moradores atingidos, residentes nas quatro comunidades foco da pesquisa (Baixio das Palmeiras, Baixio do Muquém, Baixio do Oitis e Chapada dos Baixios), como também houve aplicações em moradores que frequentavam as Unidades Básicas de Saúde

(UBS) do Baixio das Palmeiras e do Baixio do Muquém. Todas as aplicações foram feitas de forma individual.

Antes de iniciar a aplicação, a pesquisa foi dividida em dois momentos. No primeiro momento, estabeleceu-se contato com lideranças da comunidade para explicar o trabalho e solicitar o apoio. No encontro inicial, algumas lideranças informaram sobre a necessidade de suporte emocional à comunidade e indagaram sobre as contribuições da pesquisa nesse intuito. Foram informados de que havia sido feita a submissão de um projeto de cultura, com foco em educação em saúde, intitulado Resistência no Baixio das Palmeiras: Psicologia, Saúde e Meio Ambiente (Apêndice G), o qual aguardava-se o resultado e foi aprovado.

Portanto, concomitante à aplicação do instrumento da pesquisa, houve o desenvolvimento de atividades nas comunidades em quatro campos de trabalho: nos postos de saúde do Baixio das Palmeiras e do Baixio do Muquém; na escola Rosa Ferreira de Macêdo; na casa de Quitéria, projeto desenvolvido por um geógrafo, agricultor e morador do Baixio das Palmeiras; e na base do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Crato (STTR), localizada no distrito.

No segundo momento, antes de entrar em campo, houve o processo seletivo da equipe para realizar o projeto na comunidade. Inicialmente, convidou-se uma colega psicóloga que pudesse colaborar. Em seguida, realizou-se a divulgação do projeto e a seleção propriamente dita. Foram escolhidos 4 estudantes de medicina da Universidade Federal do Cariri, ex-alunos da pesquisadora/professora, sendo que três já conheciam as comunidades de atividades anteriores; e sete estudantes de psicologia do Centro Universitário Leão Sampaio. No segundo semestre, a equipe de psicologia ficou com quatro estudantes, mas foi acrescida de uma psicóloga que também desenvolvia pesquisa e atividades no distrito.

A equipe passou por treinamento constituído de três etapas:

1. informações sobre o projeto Cinturão das Águas e a realidade das comunidades afetadas;
2. indicação de leitura do livro *Hacia una Psicología Rural Latinoamericana* de Fernando Landini, de modo a equipar os participantes da equipe de conhecimento sobre as especificidades da população rural;
3. apresentação da pesquisa, de forma a instrumentalizá-los na aplicação para que estivessem preparados para tirar dúvidas, lidarem com demandas situacionais e capacitá-los para desenvolver uma atitude de acolhimento e habilidade de observação.

Como ressalta Gunther (2008), na aplicação de entrevista é importante considerar as limitações como o custo necessário, o tempo para completar as entrevistas e as habilidades

sociais que são requeridas de um aplicador. Portanto, foi vista a necessidade selecionar e capacitar os aplicadores previamente. Priorizou-se capacitar a equipe na abordagem de fazer perguntas e obter respostas, como salienta Gunther (2008); e, principalmente, e o mais importante, o acolhimento, devido à situação atual da comunidade; às outras pesquisas nas quais foram participantes; e à abordagem inadequada pelos técnicos representantes da empresa licitada para a obra.

Após a capacitação, fez-se a primeira visita às comunidades, denominada de abordagem piloto, na qual a equipe, ao encerrar a atividade, discutiu sobre as aplicações realizadas. Percebeu-se, primeiramente, que as pessoas solicitavam a leitura do instrumento, o que foi feito na maioria absoluta das aplicações. Identificou-se a necessidade de acrescentar na alternativa 1 a palavra de jeito nenhum, pois embora possua um significado equivalente a nem um pouco, facilitava a compreensão de algumas assertivas. Outra questão importante foi assegurar a utilização de um tempo hábil, de acordo com a necessidade do morador, para que pudesse responder as questões adequadamente.

Acerca dos locais de realização de atividades comunitárias desenvolvidas durante a escrita da tese e de locais de aplicação do instrumento, cita-se:

1. No Baixio das Palmeiras:

- A sede da associação rural que recebeu o nome de Associação Rural do Baixio das Palmeiras. Organização atuante e comprometida com a comunidade;

Figura 19 - Reunião na Associação Rural do Baixio das Palmeiras



Fonte: dados da pesquisa (2019).

- Casa de Quitéria, projeto com o objetivo de preservar elementos da história e memória do distrito. O nome é em homenagem a uma antiga moradora de referência na comunidade (NOBRE, 2015);

Figura 20 - Atividades do projeto na casa de Quitéria



Fonte: dados da pesquisa (2019).

- Unidade Básica de Saúde que recebeu o nome UBS Baixio das Palmeiras;

Figura 21 - Atividades realizadas na Unidade Básica de Saúde do Baixio das Palmeiras



Fonte: dados da pesquisa (2019).

2. No Baixio do Muquém:

- Escola de Ensino Fundamental Rosa Ferreira de Macêdo, que atende à demanda de ensino fundamental de várias comunidades do distrito, incluindo as comunidades pesquisadas;

Figura 22 - Atividade 'A teia' realizada na Escola de Ensino Fundamental Rosa Ferreira de Macêdo



Fonte: dados da pesquisa (2019).

- Unidade Básica de Saúde intitulada UBS Baixio do Muquém, atende à demanda tanto dessa comunidade como de comunidades circunvizinhas;

Figura 23 - Atividades realizadas na Unidade Básica de Saúde do Baixio do Muquém



Fonte: dados da pesquisa (2019).

- Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Crato - STTR Crato, no qual foram realizadas reuniões de base sindical, todos os meses na escola da comunidade.

Figura 24 - Reunião no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Crato do Baixo do Muquém



Fonte: dados da pesquisa (2019).

As atividades nas unidades básicas de saúde eram desenvolvidas todas as sextas-feiras, pela manhã. Já na escola Rosa Ferreira de Macêdo, essas eram desenvolvidas nas tardes das sextas-feiras. As atividades na Casa de Quitéria aconteciam aos sábados ou domingos pela tarde; e as atividades da associação e sindicato eram realizadas no segundo e terceiro domingo de cada mês, respectivamente.

6.2.5 Métodos referentes ao quarto objetivo

Quanto ao quarto objetivo, que foi avaliar as implicações do processo de implementação do projeto Cinturão das Águas do Ceará nas comunidades atingidas, a partir da vivência dos moradores que já foram ou serão desapropriados, utilizou-se o instrumento da autobiografia ambiental. Abaixo, serão descritos o local onde a pesquisa será desenvolvida, critérios de amostragem e dados sobre o instrumento da coleta de dados.

Como panorama das estratégias metodológicas optadas neste estudo, foi feito um quadro síntese, demonstrado na Figura 25.

Figura 25 - Estrutura da metodologia do trabalho para o objetivo quatro

Fonte: elaborada pela autora (2020).

A amostra dessa etapa da pesquisa corresponde a 72 pessoas que, segundo dados da associação, foram ou serão desapropriadas, sendo incluídos moradores que perderam terrenos e benfeitorias, apesar de não perderem casas; e moradores que perderam sua habitação por completo e que tiveram ou terão que realizar migração. Abaixo, ilustraremos a caracterização da amostra (Tabela 1):

Tabela 1 - Caracterização da amostra

Localidade	Número de entrevistados (as)
Baixio das Palmeiras	39
Baixio do Muquém	13
Baixio dos Oitis	06
Chapada dos Baixios	11
Romualdo	03

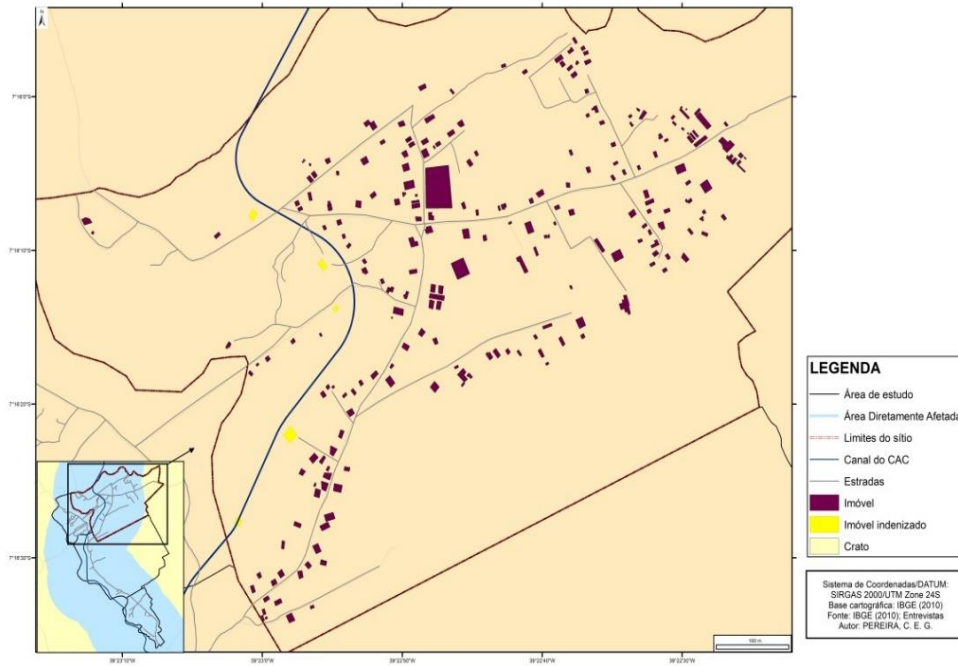
Fonte: elaborado pela autora (2020).

É válido ressaltar que é um número variável, visto que com as negociações e modificações no traçado, ocorreram mudanças. A informação pertinente aos moradores do Romualdo foi veiculada recentemente por representantes da associação das Palmeiras. Além disso, a informação mais recente, proveniente da associação, contabiliza que 18 já foram indenizados.

Nas figuras abaixo, serão ilustradas as áreas de impacto imobiliário nas quatro comunidades pesquisadas: Muquém (Figura 26), Chapada (Figura 27), Oitis (Figura 28) e Palmeiras (Figura 29).

Figura 26 - Imóveis atingidos no Baixio do Muquém

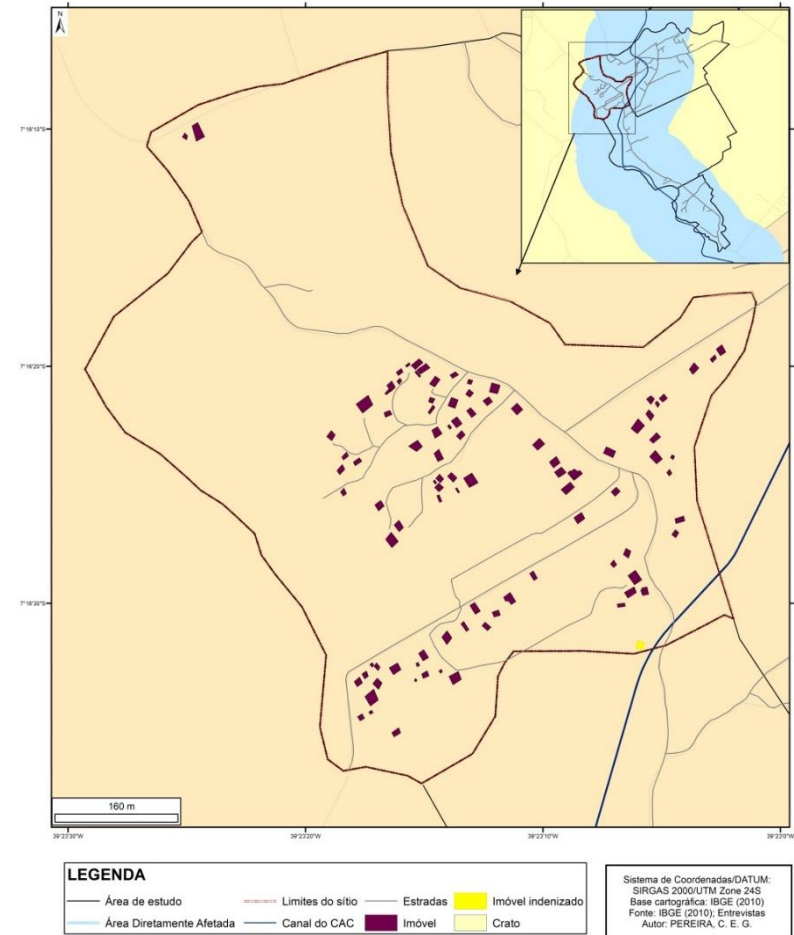
CANAL DO CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ E SEUS IMPACTOS NOS IMÓVEIS DO SÍTIO BAIXIO DO MUQUÉM, CRATO (CE)



Fonte: elaborada pela autora (2020).

Figura 27 - Imóveis atingidos na Chapada do Baixio

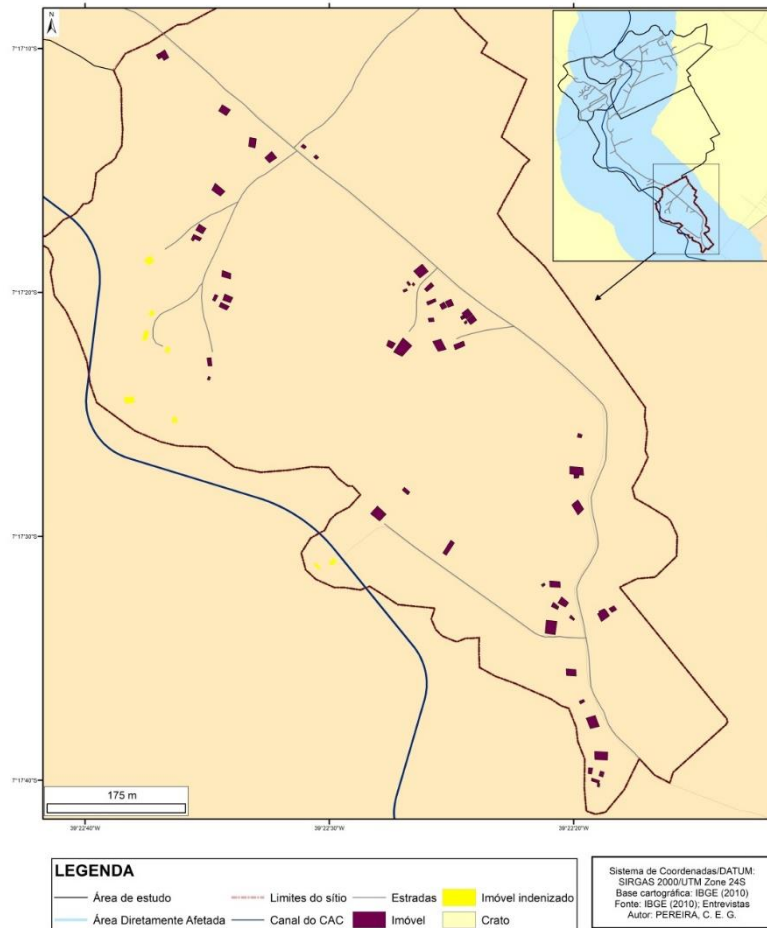
CANAL DO CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ E SEUS IMPACTOS NOS IMÓVEIS DO SÍTIO CHAPADA DO BAIXIO, CRATO (CE)



Fonte: elaborada pela autora (2020).

Figura 28 - Imóveis atingidos no Baixio dos Oitis

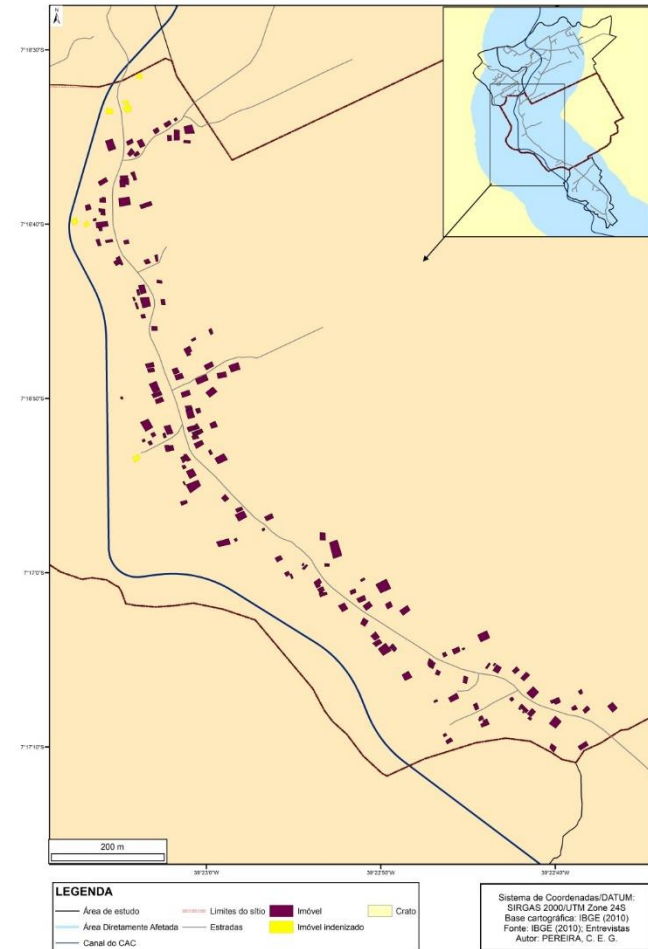
CANAL DO CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ E SEUS IMPACTOS NOS IMÓVEIS DO SÍTIO OITIS, CRATO (CE)



Fonte: elaborada pela autora (2020).

Figura 29 - Imóveis atingidos no Baixio das Palmeiras

CANAL DO CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ E SEUS IMPACTOS NOS IMÓVEIS DO SÍTIO BAIXIO DAS PALMEIRAS, CRATO (CE)



Fonte: elaborada pela autora (2020).

A escolha da amostra foi intencional, delineada pelo Obaichthys decoratuss, representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETRAECE), seccional Crato, que fez o acompanhamento dos pesquisadores em todas as visitas residenciais.

Levando em consideração que este estudo é qualitativo, modalidade que pressupõe a compreensão de um fenômeno específico e delimitável, sendo adequado a um grupo de pessoas afetadas pelo mesmo fenômeno (MINAYO; SANCHES, 1993), procurou-se um método que abarcasse as especificidades do processo de migração compulsória estudado. Por isso, foi selecionado como instrumento de coleta de dados a autobiografia ambiental.

A autobiografia ambiental é um instrumento utilizado para avaliar as relações pessoa-ambiente, através de narrativas da história pessoal em relação aos ambientes significativos, tendo o ambiente como protagonista (ELALI; PINHEIRO, 2008).

Dessa forma, o relato possibilita o resgate da memória, das vivências naquele lugar, contribuindo para a compreensão dos afetos, pensamentos e comportamentos nele experienciados. Elali e Pinheiro (2008) colocam como vantagem desse método a possibilidade de aflorar temas de interesse do indivíduo e peculiaridades significativas; tendo a desvantagem de não seguir um roteiro pré-estabelecido, o que pode dificultar comparações, exigindo um “[...] esforço introspectivo dos participantes” (p. 229).

Os mesmos autores estruturam o instrumento em três partes: elementos textuais, conteúdo explícito e fontes de influência. Os elementos textuais informam sobre as características do texto, tais como foco discursivo, estrutura textual, estrutura temporal, fluidez, intencionalidade, entre outros. No conteúdo explícito descrevem-se as situações e fatos escolhidos; os principais elementos ambientais que aparecem, demonstrando a presença do ambiente na história de vida do sujeito; e as sensações e sentidos presentes no relato, referindo-se a sensações e sentimentos agradáveis ou desagradáveis. Quanto às fontes de influência, identificam-se elementos que interferem nas relações da pessoa com o seu ambiente.

7 RESULTADOS E DISCUSSÕES

7.1 A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO CAC NAS COMUNIDADES DO DISTRITO BAIXIO DAS PALMEIRAS: A VISÃO DOS GESTORES PÚBLICOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO

Como apresentado no capítulo metodológico, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 12 gestores públicos que estavam envolvidos no processo de implementação do eixo 1 do CAC. As entrevistas transcorreram de forma espontânea e informal, sendo a pergunta geradora: “Qual sua percepção sobre o Projeto CAC e seus desdobramentos?”. Este padrão repetiu-se em todas as entrevistas realizadas.

Todos os gestores e técnicos foram receptivos, entretanto, na Secretaria de Recursos Hídricos (SRH), alguns técnicos entrevistados retiraram o seu consentimento posteriormente, apesar de enviar a transcrição das entrevistas realizadas por e-mail e, particularmente, tendo observado que as informações prestadas foram puramente técnicas, sem nenhum comprometimento profissional ou pessoal. Os técnicos que pediram para terem os seus relatos retirados não compõem a amostra final da pesquisa.

As respostas obtidas foram divididas em quatro categorias: a importância do projeto; a manutenção da obra; problemas na execução e propostas de melhoria para novas execuções. No discurso dos representantes dos órgãos relacionados à questão hídrica, destaca-se a importância do projeto CAC como garantia de abastecimento humano, incluindo-se também a destinação da água para as indústrias da região, como pode ser observado no Quadro 8:

Quadro 8 - Falas dos entrevistados acerca da importância do projeto CAC

Transcrição das falas
“A proposta é o abastecimento humano. Aliás, hoje a gente tá até mudando muito essa fala do abastecimento humano, é o CONSUMO humano. Por exemplo, o Crato. Num posso dizer “vou botar água no Crato só pra pessoa beber em casa”. Precisa dessa água pra indústria, pro comércio, pra praças, pra essas coisas tudo (+). Então, assim a gente tá botando pra consumo humano” (ARAUCARIA CARTELLI, H, 2019, informação verbal).
“... que a prioridade constitucional é o abastecimento humano... Agora tem que ter responsabilidade de oferta hídrica. Nós precisamos ter segurança hídrica” (ARAUCARITES VULCANOI, 2019, informação verbal).
“... eu vejo o projeto como uma obra estratégica para o desenvolvimento do estado [...] e nos dá uma segurança hídrica, no abastecimento dessas cidades [...] porque há a possibilidade também de trabalhar com pequenos agricultores [...]. Uma vez suprida essa necessidade para abastecimento humano, há a possibilidade de você utilizar também essa água para irrigação” (ARAUCARIOSTROBUS SP, H, 2019, informação verbal).
“ASPECTO MAIOR, no caso do CAC, é (+) GARANTIR O ABASTECIMENTO D’ÁGUA (+) a uma série de CIDADES E COMUNIDADES (+) ao longo de um trecho de (+) quase 1.500 quilômetros de extensão [...] Eu, por exemplo, eu defendo o canal. Eu acho que o canal é uma obra imprescindível pra (+) PRA NÓS aqui da Bacia Sedimentar do Araripe. Evidentemente não só pra nós, mas pra todo o: /.../ Inhamuns (+) nós temos uma vulnerabilidade muito grande com relação (+) a:: às nossas forças de abastecimento da água (+)” (RUFFORDIA GOEPPERTII, H, 2019, informação verbal).
“/.../ Nós tamos tomando emprestado água de outras bacias, (+) então não posso negar a NECESSIDADE disso, do projeto. Agora, (+) podemos (+) CRITICAR é a EXECUÇÃO da obra. Então, num posso deixar de

JUSTIFICAR a obra. A obra, é em alguns momentos, ela será necessária, até porque a alternativa a ela era você des-con-cen-trar a riqueza ou poder, as oportunidades do Estado do Ceará /.../” (*BRACHYPHYLLUM INSIGNE*, H, 2019, informação verbal).

“/.../ o CAC, ele pode até ajudar numa coisa que investe (+) no Ceará em termos de (incompreensível), mas o principal /.../ é pra complemento e abastecimento humano /.../. (+) Agora onde ele talvez possa (+) usar a agricultura, que tem todo um potencial (+) /.../ que vai dar uma garantia, associada com à (+) a (+) /.../ água subterrânea que já tem, complementando (+) seria nessa parte. /.../ a OBRA já tá com quase cinco anos, não sei quanto, e começou a gerar emprego desde quando (+) nós começamos a trabalhar na topografia (+) e começou gerando, gerou MAIS TRANSPORTES, gerou mais ÔNIBUS passando /.../ gerou toda uma gama de serviços, /.../ empregos. /.../” (*TOMAXELLIA BIFORME*, H, 2019, informação verbal).

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Como pode ser observado nos discursos dos gestores entrevistados, o CAC é visto pelos operadores da política pública como um instrumento de promoção de crescimento econômico, pois com a chegada das águas aduzidas pela obra nas comunidades cearenses, será possível promover melhorias no abastecimento humano, fortalecimento do setor agropecuário e geração de emprego e renda. A grande questão em relação à destinação da água transposta é efetivamente o uso que dela se dará, para que se garanta que os beneficiários sejam os que efetivamente dela precisam, como destacam Coelho (1985) e Chacon (2007).

Para se promover a segurança hídrica, precisa-se de fiscalização na gestão da água de forma a garantir a qualidade e quantidade da água a ser consumida. Como destacam Ituarte e García (2016), é preciso uma gestão conjunta de abastecimento e saneamento que leve em consideração a formação de equipes multidisciplinares, a preferência por tecnologias inovadoras e flexíveis com base na sustentabilidade e a adaptação das estratégias utilizadas anteriormente ao contexto físico e social da área de trabalho.

Essa dimensão é, muitas vezes, negligenciada, pois se desenham projetos sem efetivamente estudar o impacto social no local onde vai ser implementado, acreditando-se que as pessoas veem o mundo da mesma forma em todos os lugares. Como foi apontado anteriormente no estudo de Martins (2020) no caso do EIA/RIMA do CAC, os determinantes socioeconômicos da área de impacto foram trabalhados de forma meramente descritiva.

Conforme *Tomaxellia biforme* (2019, informação verbal), o projeto traria benfeitorias como a implantação de vários mini-hortos. Questiona-se, por sua vez, se essa benfeitoria compensará, efetivamente, as perdas sofridas e se corresponderá as necessidades e/ou desejos da comunidade. Acrescenta o mesmo entrevistado que a concepção de desenvolvimento para esses projetos difere da almejada pela população local.

Observa-se, não obstante, a sinalização por analistas ambientais da necessidade de atentar para o uso do recurso da água de forma ordenada, tanto pelas pessoas como pelas instituições, como pode ser observado no Quadro 9:

Quadro 9 - Falas dos entrevistados acerca da manutenção da obra e gestão das águas

Transcrição das falas
“Tem atividades econômicas que são compatíveis com a produção do recurso hídrico. Então, a ideia é buscar com todo conhecimento que a gente tem, aquilo que hoje tá na moda, que se fala tanto de desenvolvimento sustentável. Então, que as atividades econômicas sejam compatíveis com a biodiversidade e com a vida humana, é isso que nós queremos” (<i>BRACHYPHYLLUM INSIGNE</i> , H, 2019, informação verbal).
“A nossa sociedade antiecológica, a maneira como fomos colonizados, os hábitos que desenvolvemos e, mais recentemente, com essa globalização, nós queremos viver de uma maneira incompatível com o nosso potencial ecológico” (<i>BRACHYPHYLLUM INSIGNE</i> , H, 2019, informação verbal).
“Toda atividade tem o problema de quanto comporta o equilíbrio de estabelecer uma cultura, uma exploração do recurso em cima da capacidade de suporte daquele recurso. A gente nunca avalia isso [...] você cai até os limites de esgotar aquilo que você tem. Você nunca fica satisfeito, entendeu?” (<i>BRACHYPHYLLUM CASTILHOI</i> , H, 2019, informação verbal).
“Do mesmo modo que se busca a segurança hídrica, as pessoas necessitam ter garantias quanto ao fornecimento e manutenção da água e de seu território. Os entrevistados, gestores de órgãos governamentais, reconhecem a necessidade da manutenção da obra, da qualidade hídrica e da verificação, se os condicionantes estão sendo cumpridos” (<i>TOMAXELLIA BIFORME</i> , H, 2019, informação verbal; <i>FRENELOPSIS SP</i> , H, 2019, informação verbal; <i>BRACHYPHYLLUM OBESUM</i> , H, 2019, informação verbal).
“Precisa receber tanto um cuidado técnico com relação (+) à: MANUTENÇÃO DA OBRA (+) em si, como também de:: de alguns, alguns riscos de (+) acesso a:: por exemplo, animais (+) tipo (+) gado, bode, ovelha, enfim e:: a pessoas mesmos chegarem e colocarem, fazerem retirada d’água (+) de /.../ forma imprópria ...” (<i>BRACHYPHYLLUM INSIGNE</i> , H, 2019, informação verbal).

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Como pode ser observado nas falas, há uma preocupação sobre o equilíbrio entre a obra e o território natural em seu entorno. Alguns reconhecem as raízes da lógica da exploração dos espaços naturais, sendo que dois trazem essa preocupação de forma mais enfática, falando sobre o esgotamento dos recursos naturais proveniente desse sistema. Um dos entrevistados fala sobre a noção de desenvolvimento sustentável como “moda”, isso reforça o que é percebido por Chacon (2007) sobre a incorporação do termo Desenvolvimento Sustentável por algumas iniciativas públicas e privadas, para atender às exigências de agências internacionais de fomento.

Outro ponto notável nas falas analisadas é que, ao mesmo tempo em que se reconhece a importância do projeto, alguns gestores e técnicos ressaltam as problemáticas causadas pela execução da obra, como é exposto no Quadro 10:

Quadro 10 - Falas dos entrevistados acerca dos problemas causados pela execução da obra

Transcrição das falas
“As pessoas chegaram e começaram a entrar nas propriedades, nos quintais das casas, mais especificamente no Baixo (+) e isso provocou muito mal-estar. Então, faltou por PARTE DESSE SETOR da Secretaria de Recursos Hídricos, da empresa contratada (+), um diálogo melhor (+), isso é:: mais do que reconhecido, um diálogo melhor com a comunidade (+) e: (+) COM OS AFETADOS mais diretamente (+). E isso provocou uma série de outros problemas e outras discussões, e até hoje rola alguma coisa nesse sentido. É porque, de repente, a abordagem ela não (+) não é tão apropriada pra você tratar com pessoas,...” (<i>RUFFORDIA GOEPPERTII</i> , H, 2019, informação verbal).
“/.../ Essas pessoas da engenharia sabe, elas são muito: cartesianas (+) elas não OLHAM (+) pra lagartixa, fica:: sabe, a obra quando vem os impactos ambientais, nunca o engenheiro (+) tem sentimento ambiental. Tá aí Brumadinho, tá aí, é só isso (+) sabe? Ele:: tá construindo um açude, não quer saber da população impactada com a poeira que vai sair, que faz 200 anos que mora lá, e que vai se impactar, não quer saber disso. (+) Ele

<p>quer construir (+) A EMPRESA. (+) Então, quando:: quando: o (+) Estado vai construir, não é o Estado (+) ,mas o Estado é responsável sim pelo entendimento, (+) e houve essa falha, e que causou um dano ENORME ao processo” (ARAUCARITES VULCANOI, H, 2019, informação verbal).</p>
<p>“O que aconteceu foi que a empresa que tá contratada pra ELABORAR o projeto pra - - fazer topografia, essas coisas..., chegou já invadindo as terra do pessoal. Chegaram derrubando cerca, árvore, fazendo picado no meio da mata... Aí a comunidade (+) se armou contra eles” (ARAUCARIA CARTELLI, H, 2019, informação verbal).</p>
<p>”Então, (+) lá houve esse tipo de conflito (+). A empresa não qualificou os seus quadros devidamente pra trabalhAR (+) com aquelas pessoas (+). AÍ VOCÊ CHEGA (+) a uma comunidade, extremamente (+) extremamente, extremamente é é é é:: TRADICIONAL, (+) que tem vivências ,(+) vivências SOCIAIS (+) MUITO FECHADAS (+),e, de repente, VOCÊ ABRE isso aí pra dizer que ELE VAI SER DESAPROPRIADO QUE ELES VÃO SER (+) REALOCADAS. (+) ISSO É UM CHOQUE!” (ARAUCARIOSTROBUS SP, H, 2019, informação verbal).</p>
<p>“[...] foi uma audiência pública MUITO diferente da que houve (+) em Missão Velha, que era só os meninos do 5º ano e tal. Então aqui as perguntas eram ‘Vem cá, (+) quanto vão pagar pela terra? Como? /.../ Então, por conta disso, de ser uma (+) além da Com-vida (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida), tem um outro fator (+), um: eles têm um sindicato rural atuante. Então o:: (+) pra você ter uma ideia, (+) acho que foi a primeira delegacia sindical - - se não foi a primeira foi uma das primeiras - - criada a partir no Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato. Então, o pessoal tem uma consciência sindical /.../ Então, o que houve aqui no Baixio que nós tivemos lá (+) é que aqui no Baixio havia um sindicato organizado, havia uma Com-vida estruturada. Então, as pessoas, a começar dos estudantes do Fundamental II, passando pelos pais (+) deles, o nível do pessoal era muito melhor e eles MUITO mais unido, lá não! /.../ Inclusive, QUANDO a empreiteira chegou invadindo as propriedades, antes que (+) alguém tenha sido indenizado, eles chegaram (enfianado máquinas) e tal... e num sei o quê. ‘Pera! Num é assim não! Pode parar, pode parar! Quem são vocês? Num é do estado, nós num conversamos com vocês não, num vimos vocês na reunião e tal’. ‘Não, nós estamos aqui fazendo uma topografia simples’. ‘Tinha que ter vindo, comunicado - oh! vai passar, as pessoas são essas’ /.../” (BRACHYPHYLLUM INSIGNE, H, 2019, informação verbal).</p>

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Em síntese, todos os entrevistados reconheceram que a abordagem de comunicação adotada pelos executores da obra foi inadequada e que essa falha na comunicação e esclarecimento dos fatos foi um dos fatores que fomentou as situações de conflito que existiram até então. Também nas entrevistas, a dualidade das competências Estado-Terceirizada foi exposta, cujos problemas na abordagem da população se deve à forma de comunicação da terceirizada, sem eximir a parcela de erro do Estado nesse processo.

Vale ressaltar dois elementos importantes trazidos nesses discursos sobre a percepção dos gestores acerca do impacto da obra nas comunidades: a noção do trabalho da engenharia como algo cartesiano, no sentido de focado na operacionalização; e a expressão comunidade de “vivências sociais muito fechadas”. Na primeira expressão, podemos refletir sobre como o trabalho planejamento e implementação de um empreendimento de grande impacto carece de um olhar humanizado. Martins (2020, p. 168), ao realizar o mapeamento afetivo dos moradores de duas comunidades atingidas pelo CAC, apontou em suas considerações que é necessário um olhar ampliado sobre todas as condicionalidades que envolvem um processo de desapropriação, pois “[...] desapropriação não é só sobre indenização, mas sobre jornadas de vidas que serão drasticamente modificadas por algo inesperado e não requerido”.

Sobre a segunda expressão, é possível verificar que o Estado desconhecia a força dos vínculos sociais existentes no distrito. Essas vivências sociais ditas fechadas, na realidade, são

uma expressão do forte senso de pertencimento ao lugar expresso pela comunidade, como também de sua grande capacidade de mobilização social em vista de um bem comum, no caso, as comunidades afetadas. Essas temáticas serão trabalhadas de forma ampliada no tópico 7.3.

Ressalta-se, portanto, a importância de atentar para os aspectos humanos na prospecção de projetos hídricos de forma a capacitar a equipe que irá ao campo, e garantir o respeito às pessoas que habitam nos territórios atingidos, pois, como ressalta Chacon (2007), quando se utilizam os modelos de desenvolvimentos adotados em outras regiões, as políticas públicas serão equivocadas.

Quanto à referência ao aspecto humano de perda do território; ao respeito à privacidade das pessoas; bem como à garantia do direito de informação, foram identificadas algumas questões. Dentre elas, destaca-se, além da sinalização do problema, propostas de melhorias para novas execuções, como mostra o Quadro 11:

Quadro 11 - Falas dos entrevistados acerca das propostas de melhorias para novas execuções

Transcrição das falas
<p>“Quando você vai (+) o poder público (+), quando você CHEGA a uma comunidade (+), você tem que levar profissionais capacitados, que saibam EN-TEN-DER a comunidade (+) e mais, VOCÊ FAZER ENTENDER, (+) QUE É O QUE É PRINCIPAL: (+) AS PESSOAS ENTENDEREM (+) O QUE É QUE (+) AQUELE PROJETO (+) VAI TRAZER (+), não só desse, particularmente, MAS COMO DE toda uma SOCIEDADE. (+) Porque aqui prevalece (+) o direito público e não o direito privado (+). Então, TEM QUE SE FAZER ENTENDER ISSO. (+) Agora, quando você vai abordar... (+) aí (+) TÁ A DIFERENÇA do profissional que tem uma experiência (+) e vivência em desapropriação” (ARAUCARIOSTROBUS SP., H, 2019, informação verbal).</p>
<p>“Vê-se, normalmente só a parte técnica e faltou a humana. Deveria ter sido feito trabalho nas escolas, com a comunidade para explicar. A educação ambiental deve ser antes da execução, e não durante” (JAGUARIBA WIESEMANIANA, H, 2019, informação verbal).</p>
<p>“Então, eu... eu... eu... defendo que os valores de desapropriação têm que considerar (+) esses elementos todos e, de repente, (+) esse estudo (+) desse valor, ele tem que ser feito por uma equipe que tenha (+) uma visão também, do imaterial, como um bem (+) com um valor, pra poder (+) é... assim você (+) possa minimizar um pouco (+) o sofrimento e a dor, ou a perda, melhor dizendo, que essa família vai ter com o (+), vamos dizer assim, com a aquisição pelo governo /.../ dessa área que ele tanto (+) estimava. Quer dizer, tem a terra (+) e tem os valores (+) imateriais que estão sobre esse ambiente” (RUFFORDIA GOEPPERTII, H, 2019, informação verbal).</p>
<p>“Eu não me lembro. Não sei se teve. Até me interessa, curiosidade de ficar sabendo, de algum transtorno assim, (+) de alguém que... que (+) ... ficou insatisfeito, transtorno familiar ou:: ficou na miséria, porque PIOROU (+). Eu não sei de ninguém que possa ter piorado (+) de vida, de família, por conta disso. Eu não (+) me lembro se houve algum, não tenho conhecimento. (+) É até bom saber essas coisas, porque, se tiver (+), eu acho que é um caso de (+) o governo /.../ saber o que tá acontecendo, o social tem que dar resultado. Eu acho que até deveria ter uma ouvidoria, uma coisa pra saber o que (+) teve” (TOMAXELLIA BIFORME, H, 2019, informação verbal).</p>

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Como pode ser observado, foi reconhecida pela maioria dos entrevistados a necessidade de se compreender as dinâmicas internas da comunidade e seus valores imateriais em um processo de desapropriação. Elementos como a falta de preparo dos profissionais executores da obra, ausência de ações em educação ambiental e falhas na comunicação sobre a condução da obra são trazidos como alguns pontos de reflexões sobre as consequências do processo no distrito afetado.

Logo, cabe a reflexão sobre a necessidade da interdisciplinaridade na construção da equipe, como também de um instrumento avaliativo de impacto que compreenda os elementos subjetivos envolvidos em um processo de desapropriação. A nível nacional, já existe uma discussão sobre o modelo de Avaliação de Equidade Ambiental (AEA), proposto por Acserald, Mello e Bezerra (2009), como uma possibilidade de superar as limitações do EIA/RIMA. Internacionalmente, temos o exemplo do modelo de Diagnóstico de Impacto Social/Barcelona (DIS/BCN), idealizado por Moreno e Pol (1999) como complemento ao EIA/RIMA, no qual elementos sociais e simbólicos são mapeados para compreensão da realidade da comunidade afetada.

Chama-se atenção para a fala de *Tomaxellia biforme* (H, 2019, informação verbal), que demonstra não haver uma análise dos danos no processo de implementação de uma obra desse porte. Mesmo havendo alguns estudos acadêmicos sobre o distrito afetado, o entrevistado desconhece a dimensão dos impactos. A ignorância quanto às consequências de um megaempreendimento na vida das pessoas não advém da falta de conhecimento a respeito, pois há inúmeros trabalhos científicos que abordam a temática. É vista a necessidade do contato com a realidade, do ir ao campo, do sair do gabinete e entrar em contato com a realidade (ALVES, 1953).

O analista ambiental *Brachyphyllum insigne* (2019, informação verbal) além de conhecer o projeto do Cinturão e analisar na perspectiva de técnico, também teve sua família atingida pela obra do PIRSF, e, portanto, consegue transitar entre ambos os aspectos. No Quadro 12, expõe-se algumas de suas falas:

Quadro 12 - Falas do técnico *Brachyphyllum* que teve sua casa desapropriada

Transcrição das falas
<p>“Eles (+) resolveram (+) ... lá tinha um túnel, então, quando chegaram pra cavar o túnel, esse cidadão, que era vaqueiro mesmo, ele disse: ‘Doutor, esse negócio vai cair!’, e o engenheiro perguntou: ‘Cê é engenheiro?’. Ele disse: ‘Não, senhor, eu sou vaqueiro! Mas eu conheço serviço mal feito.’ E, de fato, quando eles tinham cavado, acho que num tinha 200m, ele “puff”! ((gesticula com as mãos)). Sorte que foi domingo à tarde e num tinha gente no serviço, mas teve perdas econômicas, perderam máquinas, etc. e tal (+). Então teve coisa desse tipo. Uma coisa que eles não previam, por exemplo, o que fazer com... (+) com o material oriundo da escavação. Eles esqueceram que quando a gente cava um buraco, sai terra, e o que é que vou fazer com essa terra?” (<i>BRACHYPHYLLUM INSIGNE</i>, H, 2019, informação verbal).</p>
<p>“/.../ então, outra coisa que aconteceu, pra você ter uma ideia, era assim: ‘Olha, (+) é preciso fazer o ca-das-tramen-to (+) das propriedades afetadas’. Tá! Nós fizemos esse cadastro TRÊS VEZES; primeira vez (+) pediram os documento, a gente tirou cópia de TUDO e levou (++) . Aí demora, sei lá, uns seis meses e tal. Eles dizem: ‘Olha, vamos precisar fazer o cadastro.’ ‘DE NOVO? MAS JÁ FOI FEITO!’ . ‘Não ... mas é porque aquele pessoal sumiu, levou o material’. Cadê (+) o controle? Cadê o acompanhamento das obras e tal? Então, tem 1002 problemas (+), tem erro de projeto, tem erro de execução, erro de acompanhamento (+), todos os ERROS POSSÍVEIS! E aí o custo: quem pagou o custo disso tudo? Nós todos! A nação brasileira, dava pra ter feito aquilo com muito menos custo (+), se fosse mais bem executado /.../” (<i>BRACHYPHYLLUM INSIGNE</i>, H, 2019, informação verbal).</p>
<p>“/.../ porque aconteceu com a gente lá, eles chegaram cortando arame (+) acabando com a cerca, os animais (+) tudo SOLTO /.../ PELO AMOR DE DEUS! É uma coisa horrível” (<i>BRACHYPHYLLUM INSIGNE</i>, H, 2019, informação verbal).</p>

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Como pode ser observado, o entrevistado teve vários contratempos por conta da obra. Na primeira fala, vê-se a necessidade de aproximação entre os saberes da comunidade e dos técnicos. Em seguida, é vista a morosidade do processo de cadastramento para recebimento da indenização, o que também está acontecendo nas comunidades do Baixio das Palmeiras, que ainda estão no processo de negociação e cadastramento das famílias. Por fim, são trazidos os danos materiais do processo, algo que se repete em várias comunidades afetadas por grandes obras.

E um último aspecto a ressaltar é a percepção de gestores/técnicos sobre a relação do morador com seu território, destacando-se:

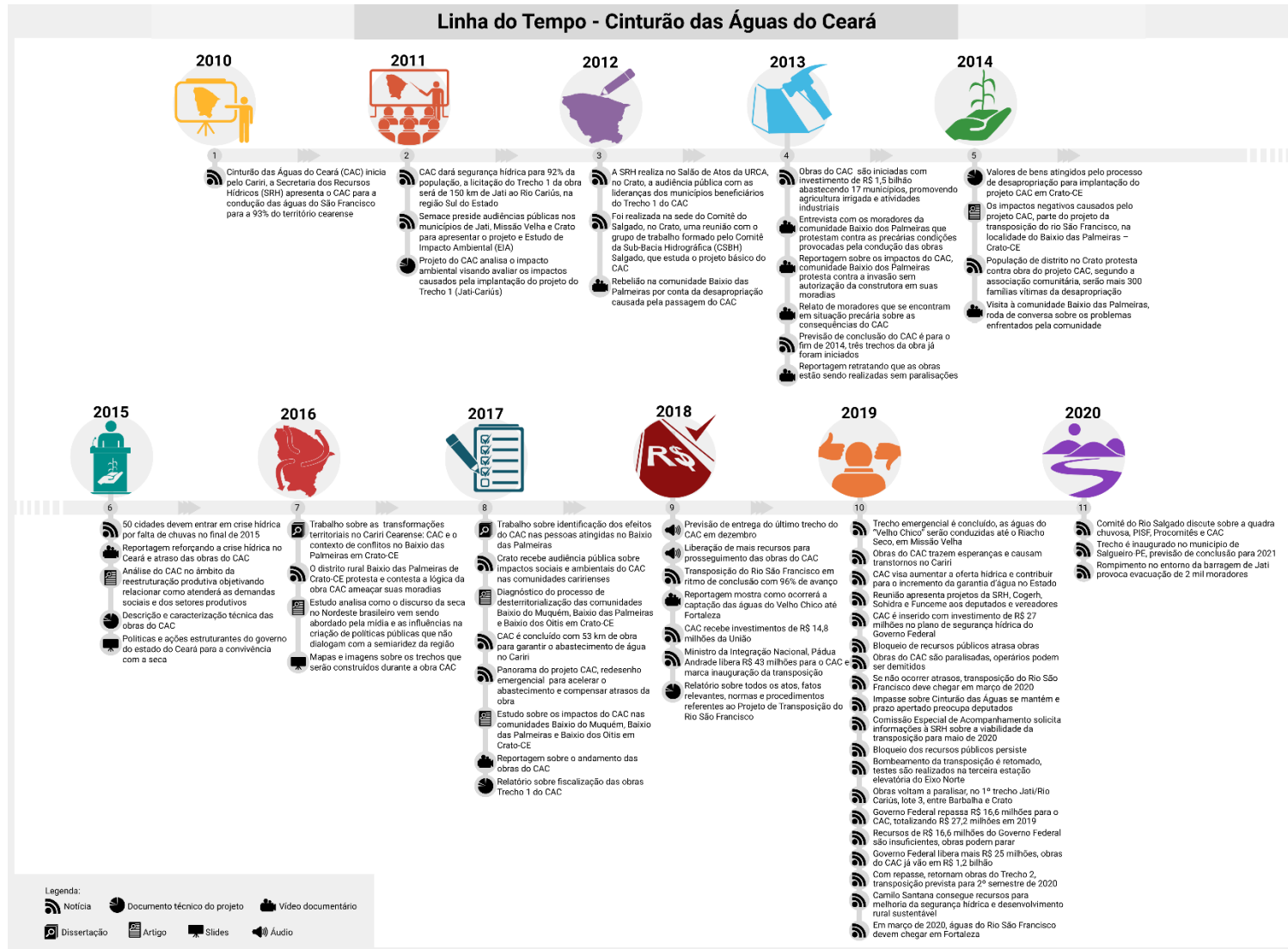
[...] a importância da relação com a terra. Aquela mangueira que foi plantada porque dá frutos e ele vive através disso.... Não tem como avaliar o impacto psicológico. Os jovens não são tão impactados quanto os mais velhos. Os pais de família que não morreram, ainda estão impactados pelo Castanhão (*JAGUARIBA WIESEMANIANA*, H, 2019, informação verbal).

QUANTO VALE ISSO? Essa é a grande pergunta! Quanto é que vale esse ambiente, essa ligação fortemente (+) construída ao longo de tanto tempo por um grupo familiar que, de repente, (+) às vezes até passa GERAÇÕES, duas, três gerações, pode, em alguns casos até existir isso. A família se reúne naquele ambiente pra se alimentar, pra lanchar, pra brincar com a garotada e tal. /.../ Lá no Baixio mesmo é possível encontrar várias famílias, não só uma, várias famílias com histórias diferentes (+), de relação com esse ambiente que eles, de repente, estão perdendo (*RUFFORDIA GOEPPERTII*, H, 2019, informação verbal).

Como pode ser notado nas falas, somente com o contato direto com a população e com suas histórias de vida, os gestores puderam perceber que o impacto do CAC atravessava as questões econômicas, trazendo danos também na esfera psicológica e social. Rodrigues *et al.* (2012) ressalta a importância de aproximar o gestor da população local, de forma a preencher lacunas no processo de gestão. Dessa forma, portanto, “[...] o reconhecimento das percepções torna-se extremamente relevante para fornecer subsídios ao processo de gestão e formulação de políticas públicas” (RODRIGUES *et al.*, 2012, p. 101).

As entrevistas, aliadas à análise documental feita anteriormente, também proporcionaram uma compreensão cronológica dos fatos relativos ao planejamento, à implementação e à avaliação do projeto, expostas na mídia social. A linha do tempo (Figura 30), ilustrada a seguir, permite um maior conhecimento cronológico do projeto CAC, mediatizado nas redes de comunicação. Tal linha do tempo fora construída partindo de relatos de moradores, mapeamento artigos jornalísticos e de quatro dissertações realizadas nas comunidades pesquisadas. A versão ampliada da linha do tempo estará disponível no Apêndice H.

Figura 30 - Linha do Tempo do CAC



Fonte: elaborada pela autora (2020).

Como pode ser observado, apesar da obra ter sido apresentada pela primeira vez no Crato na 1ª Reunião Extraordinária do ano de 2010 do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente do município, a comunidade atingida só tem conhecimento a respeito em 2012, com as primeiras visitas dos funcionários da terceirizada contratada pelo governo do estado para medição das áreas afetadas. Sem haver um diálogo inicial com os moradores, os funcionários adentraram as residências e iniciaram as marcações. Tanto em Brito (2016), quanto em Tavares (2016), Nobre (2017) e Martins (2020) há relatos de moradores falando sobre o incômodo e indignação que essas visitas, referenciadas pelos moradores como invasões, lhe acometeram.

No mesmo ano, em resposta às demarcações e à falta de esclarecimento por parte do governo do estado, os moradores, amparados pela Associação Rural Baixio das Palmeiras, iniciam o movimento Somos Todos Baixio das Palmeiras. Como afirma Tavares (2016, p. 97), a criação desse movimento “[...] representa a resistência e a mobilização social que aponta alguns fios de esperança para a Comunidade Baixio das Palmeiras e para a organização e a luta no município do Crato em torno da questão da água”.

O movimento segue suas atividades e pautas reivindicatórias até que, em 2015, é criado o Fórum Popular das Águas do Cariri (FOPAC), estratégia que, como demonstra Brito (2016), reúne várias entidades locais para debaterem sobre os meandros das políticas de recursos hídricos na região do Cariri, como também para realizar o controle social do andamento das obras do CAC nas comunidades locais. Apesar de no momento atual está passando por um período de desmobilização, o FOPAC é um espaço muito importante para o fortalecimento das lutas da comunidade acerca dos impactos trazidos pelas obras, como também instrumento importante para educação ambiental local, conforme será demonstrado no próximo capítulo.

Entre os anos de 2015 a 2018, foram realizadas diversas ações na comunidade, para além das audiências requisitadas pela mesma, a fim de que o governo do estado trouxesse esclarecimentos sobre os trâmites da obra. Nobre (2017) ilustra que várias atividades artísticas e culturais floresceram nesse processo, como também grupos para pensar questões de gênero no processo de condução da obra, a exemplo o grupo Nós Mulheres. Também foi nesse período que foi criada a Casa de Quitéria, um espaço de difusão de cultura e preservação da memória local.

Por fim, nos dias atuais (2018-2020), os atos dos movimentos sociais diminuem gradativamente, mas a fiscalização sobre o processo de cadastramento dos afetados e pagamentos das indenizações continua. Segundo Martins (2020), o processo de cadastramento dos moradores encontra-se em finalização, muitos desses já estão notificados sobre a desapropriação e já buscam novas moradias. Um fato intrigante prospectado pela autora é o fato

de a maioria dos moradores optarem por se manter no distrito Baixio das Palmeiras, mudando para propriedades próximas de suas antigas moradias. Na pesquisa, a autora aponta que isso tem relação direta com o alto índice de sentimento relacionados à estima pertencimento na comunidade.

Pode-se verificar os atrasos relativos à execução da obra, seja por motivos orçamentários ou políticos. Tal atraso impacta na vida das pessoas que estão aguardando a indenização ou o desfecho da obra para darem seguimento as suas vidas. Atualmente, a preocupação maior gira em torno do pagamento das indenizações e dos efeitos do pós-obra nas comunidades afetadas.

7.2 A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO DE HIDRORESISTÊNCIA FÓRUM POPULAR DAS ÁGUAS DO CARIRI, FRENTE AOS CONFLITOS GERADOS PELO CAC NO BAIXIO DAS PALMEIRAS

Os resultados nesse tópico serão apresentados de duas formas: por meio da linha do tempo do Fórum Popular das Águas e das entrevistas analisadas a partir do método do discurso do sujeito coletivo. No primeiro momento, a fim de caracterizar o movimento do Fórum Popular das Águas do Cariri no seu processo de formação, será utilizada a linha do tempo construída a partir de ofícios, atas, projetos, relatórios, notas, cartazes e programação de eventos do referido fórum.

Analisando a linha de tempo (Figura 31), é possível compreender a trajetória de suas ações desde sua fundação em 2015 até o ano de 2019. Como pode ser observado na ilustração, a maior parte das ações do FOPAC foi concentrada entre os anos de 2015 e 2017. Durante esses anos ocorreram várias atividades importantes para consolidação da resistência comunitária, como audiências públicas, seminários das Associações Rurais do Baixo das Palmeiras, Seminário das Águas do Cariri, lançamento do livro ‘Baixio das Palmeiras: Apontamentos geográficos e historiográficos’, e o desenvolvimento das dissertações de Brito (2016), Tavares (2016) e Nobre (2017). A versão ampliada da linha do tempo estará disponível no Apêndice I.

Figura 31 - Linha do Tempo do Fórum Popular das Águas
Linha do Tempo - Fórum Popular das Águas do Cariri



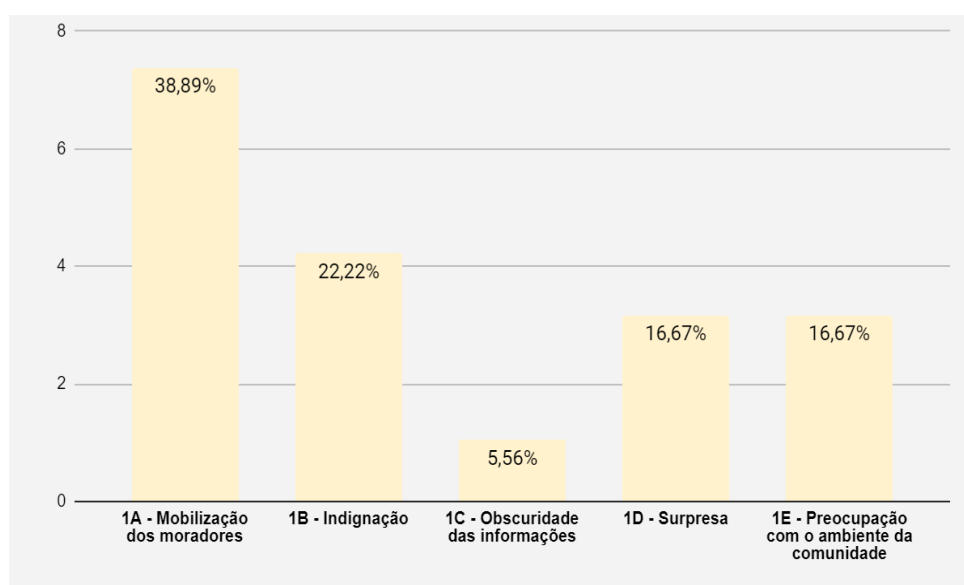
Fonte: elaborada pela autora (2019).

Na descrição do fórum como movimento de mobilização social, empoderamento e participação social, as falas dos respondentes das entrevistas realizadas com as lideranças serão apresentadas na forma de DCS e organizadas pelas questões mais relevantes.

Observa-se a importância da hidroresistência dos moradores diante da implantação do projeto de forma a reivindicar esclarecimentos e dirimir as dúvidas suscitadas. Nesta etapa, serão apresentados resultados referentes às entrevistas realizadas com lideranças comunitárias acerca dos impactos sociais do CAC e do processo de formação dos movimentos de resistência ao processo de desapropriação decorrente da obra.

No gráfico abaixo (Gráfico 1) é visto que referente à resposta da comunidade atingida ao processo de desapropriação ocasionado pelo CAC, a maior porcentagem é referente ao processo de mobilização social, seguido da indignação dos moradores com o processo, o que motivou a mobilização, o elemento surpresa, sentimento de preocupação com o ambiente físico da comunidade e a falta de informações.

Gráfico 1 - Resposta da comunidade a desapropriação promovida pelo CAC



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Diante da pergunta: “Como a comunidade respondeu à ameaça de deslocamento compulsório tratado como um problema ambiental?”, destaca-se o papel da associação e do Fórum como mobilizador. A fala abaixo ilustra a necessidade dessa instância no processo de informação e conscientização sobre a obra.

A Associação Rural do Baixio mobilizou a comunidade pra que esse impacto fosse menor. Primeiramente, foi com reuniões, daí partiram pra caminhadas na rua, luta, contato com a mídia, mobilização nas ruas, na estrada, em eventos com a participação de pessoas de várias idades, jovens, idosos e mulheres. É nessa situação aqui que

acontece os movimentos. Então a gente procurou se organizar em comunidade, depois foi mobilizando outros órgãos, pessoas representantes de empresas e do governo pra que tivesse reuniões aqui e realmente explicassem essa situação melhor e fortalecesse nossa luta. Inclusive nas primeiras reuniões, fizemos seminários grandes na escola da comunidade pra explicarem realmente o que era. O Fórum é quem organiza os movimentos. A partir do movimento, a gente fazia o chamamento para os eventos e as pessoas compareciam. Então, esse Fórum articula, a gente aqui articula pro povo participar (DSC 1a, 2020, informação verbal).

O fórum foi um resultado dos esforços coletivos para obter mais informações sobre os trâmites da obra; informações que só foram acessadas por conta do empenho dos grupos sociais, visto que os problemas iniciais da execução do CAC foram ocasionados por conta da falta de informações sobre o que era o CAC, qual o seu propósito e porque aquele território estava sendo atingido. Como foi visto no tópico anterior, os problemas na comunicação entre as entidades executoras da obra e os moradores são também reconhecidos pelos gestores, que também reconhecem a existência de movimentos de resistência ao CAC nas comunidades estudadas. Logo, o FOPAC é um instrumento agregador.

Muitos dos discursos dos moradores revelam os seus sentimentos e percepções sobre a obra, de forma que permite compreender como e por que se deu a formação do Fórum. O elemento surpresa, a falta de uma comunicação oficial efetiva e a prestação de informação sobre a condução do processo também são recorrentes nos discursos.

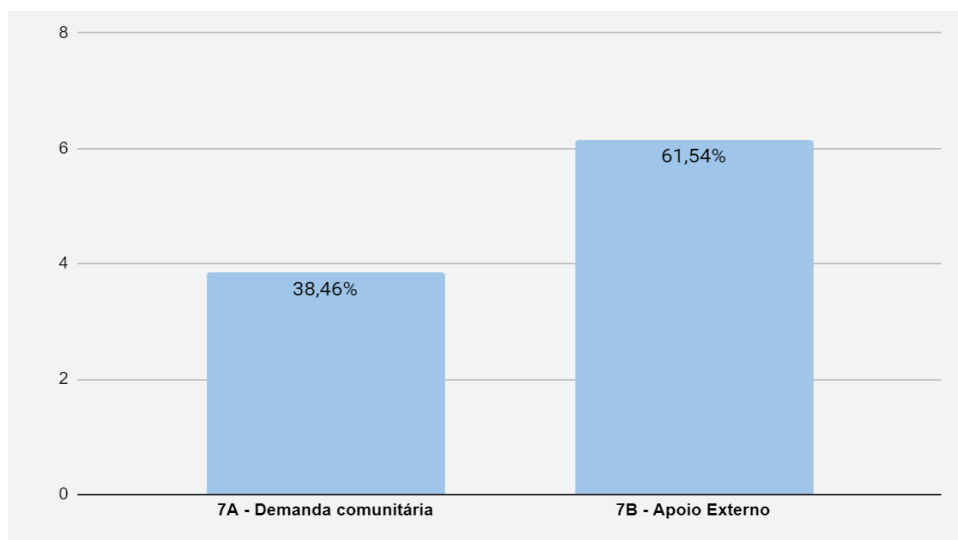
(H, Muquém): /.../ praticamente a comunidade estava (incompreensível) de num saber DE NADA e ao:: momento (+) de imediato chega...chegou o órgão do governo pra fazer uma obra com um VOLUME de desapropriação. Nessa envergadura ficou totalmente (+) a: as pessoas (+), como dizem nós mesmo, a ver navios sem saber o que fazer (*CLADOCYCLUS GARDNERI*, 2019, informação verbal).

A partir desse primeiro momento, no estabelecimento de um conflito baseado em falta de informação, informações díspares e, com certeza, na insegurança do futuro, muitos se uniram para colaborar com a população do distrito. A partir da análise dos relatos apurados, foi observado que a população em questão possui grande habilidade em mobilização e articulação.

Quando a Associação e o Sindicato não tinham mais capacidade de negociação com os órgãos governamentais, houve a necessidade de formar o Fórum Popular das Águas para agilizar o trâmite da comunicação entre a comunidade e o governo. Foi uma construção coletiva, como um encaminhamento político do seminário que houve, a partir das oficinas, do debate e dos parceiros, para os moradores entenderem o impacto dessa obra. O Fórum é um instrumento de luta com relação aos danos que vem pra gente, não só aqui na comunidade, mas também na comunidade do Monte Alverne, Poço Dantas e Barbalha. Ele é composto por várias pessoas, até pesquisadores, professores, advogados e assistentes sociais (DSC 7a, 2020, informação verbal).

Essas articulações foram necessárias para a manutenção do processo de mobilização que permaneceu forte graças as parcerias estabelecidas e ao apoio recebido pela sociedade civil, ministério público, entre outros. Como pode ser visto no gráfico a seguir (Gráfico 2), apesar da mobilização inicial da comunidade também ser bastante importante, a ampla adesão dos parceiros foi relevante para a popularização do FOPAC.

Gráfico 2 - Bases de apoio social para organização do FOPAC



Fonte: elaborado pela autora (2020).

As discussões político-econômicas, fundamentadas sob a égide do desenvolvimento como crescimento econômico, embasam a consecução dos projetos hídricos, mas que, na verdade, se constituem em desenvolvimento excludente, pois somente abrange parte da população. Como foi abordado em Martins (2020), a montagem da agenda política da pasta de gestão das águas no Ceará é diretamente influenciada pelos modelos macroeconômicos de vigência. Quando esse modelo prima pela percepção de água como recurso para se alcançar o desenvolvimento e monetizam este, estratégias que possam reforçar setores como o agronegócio e complexos industriais podem ganhar protagonismo, em detrimento das populações afetadas.

Quando é observado o efeito colateral da ação governamental planejada, nesse caso as desapropriações geradas pelo CAC, é possível afirmar que na verdade, não é somente uma terra que se perde ou uma casa que será destruída em uma desapropriação, mas toda uma história de relações sociais e memória coletiva. Isso pode ser confirmado pelo seguinte discurso do morador da Chapada: “/.../ tem a devastação (+) não só da natureza, mas de todo um ambiente de uma comunidade (+) o derlocamento de pessoas que não vai conhecer seu vizinho da direita nem da esquerda, ‘e: isso tudo a-feta’”(PARAELOPS CEARENSES, 2019, informação verbal).

Wanderley (2001) ressalta que em consequência de “[...] análises setoriais descontínuas e deslocadas dos processos mais abrangentes da sociedade atual, são construídas políticas que não consideram a lógica econômica e a coesão social anteriores às situações de ruptura representadas pela exclusão” (WANDERLEY, 2001, p. 22). Almeida (2015) assevera que a exclusão social impede a participação dos atores na esfera pública e que somente a inclusão social pode assegurar o exercício pleno da cidadania.

Política pública essa, quando se fala sobre o CAC, criada em função de um problema que não é da comunidade, conforme *Calamopleuros Cylindricus* argumenta no sentido de que proporcionar água para outros não pode acontecer em detrimento da comunidade perder sua água.

(H, Palmeiras): /.../ a comunidade, pra pra comunidade e pra mim e pra minha família foi (+) o pior impacto que a gente já teve na comunidade (+) porque:: (+) a gente não não quiria (+) que deixasse de passar (+) a... a obra aqui, mas que ela respeitasse os direitos da gente (+)... quer dizer, procura-se afetar menos as ...as condições de moradia, é... é... é... respeitasse e... e comunicasse a gente /.../ aí eles foram vendo que a comunidade era organizada, que a comunidade não aceitava do jeito que eles queriam. (+) ninguém tava impatano que o governo fizesse a obra dele, que é uma obra que vai servir pra algumas comunidade, pra algum povo de outro lugar. Agora que nois não justifica (+) é que (+), pa servir a outras comunidades de fora, fosse preciso matar a nossa (+). Isso nois não vamo aceitar! Nem aceitemo e nem vamo aceitar (+) que pa salvar outras pessoas lá de fora seja preciso matar nois aqui, ‘acabar com a nossa comunidade’. Disso o governo pode ficar certo, que nois não vamos aceita. Aceita (+) a conversa e a modifica, a ampliar, tudo isso nois aceita (+), e foi dito na promotoria do Crato (*CALAMOPLEUROS CYLINDRICUS*, 2019, informação verbal).

O discurso de gestão participativa esconde arbitrariedades que são determinantes na manutenção da vulnerabilidade socioambiental nas comunidades atingidas; principalmente em áreas rurais, que além de conviverem com condições climáticas adversas, ainda enfrentam a lógica perversa da exclusão (SAWAIA, 2001) omitindo-os do processo de participação e tomada de decisão e, implicando-os, ainda mais, como “objetos” resultantes de injustiça ambiental.

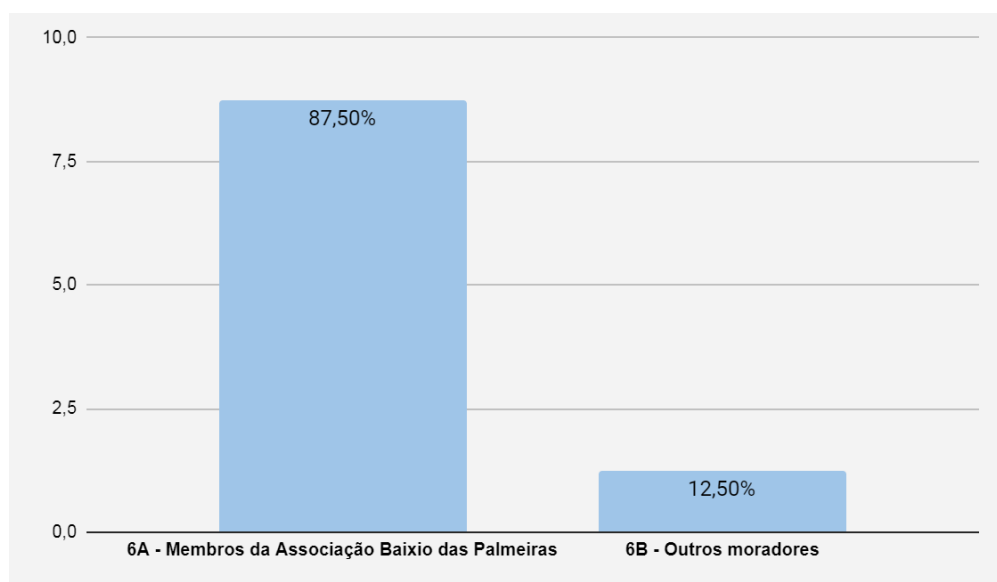
Quando perguntado sobre como se deram as negociações com os atores envolvidos no planejamento do projeto, a comunidade desvela a exclusão vivida, percebida e sentida:

(H, Muquém): EM NENHUM MOMENTO, em nenhum momento ((repete afirmando)) toda reuniões que nós fomos com promotor na área do estado, na área federal (+) e os defensores público também, nós dissemos que num queria que a obra fosse feita, nós queria (+) que a comunidade pudesse ser ouvida, porque, do jeito que tava ,só o governo era quem tinha a voz e a vez, e a comunidade só ia ficar só com a: (+) depreciação de suas terras e suas moradias /.../ (*CLADOCYCLUS GARDNERI*, 2019, informação verbal).

(H, Chapada): Através de audiência, (+) aqui nessa própria escola mesmo, eles apresentaram um gráfico aí mesmo (+). Mesmo sem a gente entender os gráficos deles (+), mas aí /.../ se comprometero a fazer umas restrições em alguns (+) trechos da obra, diminuir num canto pra avançar mais pra cima (*PARAELOPS CEARENSES*, 2019, informação verbal).

Ressalta-se a importante atuação da associação no sentido de ser a voz e dar visibilidade a luta da comunidade, inclusive, atuação que permitiu mitigar os efeitos danosos do projeto para o distrito. Como pode ser observado a seguir, tendo como base os dados coletados nas entrevistas, (Gráfico 3), a grande mobilizadora do processo de participação social local foi a Associação Rural Baixo das Palmeiras, tendo tanto moradores como colaboradores também, só que em menor escala.

Gráfico 3 - Principais atores sociais de mobilização para reduzir os impactos socioambientais da desapropriação



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Historicamente, o conflito por água permeia as relações sociopolíticas, agravado, atualmente, pelas discussões referentes à sustentabilidade ambiental que esconde, muitas vezes, a real intencionalidade das práticas desenvolvidas.

Entretanto, em um país com uma cultura política marcada por relações clientelistas e paternalistas, a implantação de um modelo de gestão participativa acaba sendo permeada por contradições e ambiguidades. Além dos conflitos e divergências de interesses, os agentes envolvidos confrontam-se com as assimetrias de poder, de conhecimentos e de habilidades, com a legitimidade das representações, com práticas arraigadas de gestão tecnocrática e centralizada, enfim, com toda a ordem de dificuldades (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2004, p. 51).

Percebe-se a falta de transparência nas informações, uma vez que a comunidade a ser atingida desconhecia totalmente o que estava por acontecer.

(H, Muquém): Olha, a informação inicial e outras que ele queria (+) de ter havido reuniões na comunidade num foi feita nenhuma reunião (+) por parte do governo na comunidade, toda a reunião que houve, que o governo veio, foi que nós provocamo o governo pra que ele viesse, certo? (*CLADOCYCLUS GARDNERI*, 2019, informação verbal).

Burzstyn (2008) e Ituarte (2009) descrevem a questão da gestão dos recursos naturais como potencializador de conflitos permeados por diversas concepções sobre os valores atribuídos a eles, sendo, muitas vezes, deslocado o recurso de um lugar para desenvolver atividade produtiva em outro: “O debate e o conflito em torno da qualidade da água, muito provavelmente, virão à tona cada vez mais, assim como a oposição das comunidades locais/regionais ao ver suas heranças naturais destruídas em prol do desenvolvimento de atividades de produção externa” (ITUARTE, 2009, p. 92, tradução nossa).

Burzstyn e Persegona (2008, p. 13) afirmam que “[...] a gestão do meio natural (hoje recursos naturais) sempre foi a base dos sistemas econômico, social e político e serviu de pano de fundo para os conflitos entre os povos”. Conflitos, esses, estabelecidos pela inapropriada gestão das políticas, como omitir da comunidade o projeto que a afetava diretamente. Segundo destaca, o morador da Chapada, *Paraelops cearenses* (2019, informação verbal): “Na realidade, quando a comunidade (+) teve conhecimento da obra, foi por... (+)... foi de surpresa, porque eles já chegaram (+) atrás dos quintal das pessoas, invadino as (+) as propriedades pra fazer algumas demarcações”.

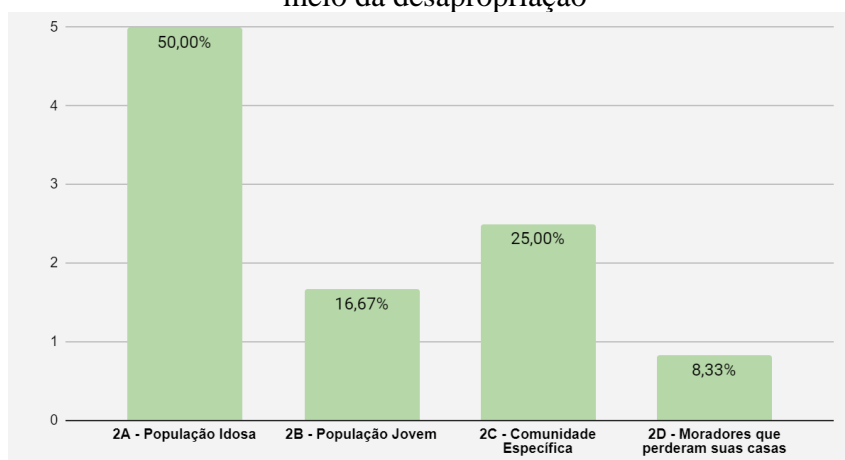
Tais dados corroboram com o que foi apresentado por Nobre (2017) e Martins (2020) em seus estudos. O primeiro autor, que em sua dissertação focou nos impactos da chegada do CAC na organização social da comunidade, apresentou algumas falas, apontando a aflição gerada pelas medições que foram realizadas sem aviso prévio e nem consentimento dos moradores. A segunda autora, que direcionou seu estudo para compreender os impactos psicossociais do CAC, a partir da categoria afetividade, ilustrou que todos que foram abordados por ela na pesquisa afirmaram que a abordagem inicial causou sentimento de insegurança, indignação e aflição.

Verificou-se na comunidade, por parte das lideranças comunitárias e agentes de saúde, a percepção de que os idosos foram os mais afetados, inclusive com prejuízos na saúde física e mental, afetando o sono e ocasionando depressão nesta população, conforme pode ser

observado no discurso e Gráfico 4 a seguir. Os dados apresentados nesse gráfico são provenientes dos discursos dos sujeitos entrevistados nessa etapa.

Os idosos são os mais afetados, porque passou toda essa vida aqui nessa comunidade, eles se abalam muito mais, eles sofrem muito mais, porque eles têm uma maior identificação com o seu terreno, nasceu, cresceu e viveu ali, e se viam obrigados a sair pra outro canto, aí ficou todo mundo apavorado. Esse projeto vem pra danificar a história que foi construída há tanto tempo, realmente, mexe muito na história, isso aí é muito complicado porque vai mexer com o sentimento das pessoas, então, os idosos sentem mais (DSC 2a, 2020, informação verbal).

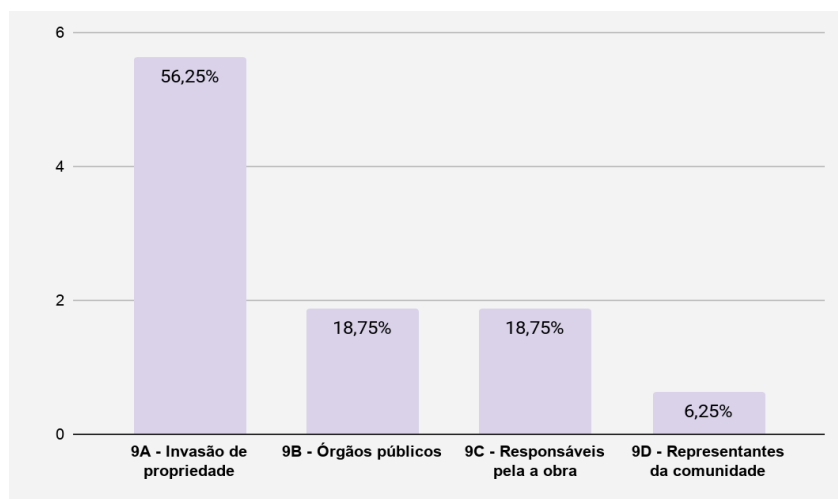
Gráfico 4 - Membros das famílias mais afetadas pelo processo de migração compulsória por meio da desapropriação



Fonte: elaborado pela autora (2020).

No gráfico abaixo (Gráfico 5) é mostrado que a maioria dos sujeitos abordados nesse estudo ficaram sabendo sobre o CAC a partir da chegada dos trabalhadores da empresa terceirizada para medição das propriedades a serem desapropriadas, em seguida alguns souberam por representantes da SRH, da terceirizada da obra e dos movimentos sociais na comunidade.

Gráfico 5 - Como a comunidade teve acesso à informação do projeto CAC



Fonte: elaborado pela autora (2020).

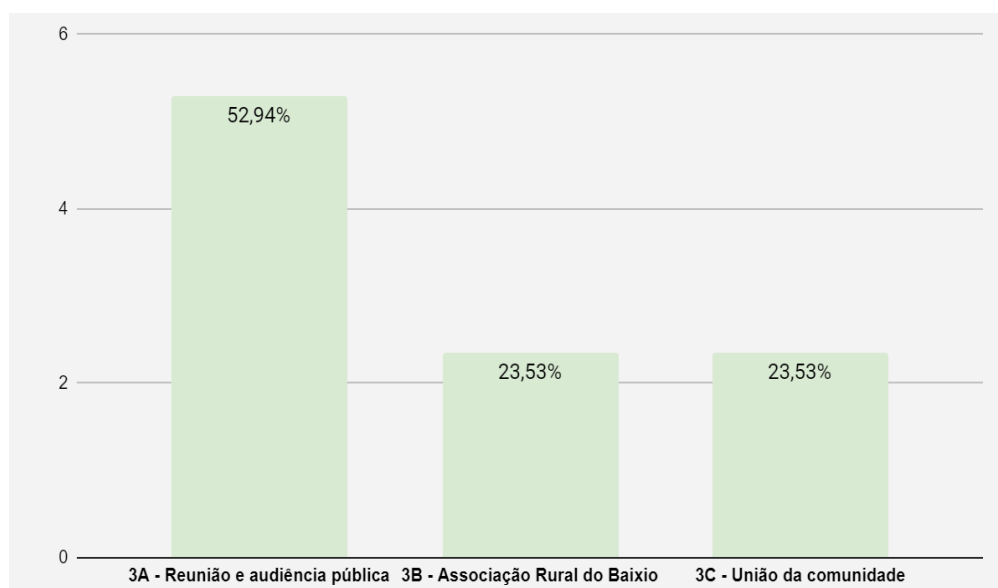
Questiona-se, portanto, a real efetividade da participação da comunidade, conforme apresentado no EIA/RIMA, uma vez que o relato das lideranças desvela desconhecimento da comunidade em relação ao projeto.

Se temos informações sobre a obra, foi a comunidade que buscou através da Associação Rural do Baixio das Palmeiras. Um dos primeiros órgãos que nos assessorou foi a Escola Estado da Paraíba do Crato, tendo como representante o professor Paul Bento. Buscamos informações na APA, sendo o representante Willian Brito, que na época era chefe. A Universidade Regional do Cariri, através de Roberta Piancó, nos assessorou com várias de suas pesquisas na comunidade, a Promotoria, Defensoria Pública através do procurador doutor Emanuel e o Ministério Público para obter informações pela justiça e exigir que eles viessem mostrar o projeto e enviasse informações, porque ninguém nem sabia quem ia ser indenizado, hoje todo mundo já sabe. Tivemos audiência com a Secretaria de Direitos Humanos realizada na Câmara Municipal, forçando ainda mais esse direito à informação. Provocamos audiência com o pessoal da SDA, pois o próprio município não tinha conhecimento, pois na época, o atual prefeito assinou a anuência talvez sem nem ter conhecimento. Hoje a comunidade ainda luta contra a falta de informação, porque o próprio estado sempre negou, como ainda hoje nega (DSC 9B, 2020, informação verbal).

Carvalho (1998) e Chacon (2007) salientam que a participação como oferta estatal se constitui na generalização do discurso da participação, da democracia e da cidadania, mas historicamente foi restrita a determinados grupos. Silva, Ferreira e Santos (2017) discutem que o problema da governança da água não está na escassez do recurso natural, mas na capacidade de desenvolver políticas mais eficazes que promovam a participação social, possibilitando aos cidadãos discutirem sobre os seus problemas.

Toda essa mobilização, em prol do direito a participação e tomada de decisão, saiu das discussões internas no âmbito da associação comunitária e alcançou proeminência ao atingir outras camadas da sociedade civil, que acionaram o poder público local para que a situação fosse esclarecida. E somente através das reuniões e audiências públicas, a maioria dessas convocadas à pedido da comunidade ou por meio de denúncias ao Ministério Público Federal, foi que a comunidade, ao saber do que se tratava, pode negociar, conforme apresenta o Gráfico 6 abaixo.

Gráfico 6 - Como se deu a negociação e informação para as mudanças no projeto CAC após as primeiras medições



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Desta forma, conseguiram algumas conquistas em relação ao desenho do projeto inicial, como redução do número de casas, além de algumas propostas que reduzissem os efeitos danosos que ocorrerão no período da construção.

(H, Palmeiras): /.../ teve muitos (+) embates, teve muitos (+) é:: os seminários, os seminários veio muito pra (+) é:: reformular o projeto, que eles queriam, que o projeto passasse com 100 metro de um lado e de outro (+) então teve (+) toda essa contestação da comunidade. /.../ o Ministério Público, o Ministério Público ajudou muito (+) nessa questão também (+) é:: inclusive teve a reunião agora a pouco que (+) tá po Ministério Público também (+) retornar /.../ uma situação. /.../ teve audiências pública, Câmara de Vereadores, então, ESSES FATORES contribuiu muito pra que:: fosse realmente revisto algumas coisas desse projeto (SANTANA CLUPEA SILVASANTOSI, 2019, informação verbal).

A comunidade, além do cuidado com seu meio ambiente, matas nativas, inúmeras plantas medicinais e aves existentes na localidade, manifesta a preocupação com as modificações a serem realizadas pela obra no relevo da chapada.

(H, Muquém): EM NENHUM MOMENTO, em nenhum momento ((repete afirmando)) toda reuniões que nós fomos com promotor na área do estado, na área federal (+) e os defensores público também, nós dissemos que num queria que a obra fosse feita, nós queria (+) que a comunidade pudesse ser ouvida, porque do jeito que tava só o governo era quem tinha a voz e a vez, e a comunidade só ia ficar só com a: (+) depreciação de suas terras e suas moradias /.../ (CLADOCYCLUS GARDNERI, 2019, informação verbal).

Shiva (1997, p. 11) destaca que

[...] a lógica perversa de financiar a conservação da biodiversidade com um pequeno percentual de lucros gerados por sua destruição significa legitimar a destruição, e reduzir a conservação a algo para ser apenas contemplado, em vez de algo que é a base da vida e da produção. Nem a sustentabilidade ecológica nem a sustentabilidade de meios de vida podem ser garantidas sem uma solução justa para a questão de quem controla a biodiversidade.

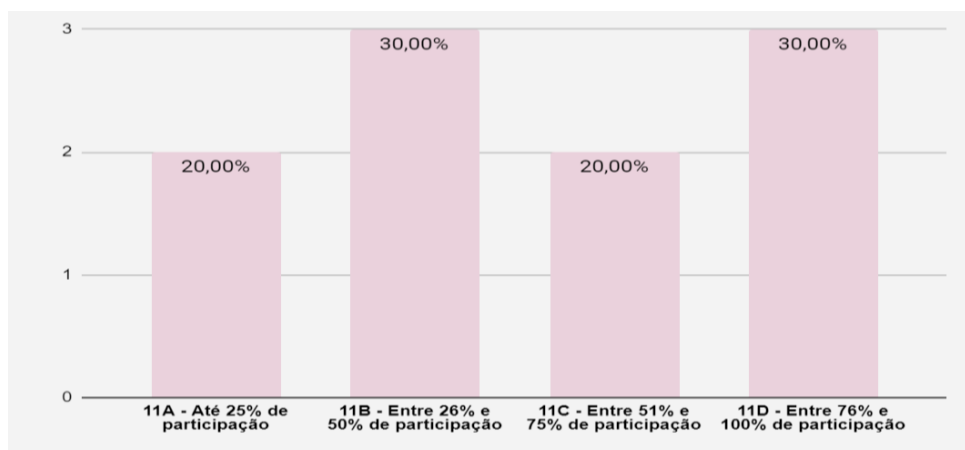
O diálogo entre economia e ecologia é complicado, destacam Burszstyn e Burszstyn (2012), uma vez que ao agregar o ambiente às discussões, surgem questionamentos sobre o “bem livre”, ou seja, recurso disponível em abundância que não pode ser objeto de apropriação do mercado, por exemplo, o ar e a água (AFONSO, 2013).

“Só recentemente, com a evidência de que os recursos ambientais (ar, água, solo, etc.) são bens essenciais a serem preservados em sua qualidade, passou a ser questionada a ideia de que o bem livre não deve constituir objeto de preocupação da economia” (BURSZSTYN; BURSZSTYN, 2012, p. 45). Gradativamente, torna-se importante a discussão sobre a gestão das águas, de forma a promover a utilização eficiente da água para todos os segmentos sociais, trazendo à mesa de negociação poder público e sociedade civil.

A gestão participativa de recursos hídricos deveria promover também uma gestão participativa do planejamento e ordenamento territorial...E quaisquer ações no sentido de promover a gestão territorial sustentável deveriam ser consideradas como formas de beneficiar a gestão de recursos hídricos, e como um processo educativo sobre gestão ambiental em sentido amplo (SAITO, 2011, p. 4).

Como salienta Méndez-Sastoque (2016), a competência para comunicação dialógica precisa ser aprendida, superando a verticalidade das relações, partindo do princípio de acreditar possuí-la para, então, ser treinado no desenvolvimento dessa habilidade, e, assim, utilizando-se do direito à livre expressão, aprenderão a denunciar as injustiças, a negociar e tomar decisão, “Isto porque, além da falta de tradição na participação social, há ausência também de vivência da explicitação e resolução consensuada de conflitos” (BERLINCK *et al.*, 2003, p. 45). Além de que as pessoas precisam aprender a participar (MÉNDEZ-SASTOQUE, 2016).

Essa aprendizagem é processual, iniciada pelo Fórum, mas que não atingiu a totalidade dos moradores. Como pode ser visto no gráfico a seguir (Gráfico 7), os números referentes à participação da comunidade no movimento de resistência, por meio de participação em reuniões, passeatas, seminários locais, atividades promovidas pelo FOPAC e atividades culturais, são bastante expressivos, demonstrando a força do engajamento comunitário.

Gráfico 7 – Participação da comunidade no movimento de hidroresistência

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Os moradores relatam que o grande engajamento aconteceu no início, quando da procura por informações, e assim houve uma maior mobilização. Com o desenrolar das negociações, o movimento foi enfraquecendo, apesar das lideranças estarem até o momento articuladas no sentido de garantir os direitos dos atingidos.

O envolvimento no primeiro momento foi de praticamente 100%. Mas, à medida que alguém vai recebendo sua indenização, esse número vai diminuindo, com algumas variações entre 90 e 80% dos atingidos que ainda não foi indenizado. Foi notado que eles queriam pagar primeiro alguém da liderança que tivesse grande poder de convencimento nos demais, mas não aceitamos. Também tentaram indenizar aquelas pessoas que tinham mais acirramento com eles para contê-la, estratégia de empresa, do governo. A medida que vão indenizando, as pessoas vão perdendo o interesse pela luta, como em trechos que a luta continua, mas não como no início (DSC 11D, 2020, informação verbal).

Véras (2001, p. 33) salienta que “[...] cidadania é também o direito de permanecer no lugar, no seu território identitário, o direito a seu espaço de memória. Dessa forma, as associações atuam como responsáveis por fomentar em seus membros, segundo Putnam (2006), os hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público.

Cribb e Cribb (2007) destacam que para que haja desenvolvimento sob a perspectiva da sustentabilidade ambiental, as pessoas precisam mudar seus comportamentos, suas atitudes e a própria concepção de meio ambiente, de forma a conhecer os problemas ambientais e suas consequências para a vida humana. Perceberem-se, portanto, parte desse ambiente (CAPRA, 1996; MORIN, 2002). Isso pode ser notado em alguns relatos dos moradores, conforme demonstrado a seguir.

(H, Palmeiras): E os (+) os próprios agricultores, eles dizem o seguinte: ‘não faz o menor sentido.. é:: (+) eu (+) moro aqui (+) ,trabalho minha terra aqui do lado, aí minha casa vai ser atingida, eu vou morar numa outra comunidade, como é que eu vou trabalhar na minha terra?’ /.../ você ter relações ainda, não capitalistas, por exemplo, o cara plantou o feijão, a primeira (+) a primeira colheita do feijão, ele dá pro vizinho, ele dá pro amigo (+) Então, tem muito disso aqui, porque todo mundo se conhece (+) mas aí essa é a ideia de desenvolvimento, esse era um discurso que eles... que eles apresentaram /.../ (*NEOPROSCINETES PELNALVA*, 2019, informação verbal).

Como ressalta Almeida (2015, p. 1057), “[...] quando há regularidade nos procedimentos, mesmo que a decisão caminhe em direção oposta a que prevaleceu, há a consciência de que a autonomia política foi respeitada; que é o que não acontece quando há irregularidades”. No caso do FOPAC, a situação gerada pelo conflito fez com que a resistência surgisse, como forma de defender o território e também obter esclarecimentos sobre o que de fato o CAC significava e como ele seria implementado.

Portanto, na verdade, essa tese procura ser mais uma voz alardeando que as políticas públicas precisam servir a quem delas precisa, no efetivo alcance de uma gestão participativa de processos promotores de migração compulsória, como a desterritorialização. E tal empreendimento somente poderá ser alcançado na medida em que os idealizadores e planejadores aproximarem-se da população. “Conhecer como as pessoas percebem, vivenciam e valoram o ambiente em que se acham inseridos ou que almejam é uma informação crucial para que os gestores de políticas públicas e de áreas afins possam planejar e atender as demandas sociais” (KUHNNEN, 2011, p. 253).

E talvez, dessa forma, os gestores possam entender o que existe naquele território capaz de promover resistência que, segundo Torres (2007, p. 44), é o movimento de levante contra “as firmas” e contra o Estado, patrocinadores da “[...] invasão institucionalizada em favor das grandes empresas em detrimento do interesse das populações locais”.

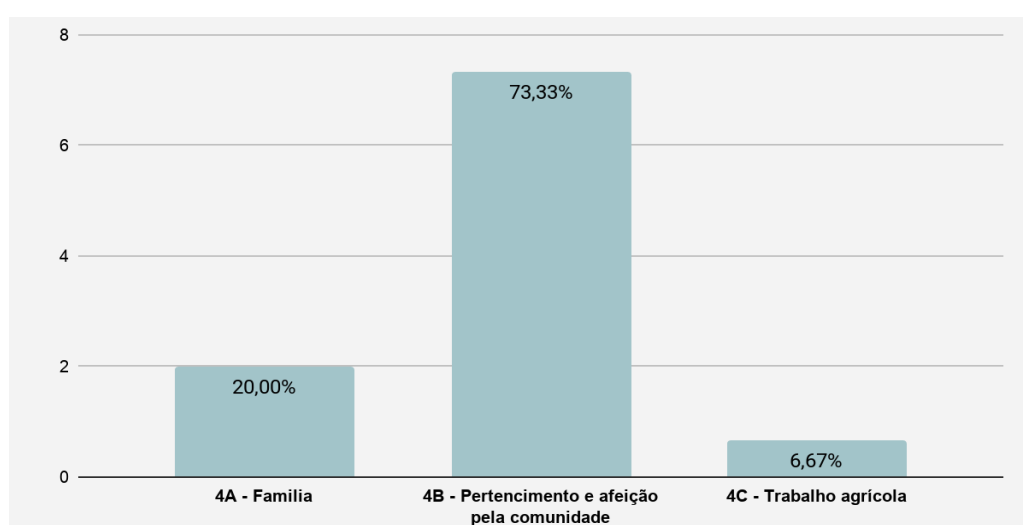
Compreender as relações simbólico-afetivas com o lugar poderá promover uma gestão mais eficiente e mais integradora, do mesmo modo que o olhar para si mesmo, para sua própria realidade familiar, a ligação dos seus parentes com o território, principalmente dos idosos, quem sabe, poderá aproximar a realidade de quem executa e de quem se submete à legislação.

Estudos sugerem que a interação pessoa-ambiente é importante na constituição da subjetividade, pois “[...] habitar é uma demanda básica do ser humano e compõe sua territorialidade, ou seja, a apropriação e o pertencimento” (ALBUQUERQUE; GUNTHER, 2019, p. 17).

(H, Palmeiras): Identidade! Identidade com o local é o fator fundamental. Nosso lugar, graças a Deus (+), todos que vem aqui, gosta desse lugar, do Baixio das Palmeiras, todo mundo que vem aqui. /.../ Se as pessoas gosta de fora, vem e gosta dessa lugar, imagina nois (+) que já mora aqui desde quando ((ri)) nascemo. Então ,isso, a identidade (+), é o fator fundamental de nois não querer sair daqui de jeito nenhum. Nois quer ficar aqui, construir nossa história aqui, mesmo que seja obrigado a mudar de local, mais nois quer (+) permanecer aqui nessa comunidade, porque aqui ((fala emocionalmente)) /.../ nois não quer ir pra fora, nois quer ficar aqui e (+) só sai daqui quando Deus nos chamar (*SANTANA CLUPEA SILVASANTOSI*, 2019, informação verbal).

O gráfico abaixo é demonstrativo dos sentimentos predominantes nestas comunidades que as impelem a lutar pelo direito de permanecer.

Gráfico 8 - Por que as famílias afetadas optaram por permanecer na comunidade



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Portanto, na verdade, o que a comunidade reivindica é o seu território de vida (QUINTANAR, 2009). É o direito de permanecer, questionando a real necessidade de migrar, ou a conveniência de ter que fazê-lo para satisfazer outrem.

Os moradores reafirmam, portanto, seus laços afetivos que os tornam pertencentes ao lugar e permitem que adotem comportamentos em defesa do território. Como ressaltam Hernández *et al.* (2010), a identidade de lugar é importante no desenvolvimento de comportamentos pró-ambientais.

Os laços de família, pois aqui foi onde nós criamos nossos filhos, foi onde educamos nossos filhos, você tem uma geração aqui, tem pai e mãe, avós, tudo, então isso nos cativa e nos une mais. É uma questão de afetividade, você continua com o seu umbigo enterrado ali naquele local (DSC 4, 2020, informação verbal).

Scannell e Gifford (2010) discutem que a “Evidência adicional de que o apego a um local se baseia em emoção vem da literatura sobre deslocamento, quando os indivíduos devem deixar seus lugares, como no caso de um desastre ou guerra, imigração ou realocação” (p. 3).

Por fim, além de o FOPAC ter sido um instrumento importante para a defesa do território, foi espaço importante para discutir estratégias de preservação do ambiente do entorno, como também a necessidade de mitigar os danos a flora e fauna local. Como é apontado no discurso do morador e líder comunitário do Muquém, *Obaichthys decoratuss* (2019, informação verbal), os questionamentos sobre até que ponto a água é considerada um bem comum pelo poder público são constantes:

(+) NADA VEM PRA GENTE, pra o agricultor, principalmente aqui. O pessoal fala muito que não vem (+) benefício da água. Só que a gente já andou vendo, fazendo alguma coisa. A gente tem o direito (+)! Nois temos o direito de... de ter (+) o ponto d'água, e isso tem um custo, tem um gasto, tem toda uma elaboração de documentação pra que você tenha um ponto da água que se chama outorga, que é um ponto de direito que a gente tem (+), que não é tão fácil de a gente adquirir porque tem gastos. A gente tem que ter gastos com essa questão (+) mas a gente (+) tem direito sim, porque a água é universal, é um direito da humanidade, então a gente tem o direito. Como esse direito? Restrito? Sim, porque a gente sabe: o poder de fogo é menor (+) devido à questão do poder (+) financeiro. Até odeio essa questão, porque a gente sabe que o país tem esse lado, manda quem tem e a gente tem que obedecer. Mas a gente tem que discutir, a gente tem que chamar pra discutir, porque eu acho que (+) é a voz e a vez de nois, e nois tem que falar, nois tem que bater assim, de frente, tem que discutir, da melhor maneira que a gente sabe (+), com a comunicação que a gente tem, o conhecimento que a gente tem, por ser agricultor, por ser da roça (+) mas a gente TÁ VENDENDO e a gente tá aprendendo (+) e a gente tem que discutir (+), tem que debater.

A preocupação com o acesso à água e a preservação dos recursos naturais também aparece em Martins (2020), quando em uma das falas analisadas pela autora, um morador fala sobre o temor acerca do futuro de áreas simbólicas, como o Olho D'água do Muquém, lugar que deu origem a comunidade. Em Brito (2016), vemos que surgiram algumas iniciativas com o foco em educação ambiental, também na escola da localidade do Muquém, onde foi criada a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDA), além de ações sobre a preservação dos espaços naturais da comunidade, da cultura da agroecologia e do cultivo de sementes crioulas.

7.3 RELAÇÕES DE APEGO, IDENTIDADE DE LUGAR, COESÃO SOCIAL E SATISFAÇÃO RESIDENCIAL DOS MORADORES DO DISTRITO BAIXIO DAS PALMEIRAS, ATINGIDOS PELO CAC

No presente tópico serão apresentados os resultados e a discussão dos dados referentes a aplicação do Survey. Inicialmente, apresentaremos o perfil socioeconômico da amostra, seguido dos índices apurados a partir da aplicação do instrumento de pesquisa, referente as quatro categorias elencadas: apego, identidade de lugar, coesão social e satisfação residencial.

Em seguida, será feita a discussão de cada categoria, tendo como base os dados levantados.

7.3.1 Perfil socioeconômico

Participaram deste estudo 150 moradores. É válido ressaltar que este estudo compreende moradores afetados pela obra em três vertentes: moradores que serão desapropriados, moradores que perderão bens imobiliários, como terrenos e benfeitorias, mas não passíveis de desapropriação; e lideranças comunitárias.

Os dados da Tabela 2 correspondem ao quantitativo de moradores pesquisados por comunidade, demonstrando haver uma prevalência de moradores entrevistados da localidade Baixio das Palmeiras.

Tabela 2 - Quantitativo de moradores pesquisados por comunidade

Lugar					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Baixio do Muquém	51	34,0	34,0	34,0
	Baixio das Palmeiras	61	40,7	40,7	74,7
	Chapada	22	14,7	14,7	89,3
	Baixio dos Oitis	16	10,7	10,7	100,0
	Total	150	100,0	100,0	

Fonte: elaborada pela autora (2020).

A Tabela 3 expressa as características sociodemográficas dos moradores. Encontrou-se que a maioria pesquisada é do sexo feminino (59,3%), com maior proporção de pessoas com 50 anos ou mais, tendo a raça preto/parda apresentado 76,7%. Observa-se, portanto, a

predominância de pessoas de idade intermediária e idosos, corroborando os escritos de Quintanar (2009) sobre a prevalência de idosos em comunidades rurais.

Conforme pode ser constatado, a maior parte dos moradores possui apenas um filho (27,3%), equiparando-se o quantitativo de quem tem de quatro acima, a quem não possui nenhum (20,7%). Observa-se que a comunidade possui um perfil elevado de nativos (82,7%) em relação aos não-nativos (17,3%). Considera-se nativo aquele que sempre residiu na comunidade, seu lugar de origem. Os não-nativos foram divididos em quatro faixas de tempo de acordo com o tempo de moradia na localidade.

Os moradores nativos têm uma forte ligação com o lugar. Um dos indicadores apontados nos discursos dos moradores, durante a aplicação do instrumento, é que possuem descendências dos índios Cariris que habitaram essa terra, “[...] ricas em recursos hídricos e constituídas por uma grande biodiversidade em fauna e flora” (NOBRE, 2015, p. 23). Essa vinculação dos habitantes dessas comunidades à sua habitação e vizinhança é reconhecida fora da localidade, conforme declaração de um gestor local.

Tabela 3 - Distribuição do número de moradores, segundo as características sociais

Características	Nº	%
Sexo		
Masculino	61	40,7
Feminino	89	59,3
Faixa etária		
18 a 25 anos	12	8,0
26 a 33 anos	25	16,7
34 a 41 anos	21	14,0
42 a 49 anos	18	12,0
50 anos ou mais	74	49,3
Etnia		
Branco	31	20,7
Preto/pardo	115	76,7
Quilombola	1	0,7
Número de filhos		
Nenhum	31	20,7
1	41	27,3
2	23	15,3
3	24	16,0
4 ou mais	31	20,7
Religião		
Católico	135	90,0
Outra	15	10,0
Estado civil		
s/ companheiro	56	37,6
c/ companheiro	93	62,4
Nasceu na comunidade		
Sim	124	82,7
Não	26	17,3
Tempo na comunidade em anos		
2 a 24	24	16,4
25 a 49	61	41,8

50 a 59	32	21,9
60 a 81	29	19,9

Fonte: elaborada pela autora (2020).

Na Tabela 4, a escolaridade dos moradores apresentou predominância no ensino médio, com 36% (54 moradores), seguido pelo Fundamental 1 (antigo primário), com 30,7% (46 moradores), e 15,3% (23 moradores) com nível superior. Observa-se que há predominância de agricultores (43%), o que já era esperado pela especificidade da residência em área rural. A renda mensal individual de até 1 salário mínimo é recebida por 60,8% e a renda mensal per capita familiar de até 1, e de 2 a 3 salários mínimos não apresenta diferença estatística, sendo de 38,4%.

Tabela 4 - Distribuição do número de moradores, segundo as características econômicas

Características	Nº	%
Escolaridade		
Não estudou	8	5,3
Fundamental 1	46	30,7
Ensino médio	54	36,0
Superior	23	15,3
Trabalha		
Não	48	32,2
Sim	101	67,8
Profissão		
Agricultor	64	43,0
Funcionário público	21	14,1
Comércio/autônomo	14	9,4
Aposentado/pensionista	11	7,4
Outras categorias	18	12,1
Renda mensal individual SM		
Até 1	90	60,8
2 a 3	26	17,3
3 a 4	10	6,8
5 ou mais	2	1,4
Nenhuma	20	13,5
Renda mensal familiar SM		
Até 1	56	38,4
2 a 3	56	38,4
3 a 4	25	17,1
5 ou mais	9	6,2

Fonte: elaborada pela autora (2020).

Em relação às condições de moradia (observe a Tabela 5), os dados são indicativos de predominância de casas de alvenaria, mas ainda existem 26 casas de taipa e 3 que são mistas, parte taipa, parte alvenaria. Os imóveis próprios correspondem a 90,7%. A comunidade é bem abastecida quanto ao fornecimento de água, pois 64% recebe água da Sociedade Anônima de Água e Esgoto do Crato (SAAEC).

Uma outra forma de abastecimento da comunidade é através do Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR) que é uma organização formada pelas associações comunitárias que possuem sistema de abastecimento de água e esgoto, pertencentes a mesma bacia hidrográfica. A comunidade também possui muitos poços artesianos, 32,7%, que além de prover água para as residências, ainda a garante para outros membros das famílias e até para vizinhança.

De acordo com Sabourin (2011), esse compartilhamento adotado na comunidade caracteriza-se por reciprocidade do tipo ajuda mútua que é “[...] uma forma de solidariedade necessária à produção de bens materiais, portanto essencial para a sobrevivência de várias comunidades” (SABOURIN, 2011, p. 121).

Sabourin (1999) exemplifica como ajuda mútua o mutirão e o manejo das fontes de águas comunitárias. Na comunidade do Muquém, por exemplo, a ilha digital e o poço de saúde foram construídos em sistema de mutirão em terreno cedido por um morador. Existem também poços compartilhados que abastecem várias casas da comunidade do Baixio das Palmeiras.

Tabela 5 - Distribuição do número de moradores, segundo condições de moradia

Características	N°	%
Tipo de moradia		
Alvenaria/tijolo	119	80,4
Outra	29	19,6
Situação da moradia		
Próprio	136	90,7
Outra	13	8,7
Abastecimento de água		
Rede pública (SAAEC)	96	64,0
Outra	53	35,6
Tipo de rua		
Calçada/pedra	43	29,3
Terra	104	70,7

Fonte: elaborada pela autora (2020).

A Tabela 6 demonstra a utilização do serviço dos postos de saúde das comunidades entrevistadas. A Unidade Básica de Saúde (UBS) é muito atuante na comunidade, propiciando, além dos atendimentos, ações integradas aos projetos, visando a saúde e qualidade de vida dos moradores. São desenvolvidos projetos de plantas medicinais, quintais produtivos e permacultura. A Equipe de Saúde da Família é receptiva e permite autonomia nas atividades.

Tabela 6 - Distribuição do número de moradores, segundo condições de saúde e qualidade de vida

Condições de Saúde	N°	%
Serviço de saúde		
Posto de saúde	113	77,4
Outro	33	22,6

Alguém da família com deficiência		
Sim	31	21,1
Não	116	78,9
Pratica atividade física		
Sim	55	37,2
Não	93	62,8
Mobilidade/transporte		
Carro próprio	19	12,8
Bicicleta	5	3,4
Moto	24	16,2
A pé	9	6,1
Ônibus	11	7,4
Topic/van	51	34,5

Fonte: elaborada pela autora (2020).

Na Tabela 7, tem-se um quadro geral relativo às condições de saúde da amostra pesquisada, no qual há prevalência de problemas de hipertensão e diabetes. Decerto que pesquisar o perfil sociodemográfico da comunidade também requer uma atenção à saúde das pessoas, como parte fundamental da qualidade de vida e bem-estar.

Tabela 7 - Distribuição do número de doenças por moradores

Doenças	Nº	%
Cardíaco	22	14,7
Depressão	30	20,0
Diabetes	40	26,7
Ansiedade	34	22,7
Hipertensão	68	45,3
Alcoolismo	14	9,3
Câncer	11	7,3

Fonte: elaborada pela autora (2020).

Após a apresentação dos dados demográficos, trabalharemos a discussão dos resultados da escala aplicada. Como dito anteriormente, tal atividade se deu com moradores afetados pela obra em quatro comunidades do distrito Baixio das Palmeiras, como pode ser observado a seguir.

7.3.2 Resultados da escala

A comparação das médias da escala total e de seus domínios apego ao lugar, identidade de lugar, coesão social e satisfação residencial relacionadas à habitação e comunidade dos moradores, está apresentada na Tabela 8, abaixo.

Tabela 8 - Comparação das médias da escala e dos domínios

Variável	Esc total Média±DP P	Apego Média±DP ρ	Identidade Média±DP ρ	Coesão Média±DP P	Satisfação Média±DP P
Sexo	0,106	0,003	0,264	0,672	0,794
Masculino	67,3±8,6	64,2±8,5	74,8±14,2	64,3±13,2	75,4±14,7
Feminino	65,3±6,7	60,2±7,2	72,2±13,6	63,4±11,7	76,0±12,1
Faixa etária	0,0001	0,052	0,007	0,0001	0,317
18 a 25 anos	58,6±13,3	56,7±7,6	60,0±28,0	54,5±18,9	72,5±16,5
26 a 33 anos	62,9±7,3	63,1±9,7	72,8±12,1	54,5±10,5	72,4±15,7
34 a 41 anos	66,1±5,4	59,6±5,9	71,9±11,4	65,9±9,8	77,8±8,3
42 a 49 anos	66,7±6,3	61,1±6,7	73,8±16,2	64,3±10,5	80,0±12,4
50 anos ou mais	68,3±6,2	63,1±7,8	75,8±9,6	67,6±10,3	75,9±12,9
Raça	0,707	0,856	0,739	0,409	0,329
Branca	66,4±6,9	62,0±8,1	74,0±12,6	65,1±12,7	73,5±13,7
Preto/pardo	65,9±7,6	61,8±7,8	73,0±14,3	63,0±12,1	76,1±13,0
Número de filhos	0,066	0,204	0,130	0,134	0,246
Nenhum	65,6±11,0	62,4±9,5	71,2±17,5	62,8±14,9	75,4±16,7
1	63,4±6,5	59,3±7,6	70,4±13,8	60,1±11,9	75,3±13,3
2	63,4±11,0	63,1±8,8	72,1±12,9	64,6±12,9	81,5±9,4
3	67,4±6,0	62,7±6,4	75,2±15,4	66,7±9,6	73,5±9,6
4 ou mais	68,1±6,0	63,1±6,6	78,3±6,6	66,6±10,7	74,3±13,5
Religião	0,237	0,964	0,915	0,023	0,798
Católico	66,4±7,6	61,8±7,8	73,2±14,2	64,5±12,2	75,7±13,1
Outra	63,9±6,9	61,7±9,5	73,6±10,0	56,9±11,2	76,6±13,9
Estado civil	0,664	0,468	0,040	0,480	0,973
S/companheiro	65,8±9,2	61,2±8,3	70,2±17,6	64,8±12,5	75,8±14,0
C/companheiro	66,4±6,4	62,2±7,8	75,1±10,8	63,3±12,2	75,9±12,7
Nasceu na comunidade	0,743	0,616	0,028	0,494	0,829
Sim	66,2±7,7	62,0±7,7	74,4±13,5	63,4±12,6	75,7±13,4
Não	65,7±7,3	61,1±9,1	67,8±14,3	65,3±10,9	76,3±12,1
Tempo na comunidade	0,0001	0,013	0,0001	0,002	0,040
2 a 24 anos	59,8±10,6	58,0±8,8	60,2±21,3	57,1±15,3	70,6±15,9
25 a 49 anos	66,5±6,2	62,7±7,7	75,2±11,0	62,3±12,1	78,1±11,8
50 a 59 anos	69,1±5,4	64,6±8,2	75,7±10,9	67,5±9,6	78,2±12,4
60 a 81 anos	67,2±7,0	60,6±6,4	77,0±8,6	68,1±10,3	72,7±13,6
Escolaridade	0,012	0,489	0,337	0,008	0,272
Não estudou	68,8±7,4	64,6±8,7	75,0±7,5	67,9±12,3	75,6±19,3
1ª a 4ª série	68,5±6,5	62,6±8,0	75,9±10,5	68,3±10,6	76,7±12,5
5ª a 8ª série	62,8±7,7	60,8±6,6	68,1±7,9	59,4±13,3	70,7±11,9
Ensino médio	64,3±8,3	60,6±8,3	72,5±16,2	60,4±12,5	75,1±13,9
Superior/pós	67,4±5,9	63,0±7,5	73,2±11,6	64,5±11,6	79,7±10,9
Trabalho	0,125	0,105	0,008	0,930	0,494
Não trabalha	64,7±8,7	60,2±7,1	68,9±17,3	63,6±12,2	74,7±14,1
Trabalha	66,8±6,9	62,5±8,2	75,3±11,5	63,8±12,4	76,3±12,8
Renda familiar	0,702	0,342	0,057	0,389	0,727
Até 1 s.m	65,0±8,1	61,1±7,8	71,8±15,5	61,4±12,1	77,2±12,8
De 1 a 2 s.m	66,5±7,9	61,6±8,5	74,7±12,9	64,9±13,1	74,6±13,2
De 3 a 4 s.m	66,8±5,0	61,4±5,5	77,0±7,5	65,2±10,4	74,6±10,8
5 s.m ou mais	65,4±8,5	66,2±8,4	63,3±20,1	61,5±12,2	75,0±20,1
Alguma deficiência	0,264	0,792	0,149	0,238	0,956
Sim	64,7±7,1	61,5±8,4	70,0±14,3	61,2±11,9	75,9±13,6
Não	66,4±7,7	61,9±7,9	74,0±13,8	64,1±12,3	75,8±13,6
Pratica atividade física	0,756	0,701	0,793	0,397	0,022
Sim	66,3±6,1	62,1±7,7	73,6±11,8	62,6±11,6	79,1±12,8

Não	65,9±8,4	61,6±8,2	73,0±15,1	64,4±12,8	74,0±13,2
Tempo de moradia	0,010	0,158	0,162	0,019	0,155
1 a 10 anos	64,3±6,6	61,7±8,1	72,7±11,4	60,3±13,4	71,9±12,7
11 a 20 anos	64,2±9,4	59,6±6,3	69,6±20,2	61,6±12,9	77,0±14,4
21 a 30 anos	68,1±4,2	63,3±6,8	74,5±8,5	66,6±10,7	78,1±9,5
31 a 40 anos	68,5±7,3	63,2±9,3	76,3±10,8	67,4±10,3	77,2±13,8

Fonte: elaborado pela autora (2020).

As variáveis que não influenciaram essa relação, tanto na escala total como em cada um dos seus domínios, foram as seguintes: raça ($p>0,320$), número de filhos ($p>0,060$), renda familiar ($p>0,055$) e a existência de alguma deficiência ($p>0,148$). Após essa exposição geral, iremos lidar com as peculiaridades de cada categoria.

7.3.2.1 Apego ao lugar

Como é afirmado por Hidalgo e Hernández (2011), o apego ao lugar é uma dimensão estudada, quando se trabalha com relação pessoa-ambiente na Psicologia Ambiental, que se refere aos vínculos estabelecidos com o lugar, mais necessariamente a força desses vínculos e como esses influenciam na forma que o sujeito lida com o seu ambiente de entorno. Seja ele um espaço privado, como a casa; ou espaço público, como locais de convívio comunitário.

Em seu estudo, os autores supracitados afirmam que a compreensão de apego ao lugar não deve se restringir ao ambiente social, pois elementos correlacionados à satisfação residencial também são indicadores relevantes para compreender o vínculo sujeito-casa. No caso deste estudo, foram levadas em consideração tanto a relação dos moradores atingidos pelo Cinturão das Águas do Ceará (CAC) com sua comunidade, quanto a relação dos mesmos com seus locais de moradia. É válido ressaltar que no universo deste estudo estão sendo compreendidos moradores que serão ou já foram desapropriados, e moradores que perderam propriedades (terrenos e benfeitorias), porém, não serão desapropriados.

Seguindo os critérios definidos para análise quantitativa dos dados, esta análise está distribuída entre as seguintes variáveis: localidade, gênero, faixa etária e natividade. Antes de iniciá-la, é importante ressaltar que a amostra de atingidos nas comunidades Oitis e Chapada do Baixo é menor do que nas comunidades Muquém e Palmeiras, e isso também pode incidir no quantitativo apresentado.

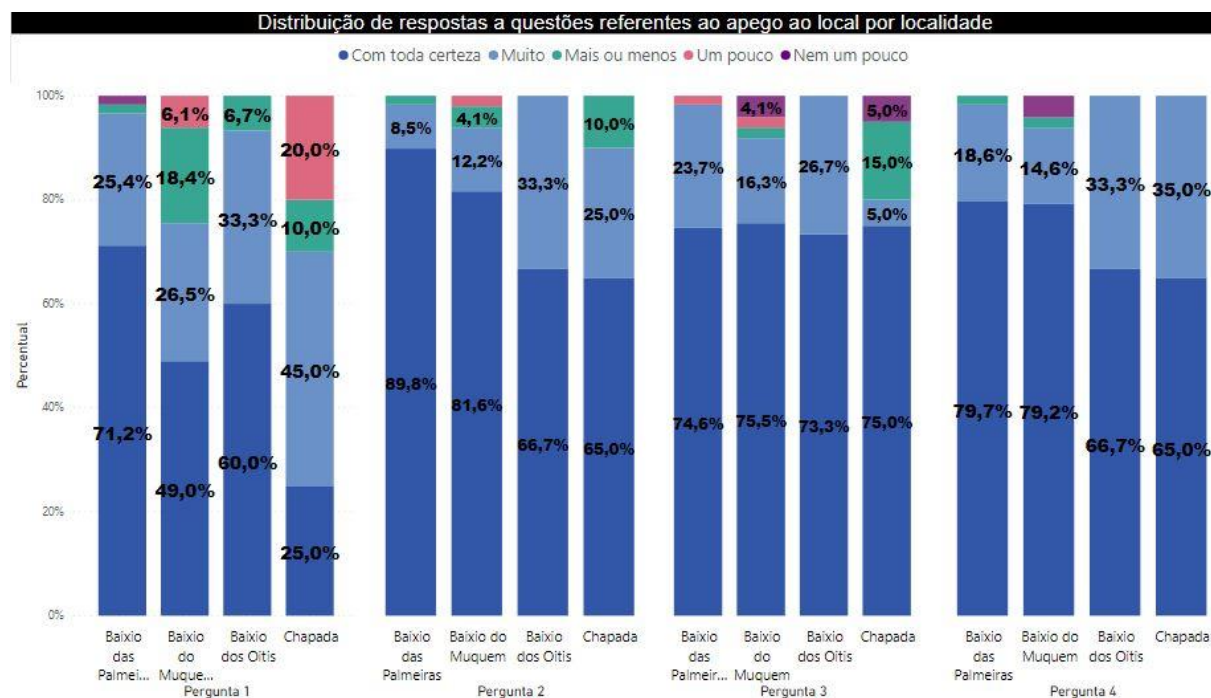
No Gráfico 9, referente à localidade, partindo da proposta de estudo de Hidalgo e Hernández (2001), que determinou a compreensão de apego dividindo-se em casa, bairro/vizinhança/comunidade e cidade, é observado que os moradores das comunidades

Muquém e Palmeiras são mais apegados ao espaço comunidade, do que à casa e à cidade, respectivamente. Um fato relevante sobre os moradores das comunidades supracitadas é que os mesmos, quando desapropriados, preferiram construir suas novas casas na mesma comunidade de origem ou numa comunidade vizinha.

Os moradores de Oitis e Chapada do Baixo, por outro lado, apresentam um apego maior à casa; em seguida, à comunidade, sendo a cidade o item de menor pontuação, em especial na Chapada do Baixo. Os sujeitos que já foram desapropriados nas comunidades Oitis e Chapada do Baixo apresentam verossimilhança nas medidas de casa e comunidade.

As assertivas apresentadas nos itens referentes a categoria apego ao lugar são: eu gosto de viver nesta cidade; eu gosto de morar nesta comunidade; eu me sinto apegado à comunidade onde moro; e eu gosto de morar nesta casa.

Gráfico 9 - Distribuição de respostas a perguntas referentes ao apego ao lugar por localidade

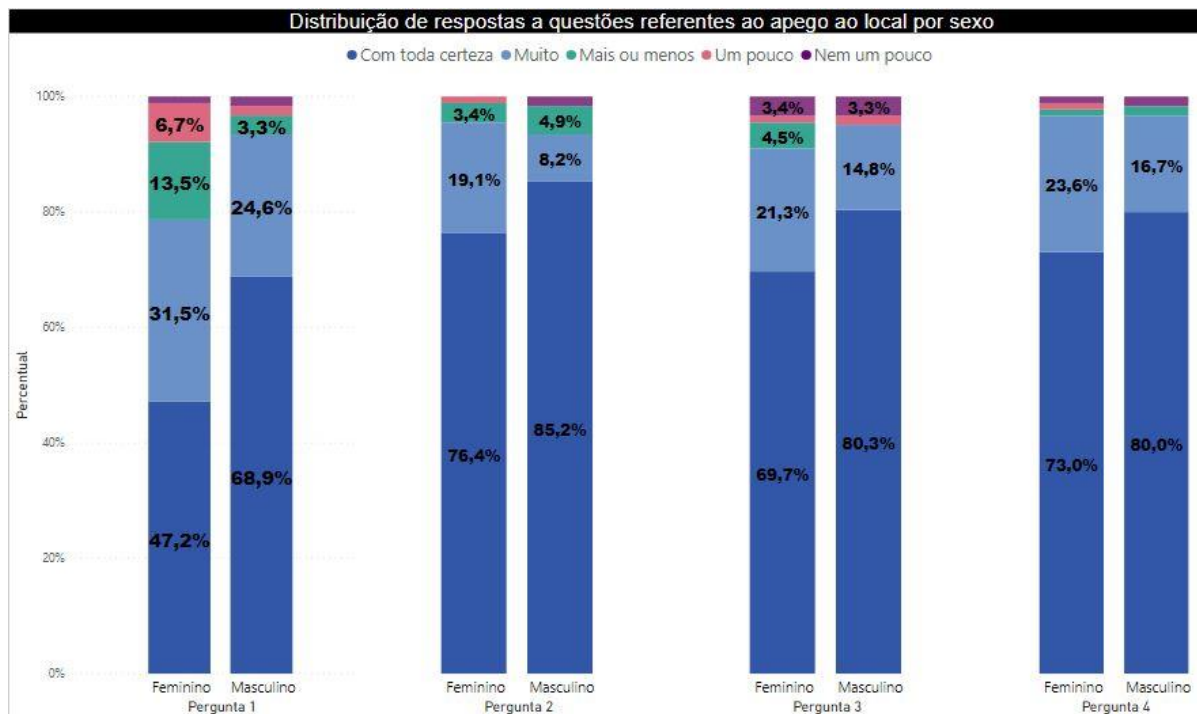


Fonte: elaborado pela autora (2020).

Em relação a variável gênero (Gráfico 10), foi observado que o sexo masculino apresentou maior média no domínio apego ($p=0,003$), enquanto que a menor faixa etária (de 18 a 25) teve a menor média na escala total ($p<0,0001$). Isso contrariou o que foi percebido na pesquisa de Hidalgo e Hernández (2001), os idealizadores da escala, em Santa Cruz de Tenerife (Espanha). Na pesquisa realizada por eles, as mulheres possuem mais apego ao lugar do que os homens. Entretanto, sinaliza-se que o contexto daquela pesquisa possuía algumas

especificidades, não sendo um ambiente rural. A citação desta pesquisa se dá pela expectativa prévia de que o resultado daria maior apego nas mulheres.

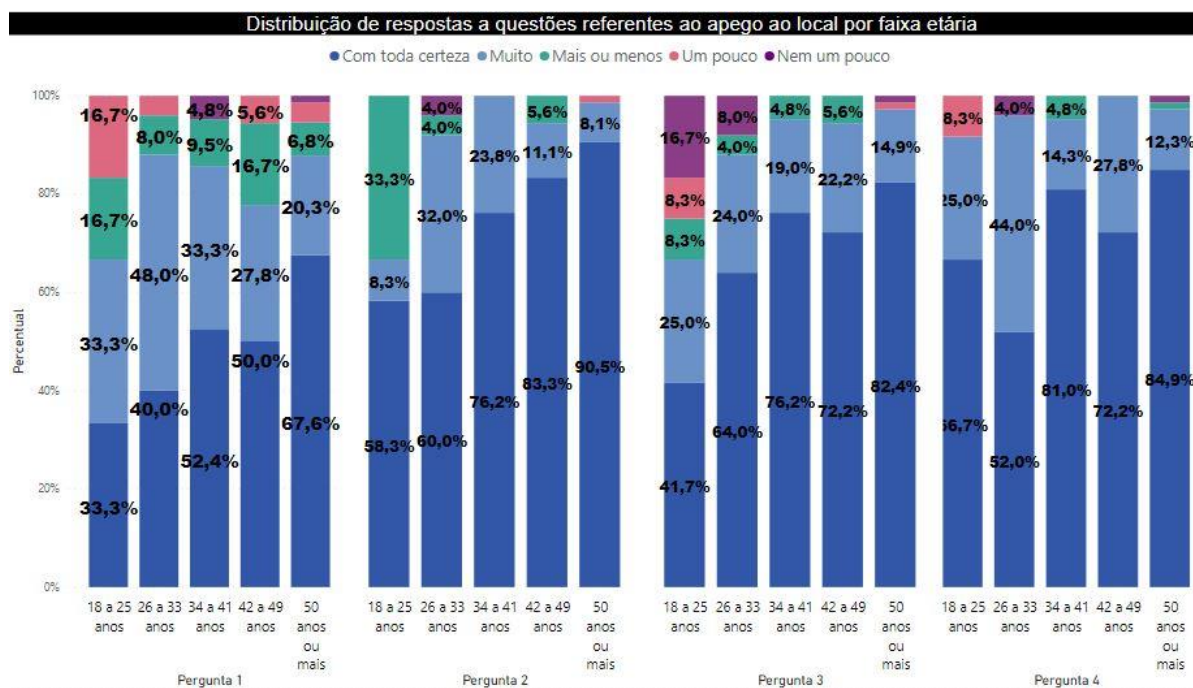
Gráfico 10 - Distribuição de respostas a perguntas referentes ao apego ao lugar por gênero



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Quanto aos níveis de apego em relação ao gênero, percebe-se, conforme o Gráfico 10, que os homens também são mais apegados à comunidade do que à casa e à cidade. Hidalgo e Hernández (2001) reforçam o papel que o apego de lugar possui para desenvolver identidade de lugar e também o sentimento de comunidade. Foi notado que os homens expressaram mais falas com a temática de sofrimento do que as mulheres, na autobiografia, na qual alguns homens falam sobre terem desenvolvido sintomas depressivos ao ter que deixar sua casa, visto que os mesmos construíram as casas com as próprias mãos e viveram por muito tempo dos frutos de sua terra. Vale ressaltar que os moradores com companheiro tiveram médias quase iguais às dos sem companheiros na escala total e nos domínios apego.

No que se refere ao apego relacionado à variável faixa etária, é visto que pessoas com idades intermediárias e idosos apresentam um maior índice de apego ao lugar do que jovens. Como pode ser visto no Gráfico 11.

Gráfico 11 - Distribuição de respostas a questões referentes ao apego ao local por faixa etária

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Como é observado por Torres (2015), ao estudar sobre o papel do ambiente residencial na qualidade de vida de idosos, em seu contexto de pesquisa, a autora observou que apesar dos idosos conviverem com limitações tanto no microambiente (casa), quanto no macroambiente (comunidade e cidade), os pesquisados desejavam continuar morando na mesma localidade e isso se explica pelo forte apego ao lugar, considerado pela mesma um fator importante para qualidade de vida dos idosos. Quando estudamos os dados obtidos pela análise da escala, é visto que nas perguntas dois (eu gosto de morar nessa comunidade) e quatro (eu gosto de morar nessa casa), os idosos obtiveram as maiores pontuações.

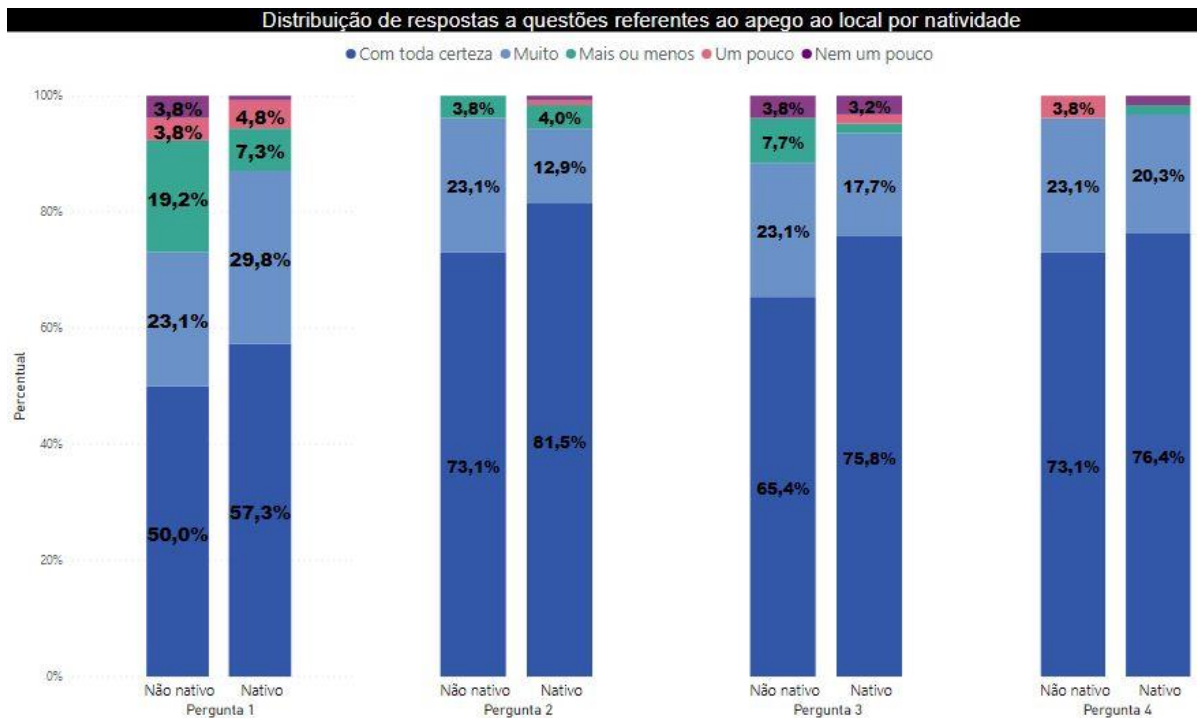
Isso pode ser compreendido pelos seguintes elementos: tempo de moradia, vínculos comunitários consolidados e apego à memória social local. Sendo o primeiro item diretamente relacionado à variável naturalidade, que estudaremos logo após. Sobre o tempo de moradia, é visto que 82,7% dos entrevistados vive nas comunidades pesquisadas desde o nascimento, sendo que expressiva parte desses nativos é composta por idosos. Sabe-se também que os idosos compõem a maior parte da amostragem da pesquisa, no que refere à faixa etária (49,3%). Na pesquisa de Nobre (2017), houve relatos de diversos idosos abordados na etnografia; já em Martins (2020), a maioria dos IGMA foi aplicada em pessoas entre 50 e 70 anos de idade.

É válido também falar sobre o que diz Giuliani (2003) acerca do alto índice de apego em idosos, que para a autora pode estar relacionado à necessidade de segurança e sentimento

de proteção. Logo, o seu espaço de convívio é visto como mais seguro do que uma realidade desconhecida.

No caso deste estudo, é percebido que a variável faixa etária está ligada à variável naturalidade. Nessa dimensão, são trabalhados dados sobre apego a partir da divisão entre nativos (pessoas que sempre viveram na comunidade) e não-nativos, como pode ser visto no Gráfico 12.

Gráfico 12 - Distribuição de respostas a perguntas referentes ao apego ao lugar por natividade



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Segundo Gómez (2015), a literatura mostra que os processos de apego e identidade de lugar desenvolvem vínculos que são influenciados pelo tempo de residência e, portanto, pela formação de laços com o lugar. Percebe-se na amostra estudada que os nativos possuem mais apego à cidade do que os não-nativos e aqueles que têm maior tempo de residência em relação aos moradores mais recentes. No que diz respeito ao apego à comunidade e à casa, observou-se resultados praticamente equivalentes entre os nativos e não nativos. É visto que, assim como na variável faixa etária, as perguntas dois e quatro se destacam na porcentagem do respondente “com toda certeza”, que são perguntas sobre a comunidade e a casa.

Os determinantes sociais como cultura e vínculos de amizade também são importantes para consolidação do apego nos moradores abordados nesse estudo. Tais determinantes também são importantes para compreender a categoria identidade, que será trabalhada no próximo tópico.

7.3.2.2 Identidade

Para fins deste estudo, será abordado o conceito de Identidade de Lugar, definido por Proshansky, Fabian e Kaminoff (1983) como uma subestrutura da identidade social, que tem como base dois elementos: a cognição sobre o entorno e os vínculos emocionais, que são desenvolvidos na relação pessoa-ambiente, sendo essa uma construção pessoa-dinâmica, que tem envolvido elementos de ordem biológica, psicológica, social entre outros. Mourão e Cavalcante (2011, p. 210) afirmam que “[...] a identidade de lugar tem como função principal a criação de um cenário interno que sirva de sustento e proteção à autoidentidade”.

Para Valera e Pol (1994), é necessário entender a importância do entorno como elemento constitutivo da identidade social do sujeito, processo que está intimamente ligado à noção de pertencimento. Logo, esse entorno, que é socialmente construído, irá trazer transformações nos modos de representação da identidade do sujeito, como também o próprio sujeito que, ao modificar o ambiente, modifica, também, as formas de ver esse lugar. Partindo dessa perspectiva dialética, os autores compreendem que a identidade de lugar está diretamente relacionada ao sentimento de pertença e os significados e sentimentos construídos nesse espaço físico.

Como afirma Giuliani (2003, p. 151, tradução nossa),

A valência das cognições que constitui a identidade de um lugar depende da qualidade geral do ambiente físico e de suas características específicas, da qualidade das características sociais associadas a esse ambiente, mas também da capacidade do indivíduo de se adaptar ao ambiente, ou transformá-lo (na realidade, ou, particularmente no caso das crianças, em sua imaginação).

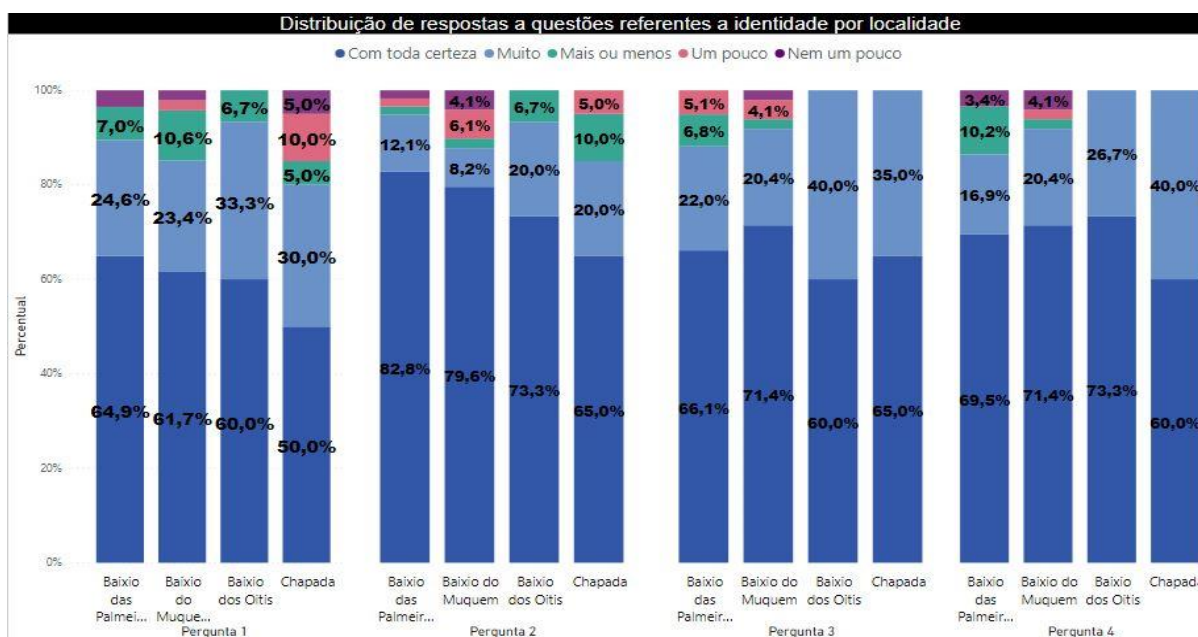
Assim como refletem Mourão e Cavalcante (2011, p. 215), “[...] a identidade de lugar é construída a partir dos espaços de pertencimento e vivência, envolvendo tempo de exposição ao lugar e possibilidade de transformá-lo em busca da satisfação”. Visto o que foi apresentado até então, será avaliada, agora, a categoria identidade na escala, aplicada a partir de quatro variáveis: gênero, localidade, faixa etária e natividade.

As afirmativas que dizem respeito a categoria identidade de lugar são: esta cidade tem a ver com a minha história pessoal; esta comunidade é parte da minha identidade; esta casa tem a ver com a minha história de vida; e esta casa é parte da minha identidade.

No que se refere à variável localidade, percebe-se que em todas as comunidades pesquisadas foram obtidos alto nível de identificação dos moradores com a comunidade e com suas casas, como pode ser percebido no Gráfico 13.

É observado que os índices de apego ao lugar foram altos nessas comunidades, o Baixo das Palmeiras e o Baixo do Muquém se destacam na pergunta referente à relação comunitária. Isso se explica tanto pela força do vínculo pessoa-ambiente existente nesses dois territórios, como também reflete no alto índice de engajamento dos moradores dessas localidades nos movimentos de resistência às mudanças territoriais ocasionadas pelo CAC.

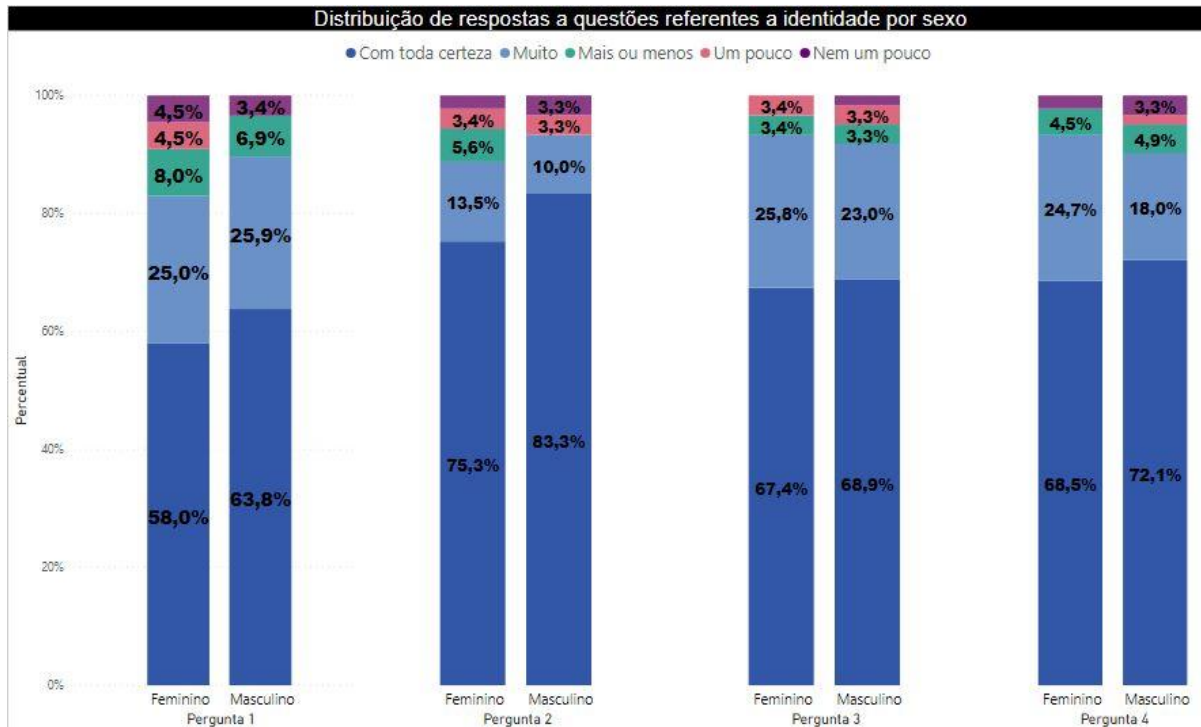
Gráfico 13 - Distribuição de resposta a questões referentes à identidade por localidade.



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Também sendo coerente aos respondentes presentes sobre a identidade com a casa, é visto que, da mesma forma que ocorreu em apego, Oitis e Chapada do Baixo tiveram mais respostas afirmativas nos itens que abordaram a identidade dos sujeitos com as casas onde vivem. Novamente é importante ressaltar que o número de sujeitos de pesquisa atingidos pelo CAC nas comunidades Oitis e Chapada do Baixo é menor do que nas comunidades Palmeiras e Muquém.

Como pode ser visto no Gráfico 14, da mesma forma que foi observado na categoria apego, os homens demonstram um maior senso de identidade de lugar do que as mulheres pesquisadas.

Gráfico 14 - Distribuição de resposta a questões referentes à identidade por gênero

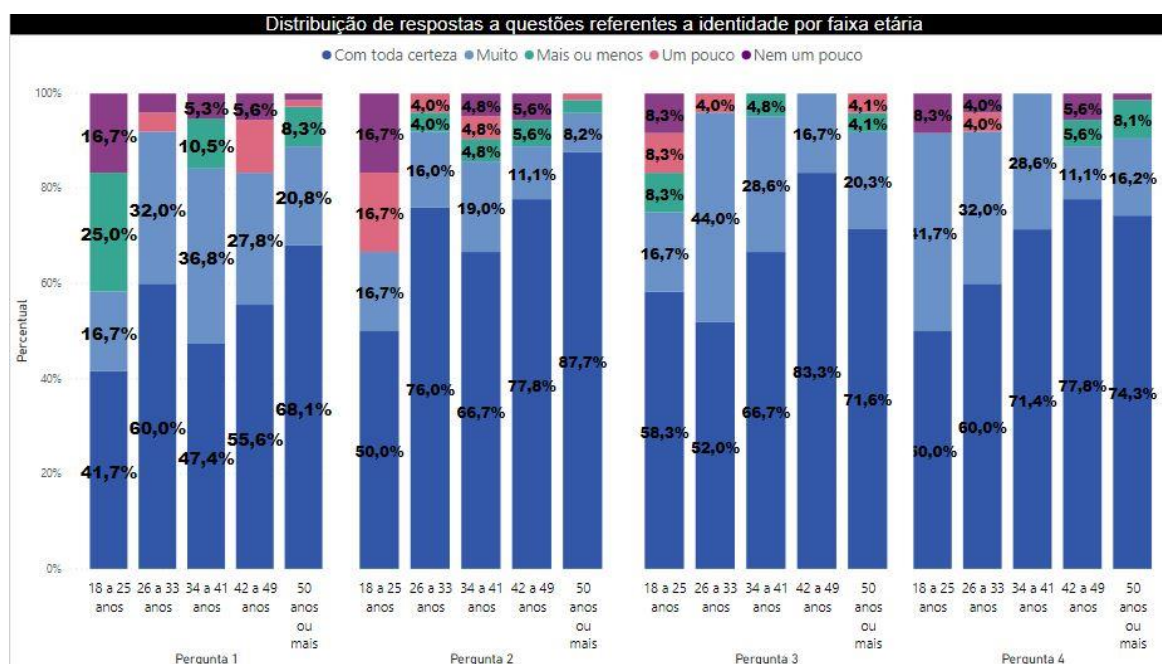
Fonte: elaborado pela autora (2020).

É importante ressaltar que a pergunta que teve um índice da resposta ‘com certeza’ mais expressivo foi a referente à comunidade ser parte de sua identidade. Como explanado no tópico apego, observou-se maior envolvimento dos homens nos grupos sociais locais e nas atividades de resistência, confirmando que essa direta participação se dá em virtude da própria trajetória de vida desses homens, que veem nesse espaço o lugar onde, além de construir sua casa, construíram sua história. É possível ver a conexão entre apego e identidade de lugar, pois os elementos emocionais que permeiam as histórias de vida e fortalece o apego dos moradores incide diretamente na construção da identidade de lugar das comunidades pesquisadas como um lugar de referência e vida para eles.

Visto o que foi dito anteriormente por Mourão e Cavalcante (2011) a identidade de lugar tem relação com as dimensões pertencimento e vivência. Tal apontamento nos remete à perspectiva do trabalho com a terra ou do trabalho no espaço rural como constituinte da identidade, o que amplifica o reconhecimento do morador como sujeito rural ou camponês, tendo como referência essa pesquisa, na qual aparece com mais ênfase nas escalas dos moradores do sexo masculino. É preciso ressaltar que moradores com companheiro apresentaram maior média em identidade do que os sem companheiro ($p=0,040$).

No que se refere à faixa etária, vemos no Gráfico 15 que, novamente, os idosos se destacam, sendo os detentores das maiores porcentagens no que se refere à categoria identidade.

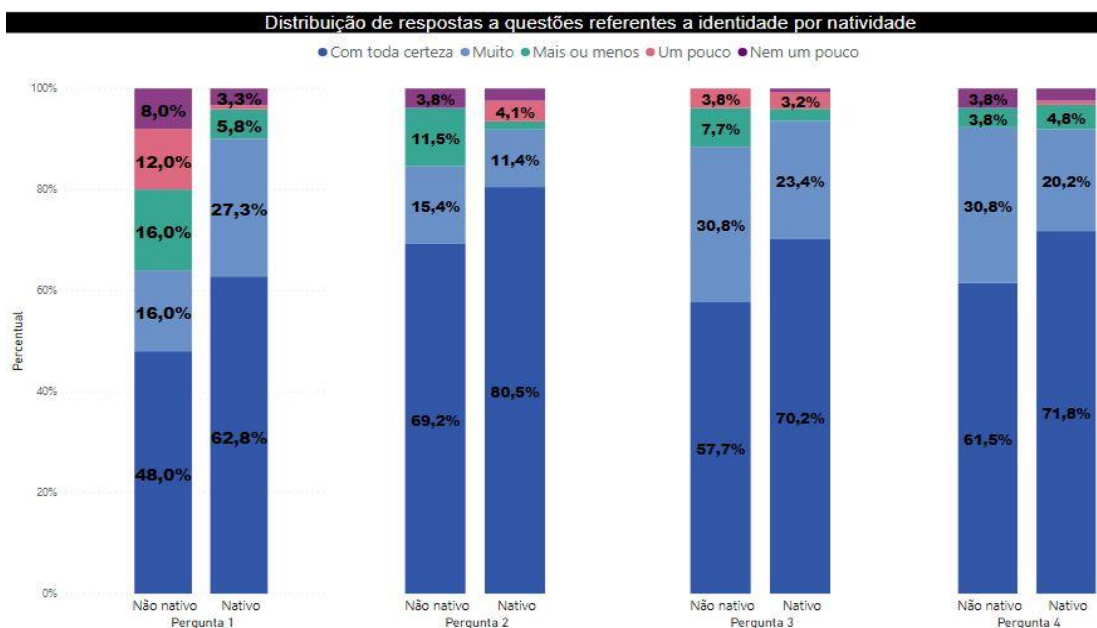
Gráfico 15 - Distribuição de resposta a questões referentes à identidade por faixa etária



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Os resultados da pesquisa, associando identidade e coesão social com idade, demonstram a existência de identidade e coesão social entre os moradores da faixa etária anos intermediários e velhice, conforme definição do ciclo de vida adotada por Lidz (1983), caracterizando a faixa etária de 40 anos acima. Guimarães (2010) destaca a existência de uma relação identitária forte entre os habitantes de um lugar, devido à união, formando, assim, uma rede a despeito da falta de afinidade, mesmo que esta não seja de todo espontânea, mas também motivada pelo compartilhamento de problemas comuns. Como foi colocado no tópico anterior, o apego ao lugar se mostra mais intenso nessa faixa etária. Durante o processo de observação, é visto que, ao falar sobre suas vivências nas comunidades, os idosos trazem a noção da história da comunidade como extensão de sua história de vida.

Acerca do Gráfico 16, com dados sobre a variável natalidade, é visto uma aproximação entre os dados dos nativos e dos não nativos, em especial nos respondentes de comunidade e casa, sendo a maior diferenciação no primeiro respondente sobre cidade.

Gráfico 16 - Distribuição de resposta a questões referentes à identidade por natividade

Fonte: elaborado pela autora (2020).

No domínio identidade, o fato de nascer na comunidade obteve maior média do que aqueles que não nasceram lá ($p=0,028$); o menor tempo na comunidade de apenas dois a 24 anos apresentou menor média na escala total ($p<0,0001$) e em todos os seus domínios apego ($p=0,013$), identidade ($p<0,0001$), coesão ($p=0,002$) e satisfação ($p=0,040$); quem não teve estudo algum conseguiu maior média, tanto na escala total ($p=0,012$), como no domínio coesão ($p=0,008$).

Na pesquisa de Giuliani (2003), afirma-se que não se observa muita diferença nos índices de identidade e apego entre nativos e não nativos, o que mostra que não nativos também se reconhece nesse lugar. O que a autora percebe é que a forma de inserção dos sujeitos na comunidade, ou seja, como eles foram acolhidos, os vínculos que eles desenvolveram após essa inserção e a relação dos mesmos com esse novo território são o que dará o tom para perceber se eles se identificam com o lugar.

Iremos trabalhar a seguir a terceira categoria elencada no estudo: coesão social.

7.3.2.3 Coesão Social

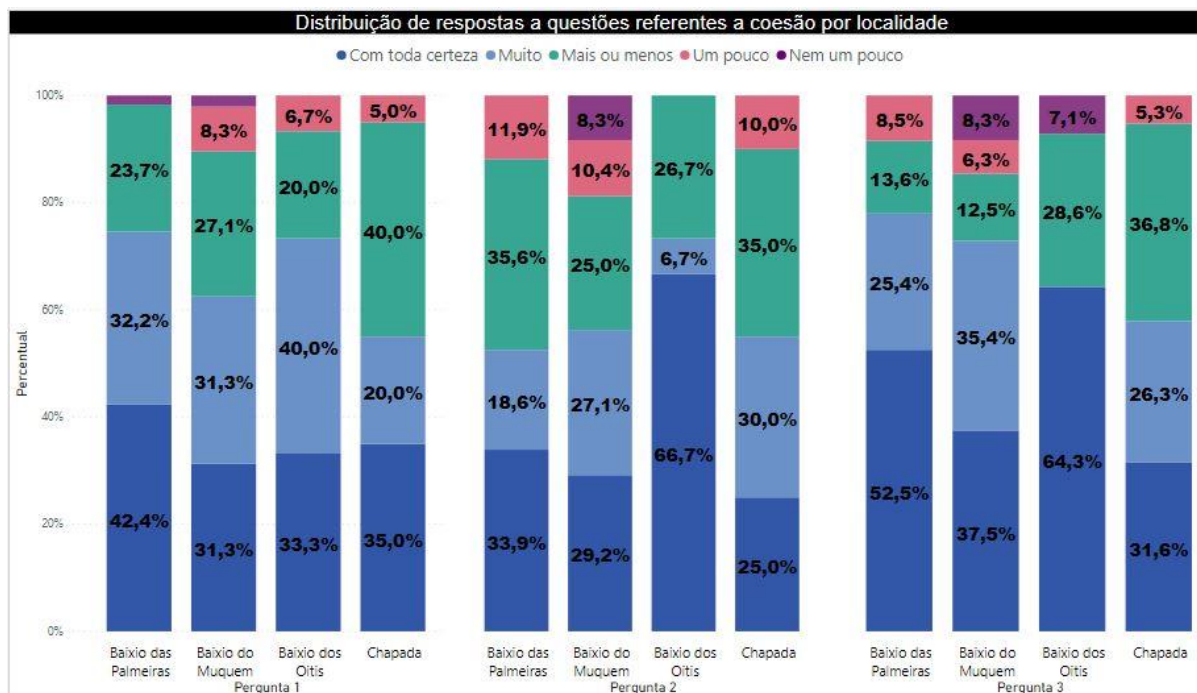
Neste tópico, será trabalhada a categoria Coesão Social. Para definição dessa categoria, levar-se-á em consideração tanto a importância dos vínculos sociais e da participação social na consolidação do apego e da identidade de lugar (GIULIANI, 2003), quanto a contribuição de Toïnies (1973) acerca dos vínculos comunitários. Esse autor aborda em seu estudo os padrões

de sociabilidade comunitária, que envolve três padrões: consanguinidade (relações familiares), coabitação habitacional (relações de vizinhança) e o espírito (amizades).

Para compreender tais elementos, foram elaboradas três perguntas: uma focada no elemento união (os moradores da minha comunidade são unidos), outra no elemento participação (nossa comunidade participa ativamente das atividades que dizem respeito a todos) e a última na mobilização (nossa comunidade mobilizou a sociedade em prol dos nossos direitos).

Assim como os tópicos anteriores, serão trabalhadas quatro variáveis: localidade, gênero, faixa etária e natividade. Como é visto no Gráfico 17, os dados sobre o coeficiente de coesão social por localidade demonstram que houve variação de respostas por elemento trabalhado.

Gráfico 17 - Distribuição de resposta a questões referentes à coesão social por localidade



Fonte: elaborado pela autora (2020).

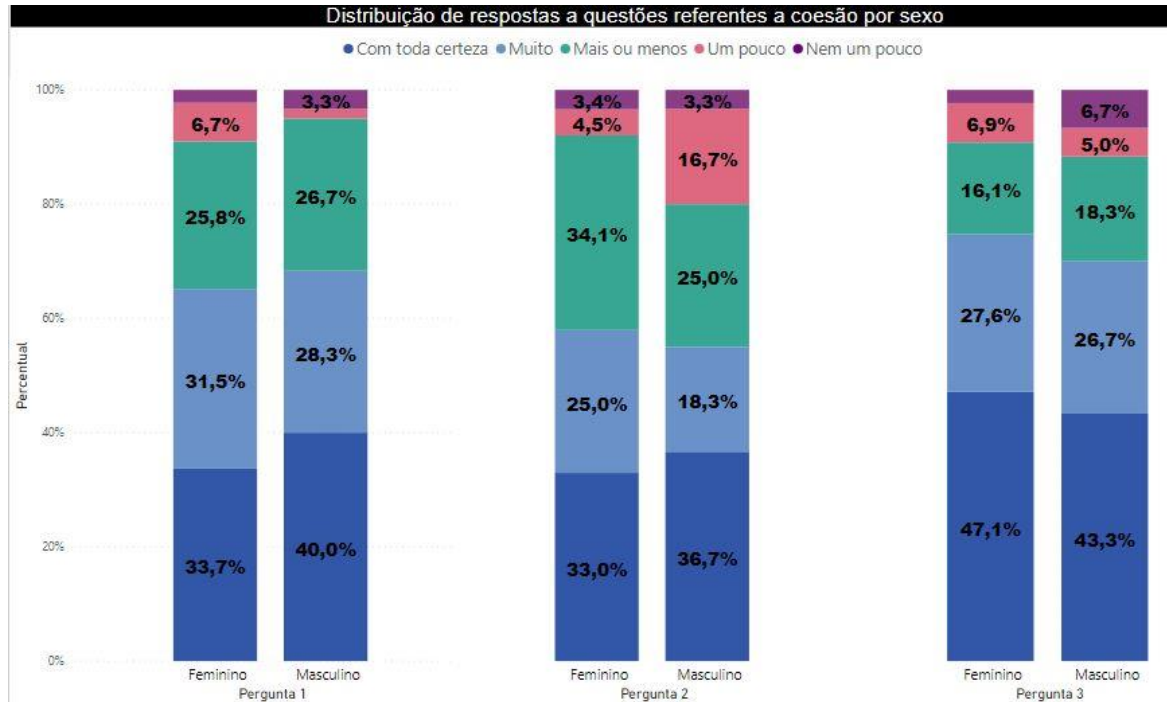
Será dado destaque, nesta ocasião, às três dimensões estudadas neste tópico: união, participação e mobilização. No item união, a comunidade Baixo das Palmeiras foi a que obteve maior porcentagem. A mesma comunidade apresenta expressivas porcentagens no que se refere às assertivas de apego comunitário e identidade. Esse senso de união reflete diretamente no engajamento no processo de resistência as obras do Baixo e na defesa dos seus direitos frente ao processo de desapropriação.

Como é apontado por Nobre (2017) foi na comunidade Baixio das Palmeiras que se iniciaram as primeiras atividades reflexivas sobre o que estava acontecendo com a comunidade, sendo a medição das áreas estimadas de desapropriação por parte da VBA, sem informar previamente os moradores, o estopim dos conflitos. Foi lá e por meio da mobilização de moradores engajados na Associação Rural Baixio das Palmeiras que tudo começou. A força dos vínculos sociais também é refletida nos respondentes de mobilização, como será visto mais adiante. Entre as outras comunidades, Chapada do Baixio apresenta as menores porcentagens no que se refere à união.

Na modalidade participação, o Baixio dos Oitis se destaca com maior porcentagem. Uma das explicações sobre esse fenômeno é o fato das proximidades dos moradores, que vivem em propriedades próximas, pertencentes ao mesmo dono que as subsidia para trabalho próprio. A noção de participação no caso do Oitis transcende a participação social a nível engajamento em lutas comunitárias, pois, nesse caso, como pode ser visto nos relatos, a participação é mais voltada para atividades intracomunitárias. Em algumas situações, como no caso da comunidade em estudo, o trabalho que beneficia um pode beneficiar todos, o que fortalece o vínculo comunitário entre esses moradores. Oitis vão pensar em redes de apoio mútuo, formas de lidar com a situação em que vivem, e essas redes os auxiliarão na organização e enfrentamento do contexto de vulnerabilidade, lembrando que os mesmos vivem em terras cedidas para produção.

Curiosamente, o Baixio das Palmeiras, que é a comunidade com maior porcentagem de apego à comunidade e índices de identidade, foi a comunidade que menos pontuou no que se refere à participação, seguida de Muquém, que também possui fortes indicadores de apego e identidade. Esse dado pode ser reflexo da desmobilização da comunidade frente as lutas sociais do CAC. O decréscimo no senso de participação pode ser reflexo da diminuição das ações do FOPAC e do engajamento das pessoas nos movimentos sociais das comunidades referentes ao CAC.

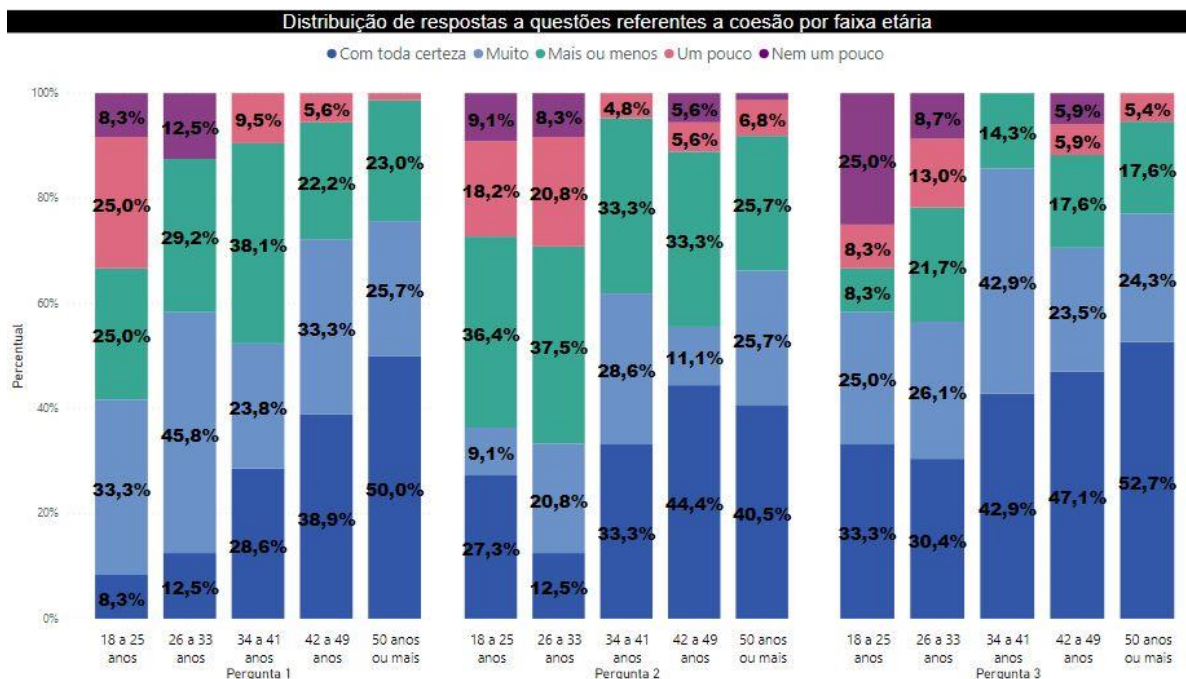
Em relação a variável gênero, é visto no Gráfico 18 um fato interessante. Ao passo que os homens se veem como espaço de união, de acordo com o gráfico de coesão social e gênero, as mulheres acreditam que a comunidade é participativa e mobilizadora. Também foi observado que moradores com companheiro tiveram médias quase iguais às dos sem companheiros na escala total e nos domínios apego e coesão.

Gráfico 18 - Distribuição de resposta a questões referentes à coesão social por gênero

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Sobre a maior percepção de união comunitária vinda dos homens, isso reforça o alto índice de apego e identidade observados no tópico anterior. Porém, o que chama atenção é o resultado das mulheres nas esferas participação e mobilização, que contraria os dados trazidos inicialmente sobre a baixa adesão de mulheres nos movimentos de resistência. Porém, quando se reporta à participação em outras instâncias sociais da comunidade, observa-se que as mulheres, em especial as idosas, possuem bastante engajamento em atividades comunitárias.

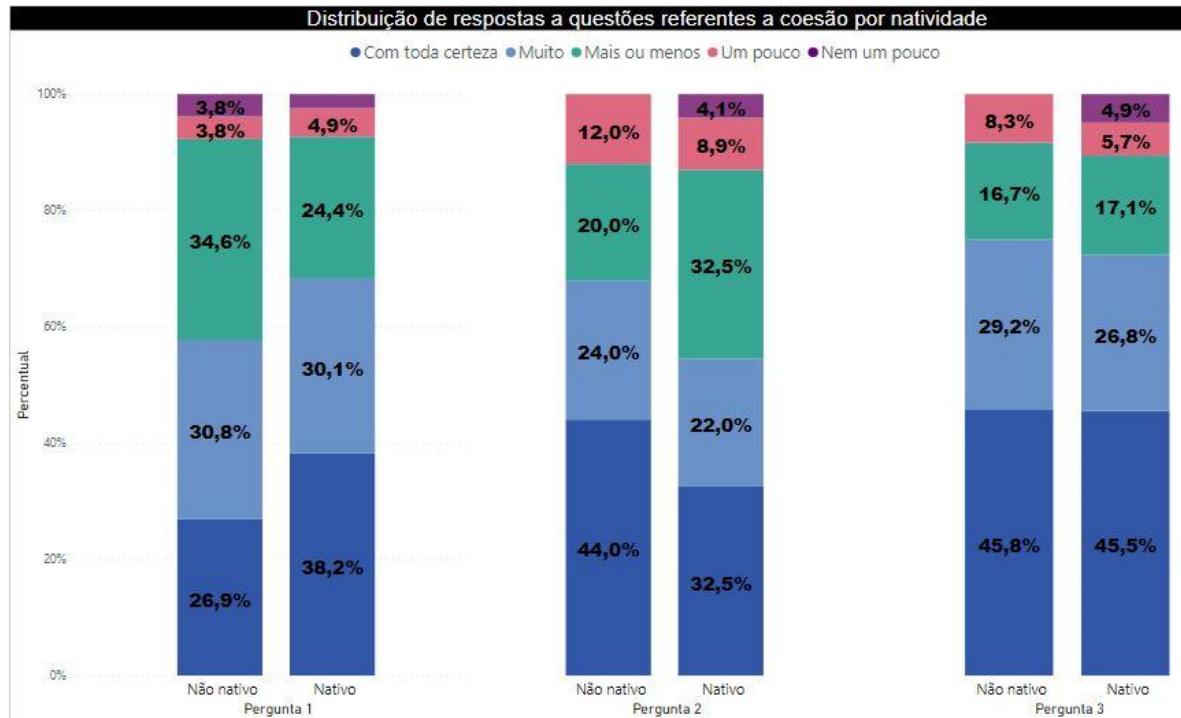
Por falar em idosas, como é visto no Gráfico 19, os resultados da pesquisa, associando coesão social com idade, demonstram a existência de coesão social entre os moradores da faixa etária anos intermediários e velhice.

Gráfico 19 - Distribuição de resposta a questões referentes à coesão social por faixa etária

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Como foi dito no parágrafo anterior, idosos são uma parcela populacional importante para conhecer a dinâmica das comunidades pesquisadas. Os dados de maior coesão social entre idosos fazem, também, alusão aos dados de apego e identidade, mostrando que essas duas dimensões têm influência direta com a forma de o sujeito se integrar e agir no meio onde vive. Também é válido ressaltar que a maioria desses idosos é enquadrada na variável nativo, que engloba pessoas que nasceram e ainda vivem nas comunidades em que nasceram.

Na categoria coesão social, comparando-se nativos com não nativos, conforme Gráfico 20, as respostas encontradas revelam que apesar dos nativos se considerarem mais unidos do que os não-nativos, estes consideram que há maior participação da comunidade nas atividades coletivas. Observando também a média do coeficiente ($p=0,002$).

Gráfico 20 - Distribuição de resposta a questões referentes à coesão social por natividade

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Os moradores que praticavam atividade física mostraram-se mais satisfeitos com a habitação e comunidade do que os não-praticantes ($p=0,022$); verificou-se que quanto maior o tempo de moradia, maior foi a coesão dos moradores ($p=0,19$) relacionada à habitação e comunidade. Como é dito por Giuliani (2003) anteriormente, quanto maior o tempo de moradia, maior a coesão. Porém, pessoas não-nativas que se engajam na comunidade também possuem forte senso de pertencimento, desde que seja um engajamento ativo. Considerando-se as respostas positivas sobre a mobilização que a comunidade fez para discutir as questões relativas ao projeto Cinturão das Águas, 68% dos não nativos e 54,45% dos nativos afirmam que houve um alcance social favorável.

No item união, os nativos possuem a maior porcentagem de respostas afirmativas, porém quando se reporta para participação, vemos que os não-nativos se destacam. Por fim, no que se refere à mobilização, acontece um resultado semelhante. O censo de união dos nativos pode estar diretamente relacionado aos índices altos de apego e identidade retratados anteriormente, o sentimento de pertença é fortalecido nesse grupo populacional.

7.3.2.4 Satisfação Residencial

Neste último tópico, será discutida a categoria Satisfação Residencial. Para definição dessa categoria, levar-se-á em consideração a representatividade que este ambiente possui tanto em relação a história de vida, como na formação da identidade. Referir-se a casa é identificar o território privado e território primário.

Segundo Valera e Vidal (2010, p. 130, tradução nossa), acerca das definições de território privado e primário,

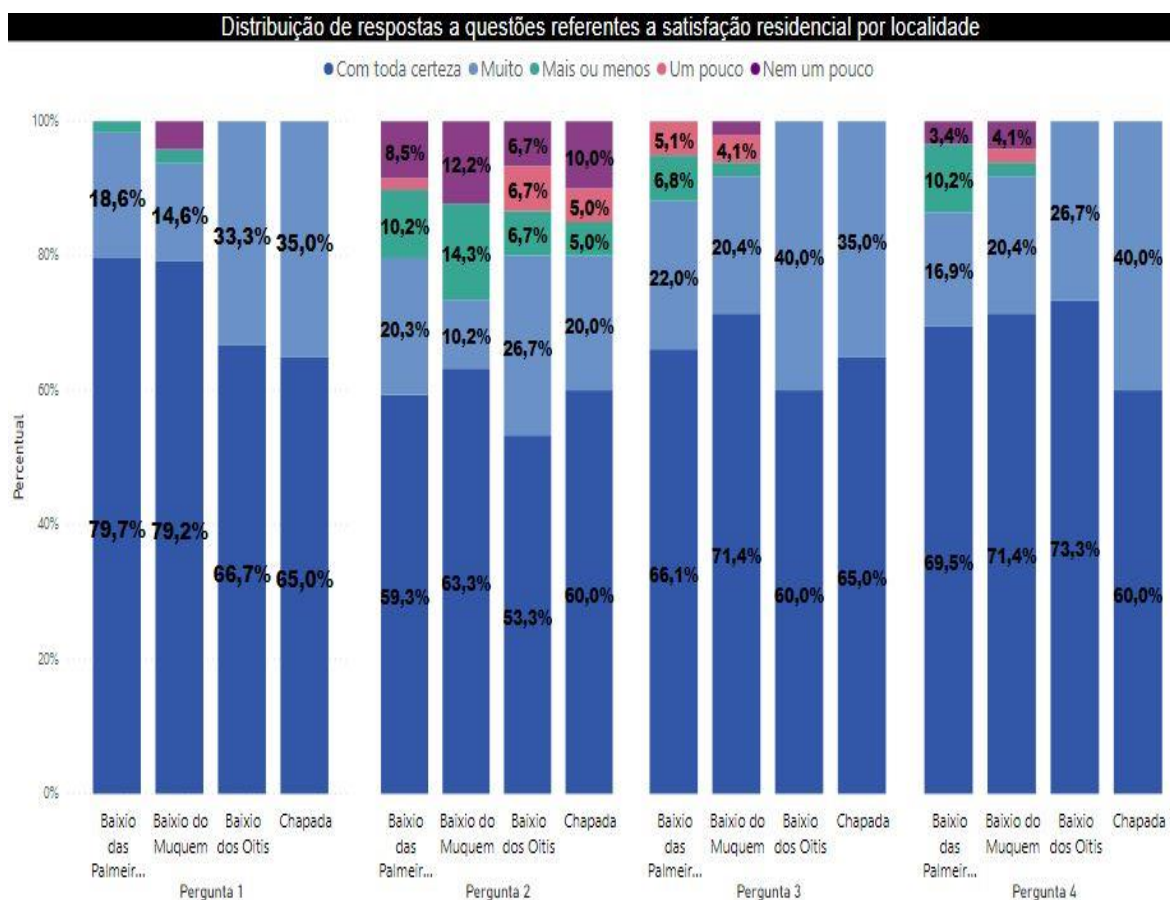
Altman os define como aqueles em que o usuário é geralmente uma pessoa ou um grupo primário e onde o controle é bastante permanente e exclusivo. A importância psicológica, para seus ocupantes, costuma ser muito alta, além de ser central ou importante no dia a dia. Exemplos de territórios primários são a própria casa, o quarto, departamento ou o escritório. Eles são uma extensão do eu, da identidade e da autoestima.

Para compreender o elemento satisfação residencial na análise da escala, foram elaboradas quatro afirmativas. As questões envolvem satisfação em morar na casa (eu gosto de morar nesta casa); arrependimento se precisasse sair (eu me arrependeria se tivesse que mudar para outra casa); a relação da casa com história de vida (esta casa tem a ver com a minha história de vida) e a identidade (esta casa é parte da minha identidade).

Assim como os tópicos anteriores, serão trabalhadas quatro variáveis: localidade, gênero, faixa etária e natividade. Pode-se ver durante toda a pesquisa que o afeto possui um lugar privilegiado na relação com o lugar, seja se referindo a comunidade, seja se referindo a casa. Tais experiências remetem aos sentimentos de orgulho, bem-estar, amor, saudade, pois estão relacionados com os lugares significativos na história de vida das pessoas. Os sentimentos aqui apresentados podem ser positivos, negativos ou ambivalentes (ROSA, 2014)

No Gráfico 21, será apresentado o índice de satisfação residencial por localidade.

Gráfico 21 - Distribuição de resposta a questões referentes à satisfação residencial por localidade



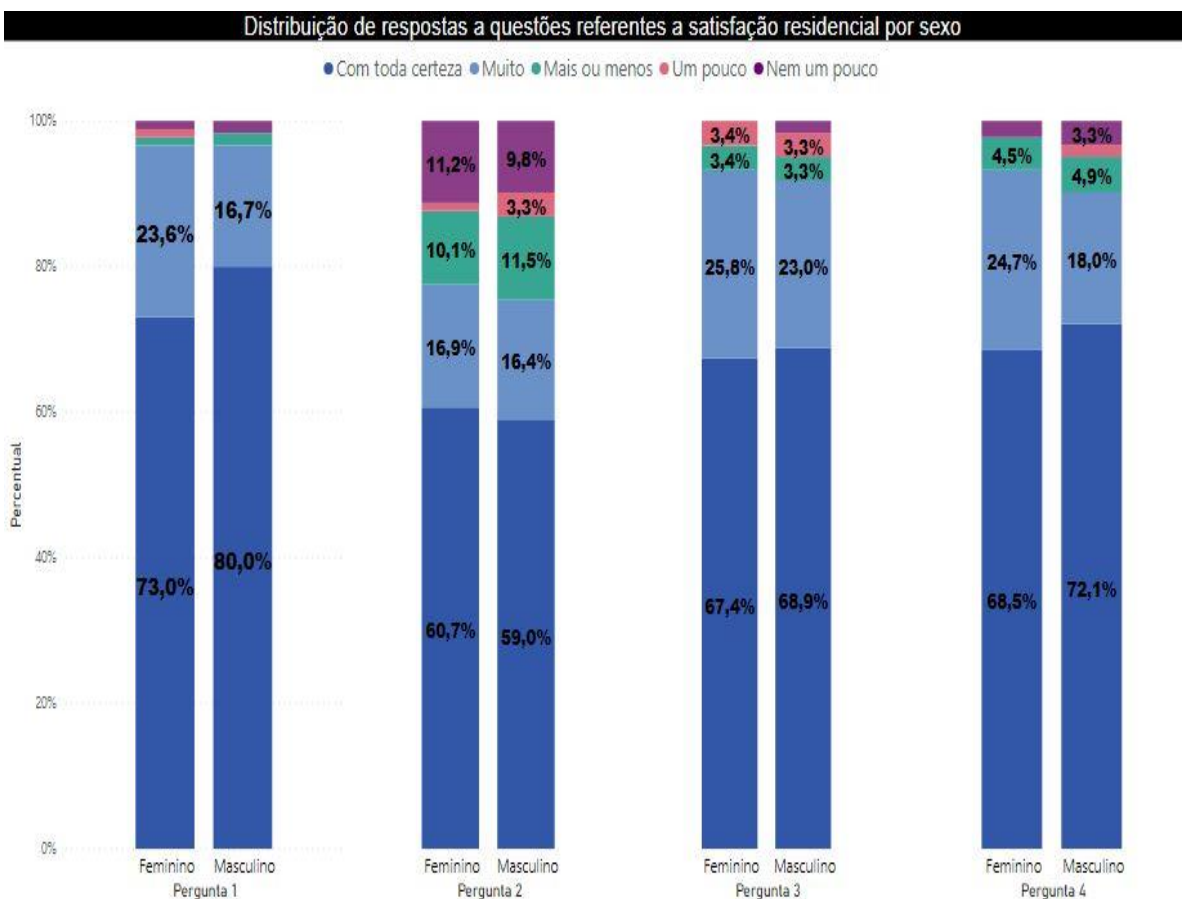
Fonte: elaborado pela autora (2020).

Verifica-se que os moradores de Oitis e da Chapada são totalmente satisfeitos com sua moradia; logo em seguida Palmeiras e Muquém. Nesta última comunidade aparece indicativo de insatisfação. De forma geral, a maioria revela que se arrependeria de mudar, e os dados do Muquém corroboram a assertiva anterior. É importante lembrar que, no caso dos moradores da Chapada, todos já mudaram para casas novas e esse resultado diz respeito a satisfação com a residência atual. Isso dialoga com os índices mais baixos desse território com os outros índices, como apego e identidade, que foram direcionados ao contexto de qual foram desapropriados.

Como observado no item identidade, foi visto que 100 % do Oitis e da Chapada, 91,8% do Muquém e 88,1% das Palmeiras identificam o território com as suas histórias de vida. Lembrando que o item identificação com a casa também era mais expressivos no Oitis do que em Muquém e Palmeiras, é compreensível que esta comunidade tenha se destacada nos índices de satisfação residencial.

Em relação à interface satisfação residencial e sexo, observou-se equivalência entre homens e mulheres em todos os itens apresentados, ou seja, possuem apego ao lugar, querem permanecer na localidade, identificam-se com as suas casas e as relacionam às suas histórias de vida, conforme pode ser observado no Gráfico 22:

Gráfico 22 - Distribuição de resposta a questões referentes à satisfação residencial por sexo



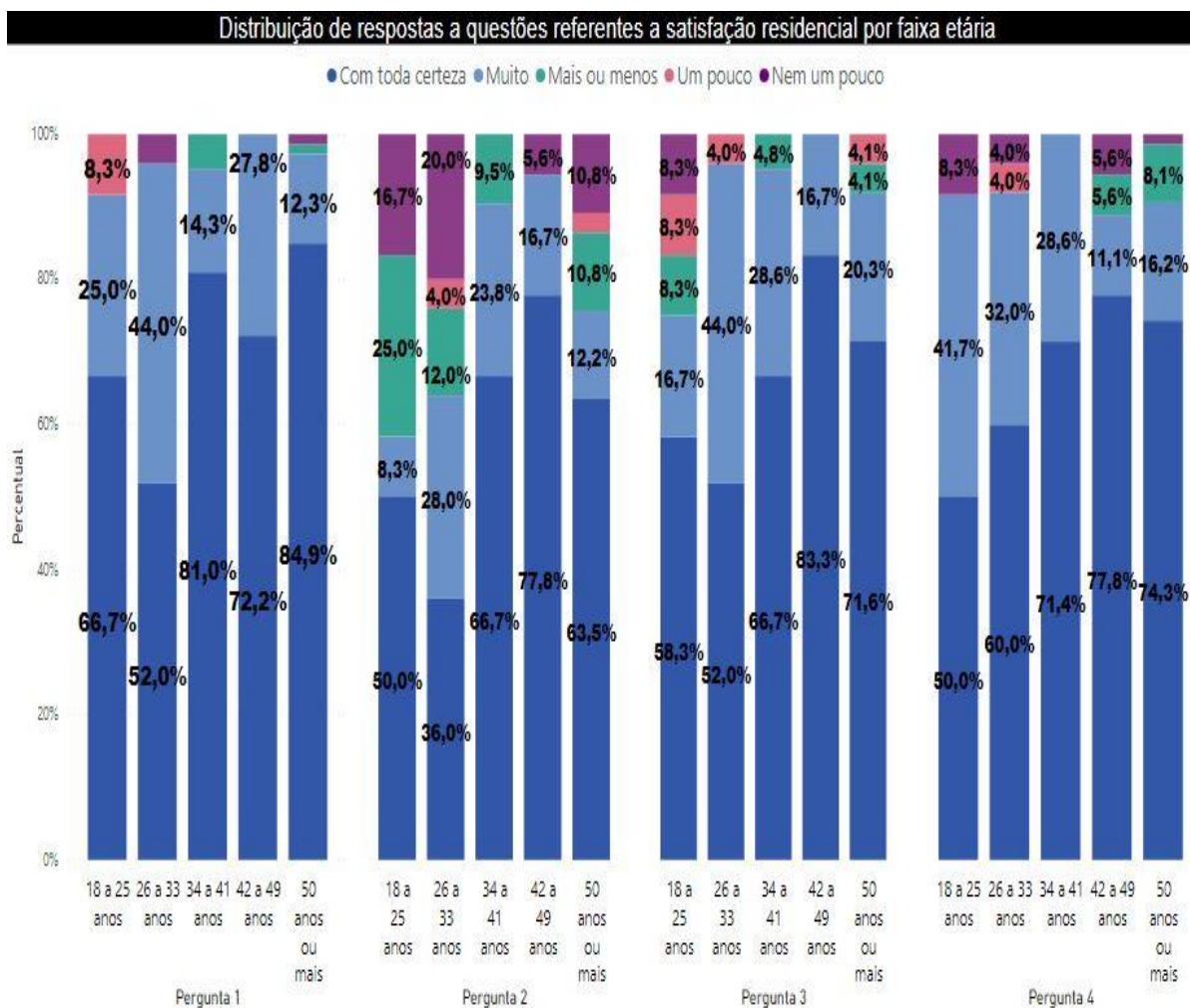
Fonte: elaborado pela autora (2020).

Evidencia-se os fortes laços dos moradores com suas casas, de ambos os sexos. Conforme Chombart de Lauwe (1976), a casa é o primeiro ambiente de apropriação. E em comunidades rurais, esta conexão é intensificada, pelo modo de vida existente em que se observa a ligação com a terra da qual tira o sustento, uma vez que a maioria é agricultor. Como já foi mencionado nos tópicos anteriores.

A comunidade também tem como característica a prevalência da população idosa. Segundo Elali e Medeiros (2011, p. 57), ressalta-se a “[...] importância do processo de apego ao lugar para o self e para as relações com os outros”, principalmente quando se fala em idosos, havendo pesquisas que corroboram a percepção diferenciada do ambiente de acordo com o período do ciclo de vida.

No Gráfico 23, pode-se verificar que todas as faixas etárias evidenciam um índice elevado de satisfação com seu ambiente de moradia, indo de 91,7% a 100%, conforme o aumento da idade, ressaltando-se que o grupo mais satisfeito (100%) foi o de 42 anos acima.

Gráfico 23 - Distribuição de resposta a questões referentes à satisfação residencial por faixa etária

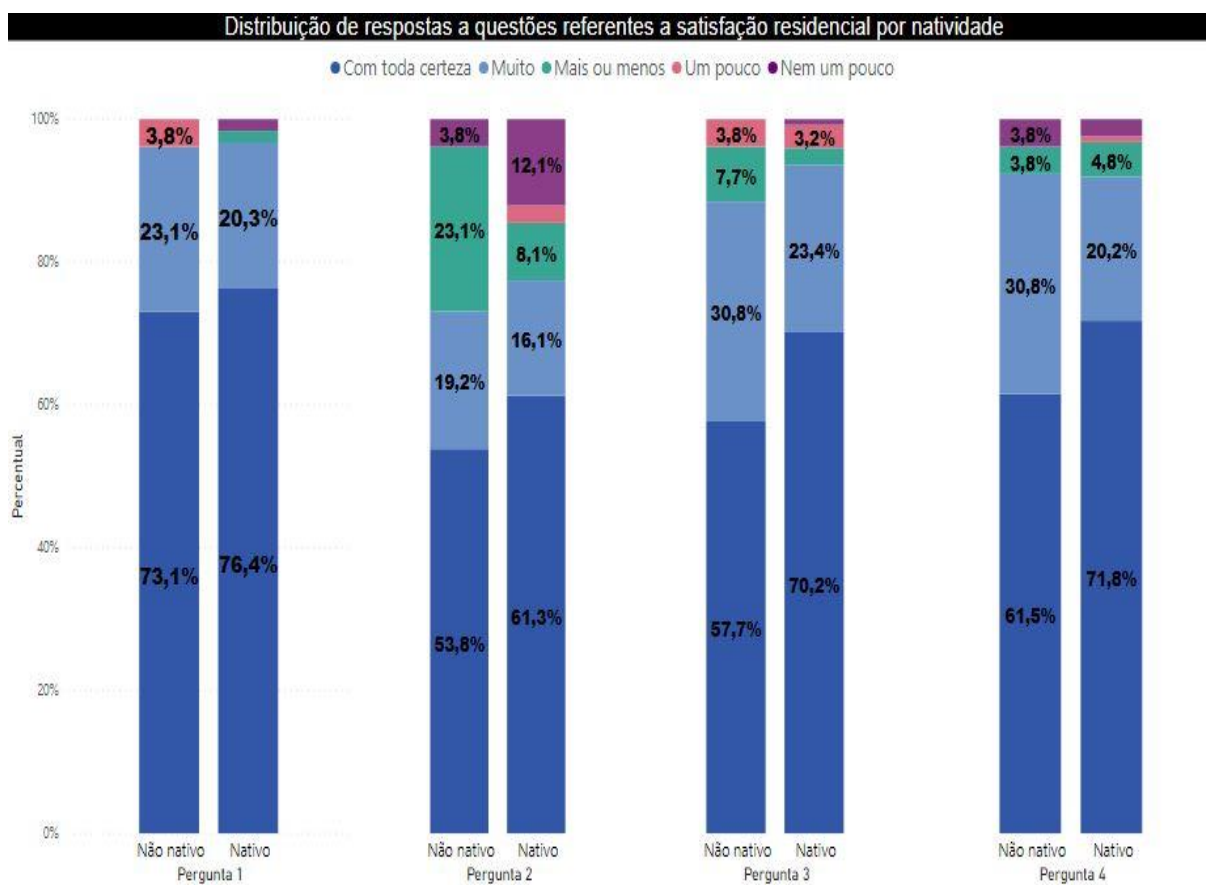


Fonte: elaborado pela autora (2020).

Observa-se que os dados das categorias avaliadas anteriormente (apego, identidade e coesão social) também dialogam com essa categoria. Porém com o destaque da população de adulto médio, que obtiveram uma maior pontuação do que os idosos, que também tiveram porcentagens expressivas nesse item.

No item relativo a natividade, apesar de relativas diferenças estatísticas, a satisfação residencial é evidenciada, tanto em nativos como não nativos. Isso pode ser observado no Gráfico 24.

Gráfico 24 - Distribuição de resposta a questões referentes à satisfação residencial por natividade



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Sobre a dinâmica comunitária, Góis (2005) ressalta que os moradores compartilham das mesmas dificuldades, pois habitam em um território comum, no qual a identidade foi construída.

Entende-se, portanto, a reação apresentada e a atratividade desse ambiente em que as pessoas vivem em união, com respeito aos outros, a tradição, a história do lugar e a natureza que os cerca. Como afirmam Ortiz e Zavala (2006, p. 239, tradução nossa), “[...] a proteção mais importante em nossas vidas do ponto de vista psicológico é o lar, é o refúgio mais significativo do estresse do trabalho, da escola e da vida na rua”.

7.3.3 Discussão dos resultados

No distrito do Baixio se observa, de maneira geral, que a população da sede Baixio das Palmeiras está mais envolvida nos movimentos de resistência. A comunidade do Muquém também é muito atuante, pois construíram, em mutirão, o posto de saúde e a ilha digital, que,

infelizmente, está desativada por falta de equipamentos. Na comunidade dos Oitis, as famílias desapropriadas são moradoras em propriedade de outrem, portanto, não têm força política e econômica. Esses terão indenização calculada apenas com base nas benfeitorias da propriedade, como casas e plantações, visto que a propriedade da terra pertence a outrem. A indenização lhes permitirá uma moradia um pouco melhor que a atual.

Os idosos entrevistados permanecem na comunidade, praticamente sem ir à cidade; já os adultos, com vida na cidade, têm empregos, mas retornam para suas casas ao fim do dia, e não manifestam desejo de migrar para a cidade. A maioria da amostra é composta por agricultores. A associação e o sindicato rural são bem atuantes na localidade.

Tais dados trazem em mente as reflexões suscitadas por Machado (1999), que destaca que gostar de um ambiente não implica necessariamente permanecer nesse lugar. Portanto, satisfação pode não estar associada à afeição profunda, mas ausência de irritação persistente.

Por sua vez,

[...] para aqueles que viveram muitos anos em um lugar, a familiaridade engendra aceitação e até afeição; afeição por uma localidade raramente é adquirida de passagem, pois com o tempo, nos familiarizamos com o lugar, o que quer dizer que cada vez mais o consideramos conhecido (MACHADO, 1999, p. 113-114).

Sobre os contratemplos encontrados durante a realização da pesquisa, ressalta-se a demora na aplicação do instrumento, devido à interferência de elementos da rotina do indivíduo ou de conversa que se afastava do objetivo; a necessidade dos pesquisadores se ausentarem em horário específico, o que dificultava, às vezes, a escuta ativa do morador, após a aplicação do instrumento; a confusão em alguns termos empregados na escala e a resistência inicial da comunidade às visitas em suas casas, por considerar os entrevistadores representantes do governo do estado ou dos técnicos do “rio”, como eles chamavam.

Durante a aplicação, percebeu-se a confusão em algumas palavras associadas à numeração da escala que dificultava a compreensão. A equipe foi orientada a acrescentar, na numeração 1, a expressão “de jeito nenhum”; e a explicar mais detalhadamente a diferença entre muito e com toda certeza. Ressalta-se que apesar da orientação da equipe de focar no objetivo da pesquisa, salientou-se a importância desse espaço de escuta para a comunidade de modo a poderem relatar as suas inquietações.

A resistência gerada na comunidade à nossa presença foi se diluindo na medida em que o Sr. Assis Nicolau, morador e líder comunitário, nos introduzia nas casas. Sua participação foi valiosa e a forma como nos apresentava, tornou-o um mediador entre comunidade e

pesquisadores. Com o tempo, expandiu-se a amostragem, pois quando algum morador encontrava um membro da equipe, logo perguntava quando ia ser a visita em sua casa. E esse momento era, frequentemente, acompanhado de um lanche gostoso e de uma sacola de frutas para levar para casa. Em cada visita, os pesquisadores observavam atitudes e comportamentos não-verbais de forma a incluir ao diário de campo. A seguir, discutiremos os resultados encontrados nas categorias elencadas.

Os dados expressivos acerca do apego ao lugar obtido nas comunidades, no que se refere à localidade, pode ser compreendido tanto pelo fator engajamento nas atividades comunitárias reivindicatórias, quanto pelo fator posse da titularidade da terra. Acerca do primeiro fator, como pode ser visto no capítulo anterior, uma das principais repercussões geradas pelo CAC foi o surgimento de duas estratégias de mobilização comunitária: o movimento social ‘Somos Todos Baixio das Palmeiras’ e o Fórum Popular das Águas do Cariri. Na pesquisa de Tavares (2016) sobre a criação do Somos Todos Baixio das Palmeiras, a dimensão apego é referenciada pelos entrevistados como uma das forças motrizes para criar um movimento em defesa do seu território, trazido em algumas das falas como um “bem-querer” ao território. Nessa pesquisa, a maioria dos entrevistados é do Baixio das Palmeiras (comunidade sede) e todos os entrevistados fazem parte de outros grupos sociais e de atividades de engajamento na comunidade. Também é relatado pouco envolvimento dos moradores de Oitis na criação do movimento.

Outro fato importante trazido por Tavares (2016) é que os moradores de Oitis que foram desapropriados pelo CAC não possuíam titularidade da terra e, por conta disso, não se sentiam seguros em participar desses movimentos reivindicatórios. As vivências de exclusão presentes na vida desses moradores afetam diretamente na forma como os mesmos se relacionam com seu território. Questões sobre a falta de titularidade de terra também são apontadas por Nobre (2017). É visto isso também em algumas falas captadas das autobiografias ambientais, que serão esmiuçadas no próximo capítulo. As mesmas denotam que o fato de não serem titulares da terra trouxe tensão no início do processo de desapropriação, porém, quando houve sinalização de pagamento de indenização, os atingidos viram que poderiam recomeçar sua vida em uma casa própria e isso fez com que eles conseguissem realizar a mudança, sendo que os impactos, a nível subjetivo, seriam menos intensos.

Em Nobre (2017), acerca da Chapada do Baixio, observa-se que nos últimos anos, as formas de relação entre os moradores e a terra têm sofrido modificações, tanto pela diminuição das atividades agrícolas, quanto pelo o aumento da construção de residenciais, nas quais os moradores da cidade utilizam os espaços como segundo lar, o que é conhecido comumente como “casa de veraneio”. Questões como a localização geográfica ser de difícil acesso e a

dificuldade de acesso à água (que só foi sanado em 1991, a partir da construção de um poço profundo) também são fatores de vulnerabilidade que permeiam a vida dos moradores dessa localidade, e isso pode ter impacto direto nos laços dos sujeitos com seu território. Mas, ao mesmo tempo, nessa localidade há vozes importantes para a construção do FOPAC e do Somos todos Baixio das Palmeiras, que são atuantes até hoje. Como também foi de lá que surgiu um dos símbolos do movimento, o cordel Baixio Preocupado.

Reforçando os dados sobre como o engajamento em atividades comunitárias pode ser um elemento importante para entender o processo de apego ao lugar, Martins (2020), que desenvolveu sua pesquisa nas comunidades Baixio das Palmeiras e Muquém, mostrou que a maioria dos participantes possuía algum tipo de relação comunitária com um grupo de base, como o grupo da igreja, as associações comunitárias e o sindicato dos trabalhadores rurais. A participação dessas associações apareceu durante a aplicação do Instrumento Gerador de Mapas Afetivos⁹ (IGMA), com o qual a pesquisa pode reforçar a noção de que a estima de lugar¹⁰ pertencimento se mostra expressiva em sujeitos com algum tipo de engajamento comunitário ativo.

Tuan (2012, p. 111) fala sobre o forte vínculo do homem rural com sua terra, visto que o mesmo se constitui como sujeito nesse espaço: “A topofilia do agricultor está formada desta intimidade física, da dependência material e do fato de que a terra é um repositório de lembranças e mantém a esperança”. Martins (2020) também fala sobre a topofilia do agricultor na relação das lideranças do Baixio das Palmeiras e do Baixio do Muquém, com a defesa do território, visto que nos mapas afetivos avaliados que foram produzidos por lideranças tiveram muitos elementos que denotavam amor pelo lugar e sentimentos relacionados à estima pertencimento, em contraponto dos sentimentos expressos no contraste da estima insegurança, gerados pelo temor trazido pelo CAC. Nesta pesquisa, a maioria dos representantes de lideranças era masculina.

Ainda acerca dos índices de apego por gênero, na pesquisa de Tavares (2016), é falado sobre uma menor participação das mulheres nos movimentos de resistência. Essas, criaram, em meio as discussões, um grupo para debater especificamente questões de gênero no contexto do

⁹ Instrumento de pesquisa desenvolvido pela professora Zulmira Bomfim que objetiva a “[...] compreensão psicossocial e sociocultural na relação entre subjetividade e espaço construído, enfatizando o afeto como grande agregador da percepção e do conhecimento sobre a cidade” (BOMFIM, 2003, p. 253). O IGMA também pode ser aplicado para estudar comunidades, equipamentos sociais e espaços residenciais.

¹⁰ Segundo Bomfim (2015, p. 382) “A validação da categoria estima de lugar e seus indicadores mostrou a importância do afeto como uma categoria integradora da relação do indivíduo com o lugar, envolvendo vários tipos de ambiente em situações de vulnerabilidade social”. São compreendidas cinco categorias de estimas de lugar no instrumento: agradabilidade, pertencimento, insegurança, destruição e contrastes.

distrito do Baixio das Palmeiras, o grupo Nós Mulheres. Porém, como observa Nobre (2017), as mulheres, em especial as idosas, também são portadoras da memória da comunidade, contando histórias importantes sobre como se formaram as comunidades pesquisadas pelo mesmo, devendo, portanto, serem participativas e ouvidas.

Em Nobre (2017), é visto, em relatos de moradoras, que a criação do grupo Nós Mulheres serviu para estimular mais mulheres a participarem dos movimentos; refletir sobre episódios machistas que ocorreram nas comunidades; e refletir sobre os possíveis efeitos do CAC na rotina das mulheres da comunidade. Questões como problemas de saúde pública, aumento dos casos de alcoolismo, prostituição e temores acerca da chegada dos trabalhadores do CAC na comunidade são abordados nesse espaço.

Outro espaço de organização feminina existente no distrito é o grupo das Fuxiqueiras do Baixio. O fuxico é um artesanato com tecido, popular em cidades interioranas no Nordeste. Nesse grupo, a produção das peças em fuxico se alia ao fortalecimento dos vínculos comunitários entre as mulheres da Chapada do Baixio, como também na possibilidade de renda alternativa para as participantes. As atividades do grupo têm ganhado força e suas peças têm sido expostas em várias feiras, locais e estaduais¹¹.

Partindo da perspectiva geracional, foi visto durante as atividades desenvolvidas na observação realizada que os idosos são uma parcela populacional importante para comunidade. Os mesmos estão envolvidos em atividades em dispositivos culturais como a Casa de Farinha Mestre José Gomes, Casa de Quitéria e grupos de cultura populares. Os idosos também possuem engajamento nas atividades do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) do Crato e em atividades da Associação Rural do Baixio das Palmeiras e do Fórum Popular das Águas do Cariri. Vale ressaltar que a presidência da associação está a cargo de um líder idoso¹².

Durante a aplicação das escalas, os idosos falavam um pouco sobre a vida na comunidade: o fato de morarem desde crianças na localidade, de terem construído suas casas e suas trajetórias de vida nesse espaço e sobre o vínculo com a vizinhança. Essas trajetórias de vida foram aprofundadas durante a realização das entrevistas de autobiografia ambiental, que serão esmiuçadas no próximo capítulo. De antemão, é possível afirmar que nas falas das idosas é explicitado o valor sentimental da comunidade e da casa, sendo que a maioria relata dor e tristeza por ter que sair de sua casa para outra habitação. Nesse público, majoritariamente, é decidido mudar para uma casa na mesma comunidade ou numa comunidade vizinha, não almejando ir para a cidade.

¹¹ Conteúdo retirado de diários de campo das observações realizadas em 2019.

¹² Conteúdo retirado de diários de campo das observações realizadas em 2019.

Em uma das atividades desenvolvidas no projeto ‘Resistência na Comunidade Baixio das Palmeiras: Psicologia, Saúde e Meio Ambiente’, os idosos que participaram das atividades realizadas na Unidade Básica de Saúde do Baixio do Muquém, pediram para abordar questões relacionadas à depressão e ansiedade, pois muitos tinham dúvidas sobre sintomas e formas de tratamento¹³. A dimensão sofrimento também aparece na pesquisa de Martins (2020), todavia, não apenas na população idosa. A autora relata que sentimentos como angústia, sofrimento, tristeza e medo aparecem em diversos mapas afetivos avaliados, sendo o elemento emocional desencadeador de sintomas, como falta de sono, dores de cabeça e sensação de desconforto.

Porém, como consta em Martins (2020) e nos diários de campos das atividades realizadas pelos estagiários de psicologia e pela pesquisadora nessa mesma localidade, foi visto que estratégias de Educação Popular em Saúde, como o grupo de Educação em Saúde desenvolvido pelo projeto, são vistas como importantes para trazer apoio aos moradores participantes frente os problemas que enfrentam com o CAC. É feita uma reflexão sobre a necessidade de contemplar a dimensão saúde no processo de implementação de uma obra pública causadora de desapropriação.

Acerca do elemento vínculos comunitários, as relações de amizade e solidariedade se mostram mais expressivas nos discursos dos idosos do que nos discursos dos jovens e adultos. São contadas, pelos idosos, histórias sobre os amigos antigos, que cresceram junto a eles, sobre os momentos de apoio perante uma dificuldade e sobre como eles sentirão falta dos vizinhos e familiares que vivem em seu entorno. Em comparativo com outros estudos realizados anteriormente no baixio, a questão do vínculo comunitário ganha espaço tanto em Nobre (2017), ao falar sobre o amor pela comunidade e como isso foi visto por alguns entrevistados como força importante para o surgimento da resistência; quanto em Martins (2020), que, a partir dos mapas afetivos, demonstrou a importância dos equipamentos comunitários, como a Casa de Farinha e o Grupo das Capelas das localidades Baixio das Palmeiras e Muquém, para o vínculo da vizinhança. A fragilização desses vínculos são preocupações expressas em mapas exemplificados por esta autora.

Acerca do elemento apego à memória local, é válido ressaltar que durante a observação participante foi notada a importância de contar a história da comunidade e preservar essa história para os mais idosos¹⁴, tanto nas atividades na UBS como nos encontros da associação e no sindicato. Em uma das atividades promovidas pelo projeto Resistência, convidou-se um dos membros da comunidade para falar sobre suas experiências de cultivo agroecológico no

¹³ Conteúdo retirado de diários de campo das observações realizadas em 2019.

¹⁴ Conteúdo retirado de diários de campo das observações realizadas em 2019.

espaço da Associação. Histórias acerca do Baixio das Palmeiras também eram compartilhadas pelos idosos.

Na pesquisa de Nobre (2017), o autor se refere às mulheres da comunidade como as principais portadoras da história oral das comunidades pesquisadas. Mulheres de três comunidades (Baixio das Palmeiras, Muquém e Oitis) contam sobre a formação destas, como as primeiras povoações indígenas (em especial no Muquém), a chegada dos engenhos e das atividades pecuárias, acesso à água e crescimento do povoamento.

Em Martins (2020), é falado sobre uma atividade desenvolvida pela pesquisadora no âmbito intergeracional, quando a mesma levou duas idosas, uma da comunidade Baixio das Palmeiras e outra do Muquém, para contarem a história das comunidades a partir de suas vivências a jovens que participam da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM VIDA) da Escola Rosa Ferreira de Macêdo. Também é falado pela autora a importância da memória social para compreender o processo de resistência, visto que uma das modalidades de atuação nesse processo foi a prática cultural, em especial a da Casa de Farinha e a da Casa de Quitéria.

Giuliani (2004, p. 96) define apego ao lugar como “[...] associação prolongada entre um indivíduo e um lugar”. Devendo-se considerar, nesse aspecto, elementos pessoais e sociais da vida do indivíduo durante o processo de estudo. No caso em questão, a dimensão tempo de moradia é um fator importante para entender o porquê de os nativos terem um resultado um pouco mais expressivo. Como foi dito no tópico anterior, muitos moradores vivem na comunidade desde o nascimento, em especial os idosos. Suas histórias de vida andam lado a lado com a história da comunidade e isso faz com que eles se sintam mais ligados a esse território, que é visto como parte importante para compreender sua trajetória de vida.

Como falado anteriormente, em pesquisas pgressas há uma expressiva amostragem de moradores nativos. Em Tavares (2016), a maioria das lideranças entrevistadas para compreensão da formação do movimento Somos Todos Baixio das Palmeiras é nativa. Em Nobre (2017), há uma grande quantidade de relatos de moradores que sempre viveram nas comunidades abordadas.

No que se refere a identidade de lugar e os índices de localidade, foi visto que no Oitis, o elemento tradição é uma constante entre os entrevistados. A maior identificação com o espaço doméstico, assim como o apego, também passa pelo crivo laboral, sendo que a maioria dos que foram entrevistados nessa localidade é vinculada à agricultura familiar. Por mais que o terreno não seja deles, existe a visão da terra como seu lugar de provisão, apesar das adversidades que o cercam. E, ao mesmo tempo, eles se sentem felizes por verem que, com a indenização que

será paga pelo Governo do Estado, poderão recomeçar a vida em um terreno próprio, por mais que isso lhes ocasione, inicialmente, tristeza, em virtude da saída do lugar onde construíram a vida. Eles se identificam com a casa, mas sair da situação da vulnerabilidade que estão hoje, tendo a possibilidade de obter a casa própria, fá-los menos impactados emocionalmente, situação essa ocasionada pela mudança de casa, consequência da desapropriação.

Muquém e Palmeiras têm resultados aproximados, sendo que Palmeiras se destaca no respondente sobre a identificação com a comunidade e com a cidade, e Muquém tem porcentagem expressiva sobre a relação da casa com à história de vida do sujeito. Isso faz correlação com o nível de apego, que também foi bastante expressivo nessas duas comunidades.

Essa identificação com a comunidade também reverbera nas formas como os moradores lidam com o território e defendem-no, pois, como reflete Giuliani (2003, p. 152, tradução nossa), “A tensão entre continuidade e mudança, particularmente em relação às normas sociais e processos culturais, reflete-se nos laços afetivos a lugares durante a vida [...]”. Isso fica mais nítido quando recorremos tanto aos dados colhidos na autobiografia ambiental, quanto quando nos voltados para os estudos anteriores desenvolvidos nessas comunidades.

Na autobiografia, o processo de desapropriação para moradores do Baixio das Palmeiras e Muquém foi relatado como causador de tristeza e sofrimento, tendo em vista a força dos laços afetivos dos moradores dessas comunidades, aliada à perda patrimonial, que faz com que o processo fomenta movimentos de defesa ao território, como foi ilustrado na trajetória do movimento Somos Todos Baixio das Palmeiras e no Fórum Popular das Águas do Cariri no capítulo anterior, movimentos que surgiram no Baixio das Palmeiras e tiveram grande adesão de moradores do Muquém em sua gênese.

Sobre as pesquisas anteriores, em Tavares (2016) é dito que o Somos Todos Baixios das Palmeiras agrega a identidade do distrito Baixio das Palmeiras e das comunidades que fazem parte do movimento, uma conotação de comunidade de luta e de mobilização social por um bem comum, que no caso é o acesso à terra e à água. Sendo que isso também é reconhecido pelos gestores, como mostra o capítulo dois desta tese.

Nobre (2017) reforça que a noção de identidade, no caso dos habitantes do Baixio das Palmeiras como distrito, está relacionada tanto a aspectos culturais peculiares das comunidades, quando ao simbolismo que esse espaço detém na vida, em especial dos agricultores familiares. Em Martins (2020), é dito que a prevalência de estimas potencializadoras nos habitantes do Baixio das Palmeiras e do Muquém, em especial o pertencimento, tem a ver com a noção de identidade de lugar. A autora descreve uma oficina realizada pela mesma como convidada do projeto Resistência, intitulada ‘Identidade de Lugar e Promoção de Saúde na Comunidade’.

Nessa oficina, foi trabalhado como o espaço da casa e da comunidade está vinculado à trajetória de vida de mulheres que participam do grupo no Muquém.

Sobre a experiência, Martins (2020, p. 140) afirma que

Foi percebido que, ao mesmo tempo em que esses lugares marcaram suas vidas, a representação de cada lugar era construída por elas, a partir do momento que elas tornaram aquele espaço como algo delas (apropriação), sentiram que pertenciam aquele lugar (pertencimento) e sentiam-se ligadas afetivamente aos mesmo (apego).

Sobre os menores índices terem sido notados na Chapada do Baixio, vale ressaltar as questões das dificuldades de locomoção na comunidade, por se situar em uma região mais alta do distrito, a distância entre as casas e o fato de que todos os moradores entrevistados que eram da Chapada já estão morando em suas novas residências, a maioria em comunidades vizinhas como o Muquém.

No que se refere aos índices de gênero, foi observado que o ato de ter construído a casa, que foi relatado durante a aplicação da escala em alguns moradores homens, de preparar a terra e plantar, bem como de ser parte desse território faz com que essa comunidade e essa casa sejam parte da identidade de homem do campo. Isso reverbera nas formas de identificar suas comunidades como um lugar de lembranças felizes, um lugar que ele faz parte e que ajudou a construir. Em Nobre (2017), o autor reflete como os agricultores e agricultoras residentes das comunidades do distrito Baixio das Palmeiras veem estas como territórios de construção coletiva. Sendo que o simbólico para o autor está localizado na relação cultura-espaço de vida.

Sobre o aspecto geracional, em todas as perguntas, as maiores porcentagens de assertivas são de idosos, e isso pode ser explicado justamente sobre a força do apego na construção da identidade de lugar das comunidades e da própria identidade local para essa parcela populacional, corroborando com o que é falado por Giuliani (2003) sobre a importância das características sociais e vivenciais para além das características físicas no processo de construção da identidade de lugar, como também de como o indivíduo se adapta nesse meio.

Sobre as vivências com o território e a identidade de idosos em demais pesquisas, os três estudos consultados (TAVARES, 2016; NOBRE, 2017; MARTINS, 2020) trazem experiências de idosos na comunidade e como em suas histórias de vida aparece a comunidade como um fator importante tanto para seu reconhecimento enquanto membro do território, como no processo de aproximação dos movimentos de resistência as obras.

Giuliani (2003), ao falar sobre a relação entre apego e identidade a partir da esfera geracional, cita o exemplo do experimento de Bahi-Fleury, que ao estudar a relação dos

parisienses com o bairro de residência, percebeu que a chegada no bairro e a forma de construir laços dentro da comunidade foi mais impactante para os pesquisados do que o tempo de moradia.

Os dados sobre o índice da categoria identidade em nativos se sobressaíram, com pequenas diferenças, aos não-nativos, também coaduna com as trajetórias de vida das idosas na comunidade demonstradas nos estudos de Nobre (2017) e Martins (2020).

Para discutirmos sobre os índices de coesão social, precisamos retomar algumas questões. Como é visto na linha do tempo produzida no capítulo dois, o auge das ações de resistência se deu entre os anos de 2012 a 2017, sendo que em 2018 a desmobilização começa a ficar mais notória, sendo realizadas atividades pontuais no espaço da Associação, parcerias com os grupos culturais, como a Casa de Quitéria e a Casa de Farinha e ações de pesquisa; e extensão e cultura da Universidade Federal do Cariri e da Universidade Regional do Cariri. À medida que as negociações com o governo do estado avançam e são pagas indenizações, o número de pessoas participando de ações comunitárias de cunho reivindicatório está diminuindo.

Algumas pessoas também se encontram em estado de negação, relatando acreditar que a construção nunca irá ocorrer, sendo que já foi sinalizado para as lideranças comunitárias que o governo do estado quer concluir as negociações este ano para iniciar em seguida as construções¹⁵.

Nos mapas afetivos das lideranças abordadas por Martins (2020), sendo sua maioria advinda do Baixio das Palmeiras, a preocupação e desapontamento com o estado atual de inércia da população do entorno é falada. Os temores com o pós-obra, a dimensão sofrimento, no que se refere a presenciar a demolição das casas e as modificações territoriais ocasionadas pela obra, unem-se ao discurso do incomodo trazido pela aparente tranquilidade da comunidade, que não tem refletido e se engajado da mesma forma que no início das lutas.

Já quando se refere à mobilização, novamente Palmeiras se destaca. Como já foi dito anteriormente, o início de todo o movimento de resistência foi em Palmeiras. Várias pesquisas abordando a história dos movimentos sociais locais, como Tavares (2016) e Nobre (2017), mostram que as primeiras ações partiram de associados à Associação Rural Baixio das Palmeiras, que agregou também na luta de moradores das outras três comunidades atingidas no distrito, moradores do Assentamento 10 de abril, da comunidade Poço Dantas e outras comunidades que foram abordadas pelo CAC em Crato e Barbalha, para além da criação de

¹⁵ Informações retiradas tanto de um diário de campo de uma ação realizada pelo projeto em 2019, quanto de Martins (2020).

uma rede de apoio com os movimentos sociais do Cariri e movimentos nacionais, como o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB).

Visto que Coesão Social gera participação, essa capacidade mobilizadora do Baixio das Palmeiras fez com que a comunidade tivesse um forte engajamento no início do Somos Todos Baixio das Palmeiras e compunha a formação do FOPAC. Porém, como foi visto na avaliação de participação, hoje eles não se sentem tão participativos.

Contudo, é afirmado pelos moradores abordados pela pesquisa, o papel dessa mobilização no resultado das ações empreendidas para mitigar os danos iniciais do CAC à comunidade. O próprio FOPAC pode ser visto como uma expressão da coesão social comunitária, coesão essa reconhecida pelos gestores, como visto no capítulo dois. Tocqueville (2005) reforça o papel da associação que representa a opinião de certo número de indivíduos e constitui-se em uma força que agrega “[...] os esforços de espíritos divergentes e impele-os com vigor em direção a um só objetivo claramente indicado por ela” (TOUCQUEVILLE, 2005, p. 220).

É visto nos estudos consultados anteriormente (TAVARES, 2016; NOBRE, 2017; MARTINS, 2020) o reconhecimento dos envolvidos no processo, e por parte de moradores afetados pelo CAC, a importância da mobilização em prol da defesa do território para realizar o processo de monitoramento e controle social do processo de desapropriação gerado pelas obras.

A partir das ações, foi possível obter informações sobre o que era o CAC, pressionar o poder público para obter dados sobre a negociação e pagamentos das indenizações, fiscalizar e denunciar situações de violação de direitos causadas pelo processo de desapropriação e mostrar à população do Cariri a dimensão desse processo, por meio da comunicação.

Sobre a Chapada do Baixio, que apresentou os menores índices em mobilização, é válido ressaltar novamente a distância física entre as casas vizinhas. Mas, além disso, o fato de a Chapada não ter uma associação de moradores, como nas outras três comunidades. Quem é da Chapada vincula-se à associação das Palmeiras ou à associação da comunidade Currais de Baixo. Também se ressalta o fato de a maioria dos moradores abordados, que era da Chapada do Baixio, já foi desapropriada e já está morando e integrando comunidades, na maior parte as circunvizinhas como Palmeiras e Muquém.

Segundo informações colhidas nos diários de campo¹⁶ das ações do grupo de Educação em Saúde desenvolvida pelo projeto Resistência, a maioria das participantes é mulher. Em

¹⁶ Conteúdo retirado de diários de campo das observações realizadas em 2019.

Martins (2020), mulheres idosas são mais engajadas nos grupos religiosos da igreja Católica, organizando atividades como as tradicionais renovações, prática de louvor católico, específica das cidades interioranas, grupos de oração e organização de quermesses. A capela aparece inclusive no desenho de três mulheres (duas idosas e uma adulta), quando foram perguntadas o que a comunidade significava para elas.

Sobre mobilização, é percebida a função das mulheres, em especial das idosas, a relação entre mobilização comunitária e transmissão oral da memória comunitária. Nobre (2017), como já foi citado anteriormente, fala sobre as idosas como as guardiãs das histórias da comunidade. No processo de observação, várias idosas falaram sobre histórias do Baixio e que essas histórias reverberam na consolidação da identidade comunitária.

Um dos exemplos¹⁷ vistos durante o percurso com a comunidade foi o evento I Mostra de Saberes do Baixio das Palmeiras, realizada na Casa de Quitéria a partir de uma parceria entre a UBS do Baixio das Palmeiras e a Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva da URCA. Nesse evento, mulheres idosas engajadas em grupos de cordelistas mostraram suas habilidades em mobilizar pessoas a partir da arte do cordel, contando suas histórias e histórias da comunidade, como também partilhando conhecimentos sobre ervas medicinais e práticas tradicionais religiosas de cura, como as benzedeadas e mezinheiras.

Como é afirmado por Giuliani (2003), quanto maior o tempo de moradia na comunidade, maior identidade e coesão social, o que pode ser confirmado a partir dos resultados observados na escala, da qual se inferiu que os maiores índices nas três categorias (união, participação e mobilização) são dos moradores mais antigos. Idosos percebem a comunidade como um lugar de pertença e união, sentem-se estimulados a participar tanto de atividades comunitárias peculiares a cada localidade (grupos culturais e religiosos) quanto de atividades relacionadas à resistência ao CAC.

A maioria dos mapas afetivos de idosos, avaliados por Martins (2020), trazia o elemento união como importante para o fortalecimento do vínculo deles com o lugar. Um dos mapas de uma idosa falava sobre a importância de grupos comunitários, no caso, o grupo da capela, e do apoio entre vizinhos para que a mesma consiga lidar com a situação de luto, vivenciada pela perda do seu marido. Também é ilustrado isso quando um dos moradores adultos médios relata sobre um caso em que os moradores da comunidade se uniram para poder ajudar financeiramente um morador idoso que precisava passar por uma cirurgia, a partir de um bingo comunitário.

¹⁷ Conteúdo retirado de diários de campo das observações realizadas em 2019.

Boa parte das lideranças comunitárias abordadas neste estudo é composta por homens entre 40 e 80 anos, situados na faixa adulto e idoso. Idosos também são sempre presentes em atividades do STTR e são a maioria do público das reuniões da Associação Rural Baixio das Palmeiras, como consta na observação realizada¹⁸. Eles também são engajados em atividades de mobilização das causas comunitárias.

Em contraponto, os jovens apresentam menor coesão social. No elemento união, isso é perceptível nas faixas de 18 a 25 anos, cujos jovens não percebem a comunidade tão unida, mas percebem que há uma boa participação. Já os jovens entre 26 e 33 anos consideram que há uma união na comunidade, mas não há tanta participação, entretanto conseguiram mobilizar a sociedade na luta pelos seus direitos. Isso pode ser compreendido tanto pelo baixo envolvimento em atividades comunitárias de base nesses grupos, quanto que uma faixa populacional tem sua vida laboral engajada na cidade, retornando à comunidade para dormida e descanso no final de semana, não tendo tanto envolvimento com a terra e com as dinâmicas locais, como os idosos.

Já no que se refere à participação, não-nativos mostram uma noção de comunidade participativa maior do que os nativos. Isso pode se dar tanto pela percepção do papel dos movimentos de resistência na garantia de direitos dos atingidos pelo CAC, como pelo engajamento em atividades comunitárias. Já ambas as faixas reconhecem a capacidade de mobilização social das comunidades abordadas, sendo notável a situação de empate na porcentagem das afirmativas.

7.4 RESISTIR E/OU MIGRAR: APROPRIAÇÃO DE ESPAÇO NO HIDROTERRITÓRIO BAIXIO DAS PALMEIRAS

Considerando-se a análise da autobiografia ambiental, de acordo com sua estrutura, pode-se fazer algumas considerações iniciais. Nos elementos textuais, observa-se a narrativa em primeira pessoa do singular ou do plural. Quanto ao tempo utilizado na narrativa, percebe-se a cronologia do passado para o presente; excepcionalmente em uma moradora, a narrativa seguiu o inverso.

Na segunda parte, em relação aos conteúdos explícitos, considerando-se as situações e fatos escolhidos, os eventos descritos se referem à mudança de domicílio, à abordagem do “pessoal do rio” no distrito, às relações entre espaço construído/natural, à representatividade da casa; e à relação casa e a história de vida do morador.

¹⁸ Conteúdo retirado de diários de campo das observações realizadas em 2019.

Na primeira categoria, **mudança de casa**, observou-se satisfação (Quadro 13), principalmente, em moradores do Oitis e em alguns moradores da Chapada. Para os moradores do Oitis, a justificativa se dá pela questão de serem moradores em terras alheias e agora, finalmente, poderem comprar a casa própria. Para alguns da Chapada, a satisfação se deu pela nova localidade, diferente da anterior, cuja acessibilidade era reduzida, havendo também o distanciamento dos serviços como escola e postos de saúde. Isso foi também detectado na aplicação da escala de apego, como discutido no capítulo anterior.

Quadro 13 - Satisfeitos com a mudança da casa

1. Satisfeitos com a mudança da casa	
a)	(M, Oitis): “Eu assinei (+) e eu não achei ruim não, não me arrependi não, foi muito foi bom que eu fiz uma casa melhô (+), que eu nunca ia morá numa casinha dessa (+) é de taipa, mas eu amo minha casa ” (<i>ARARPEGRYLLUS SERRILHATUS</i> , 2019, informação verbal, grifo nosso).
b)	(M, Oitis, indenizada): “Nasci no Baixo do Oitis /.../ criei meus filho tudo lá, /.../ todos seis nasceram lá, (o marido também) nasceu lá. Em 2017 a gente vei pra cá, construímo aqui (+) compremo um pedacin a:: ali (+) e a gente tamo vivo, tamo gostano. /.../ Moro aqui devido o rio, né? (Antes eu) Morava lá /.../ no Baixio do Oitis. Aqui é nosso agora (+). A GENTE VIVIA LÁ, mas não era da gente, /.../ tinha o dono da terra, ele nunca cedeu algum (+) pedacin de chão pra gente (+) e a gente morava lá, né? /.../ Trabalhava nas terra dele ” (<i>ELCANIDAE</i> , 2019, informação verbal, grifo nosso).
c)	(M, Chapada, indenizada): “A gente comprou aqui, esse terreno /.../ ele olhou e disse assim (o marido): ‘Não, aqui é bom, aqui vai ser bom!’ . Compremo e depois já começou a brocar, depois já empretemo a casa pra fazer, os mestre fizeram 12 mil (+) SÓ TRABALHO DELE, né? Máquina (+) pra fazer o chão da casa foi de máquina, /.../ (O dinheiro da indenização) deu, deu, assim porque também a gente não foi se exagerar, porque se fosse se exagerar num tinha dado não, num tinha dado não ” (<i>LOCUSTOPSIDAE</i> , 2019, informação verbal, grifo nosso).
d)	(H, Chapada, indenizado): “/.../ eu tava há quatro anos construindo minha casa, naquele ano eu já tinha... dava até pra casar e tudo, né? Tava só (+) minha casa já tava pronta, só faltava pintura e: e pra dentro de casa mesmo. Eu acho que eu fui o primeiro a:: questão das indenizações, a receber porque eu tinha o interesse de resolver a minha vida. Pagaram direito e tudo! É: eu tirei (+) tudo que eu podia tirar da minha casa antiga pra colocar nessa nova, coloquei, /.../ /.../” (<i>CARABIDAE</i> , 2019, informação verbal, grifo nosso).

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Chombart de Lauwe (1976) realça as diferenças entre o indivíduo proprietário de sua casa e aquele que a alugou, uma vez que as representações do espaço-habitação são diferenciadas, conseqüentemente, não atribuem os mesmos valores e, portanto, não possuem os mesmos sentimentos pela casa. Fato, esse, que pode ser observado pelos moradores da comunidade dos Oitis, cujas casas foram construídas de maneira rudimentar, em terras de proprietário rural nas quais trabalhavam, demonstrando, portanto, satisfação com a mudança residencial. “Para a comunidade dos Oitis foi bom, porque saíram da taipa”, reforça a moradora das Palmeiras e agente comunitária de saúde *Araripelepidotes temnurus* (2019, informação verbal).

Por outro lado, os habitantes insatisfeitos com a mudança trazem em seus discursos dois elementos: o incômodo causado pelo processo de perda da casa, que para os entrevistados é

também a perda de um ambiente significativo na sua história de vida; e insatisfações acerca do processo de pagamento da indenização, considerada insuficiente para alguns, como pode ser visto no Quadro 14:

Quadro 14 - Insatisfeitos com a mudança da casa

2. Insatisfeitos com a mudança da casa	
a)	(H, Chapada): “ (O pessoal do rio) Eles querem pagar uma mixaria. /.../ 20 mil nessa casa e naqueles dois quarto (+). Enquanto uma casa ali /.../, só pa levantar, eles pagaram 70 mil, e querem pagar 20 mil numa casa. (+) E os pé de siriguela, /.../ eles querem pagar uma mixaria também ” (POTAMANTHIDAE, 2019, informação verbal, grifo nosso).
b)	(H, Chapada, indenizado, idoso): “Eu nasci e me criei aqui (+)!Nunca saí daqui /.../ ,nem pra outo município /.../, só aqui no Crato mermo, (+) e principalmente aqui no Baixio (+) onde eu nasci e me criei. Sai da casa do meu pai e fui morar nessa outra casa daqui (+), e tive que sair (+). Lá foi onde eu (+) construí minha família /.../ /.../. Eu não gosto, a mulher vive bem, satisfeita, que gosta de lá. Apesar de ser tudo família perto (+), uns bom vizin (+), mas não (+), não me sinto bem lá /.../ /.../ (+) Aí (+) sempre tem uma história de vida da gente, porque (+) quem (visa) dinheiro (+) tá satisfeito com isso aí (+), quem visa o dinheiro (+) tá satisfeito, porque acha que o dinheiro é felicidade , e pra mim nunca foi felicidade! Recebi a indenização, comprei lá onde eu tô morando agora /.../ comprei mar por causa da da mulher e or menino que queria, mas eu mermo num era satisfeito não /.../). minha casa (+) meu bar, cacimba, cerca, que eu gastei muito com cerca, meu curral, com cocheira, coberto com tudo (+) meu comérciozin, /.../ foi tudo que eu abandonei lá” (STAPHILINIDAE, 2019, informação verbal, grifo nosso).

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Segundo Serfaty-Garzon (2003), a relação entre a apropriação e identidade de lugar advém das práticas executadas neste espaço, pois através dessas atividades, a marca do habitante é nela fixada, tornando-a sua. Essa conexão pode ser observada através do sofrimento relatado pelos moradores desapropriados que construíram a própria casa. Processo que durou anos e no qual cada detalhe revela o cuidado e atenção do habitante.

Sobre a questão da tristeza trazida pelo o processo de mudança, isso corrobora com os dados referentes ao apego, detectados no capítulo anterior. Essa relação também reflete no fomento de movimentos em defesa do território e práticas de resistência à extinção de expressões culturais, como é visto na Casa de Farinha e na Casa de Quitéria.

Na categoria **abordagem do “pessoal do rio”**, em referência à equipe da topografia e do cadastramento, percebe-se, nitidamente, relatos que demonstram a invasão de privacidade.

Quadro 15 - Descontentamento a respeito da abordagem do pessoal do rio

3. Descontentamento a respeito da abordagem do “pessoal do rio”	
a)	(M, Chapada): “Eu estava dentro de casa e vi um homem cercando a casa. Perguntei o que ele queria. E disse que não era assim. Tinha que chegar do portão e se identificar porque aqui é privado ” (CARIRIPEMERA MARQUESI, 2019, informação verbal, grifo nosso).
b)	(M, Muquém): “ Ele entrou fazendo, (o pessoal do rio), (incompreensível) sem pedi licença /.../ cortando, sabe? ” (ARARIPEPHLEBIIDAE, 2019, informação verbal, grifo nosso).
c)	(M, Muquém): “A gente tinha plantado um monte de pé de ipê (+) ali na: (+) ali no [asserim] da: mata (+) que minha sobrinha é: ambientalista e ela trouxe (+) . A gente plantou, ai já tava bem GRANDE e eles contaram TUDO. /.../ (O pessoal do rio) cortaram TUDO, num tem mais nada lá /.../ Ai a gente chegou e disse ‘O que é isso?’ (+) Ai: eles disseram que era o rio (+) que era (+) tavam demarcando

	a terra que o rio ia passar, nós soubemos assim ” (ARARIPEPHLEBIIDAE, 2019, informação verbal, grifo nosso).
d)	(M, Palmeiras): “Fiquei muito abalada, porque (+) a gente não sabia (+), eles começaram, é: destruindo, fazendo caminho aí por trás de minha casa, coisa que a gente nem sabia (+) né? Eu tava aqui em minha casa quando (+) escutei um barulho (+) aí no mato roçando, né? Quando eu saio (+), fiquei assustada (+), fiquei muito assustada (+)! SAI E VI uns caras roçando, aí:: (+) depressa eu fui avisar a minha mãe, né? Fui avisá a minha mãe e falei. Aí ela subiu aqui pra cima (+) e minha irmã também, e a gente vimos. (+) Só que aí eles, muito mal-educado, não queria nem conversa, queria faze o trabalho deles (+) sem pedi permissão, né?” (MESOBLATTINIDAE, 2019, informação verbal, grifo nosso).
e)	(H, Palmeiras): “Porque não é fácil você tá em sua casa, em sua residência, naquela luta /.../ e veno como é que tá a situação. Quando a gente (+) ca-i na real, /.../ você tá em sua casa e ser desacatado da forma que nois fumo /.../ .../ E quando a gente chegou da roça, que a gente sono todos agricultor, graças a Deus samo agricultor (+)! ” (BLATTULIDAE, 2019, informação verbal, grifo nosso).

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Vilel-Petit *et al.* (1976) expõem algumas reflexões sobre o processo de desapropriação: a violência feita através da realocação forçada de pessoas que sentem que, na verdade, é a sua continuidade que está sendo ameaçada; e a ignorância das conexões entre a pessoa e o ambiente, criando-se obstáculos para apropriação de determinados espaços construídos.

Como relatado no capítulo dois, a abordagem inicial do grupo enviado para fazer a medição da área de impacto do CAC se deu de forma inadequada. Não houve um diálogo prévio com os moradores, nem foi explicado aos moradores sobre o que aquela visita se tratava, nem pedido permissão para entrar. O termo invasão também aparece em outras pesquisas feitas na região, mostrando como essa abordagem foi nociva para a população afetada.

Damasceno (2017) registra que a narrativa das histórias vem acompanhada pelas emoções ocasionadas ao vivenciarem aquelas experiências, e, portanto, infere que todo contexto autobiográfico ambiental é afetivo. Afetividade, esta, demonstrada nos relatos da categoria **representatividade da casa**. Aparecem referências à infância, ao entorno da família, ao significado de construir aquele imóvel, tendo-a como refúgio.

Quadro 16 - Representação da casa

4. Representação da casa	
I INFÂNCIA E ACONCHEGO DA FAMÍLIA	
a)	(M, Muquém): “Porque lá foi onde eu nasci, né? Me criei lá, né? Nasci lá (+) com meus pai e meus irmão (+), se criemo tudo lá (+)! Eu casei, fiquei morano lá. Tem um significado pra mim muito bom, né? A infância lá, que foi muito bom /.../ ” (COSTALIMELLA NORDESTINA, 2019, informação verbal, grifo nosso).
b)	(M, Palmeiras): “Minha casa representa pra mim porque (+) eu nasci e ME CRIEI AQUI (+), nunca fui pra /.../ outros, né? (+) Lugares (+) e:: (+) ela representa (+) tudo /.../ não sei, eu acho que é porque (eu fico nesse casa) (+) e e:: por causa dos meus pais, né? Minha família, que é todos irmãos aqui, tudo arrodado de família, né? E:: (+) sou muito (+) apegada a eles, não ME VEJO (+) longe deles. Aí, moro aqui nessa casinha, mas eu (+), todo tempo eu tô lá, né? (+) Aí (+) pra mim é é (+) é isso aí ” (UMENOCOLEIDAE, 2019, informação verbal, grifo nosso).
c)	(M, Palmeiras): “ Construímos esse (+) pedacinho aqui, que é tudo na minha vida. (+) E então, e:: (+) é muito (+) assim, pra mim é como se fosse um pesadelo, né? É é é saber que um dia (+) a gente poderíamos sair daqui (+) e sem ter pra onde ir (+) né? Ir pra longe de meus pais (+) e tudo na vida da

	gente, do meus irmãos (+) que aqui é tudo uma família muito unida, né?” (<i>MESOBLATTINIDAE</i> , 2019, informação verbal, grifo nosso).
d)	(M, Oitis): “ Eu nasci aqui nesse chãozim aqui (+) quando eu fui pra lá, /.../ já era mãe desse menino tudim” (<i>ARARPEGRYLLUS SERRILHATUS</i> , 2019, informação verbal, grifo nosso).
e)	(H, Muquém): “Que se chegar alguém e disser (incompreensível) se valesse 500 reais e dissesse ‘te dou mil!’ A gente num dava, tá entendendo? ‘Eu te dou dois milhões, um milhão!’ Num tem dinheiro que pague! É o nosso refúgio, aqui a gente pensava que era pra filhos e netos (+). Quando minha mãe morreu tava na construção dessa casa, eu só num tô tão triste, tão triste...” (<i>ARARIPEGOMPHIDE</i> , 2019, informação verbal, grifo nosso).

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Ximenes e Moura Junior (2013) descrevem um perfil de comunidades rurais, baseado no projeto que desenvolvem nesses ambientes em que explicitam a existência de relações afetivas consistentes entre os moradores, familiares e vizinhos; e, da mesma forma, sentimentos positivos relacionados às comunidades, apesar das dificuldades de acesso à educação, à saúde e a outros serviços básicos.

Vilela-Petit *et al.* (1976) explica que em um processo de apropriação de espaço, este tem que ser vivido, concebido segundo a imagem de seu habitante que o transforma. No relato abaixo, verifica-se a singularidade do processo de construção de uma casa para um morador.

(M, Chapada): Há cinco anos... mas /.../ ela começou a construir: (+) há mais de 10 anos. Assim, porque: (+) nois casamos (+) e aí começamos... antes até do casamento a gente já tinha começado lá a construir. E aí: /.../ nos casamos e eu fiquei na /.../ casa de minha mãe (+) e ele ficou na casa da mãe dele, pra que a gente desce continuidade a obra, né? E aí fomos fazendo de pouco, tentamos fazer (+) um empréstimo, mas aí não deu certo. E aí (+) demos continuidade (+) a construção. Fizemos. Aí tive um primeiro filho (+), e aí aqui na casa da minha mãe (+) meu bebê não sobreviveu (+). Aí tive o segundo filho (+), que também foi na casa da minha mãe (+). E aí continuei na casa da minha mãe e o sonho de í pra minha casa, né? Sempre nessa luta. Eu trabalhava dois expediente, meu esposo também. A gente (+) abriu mão de (+) de toda: (+) todas as partes de festa, de tudo, pra construir essa casa, né? E aí, quando eu engravidei (+) da menina /.../, em março, eu fiquei grávida. E em agosto (+) eu fui pra uma reunião (+) lá no ginásio, que foi na escola aqui, Municipal (+). E aí /.../ a gravidez (+) era o sonho meu. Era assim, quando eu tivesse a minha filha eu já ia mora na minha casa e, de fato, isso aconteceu. Minha menina vai completa seis anos (+). E aí, em agosto, eu fui pra lá, pra essa reunião, e tive a (+) a notícia (+) que: a minha casa ia ser demolida /.../. Fizemos a construção da casa, e aí (+) compramo tijolo pra murar, pra ter mais (+), uma certa, segurança. Porque eu tenho crianças pequena e tudo. Mas, infelizmente, /.../ de vez em quando arrebenta essa história do Cinturão das Águas, e aí eu (+) acabei não fazendo o muro” (*CRETEREISMA*, 2019, informação verbal).

Verifica-se a importância da casa, em cada detalhe construído, cada suor derramado. Conforme Tuan (1983), o lugar adquire significado para o adulto, pois com o tempo se desenvolve sentimentos, de forma que “[...] cada peça dos móveis herdados, ou mesmo uma mancha na parede, conta uma história” (TUAN, 1983, p. 37).

Semelhantemente à pesquisa de Carvalho e Silva (2018) sobre os atingidos pela Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães, evidencia-se também a existência de dois grupos de moradores desapropriados: aqueles com forte sentimento positivo em relação à casa abandonada e à vizinhança; e aqueles com sentimentos negativos. No caso do distrito Baixio das Palmeiras, verifica-se que todos os moradores desapropriados da comunidade Baixio dos Oitis relatam, apesar de alguns sentirem saudades, sentimentos de felicidade por, finalmente, terem sua casa.

O que foi encontrado durante o processo de autobiografia ambiental, novamente reflete nos índices levantados na escala de apego aplicado no capítulo anterior. Na qual os moradores de Palmeiras e Muquém mostraram porcentagens expressivas nos itens voltados ao apego e à identidade comunitária. Em contraponto do que foi observado em Oitis, que apresentavam maiores índices em respondentes referentes à dimensão casa.

Como pode ser observada, essa forte vinculação entre o significado da casa com o planejamento e construção dela, aparece intercalando com as benfeitorias realizadas, com as plantações feitas, dentre outros elementos agregadores, o que pode ser percebido na categoria Espaço construído/Espaço natural (Quadro 17).

Quadro 17 - Espaço Construído/Espaço Natural

4. Representação da casa	
II ESPAÇO CONSTRUÍDO/ESPAÇO NATURAL	
a)	(H, Palmeiras): “AÍ CONSTRUÍ essa daí (+) com (+) madeira mermo. (+) Aí eu digo ‘ Um dia eu faço uma’. AÍ COMECEI UM TEMPO (+) com o pessoal aqui, aí ele disse: ‘ Nois bate o tijolo’. Aí foi batido no tijolo aqui : nesse mermo canto da casa aqui (+) pode dize. Aí /.../, quando deu uma brechinha /.../, favoreceu uma coisinha: O TEMPO, né? De... de:: (+) de umas apurado que a feiz de roça, de algum bicho que a gente tinha (+). Eu fui e construí essa /.../ Essa casa aqui eu (+) tive (+) esses ano todin nela (+) com a família (+) . Cuidei de gado, cuidei de roça (+) e:: sempre recibi um amigo aqui (+). As pessoa que: (+) que gostava da gente, fazia um negócio , sempre vinha pra cá, e::u (+) fazia o jeito de (+) O JEITO HOSPITALEIRO, né? De trata das pessoa bem (+) e:: (+) e a a PRÓPRIA FAMÍLIA, né?” (KARENINA LONGICOLLIS, 2019, informação verbal, grifo nosso).
b)	(M, Oitis): “ Ele derrubou (+), derrubou a casa (o governo). E as seriguela ainda existe, onde a gente (+) construía os pé de planta (+). E tá lá ainda! Mas (+) a lembrança continua (+) não sai da memória não. CHOREI TANTO no dia que eu saí, /.../ chorei demais ” (ELCANIDAE, 2019, informação verbal, grifo nosso).
c)	(M, Muquém): “Porque aí muitas pessoas se deslocava pra cá pelo: (+) pelo o nosso terreno e agora vai dar uma rodeio IMENSO que vão ter que andar pelas estrada, né? E (+) eles andava por dentro do nosso terreno, e: (+) amenizava até: os passos pra crianças vim até a escola, e agora vão ter que ir pela a estrada, BEM mais longe ” (MAKARKINIDAE, 2019, informação verbal, grifo nosso).

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Moser (2018) ressalta que as características físicas de um ambiente estão em interdependência com as características sociais e humanas do espaço real, de forma que mesmo que existam carências ambientais, estas são compensadas pela qualidade das relações com a vizinhança.

Como mostra a primeira fala, as relações de vizinhança também são um elemento importante para compreender a relação dos sujeitos com suas comunidades. A rede de apoio estabelecida em algumas comunidades, assim como as atividades comunitárias (grupos religiosos, culturais e de resistência), fortalece a identidade do sujeito enquanto morador daquela comunidade e daquela residência. Chombar de Lauwe (1976) revela que estudar apropriação de espaço referindo-se ao ambiente casa pressupõe também o olhar sobre o entorno, como as relações de vizinhança.

Na segunda fala analisada, novamente o elemento construção aparece como parte da história de vida do morador. O ato de construir a casa e ver na mesma a sua história acontecer fortalece os vínculos afetivos do sujeito com o território. Nos gráficos de apego, isso se reafirma quando observamos que nativos possuem maior nível de apego, identidade e satisfação residencial do que não-nativos, e esses dois públicos possuem porcentagens semelhantes no que se refere à mobilização social.

Nas últimas falas, novamente o elemento da forma de abordagem inicial dos moradores sobre o processo de desapropriação manifestou-se. A tristeza em ter que sair da habitação contra a vontade e os problemas quanto à adaptação a um novo território são fatores que causam bastante tristeza e angústia para os moradores.

A intensidade do sofrimento causado pelo processo também é preciso ser entendido a partir do tempo. Em relação à dimensão temporal, a casa está vinculada à **história de vida**, como criação dos filhos, convivência com a família extensa, herança dos pais e tempo vivido no passado.

Quadro 18 - Relação com a história de vida

5. Relação com a história de vida	
a)	(M, Oitis): “Nasci no Baixo do Oitis, (+) município de Crato, (tenho) 55 ano, /.../. Criei meus filho tudo lá, /.../ todos seis nasceram lá , (o marido também) nasceu lá” (ELCANIDAE, 2019, informação verbal, grifo nosso).
b)	(M, Muquém): “Tem quase 50 (que moro aqui). Aí aqui eu vivo feliz porque aqui:: (+) a casa foi ele que feize (+) ! Eu paguei muito /.../, pagava renda todo ano. Depois que ele morreu foi que eu fiquei pagano ” (HEXAGENITIDAE, 2019, informação verbal, grifo nosso).
c)	(M, Chapada): “/.../ Era, o sonho meu era assim: quando eu tivesse a minha filha eu já ia morá na minha casa. E, de fato, isso aconteceu. Minha menina vai completá seis anos (+). E aí, em agosto eu fui pra lá, pra essa reunião, e tive a (+) a notícia (+) que:: a minha casa ia ser demolida /.../ ” (CRETEREISMA, 2019, informação verbal, grifo nosso).
d)	(M, Chapada): “Quando eu me casei (+), eu fui mora ali embaixo (no Baixo das Palmeiras). (Antes) morava na casa de minha mãe /.../ e meu pai. /.../. Depois que nois construímo (+), viemo pra cá. /.../ Já vai fazé 49 ano ” (OLIGONEURIIDAE, 2019, informação verbal, grifo nosso).
e)	(M, Chapada): “Nasci e me criei lá. Era uma casa de taipa (+). Aí::, aos poucos, a gente foi se organizano (+) . Eu, mamãe...papai faleceu, mas mamãe foi se organizando e eu sempre mais ela (+). Aí a gente foi derrubando a casa de taipa pa (+) melhorar, né? Fazer de tijolo. Aí fazia um quarto de tijolo, no outro ano fazia outro quarto. A gente construiu toda uma (+) uma história lá (+). Aí (+) veio o Cinturão das Águas, aí pronto /.../! A gente ainda sobe pra lá, lá é só mato (+) . A gente aproveitou a madeira, aproveitou telha, aproveitou tudo, mas a gente ainda sobe pra lá (+) pra matar a saudade, e é

	porque não tem mais nada lá, só os tijolo, né? Essas coisa tudo caído, as fruteira” (<i>CARIRIEPHEMERA MARQUESI</i> , 2019, informação verbal, grifo nosso)
f)	(M, Oitis): “As menina diz: ‘Mãe, mãe achava melhor lá ou aqui? Eu disse: ‘Aqui é bom, mas eu não ESQUEÇO (+) do meu tempo, /.../ não esqueço de jeito nenhum! ’. De vez em quando eu vou lá, ATÉ LÁ MESMO . Porque assim, depois que a gente saiu, o mato toma de conta (+), tá um deserto lá agora /.../. Mas (+) a lembrança continua (+), não sai da memória não. CHOREI TANTO no dia que eu saí, /.../ chorei demais! (O esposo) Ele achou bom a morada aqui (+), mass sempre vai lá /.../. Ele sente (saúde). /.../ Aí, eu sei que /.../ é uma lembrança tão forte, tão grande, sei lá:: (+). Mas (+) tamo vivo aqui /.../” (<i>ELCANIDAE</i> , 2019, informação verbal, grifo nosso).

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Como pode ser observado na maioria das falas expressas por idosos, a construção da trajetória de vida no território é um fator importante para a manutenção do indivíduo no local. Conforme é apontado por Guiliani (2004, p. 159) sobre as relações de apego de idosos a um lugar,

Na verdade, pode-se conjecturar que a necessidade de segurança e proteção prepondera durante determinadas fases da vida (por exemplo, infância e velhice), enquanto outras necessidades emergem mais energicamente na adolescência e em vários estágios da vida adulta (por exemplo, exploração, afiliação, auto-expressão, etc.). O forte apego que os idosos manifestam em direção ao lar pode, portanto, ser compreendido como o ressurgimento da necessidade dominante de segurança e proteção (GIULIANI, 2004, p. 159).

Novamente, os dados da autobiografia se equiparam aos dados encontrados na aplicação da escala de apego, na qual os idosos obtiveram maior coeficiente em todos os itens avaliados na variável idade, a saber apego, identidade, mobilização e satisfação residencial.

As histórias aqui relatadas foram vividas em um contexto de liberdade, convivência com o rural, alimentação das fruteiras, como manga, seriguela, água de coco; além do riacho e da água. As mesmas aparecem como **elementos ambientais** (Quadro 19) presentes na narrativa, que demonstram a presença do ambiente na vida das pessoas.

Quadro 19 - Elementos ambientais

6. Elementos ambientais	
a)	(M, Chapada): “ Eu tô (feliz por morar nessa casa nova) (+). Tô porque aqui tem bastante manga, manga espada (+) . Bastante castanha! Meu fi tirou esse ano (+), só aí nos pé de caju (+), ele tiro (+) seis saco de castanha /.../. Aí tem (+) tem siriguela, tem pitomba, tem (+) todo tipo de fruta (+) e planta” (<i>BOURETIDAE</i> , 2019, informação verbal, grifo nosso).
b)	(H, Chapada): “::, eu vivo da agricultura. /.../ (O terreno tem) Na faixa de 35 pé de siriguela, /.../ seis pé de coco. (O pessoal do rio) Eles mediram tudo: (+) casa, terraço, calçada, cacimba (+), até o chiqueiro que tinha eles mediram tudo” (<i>POTAMANTHIDAE</i> , 2019, informação verbal, grifo nosso).
c)	(H, Palmeiras): “ Tem um umas água que é:: subsolo, né? Água de subsolo, mair (+) tu-do feito de alvenaria (+). Bomba ligada, um reservatório com (+) 45 mil lito, que foi feito (+) pa abastecimento d’água. Aí em alguma horta lá no (+) alguma coisa aí pra baixo que tem no:: (+) no terreno, que /.../ a gente precisa sempre /.../ (A casa) Era lá (+) do outro lado da estrada. Esse riacho todo ano ele bota uma cheia (+) boa /.../. Aí a casa era antiga (+) era mais ou menos que nem a casa de Quitéria (+), casona grande! ” (<i>KARENINA LONGICOLLIS</i> , 2019, informação verbal, grifo nosso).
d)	(H, Palmeiras): “Essa minha ali ((aponta)) (+) ela não é de alvenaria, ela é de taipa (+) e a casa de taipa pra eles (+) não é casa (+), é um rancho /.../ Nesse Baixio tá chei de fava madura! (+) /.../ Só esse ano nois vendemo mais de 40 milheiro de milho verde, tudo botano na cidade pra eles comer

	/.../. O que eles tem na mesa dele é nois, pequeno agricultor /.../, que bota dentro do prato dele (+). Paga baratim, nois tira o ano todim /.../” (BLATTULIDAE, 2019, informação verbal, grifo nosso).
e)	(M, Oitis): “Nois morano no Baixio do Oitis (+) por causa que (+) quando eles vieram, disse que a casa não era pa ninguém arruma:: (+), aí nois (+) também não liguemo, pensando que eles viam logo, né? Orxe, a casa nesse inverno começou (+) a quere cair. (+) Aí meu fitinha feito essa casa aqui, aí disse: ‘Mãe vai pra lá (+) enquanto vem (+) alguma coisa do rio pa mãe faz a de mãe /.../. Aí eu disse (+) ‘eu vou caí debaixo de (+) da casa cair por cima’. Aí eu vim pra cá (+) no tempo do inverno /.../ Então, aí disse: ‘Não é pa arruma nada, se arruma perde! Aí nois ficuemo com aquilo na cabeça (+). Orxe, a casa caiu!’ ” (EPHEMERIDAE, 2019, informação verbal, grifo nosso).
f)	(H, Muquém): “A gente tinha plantado um monte de pé de ipê (+) ali na: (+), ali no [asserim] da mata (+), que minha sobrinha é: ambientalista e ela trouxe (+)! A gente plantou, ai já tava bem GRANDE e eles contaram TUDO ” (ARARIPEGOMPHIDE, 2019, informação verbal, grifo nosso).

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Como pode ser observado nas falas demonstradas, os elementos do meio físico, como a água, as plantações e jardins, também são importantes para a manutenção e fortalecimento da relação pessoa-ambiente no caso analisado. Adiante será mencionado novamente o que é dito por Tuan (2012) sobre a topofilia do agricultor, que por ter na terra um elemento que lhe nutre, de onde tem o seu sustento e alimento, elemento que faz parte de sua trajetória, a natureza se torna uma dimensão muito benquista para o mesmo.

Nos relatos captados, foi percebido que toda essa vivência é cognitiva, comportamental e afetiva. Tais afetos aparecem na categoria **Sensações e Sentidos** (Quadro 20). Como sentimentos positivos tem-se apego, sonho, saudade e resolutividade. Como sentimentos negativos aparecem, predominantemente, injustiça, seguido de incerteza, insegurança e medo; ocasionando prejuízos à saúde física e mental dos moradores, como insônia, ansiedade, nervosismo e depressão.

Quadro 20 - Sensações e sentidos

7. Sensações e sentidos	
I POSITIVOS	
a)	Apego (M, Palmeiras): “ Minha casa é uma casinha bem simples, bem humilde, mas pra mim (+) é o meu canto, é o meu (+) né? Meu lar:: do jeito que for /.../ É MEU, né? Chei de pedra, não é /.../ num local bom, mas (+) é (+) é meu, né? Tenho muito amor, tenho muito:: (+)! Foi construída com muito sacrifício (+), porque (+) financeiramente, a gente não tem condições. Aí, por isso /.../, sou muito APEGADA mesmo, sou (+) de (+) de alma mesmo ” (UMENOCOLEIDAE, 2019, informação verbal, grifo nosso).
b)	Resolutividade (H, Muquém): “ Foi um valor justo, eu num vou dizer nem que foi abaixo nem acima. Foi assim, foi um valor justo! Eu fiquei satisfeito! Depois de tudo, eu fiquei satisfeito, porque (+) RESOLVI minha vida. Talvez se hoje tivesse brigado com Governo, que eu sei que (+) num adianta, uma hora ou outra a justiça vai decretar que você vai ter que sair e você vai sair (+)! E talvez eu nem recebesse o valor que eu recebi, talvez que eu recebesse era abaixo se eu num negociasse, porque essas coisas, quando você meche com justiça é desse jeito. Aí por isso que eu tomei a frente de RESOLVER a minha situação /.../” (CARABIDAE, 2019, informação verbal, grifo nosso).
II NEGATIVOS	
a)	Injustiça (H, Palmeiras): “Pega, pega aqueles senhor de casa /.../ Quando mediu aqui que vê que é só gente fraco, não vai passar lá! E se vire! (+) Corra quem puder correr (+), é por isso que deixa a gente indignado, porque (+) a gente é pobre, a gente é simple sim (+), mas a gente é humano, a gente tem história (+). Tudo que nois colhe nesse Baixio /.../ esse povo não tem sentimento, esse povo não tem família (+), esse povo não tem coração!” (BLATTULIDAE, 2019, informação verbal, grifo nosso).

b)	“ Eu fico muito triste em saber que um dia (+) a gente sai daqui (+) !NINGUÉM SABE PRA ONDE, né? E esse essa casinha aqui, esse pedacin de chão é tudo (+) na minha vida /.../ Não gosto nem de (+) pensá muito, porque (+) é muito (+) sofrimento pra mim (+) ” (<i>Mesoblattinidae, M, Palmeiras</i>).
c)	Injustiça (M, Chapada): “ Então (+), tem toda nossa história ali (+), e e eu não acho justo (+) assim, por mais que eu saiba que vá beneficiar uma outra (+) uma outra comunidade, ou ou uma grande população, mas eu não acho justo mexer com alguém (+) que já está no que é certo! Porque eles podiam desviá e eu sei bem que: (+) pra desviá (+) eles /.../ poderiam fazer isso” (<i>CRETEREISMA, 2019, informação verbal, grifo nosso</i>).
d)	Insegurança, Injustiça e Incerteza (M, Chapada): “...a casa e vim morar no sítio, até porque é um lugar mais sossegado, tranquilo, né? Que meus filhos pudessem ter a tranquilidade, de onde eu fui criada, porque eu fui criada aqui. Mas aí, infelizmente (+), não sei, eu não tenho tanta segurança /.../ isso me machuca demais! É é como se: (+) eu já tivesse a certeza (+), e aí eu não consigo mais tê calma pra passar po meu menino. Então (+) eu tô me policiando demais, pra que eu não fique (+) tão nervosa e me passe (+) tanta tristeza, porque: (+) tava de um jeito, que quando meus meninos vê alguém diferente: ‘Mãe, é o homem do (+) do rio, /.../ eles vão derruba nossa casa!’. Assim, sabe, aquela incerteza, até porque...” (<i>CRETEREISMA, 2019, informação verbal, grifo nosso</i>).
e)	Fatalismo (M, Chapada): “ Aí pa tá nessa pendenga, briga com o governo, /.../ não adianta (+)! Já que vem mesmo o Cinturão das Águas, então... ” (<i>CARIRIEPHEMERA MARQUESI, 2019, informação verbal, grifo nosso</i>).
f)	Medo (H, Chapada): “ Ela ficou muito alterada (+), até hoje qualquer coisinha (+) ela fica toda se tremeno. /.../ Ela... ela ficou mal, /.../ ainda tava recente da lembrança do meu pai. /.../ Ela ficava muito agitada (+), ficou com medo de sair. Ela tem medo de sair daqui /.../” (<i>POTAMONTHIDAE, informação verbal, grifo nosso</i>).
g)	Depressão e Insônia (M, Muquém): “ EU SAÍ DE LÁ, eu adoeci, /.../ eu adoeci quando eu saí de lá (+) pra vim pra cá (+). MAS QUANDO EU VOU PRA LÁ parece que meu coração tá é lá /.../ ! Adoeci, tipo que nem uma (+) depressão que deu /.../. Eu tava com uma ansiedade muito grande (+), eu não dormia (+). Passei: (+) mais de semana sem dormi ” (<i>COSTALIMELLA NORDESTINA, 2019, informação verbal, grifo nosso</i>).
h)	Perda (M, Chapada): “ Aí quando foi que aconteceu isso. EU que disse a ele que não precisava mais (tirar os tijolos). /.../ (Ele) pegou uma alavanquinha assim e foi tirar o tijolo. A PAREDE caiu e ele não sabia nem que eu tava em casa ou quem não tava ” (<i>LOCUSTOPSIDAE, 2019, informação verbal, grifo nosso</i>).

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Sobre a dimensão dos sentimentos e sensações, temos como reforço a compreensão dos sentimentos descritos nas autobiografias ambientais, os dados apresentados tanto na escala de apego aplicada nesta pesquisa como no mapeamento afetivo realizado por Martins (2020).

Sobre o primeiro, foi visto que as pessoas mais apegadas e com maior predominância de respondentes de identidade também são as pessoas que mais sofrem, como o exemplo do sofrimento dos idosos no que se refere à situação de desapropriação. Sobre a pesquisa de Martins (2020), como afirmado no capítulo anterior, a estima contrasta, que possui relação com sentimentos ambíguos do sujeito com o lugar, está situada em dois polos: pertencimento, relacionado à comunidade, e insegurança, relacionada ao CAC. Essa situação de insegurança desencadeia os sintomas que foram listados no processo de autobiografia ambiental, como insônia e tremores.

No próximo tópico a ser analisado (Quadro 21), é possível notar o aparecimento das **figuras de influência** nos relatos analisados. Sendo essas a mãe, a família e as lideranças comunitárias.

Quadro 21 - Fontes de influência

8. Fontes de influência	
a)	(M, Oitis): “Aí ele disse: ‘Por causa da sua mãezinha, a senhora quer receber o dinheiro ou quer se arretirar daqui por uns tempo?’ Nois aluga uma casa e a senhora vai.’ Eu disse: ‘Não (+)! Eu quero receber a indenização (+), eu faço uma casa e ali mermo eu fico, /.../ pelo meno eu faço uma coisa mais melho pra mim está com minha mãe. /.../ Só que não foi melho porque o dinheiro não deu pa eu construí (+), pra eu compra (+) o terreno e fazer a casa, porque eu moro no terreno dos outro” (ARARPEGYLLUS SERRILHATUS, 2019, informação verbal, grifo nosso).
b)	(M, Muquém): “(Sobre sair da casa para outra) /.../ Eu vou, porque /.../ no meio de minha família aí é que eu fico mais perto! E vou ficando mais de idade cada vez mais. Ali qualquer coisinha elas tão perto d’eu, mais perto (+) que mora tudo pertim” (HEXAGENITIDAE, 2019, informação verbal, grifo nosso).
c)	(H, Chapada): “O (+) Liro, ele é quem (+) é o cabeça. Se não fosse por ele.. Sempre que tinha alguma reunião /.../ ele vinha aqui avisar” (POTAMONTHIDAE, 2019, informação verbal, grifo nosso).

Fonte: elaborado pela autora (2020).

É visto também nos capítulos anteriores deste estudo a importância dos equipamentos sociais e dos movimentos de resistência, não só na defesa dos direitos da comunidade como também na promoção de ações de educação ambiental e fortalecimento de práticas culturais. Uma novidade nos discursos são os relatos sobre figuras de referência familiar, como as mães.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou uma discussão teórica e prática sobre os impactos produzidos pelo processo de migração ambiental compulsória, suscitado pela implementação de um projeto hídrico (Cinturão das Águas do Ceará), no hidroterritório Baixio das Palmeiras, distrito de zona rural do Crato, município do Ceará.

No primeiro capítulo, procedeu-se a identificação do distrito e das comunidades pesquisadas. O cenário desta pesquisa é em ambiente rural caririense, onde foi observado durante a construção dessa contextualização as especificidades socioambientais das comunidades apontadas. Nos capítulos teóricos foram abordadas as principais temáticas pesquisadas: políticas de gestão das águas, conflitos socioambientais, migração compulsória e relação pessoa-ambiente. E na metodologia os principais caminhos percorridos para a construção desse estudo.

Os dois primeiros tópicos de resultados componentes deste estudo suscitavam reflexões sobre aspectos de gestão; no primeiro observa-se a percepção dos gestores públicos do CAC e no segundo é apresentado o Fórum Popular das Águas do Cariri, instância de controle social criada pelos movimentos sociais locais para monitorar as ações do CAC nas comunidades afetadas.

O crescimento econômico e o desenvolvimento territorial colocam desafios constantes na gestão de políticas públicas no nordeste brasileiro, considerando a escassez hídrica e convivência com o semiárido como uma questão de saúde pública e garantia da continuidade da vida para as gerações futuras. O aumento da demanda por água em virtude da globalização e conseqüentemente do processo de expansão econômica tem gerado debate sobre o uso sustentável desse recurso. Verifica-se que o crescimento populacional e a crescente necessidade por água implicam na necessária gestão do recurso, de forma a garantir a quantidade e qualidade para usufruto atual e para as gerações futuras.

Considerando a necessidade de prover segurança hídrica para a população, reconhece-se a necessidade do empreendimento. O fato, em questão, é que a projeção deixou lacunas em determinados aspectos essenciais e a implementação foi mal planejada pela equipe e desenvolvida sem a participação dos reais interessados, o que, caso contrário, poderia ter minimizado os conflitos estabelecidos.

A construção de um projeto hídrico não é somente uma questão de arranjos materiais, mas também envolve, principalmente, a organização social dos moradores das localidades afetadas por essas obras. A negligência na observação das características ambientais locais e da

realidade da população na ocupação do território garante o surgimento de conflitos socioambientais, nos quais a articulação entre comunidade, sociedade civil e outras organizações são primordiais para garantia dos direitos civis e humanos das pessoas excluídas dessas políticas, discriminadas quanto ao seu direito de participação na gestão governamental.

Certamente que a água atende a múltiplos interesses e necessidades humanas; antes considerada recurso infinito, baseando-se na crença de mananciais inesgotáveis. Hoje, sabe-se, em decorrência das mudanças climáticas, que há a diminuição da disponibilidade hídrica e, portanto, é necessário um sistema de gestão das águas.

É notório que estamos longe ainda de uma gestão efetivamente participativa. Entretanto, avanços foram dados ao longo dos últimos anos. Por sua vez, apesar de todas as discussões sobre mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável, sustentado e incluyente, essa perspectiva ainda está em desuso no cotidiano das pessoas e das instituições, alienadas sobre o curso da vida, presas em uma relação temporal que somente considera o momento presente. Como ocorre nas desterritorializações, desapropriações e migrações compulsórias, o passado das pessoas, sua história de vida e memória é desconsiderado, negado, atribuído nenhum valor, como se fosse apenas um objeto com o qual se pode movimentar, segundo interesses diversos.

Alguns gestores reconhecem a implementação enviesada do projeto nas comunidades do distrito e percebem a importância de considerar o impacto social nas políticas públicas, para que a tomada de decisão se aproxime mais dos atores efetivamente envolvidos.

As pessoas não desejam a estagnação do crescimento econômico; que a obra não seja executada, mas que elas possam fazer parte desse desenvolvimento, como cidadãos de direito, tendo suas propriedades respeitadas nos aspectos materiais e imateriais que as conectam com seus territórios, suas famílias, através de seus antecessores e descendentes, sua vizinhança e sua comunidade, bem como a rede de apoio, de afirmação identitária e de proteção.

Sobre o FOPAC, a fim de compreender o caminho realizado desde o planejamento do projeto e a consequente manifestação social organizada pelas comunidades, alicerçada no apoio de vários segmentos sociais, realizaram-se entrevistas com os atores sociais envolvidos, tanto os gestores/técnicos como as lideranças comunitárias. Observou-se que a polêmica gerada em torno do projeto possui elementos convergentes na percepção dos dois grupos. Considera-se que a obra é um empreendimento importante, mas aponta-se que há o reconhecimento da inabilidade dos técnicos da topografia e do cadastramento na abordagem aos moradores, tanto que a equipe foi substituída. Constata-se também a presença da organização comunitária desses moradores, identificados como “politizados, tradicionais e cheio de ambientalistas”.

Como pode ser observado, durante a trajetória de construção do Fórum Popular das Águas do Cariri, a comunidade passou por vários entraves por conta de uma obra pública de viés impositivo, sobre o qual não houve acordo ou comunicação social com o governo. O FOPAC surge, então, com essa iniciativa de proporcionar ambiente alternativo aos espaços governamentais, tendo em vista que não houve a possibilidade de os moradores participarem, de fato, do controle social do empreendimento em estudo.

No espaço do fórum, os moradores, que já possuíam em sua história a cultura de participação, conseguiram, a partir dos movimentos sociais de base, criar um espaço de estímulo à participação e ao engajamento com as temáticas emergentes. Para além das demandas referentes à desapropriação, o FOPAC possibilitou também discussões com foco na defesa do ambiente físico. Logo, o espaço do FOPAC é um espaço que também promove estratégias de educação ambiental na comunidade. Essas transformações são processos lentos, pois é necessário trabalhar as crenças que mantêm o comportamento e ao mesmo tempo, desenvolver um trabalho coletivo que apoie os novos paradigmas e dê sustentação as novas condutas.

Conforme foi dito no Fórum Mundial de La Haye, Holanda, maio de 2000, muitas lutas seriam travadas, motivadas pela água (WORLD WATER COUNCIL, 2000). No Brasil, em várias regiões e pelos mais variados motivos, produzem-se conflitos socioambientais, levantam-se hidroresistências pelo direito ao acesso e uso da água.

Logo, é visível que o processo de hidroresistência no Baixio das Palmeiras é concreto, tendo como foco a defesa dos patrimônios materiais e imateriais desse hidroterritório. Mudam-se os atores, mas o cenário permanece o mesmo. Se não for pela mobilização e resistência, não há como dar voz as desigualdades sociais perpetuadas ao longo da história. Quais as custas desse desenvolvimento que é um imperativo para conceber ambiente como mercadoria e as populações tradicionais como empecilho ao progresso?

Através de processos de debates, conscientização e informações sobre a problemática da água, os indivíduos adquirem conhecimentos e instrumentos de participação que possibilitam a busca pelo exercício de seus direitos e a capacidade de influir nas ações estatais.

No terceiro tópico foram abordados resultados do processo de aplicação da escala de apego ao lugar. Para isso, foram analisadas as categorias apego, identidade, coesão social e satisfação residencial, partindo das variáveis: localidade, gênero, faixa etária e natividade. Por fim, no quarto artigo, foram trabalhados os sentimentos e histórias de vida dos moradores, através da metodologia autobiografia ambiental.

Na investigação realizada, destacaram-se a coesão dos moradores e o empoderamento da comunidade, expressos na participação e mobilização social. Essa movimentação deu

visibilidade as externalidades negativas dos grandes empreendimentos que ignoram os condicionantes sociais e, conseqüentemente, provocam adoecimento.

A dinâmica dessa relação intracomunitária estimulou a investigação dos níveis de apego ao lugar e identidade dessa população. Aspectos psicossociais percebidos nas interações foram confirmados nos resultados obtidos pela escala. Os resultados demonstraram a existência de fortes laços afetivos em que os homens revelaram ser mais apegados ao lugar do que as mulheres e os idosos mais do que os jovens.

Os moradores do Muquém são os mais satisfeitos com as suas casas e a relação de apego entre os nativos e os não nativos é praticamente equivalente. De uma forma geral, os resultados da escala corroboraram com os dados obtidos nas entrevistas e autobiografias ambientais. Portanto, evidencia-se que a qualidade das relações entre as pessoas e o ambiente resulta em comportamentos de defesa em prol desse lugar. Este trabalho visa contribuir com a perspectiva interdisciplinar de estudo dos fenômenos ambientais e sociais, demonstrando, mais uma vez, a condição de integralidade do homem com o ambiente.

Recomenda-se, através dos resultados, que as discussões sobre os aspectos psicossociais da desterritorialização recebam cada vez mais visibilidade. Como, também, que se busque gradativa necessidade de investimento em práticas de educação para sustentabilidade, desde os primeiros anos escolares, a fim de que o aprendizado sobre sustentabilidade e territorialidade seja contemplado.

Logo, questões relacionadas à relação pessoa-ambiente em um contexto territorial passível de desterritorialização precisam ser levadas em consideração no processo de elaboração, execução e avaliação de uma política pública que gere ações de grande porte, como o caso do CAC. Cabe a reflexão sobre como a Psicologia pode se aproximar do campo das Políticas Públicas para promover o diálogo entre as mesmas, na composição do planejamento, execução e avaliação dessas políticas.

Quanto ao ensino superior, vale ressaltar que a temática da sustentabilidade deve ser trabalhada de forma interdisciplinar, não ficando restrita a cursos voltados a estudos sobre desenvolvimento ou cursos com foco em ecologia, tornando-se necessária a abordagem dessa temática, também, em cursos técnicos voltados à gestão e às áreas afins, nos quais o assunto seja discutido a partir da perspectiva teórico-prática.

Tomando como referência às narrativas dos sujeitos, considera-se que a apropriação de espaço é um processo inerente às comunidades estudadas, pois se observa ocas embutidas por eles nesse espaço construído. Nesse, há convivência harmônica com o espaço natural, em uma relação de respeito e valorização da natureza, através dos bens naturais como água, terra, mata

nativa; práticas sustentáveis dos quintais produtivos, uso das sementes crioulas, cultivo de hábitos de vida saudáveis, disseminados através dos instrumentos coletivos da associação e sindicato; e formação de uma cultura baseada no reconhecimento do patrimônio natural, desenvolvida na escola com crianças e adolescentes.

A cultura da comunidade é alicerçada no respeito aos idosos, na luta pela preservação do lugar, na disseminação de informações que gerem conhecimentos de forma a promover a participação social na busca pelo direito à manutenção do seu modo de vida; na organização coletiva manifesta na construção da ilha digital do posto de saúde; na capacidade de solidariedade com doações de terreno para construção desses projetos coletivos; e nas iniciativas dos equipamentos sociais, que auxiliam no processo de engajamento e fortalecimento dos vínculos comunitários.

Quanto ao processo de identidade de lugar, observou-se a conexão entre os nativos e não-nativos com o distrito, concluindo-se que até mesmo os não nativos se reconhecem naquele lugar. Isso mostra que, à medida que o sujeito se apropria do espaço, por mais que não tenha nascido do mesmo, ele pode se reconhecer e transformar o mesmo.

As comunidades rurais possuem um histórico de lutas pelo direito à terra, por condições dignas de trabalho, por serem alvo de políticas públicas inócuas, pelo direito à água; e resistências, seja pela seca, êxodo rural, opressão do trabalho, exclusão social ou outros fatores. Entretanto, ao mesmo tempo, são resilientes, pois fortalecem sua identidade individual e coletiva nas relações sociais com os pares, cuja rede de solidariedade e cooperação permitem o enfrentamento das adversidades.

Então: o que os mobiliza? O vínculo estabelecido com o lugar de moradia, suas memórias, onde viveram seus pais, criaram seus filhos e de onde tiram os recursos para sua subsistência representam a força necessária que os une em prol da luta pela permanência nesse lugar. Ao mesmo tempo em que se apropriam dos espaços vividos e personaliza-os, o indivíduo também é por ele apropriado.

Diante dos fatos apresentados, constata-se que a reação de mobilização dos moradores evidencia os fortes laços de apego e identidade de lugar, coesão social e satisfação residencial das comunidades atingidas, no distrito Baixio das Palmeiras, pelo projeto CAC.

As famílias rurais possuem sentimento de pertencimento, enraizamento e apropriação de espaço com suas moradias pois representam uma extensão de si mesmo e de suas histórias de vida. Na cultura dos moradores existe uma rede de apoio que os une e torna as conexões sociais relevantes e o cuidado com os idosos, como valor importante a ser preservado.

Cada morador, tanto no aspecto individual como no coletivo, evidencia aspectos essenciais do processo de apropriação, manifestos através de apego ao lugar, identificação com a comunidade e com a habitação, solidariedade entre os habitantes, respeito ao vínculo familiar e a preservação da cultura.

Acerca do manejo da obra na comunidade por meio da gestão, considera-se que os projetos governamentais, por mais que tenham como objetivo resolver um problema histórico, como a questão das secas, as formas de execução da desapropriação e falta de informação trouxeram prejuízos a uma boa parcela das populações afetadas, que também tem suas necessidades.

Os impactos poderiam ser amenizados se o EIA/RIMA considerasse efetivamente a questão social dos atingidos e permitisse uma participação mais efetiva das comunidades no planejamento, evitando-se muitos prejuízos socioambientais, econômicos e políticos; pois, na verdade, uma política pública precisa contemplar todos aqueles que dela precisam.

As motivações da comunidade no fomento e realização dos movimentos de resistência são válidas, compreendendo também os temores dos mesmos com as consequências do canteiro de obras na mudança da rotina comunitária. Esse território é o lar dessas pessoas e, como tal, precisa ser respeitado.

Sugere-se que o planejamento das ações governamentais efetivamente procure ser participativo e descentralizado, aproximando-se do público-alvo das políticas, considerando e não apenas, descrevendo, os impactos sociais e psicológicos dos empreendimentos nos moradores atingidos, de forma a minimizar os danos e prevenir conflitos socioambientais.

Tais reflexões também precisam abranger a necessidade de compreender o quão multifacetado é o rural e que o mesmo não pode ser resumido apenas a descrições geográficas ou a imagem de “atraso”. Trata-se de um modo de vida tradicional que, em muitas comunidades ao redor do país, preza por uma relação mais orgânica do homem com a natureza. Isso nos faz pensar na fala de uma liderança comunitária: “e qual desenvolvimento estamos falando?”. Esses são elementos que a academia, progressivamente, deve se aproximar e compreender.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, E. A. Aportes del ámbito rural a la Psicología Social. *In: QUINTANAR, C. S. Psicología en ambiente rural*. Spanish: Plaza y Vlades, 2009. p. 35-41.
- ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. *In: ACSELRAD, H. Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2004.
- ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 160 p.
- ADECE. **Complexo Industrial e Portuário do Pecém**. 2018. Disponível em: <http://www.adece.ce.gov.br/index.php/complexo-industrial-e-portuario-do-pecem>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- AFONSO, P. C. S. **Usos e gestão das águas nas territorialidades das comunidades rurais do norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Unimontes, 2013. 303 p.
- ALBUQUERQUE, D. S.; GÜNTHER, I. A. Onde em nós a casa mora? Os ambientes residenciais nas relações pessoa-ambiente. *In: HIGUCHI, M. I. G.; KUHNEN, A.; PATO, C. (org.). Psicologia ambiental em contextos urbanos: dados eletrônicos*. 1. ed. Florianópolis: Edições do Bosque/CFH/UFSC, 2019.
- ALMEIDA, R. A. **Governança colaborativa em políticas públicas**. Rio de Janeiro: Tamanduá, 2015.
- ALMEIDA, V. C.; GURGEL, F. F. Justiça ambiental. *In: CAVALCANTE, S; ELALI, G. A. Psicologia Ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente*. Petrópolis, RJ. Vozes, 2018. p. 127-140.
- ALTMANN, I. **The environment and social behavior**. Monterey, Calif: Brooks/Cole, 1975.
- ALVES, C. C. E.; BEZERRA, L. M. A.; MATIAS, A. C. da. A importância da conservação/preservação ambiental da Floresta Nacional do Araripe para a Região do Cariri: Ceará/Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, [s. l.], v. 2, p. 1-10, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/download/2744/2624/0#:~:text=Ao%20pesquisar%20a%20conserva%C3%A7%C3%A3o%2Fpreserva%C3%A7%C3%A3o,ecol%C3%B3gica%20e%20ed%C3%A1fica%20do%20Complexo>. Acesso em: 22 nov. 2019.
- ALVES, J. **História das secas: século XVII a XIX**. Fortaleza - CE: Instituto do Ceará, 1953. p. 3-72.
- ALVES, R. B.; KUHNEN, A.; BATTISTON, M. “Lar Doce Lar”: apego ao lugar em área de risco diante de desastres naturais. **Psico.**, Porto Alegre, v. 46, n. 2, p. 155-164, abr./jun. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2015.2.17484>. Acesso em: 5 jun. 2020.
- ARCARO, R.; GONÇALVES, T. M. Identidade de lugar: um estudo sobre um grupo de moradores atingidos por barragens no município de Timbé do Sul, Santa Catarina. **RAEGA**,

[s. l.], v. 25, p. 38-63, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/28003>. Acesso em: 1 jun. 2020.

ARGENTA, A. M. **Mobilidades populacionais associadas às áreas protegidas do Norte do Brasil, uma abordagem multiescalar**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Campinas, Limeira - SP, 2018.

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

AVEIRO, C. A Transposição do Rio São Francisco: aspectos polêmicos e Jurídicos. **Jusbrasil**. 2014. Disponível em: <https://carocra.jusbrasil.com.br/artigos/147309365/a-transposicao-do-rio-sao-francisco-aspectos-poleemicos-e-juridicos>. Acesso em: 11 mar. 2020.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE, 10., 2011, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2011.

BARBANTI JUNIOR. O. Conflitos Socioambientais: teoria e prática. **ANPPAS**, Indaiatuba, São Paulo, 2001. Disponível em: http://anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/dimensoes_socio_politicas/CONFLITOS%20SOCIOAMBIENTAIS%20-%20TEORIAS%20E%20PR%20C%20TICAS.PDF. Acesso em: 5 jun. 2020.

BARBOSA, A. P. L. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza: UECE, 2001.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BARRETO, E. H. F. L. *et al.* Conceitos, inter-relações e transações entre vulnerabilidade e ambiente: uma revisão sistemática da literatura brasileira. **Perspectivas em Psicologia**: Revista de Psicología y Ciencias Afines, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 93-104, dez. 2017.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2020.

BERLINCK, C. N. *et al.* Contribuição da educação ambiental na explicitação e resolução de conflitos em torno de recursos hídricos. **Ambiente e Educação**, Rio Grande, v. 8, p. 117-129, 2003. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/901>. Acesso em: 18 mar. 2020.

BERTINI, F. M. A. A vivência ético-política-afetiva na comunidade. **Cadernos Espinosanos**, São Paulo, n. 31, p. 81-88, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/nexin/artigos/artigo-a-vivencia-etico-politica.html>. Acesso em: 23 mar. 2020.

BERTINI, F. M. A. **Mudanças urbanas e afetos**: estudo de caso em uma cidade planejada. 2014. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

BISOL, C. A. Estratégias de pesquisa em contextos de diversidade cultural: entrevistas de listagem livre, entrevistas com informantes-chave e grupos focais. **Estud. psicol.**, Campinas, v. 29, out./dez. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2012000500008. Acesso em: 4 abr. 2020.

BOMFIM, Z. A. C. Afetividade como potência de ação para enfrentamento das vulnerabilidades. In: LIMA, A F; ANTUNES, D C; CALEGARE, M G A. (org.). **A Psicologia Social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil**. Porto Alegre: ABRAPSO, 2015. p. 375-389.

BOMFIM, Z. A. C. **Cidade e afetividade**: estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e de São Paulo. 2003. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

BOMFIM, Z. A. C. **Cidade e afetividade**: estima e construção de mapas afetivos de Barcelona e São Paulo. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

BOMFIM, Z. A. C. Afetividade e ambiente urbano: uma proposta metodológica pelos mapas afetivos. In: PINHEIRO, J; GUNTHER, H. (org.). **Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. p. 253-280.

BORDALO, C.; FERREIRA, D.; SILVA, F. Conflitos socioambientais pelo uso da água em comunidades ribeirinhas no nordeste paraense: o caso das bacias hidrográficas dos rios Murucupi e Dendê no município de Barcarena-PA. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA, 16.; CONGRESSO NACIONAL DE GEOGRAFIA FÍSICA, 2017, Campinas - SP, 2017. **Anais [...]**. Campinas - SP: UNICAMP, 2017

BRANCALEONE, C. Comunidade, sociedade e sociabilidade: revisitando Ferdinand Tonnies. **Revista de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 39, n. 1, p. 98-104, 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/899>. Acesso em: 18 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.226, de 2 de maio de 1946**. Cria a floresta nacional de Araripe-Apodí. Rio de Janeiro - RJ, 2 maio 1976. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-9226-2-maio-1946-417098-norma-pe.html>. Acesso em 05 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 10 ago. 2019.

BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. **Diário Oficial da União**: seção 1, [Brasília] - DF, 12 dez. 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2020.

BRAZ, M. M. A. **Águas para o Ceará: experiências de trabalhadores a partir da construção do complexo Castanhão**. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

BRESSAN, S.; LAJÚS, M. L. S. A casa que habito: relatos de um reassentamento urbano. **RUA**, [s. l.], v. 1, n. 23, p. 93-115, jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8649800>. Acesso em: 18 mar. 2020.

BRITO, A. C. R. **Transformações territoriais no Cariri cearense: o Cinturão das Águas do Ceará (CAC) e o contexto de conflitos no Baixio das Palmeiras**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2016.

BRITO, D. M. C. *et al.* Conflitos socioambientais no século XXI. **PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, n. 4, p. 8-51, dez. 2011.

BRITO, F. B. **Conflitos pelo acesso e uso de água: integração do Rio São Francisco com a Paraíba (Eixo Leste)**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

BRUNO, N. L. *et al.* Apego ao lugar e sustentabilidade ambiental em uma comunidade rural do sul do estado da Bahia - BRASIL. **R. Gest. Sust. Ambient.**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 206-234, jan./mar. 2018.

BUCHER, J. S. N. F. Mitos, segredos e ritos na família II: uma perspectiva intergeracional. **Psicologia, Teoria e Pesquisa**, v. 2, n. 1, p. 1-100, 1986.

BUENO, S. **Silveira Bueno: minidicionário da língua portuguesa**. Ed. rev. e atual. São Paulo: FTD, 2001.

BURSZTYN, M. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: Banco do Nordeste, 2008.

BURSZTYN, M.; BURSZTYN, M. A. **Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

BURSZTYN, M.; PERSEGONA, M. **A grande transformação ambiental: uma cronologia da dialética homem-natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CANUTO, A.; LUZ, C. R. S.; LAZZARIN, F. (org.). **Conflitos no Campo Brasil 2012**. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2013. *E-book* (188 p.). Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/316-conflitos-no-campo-brasil-2012?Itemid=0>. Acesso em: 15 jul. 2019.

CANUTO, A.; LUZ, C. R. S.; LAZZARIN, F. (org.). **Conflitos no Campo Brasil 2013**. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2013. *E-book* (198 p.). Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/344-conflitos-no-campo-brasil-2013?Itemid=0>. Acesso em: 15 jul. 2019.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar**: uma estrutura para a terapia familiar. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CARVALHO, M. C. A. A. **Participação Social no Brasil hoje**. São Paulo: Polis, 1998.

CARVALHO, O. A.; MEDEIROS, R. M. V. Migrações compulsórias, lugar e territorialidade na construção de hidrelétricas no rio Uruguai. *In*: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

CARVALHO, W. S. **Educação ambiental e desenvolvimento comunitário**. Rio de Janeiro: Wak, 2002.

CARVALHO, O. A. **Água sobre terra**: lugar e territorialidade na implantação de grandes hidrelétricas. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

CASARIN, F.; SANTOS, M. **Água**: o ouro azul: usos e abusos dos recursos hídricos. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

CASTELLO, L. A percepção em análises ambientais: o projeto MAB/UNESCO em Porto Alegre. *In*: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (org.). **Percepção ambiental**: a experiência brasileira. São Paulo: Studio Nobel, 1999. p 23-37.

CASTRO, R. Educación ambiental. Estrategias para construir actitudes y comportamientos proambientales. *In*: ARAGONÉS, J. I.; AMÉRIGO, M. (org.). **Psicología Ambiental**. Madrid: Pirámide, 2010.

CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (org.). **Temas básicos em psicologia ambiental**. Petrópolis - RJ: Vozes, 2011.

CAVALCANTE, S.; NÓBREGA, L. M. A. Espaço e lugar. *In*: CAVALCANTE S.; ELALI, G. (org.). **Temas básicos em psicologia ambiental**. Petrópolis - RJ: Vozes, 2011.

CAVALCANTI, C. Condicionantes biofísicos da economia e suas implicações quanto à noção do desenvolvimento sustentável. *In*: ROMEIRO, A. R.; REYDON, F. B.; LEONARDI, M. L. A. (org.). **Economia do meio ambiente**: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais. Campinas - SP: UNICAMP, 1996.

CEARÁ. **Breve história dos municípios do Cariri Cearense**: fatos e dados. Fortaleza: Assembleia Legislativa, 2020.

CEARÁ. **Estudo de Impacto Ambiental - EIA, Relatório de Impacto Ambiental - RIMA**: estudo de viabilidade técnico - econômica, estudo ambiental e anteprojeto do trecho Jati-Cariús do Cinturão de Águas do Ceará - CAC. Fortaleza - CE: Secretaria de Recursos Hídricos (SRH), 2010.

CEARÁ. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). **Perfil Municipal 2017**: Crato. 2018. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Crato_2017.pdf. Acesso em 05 abr. 2020.

CEARÁ. **Lei nº 11.996, de 24 de julho de 1992**. Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos - SIGERH e dá outras providências. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1992.

CEARÁ. Secretaria das Cidades. **Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI**: Região Metropolitana do Cariri. [201-]. Disponível em: <https://www.cidades.ce.gov.br/plano-de-desenvolvimento-urbano-integrado-pdui/>. Acesso em: 11 jun. 2020.

CHACON, S. S. **O sertanejo e o caminho das águas**: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semiárido. Fortaleza - CE: Banco do Nordeste, 2007.

CHOMBART DE LAUWE, P. H. Appropriation de l'espace et changement social. *In*: KOROSEC-SERFATY, P. **Appropriation de l'espace**: Actes de la 3^e Conférence Internationale de Psychologie de l'Espace Construit. Estrasburgo: [s. n.], p. 25-33, 1976.

COELHO, J. **As secas do Nordeste e a indústria das secas**. Petrópolis - RJ: Vozes, 1985.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE. **Ata da 1ª reunião extraordinária do ano de 2010 do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente do município de Crato-CE**. Crato - CE, 1 dez. 2010.

COUTINHO, L. M. M. Migrantes ambientais: quem são e como juridicamente protegê-los. *In*: GALINDO, G. R. B. (org.). **Migrações, deslocamentos e direitos humanos**. Brasília: IBDC, Grupo de Pesquisa C&DI, 2015.

CRIBB, S. L. S. P.; CRIBB, A. Y. Educação ambiental no contexto da educação para o campo: um saber necessário. *In*: Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC), 7., 2007, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2007.

DAMASCENO, B. Usina de urânio será retomada no Ceará, diz secretário de Minas e Energia. **O Povo Online**. [S. l.], 28 jun. 2019. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/economia/2019/06/28/usina-de-uranio-sera-retomada-no-ceara--diz-secretario-de-minas-e-energia.html>. Acesso em: 15 jul. 2019.

DAMASCENO, R. B. **Pessoas, lugares e emoções**: explorando a relação pessoa-ambiente em autobiografias ambientais. 2017. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

DANTAS, M. A. A.; CAVALCANTE, D. L.; DAMASCENO JUNIOR, F. F. **História das águas na Região do Cariri Cearense**: trajetória, resistência e luta. [2017]. Disponível em: <https://docplayer.com.br/36284366-Historia-das-aguas-na-regiao-do-cariri-cearense-trajetoria-resistencia-e-luta.html>. Acesso em: 18 mar. 2020.

DEL RIO, V. Cidade da mente, cidade real: percepção ambiental e revitalização na área portuária do RJ. *In*: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (org.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel, 1999. p. 3-22.

DELTASTAT Consultoria Estatística. **Relatório Técnico**: cliente: Liana Pereira. Campina Grande - PB, 2020. Não publicado.

DOWBOR, L. Participação e democracia. **Dowbor**. [S. l.], jun. 2014. Disponível em: <http://dowbor.org/2014/06/ladislau-dowbor-participacao-e-democracia-junho-2014-2p.html>. Acesso em: 25 mar. 2020.

ELALI, G. A.; MEDEIROS, S. T. F. Apego ao lugar. *In*: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (org.). **Temas básicos em psicologia ambiental**. Petrópolis - RJ: Vozes, 2011.

ELALI, G. A.; PINHEIRO, J. Q. Autobiografia ambiental: buscando afetos e cognições da experiência com ambientes. *In*: PINHEIRO, J. Q.; GÜNTHER, H. **Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. p.217-251.

FELDMAN, R. R.; STALL, S. The politics of Space Appropriation: a case study of women's struggles for homeplace in ChicagoPublic Housing. *In*: ALTMAN, I.; CHURCHMAN, A. **Women and The Environment. Human Behavior and Environment: advances in theory and reserach**. New York: Springer Science, Business Media, 1994. p. 167-199.

FELIPPE, M. L.; KUHNNEN, A. O apego ao lugar no contexto dos estudos pessoa-ambiente: práticas de pesquisa. **Estud. psicol.**, Campinas, v. 29, n. 4 out./dez. 2012. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2012000400015. Acesso em: 11 abr. 2020.

FERRARA, L. D. As cidades ilegíveis: percepção ambiental e cidadania. *In*: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (org.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel, 1999. p. 61-80.

FERREIRA, F. P. M. Movimentos sociais, povos tradicionais e território. **Revista Convergência Crítica**, n. 12, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/convergenciacritica/article/download/36496/21098>. Acesso em: 18 mar. 2020.

FERREIRA, K. P. M. **Ficar ou partir?** afetividade e migração de jovens do sertão semiárido cearense. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro de Humanidades, Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza - CE, 2006.

FERREIRA, K. P. M.; BONFIM, Z. A. C. Juventude no seminário nordestino: caminhos e descaminhos da emigração. *In*: LEITE, J. F.; DIMENSTEIN, M. (org.). **Psicologia e contextos rurais**. Natal - RN: EDUFRN, 2013. 89 p.

FILGUEIRA, M. C. M. **Eloy de Souza**: uma interpretação sobre o Nordeste e os dilemas das secas. Natal: EDUFRN, 2011.

FREIRE, J. C.; VIEIRA, E. M. Uma escuta ética de Psicologia Ambiental. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 18, n. 2, p.32-37; mai./ago., 2006.

FRIEDMAN, E. H. Sistemas e Cerimônias: uma visão familiar dos ritos de passagem. *In*: CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. p. 106 -130.

FULMER, R. H. Famílias de baixa renda e famílias com formação profissional: uma comparação da estrutura e do processo do ciclo de vida. *In*: CARTER, B.; McGoldrick, M. (org.). **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar**. Porto Alegre: Artmed, 1995. [p.]

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 3. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

GIULIANI, M. V. O lugar do apego nas relações pessoas-ambiente. *In*: TASSARA, E. T. O.; RABINOVICH, E. P.; GUEDES, M. C. (org.). **Psicologia e ambiente**. São Paulo: Educ, 2004. p. 89-106.

GIULIANI, M. V. Theory of Attachment and Place Attachment. *In*: BONNES, M.; LEE, T.; BONAIUTO, M. (org.). **Psychological theories for environmental issues**. Aldershot: Ashgate, 2003. p. 137-170.

GÓIS, C. W. L. **Atividade e consciência**. Fortaleza: Instituto Paulo Freire, 2005.

GÓMEZ, O. G. O. **Influencia de la participación y la identidad con el lugar en la actitud hacia el enfoque de salud comunitario e intercultural en funcionarios de atención primaria**. Chile: Universidad de Chile, Facultad de Ciencias Sociales, Escuela de Postgrado Santiago de Chile, 2015.

GONÇALVES, J. Y. de B. **A experiência do Cariri, no século passado de um sistema de gestão e alocação de água Crato - CE**. [s. l.]: No prelo, 2001.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Gestão participativa das águas**. São Paulo: Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 2004. 96 p.

GUIMARÃES, M. E. S. Identidade e lugar: A importância do bairro nordeste para seus moradores. *In*: CONGRESSO DE PESQUISA E INOVAÇÃO DA REDE NORTE NORDESTE DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - CONNEPI, 5., 2010, Alagoas. **Anais [...]**. Alagoas: Instituto Federal de Alagoas, 2010.

GÜNTHER, H.; ELALI, G. A.; PINHEIRO, J. Q. A abordagem multimétodos em estudos pessoa-ambiente: características, definições e implicações. *In*: PINHEIRO, J. Q.; GÜNTHER, H. **Método de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

GÜNTHER, I. O uso da entrevista na interação pessoa-ambiente. *In*: PINHEIRO, J. Q.; GÜNTHER, H. **Método de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. Niterói, UFF: **Geografia**, [s. l.], ano 9, n. 17, p. 19-46, 2007.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, [s. l.], v. 29, n. 1, p. 11-24, jan. 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739/26249>. Acesso em: 12 jul. 2018.

HAESBAERT, R. O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. **Revista Formadores: Vivências e Estudos**, Cachoeira-BA, v. 7 n. 1, p. 74-77, jun. 2014.

HERNÁNDEZ, B. *et al.* The role of place identity and place attachment in breaking environmental protection laws. **Journal of Environmental Psychology**, v. 30, n. 3, p. 281-288, set. 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/223660483_The_role_of_place_identity_and_place_attachment_in_breaking_environmental_protection_laws. Acesso em: 10 abr. 2020.

HERNÁNDEZ, B.; HIDALGO, M. C.; SALAZAR-LAPLACE, M. E.; HESS, S. Place attachment and place identity in natives and non-natives. **Journal of Environmental Psychology**, v. 27, n. 4, p. 310-319, 2007.

HIDALGO, M. C.; HERNÁNDEZ, B. Place Attachment: Conceptual and Empirical Questions. **Journal of Environmental Psychology**, v. 21, p. 273-281, 2001. Disponível em: <http://www.biblioteca.uma.es/bbl/doc/articulos/16665764.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

HIGUCHI, M. I.; THEODOROVITZ, I. J. Territorialidade (s). In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (org.). **Psicologia ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. p. 228-236. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=PqoACAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA167&dq=Proshansky+\(1976\).+The+Appropriation+and+Misappropriation+of+Space.&ots=PrmsaFUPS9&sig=Ua9lYYwKoB_NxzZfhDqTpliFL0Q#v=onepage&q=Proshansky%20\(1976\).%20The%20Appropriation%20and%20Misappropriation%20of%20Space.&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=PqoACAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA167&dq=Proshansky+(1976).+The+Appropriation+and+Misappropriation+of+Space.&ots=PrmsaFUPS9&sig=Ua9lYYwKoB_NxzZfhDqTpliFL0Q#v=onepage&q=Proshansky%20(1976).%20The%20Appropriation%20and%20Misappropriation%20of%20Space.&f=false). Acesso em: 25 abr. 2020.

HOLZER, W. **A Geografia humanista: sua trajetória 1950-1990**. Londrina: EDUEL, 2016.

HOWLLET, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Políticas Públicas: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531/8731>. Acesso em: 10 jan. 2019. <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/summary/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14019-conflitos-no-campo-brasil-2015>. Acesso em: 15 jul. 2019.

IMBER-BLACK, E. Transições idiossincráticas de ciclo de vida e Rituais terapêuticos. In: CARTER, B; MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. p. 131 -143.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo gráfico 2010**. 2010. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=26&uf=23#topo_piramide. Acesso em: 23 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Crato**: histórico. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/crato/historico>. Acesso em 23 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Crato**: histórico. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/crato/historico>. Acesso em 23 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Crato**: panorama [2010]. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/crato/panorama>. Acesso em: 5 abr. 2020.

ITUARTE, L. M. Changing water discourses in a modern society. *In*: GARRIDO, A.; LLAMAS, R. **Water Policy in Spain**. CRC Press: Balkema Book, 2009. p. 85-93.

ITUARTE, L. M.; GARCÍA, A. L. La gestión eco-integradora y adaptativa del ciclo urbano del agua. **Pueblos**. [S. l.], 1 mar. 2016. Disponível em: <http://www.revistapueblos.org/blog/2016/03/01/la-gestion-eco-integradora-y-adaptativa-del-ciclo-urbano-del-agua/>. Acesso em: 25 fev. 2020.

JACOBI, P. R. Gestão participativa das águas. **Arquivo Ambiente**, São Paulo, p. 1-16, 2006. Disponível em: <http://arquivo.ambiente.sp.gov.br/cea/2011/12/TextoJacobi.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2020.

JERÔNIMO, R. N. T.; GONÇALVES, T. M. Identidade e Personificação do Lugar na Apropriação do Espaço pelos Nativos de Ibirapuera, SC. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 47, n. 1, p. 117-132, abr. 2013.

KRUSE, L. Globalização e Desenvolvimento Sustentável como questões da Psicologia Ambiental. *In*: TASSARA, E.; RABINOVICH, E. P.; GUEDES, M. C. (org.). **Psicologia e ambiente**. São Paulo: EDUC, 2004.

KUHNEN, A. Percepção ambiental. *In*: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (org.). **Temas básicos em psicologia ambiental**. Petrópolis - RJ: Vozes, 2011.

LEFEVRE, F; LEFEVRE, A. M. C. **Discurso do Sujeito Coletivo**: principais conceitos. 2003. Disponível em: http://hygeia.fsp.usp.br/~flefevre/Discurso_principais_conceitos.htm. Acesso em: 20 mar. 2013.

LEITE, M. L. S.; LEITE, J. F. **Questão agrária e atores da agricultura no Brasil: uma análise discursiva da legislação federal**. [s. l.]: No prelo, [201-].

LIDZ, T. **A pessoa**: seu desenvolvimento durante o ciclo vital. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

LIMA, D. M. A.; BOMFIM, Z. A. C. Vinculação afetiva pessoa-ambiente: diálogos na psicologia comunitária e psicologia ambiental. **Psico.**, v. 40, n. 4, 2009. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/ojs/index.php/revistapsico/article/view/4711>. Acesso em: 10 abr. 2020.

LINS, C. S. Das águas transpostas às águas dispostas: uma análise da implantação do Canal da Integração (CE). **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v. 13, n. 1, p. 23-37, 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4850611>. Acesso em: 18 mar. 2020.

LITTLE, P. E. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes antropológico**, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n25/a05v1225.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2011. doi: 10.1590/S0104-71832006000100005.

LITTLE, P. E. (org.). Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. BURSZTYN, M. *In: A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 107-122.

LOPES, E. R. N. **O papel da gestão participativa de águas no desenvolvimento sustentável**: um estudo sobre o Comitê de Bacia do Salgado. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável - PRODER), Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, 2015.

MACHADO, L. M. C. P. Paisagem Valorizada: a Serra do Mar como espaço e como lugar. *In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (org.). Percepção ambiental: a experiência brasileira*. São Paulo: Studio Nobel, 1999, p. 97-119.

MALVEZZI, R. O desafio das cidades no semiárido brasileiro. *In: CONTI, L. I; SCHROEDER, E.; MEDAGLIA, V. R. (org.). Construindo saberes, cisternas e cidadania: formação para a convivência com o semiárido brasileiro*. Brasília - DF: IABS, 2014.

MARCUSCHI, L. A. **Análise da conversação**. São Paulo: Ática, 1986.

MARIN, R. E.; OLIVEIRA, A. C. Grandes projetos, violência e impactos socioambientais: Atos da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. *In: NUNES, A. C. et al. (org.). Acesso à Terra e direitos humanos*. Fortaleza: Edições UFC, 2016. p. 223-249.

MARQUES, G.S. *et al.* Deslocamento forçado e saúde mental: o caso da hidrelétrica de Itá. **Dossier**, [s. l.], n. 66, p. 30-41, 12 abr. 2018. Disponível em: <https://revistas.uniandes.edu.co/doi/pdf/10.7440/res66.2018.04>. Acesso em: 10 maio 2020.

MARTÍNEZ, M. M. **Bacia Amazônica e Hidropolítica**: interdependência hidrológica, incipiente regime regional e baixo conflito. 2012. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília - DF, 2012.

MARTINS, C. M. S. S. **Afetividade em contextos de desapropriação**: impactos psicossociais das obras do Cinturão das Águas do Ceará em comunidades rurais do município do Crato-CE. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

MARTINS, E. SZYMANSKY, H. Abordagem ecológica de Urie Bronfenbrenner em estudos com famílias. **Estudos e pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jun. 2004.

- MASSOLA, G. M.; SILVA JUNIOR, J. B. A. Identidade de lugar e de trabalho entre trabalhadores rurais na fronteira Cotia-Ibiúna (SP). **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 31, p. 1-16, 4 abr. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31182046>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- MASSOLA, G. M.; SVARTMAN, B. P. Enraizamento. *In*: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (org.). **Psicologia ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. p. 35-88.
- MCGOLDRICK, M. Etnicidade e ciclo de vida familiar. *In*: BETTY, C.; MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Artes médicas, 1995.
- MÉNDEZ, A. O. Psicología ambiental y ruralidad. *In*: LANDINI, F. *et al.* (org.). **Hacia una Psicología Rural Latino Americana** [recurso eletrônico]. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2015. p. 307-314.
- MÉNDEZ-SASTOQUE, M. J. El rol social de la extensión rural: enfoques para una intervención interdisciplinaria. **Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas**, [s. l.], v. 7, n. 14, 2016. Disponível em: <http://www.ufrj.br/SEER/index.php?journal=retta&page=article&op=view&path%5B%5D=3374>. Acesso em: 18 mar. 2020.
- MINAYO, M. C. S. (org.) *et al.* **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis - RJ: Vozes, 2007.
- MINAYO, M. C. S. (org.) *et al.* **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2011.
- MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Projeto de integração do Rio São Francisco**. 30 jun. 2018. Disponível em: <http://mi.gov.br/web/projeto-sao-francisco>. Acesso em: 5 nov. 2019.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). **Seminário debate sobre áreas protegidas da região do Araripe**. João Pessoa - PB, 10 out. 2013. Disponível em https://www.icmbio.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4396&Itemid=999. Acesso em 8 maio 2020.
- MONDARDO, M. L. Raízes na migração: des-re-territorialização e redes sociais. **BOCC: Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 1-7, 2009. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-mondardo-raizes.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2020.
- MORANTA, T. V.; POL, E. La apropiación del espacio: una propuesta teórica para comprender la vinculación entre las personas y los lugares. **Anuario de psicología**. Barcelona, v. 36, n. 3, p. 81-298, 2005. Disponível em:

<https://www.raco.cat/index.php/AnuarioPsicologia/article/view/61819>. Acesso em: 20 mar. 2020.

MORENO, E.; POL, E. **Nociones psicisiales para la intervención y la gestión ambiental**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1999.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Brasília: Cortez, Unesco, 2002.

MOSER, G. **Introdução à psicologia ambiental: pessoa e ambiente**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2018.

MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1988.

MOURÃO, A. R. T. **As calçadas a partir de um aporte psico-ambiental: usos, significados e apropriação do espaço público**. 2014. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Universitat de Barcelona, Barcelona, 2014.

MOURÃO, A. R. T; CAVALCANTE, S. Identidade ao Lugar. *In: CAVALCANTE, S; ELALI, G. A. (org.). Temas básicos em Psicologia Ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 208-216.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **17 objetivos para transformar nosso mundo: agenda 2030**. [S. l.], 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 10 jan. 2019.

NASCIMENTO, A. F.; OLIVEIRA, A. V.; PIANCÓ, R. D. Tecnologias de captação de água no semiárido nordestino: as cisternas de placa como alternativa de convivência com a seca no Sítio Tabocas em Crato-CE. *In: COLÓQUIO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA DO CARIRI CEARENSE*, 2., 2014, Crato - CE. **Anais [...]**. Crato-CE: URCA, 2014.

NOBRE, F. W. **Baixio das Palmeiras: apontamentos geográficos, culturais e historiográficos**. Juazeiro do Norte - CE: BSG, 2015.

NOBRE, F. W. **Os efeitos do Cinturão das Águas do Ceará - CAC no distrito de Baixio das Palmeiras, Crato – CE**. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável), Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, 2017. Disponível em: <https://proder.ufca.edu.br/wp-content/uploads/2018/08/os-efeitos-do-cac-no-distrito-de-baixio-das-palmeiras-crato-ce-dissertac3a7c3a3o-liro-nobre-2.pdf>. Acesso em 2 maio 2020.

OLIVEIRA, Felipe Álamo Matos de Oliveira; TAVARES, Mariana Barros; PIANCÓ, Ana Roberta Duarte. Diagnóstico do processo de desterritorialização das comunidades: Baixio do Muquém, Baixio das Palmeiras e Baixio dos Oitis em Crato-CE. *In: REUNIÃO REGIONAL DA SBPC NO CARIRI - URCA*, 1., 2017, Crato. **Anais [...]**. Crato: URCA, 2017. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/livro/cariri/resumos/2277.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2019.

ORTIZ, A. M.; ZAVALA, E. F. Influencia del entorno psicossocial en la calidad de vida. *In: QUINTANAR, C. S. (org.). Psicologia Alternativa En América Latina*. México - DF: Amapsi Editorial, 2006.

PARANHOS, R., et al. Corra que o survey vem aí: noções básicas para cientistas sociais. **Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social**, vol. 3, n° 6, p. 7-24, 2013.

PATO, C.; TAMAYO, A. A escala de comportamento ecológico: desenvolvimento e validação de um instrumento de medida. **Estudos de Psicologia**, [s. l.], v. 3, n.11, p. 289-296, 2006.

PEREIRA, L. A. E.; ZANETTI, C. B. B. Adoecimento em conflitos socioambientais: o projeto hídrico Cinturão das Águas. In: SILVA NETO, B. R. **Alicerces e adversidades das Ciências da Saúde no Brasil** [recurso eletrônico]. Ponta Grossa - PR: Atena Editora, 2019. p. 36-45.

PINHEIRO, J.; GURGEL, J. M. Perspectiva temporal. CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (org.). **Temas básicos em psicologia ambiental**. Petrópolis - RJ: Vozes, 2011. p. 267-280.

PINHEIRO, L. V. B. **Rompendo cercas, construindo saberes**: trabalho agroecológico, vivências e (re)significações nas relações com o lugar. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

PINHEIRO, L. V. S.; GURGEL, F. F.; PINHEIRO, J. Q. Por um lugar para chamar de “meu”: estudo sobre a relação estabelecida por agricultores de uma comunidade agroecológica rural com o lugar. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL (ENANPUR), 18., 2019, Natal. **Anais [...]**. Natal - RN: UTFPR, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviii/anpur/anais>. Acesso em: 20 jul. 2019.

POL, E. El modelo dual de la apropiación del espacio. In: GARCÍA-MIRA, R; SABUCEDO, J. M; ROMAY, J. (org.). **Psicología y medio ambiente**: aspectos psicosociales, educativos y metodológicos. Coruña: Asociación Galega de Estudios e Investigación Psicosocial-Publiedisa, 2002b. p. 123 -132.

POL, E. Environmental Management: a perspective from environmental psychology. In: BETCHEL, R. B.; CHURCHMAN, A. **Handbook of Environmental Psychology**. New York: John Wiley & Sons Inc., 2002a. p. 56-84.

PROSHANSKY, H. M.; FABIAN, A. K.; KAMINOFF, R. Place-identity: physical world socialization of the self. **Journal of Environmental Psychology**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 57-83, 1983. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0272494483800218?via%3Dihub>. Acesso em: 15 maio 2020.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

QUINTANAR, C. S. De la cultura que dejamos atrás. In: QUINTANAR, C. S. **Psicología en ambiente rural**. Spanish: Plaza y Vlades, 2009. p. 19-34.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, R. A. S.; CUNHA, D. C.; HIGUCHI, M. I. G. Apego e cuidado ambiental. *In*: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA PIBIC/CNPQ, 2., Manaus, 2013. **Anais [...]**. Manaus: PAIC/FAPEAM, 2013.

RIGOTTO, R. M.; AGUIAR, A. C. P.; RIBEIRO, L. A. D. (org.). **Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias**. Fortaleza: UFC, 2018. 597 p.

ROBBINS, S. **Comportamento organizacional**. São Paulo: Pearson Prentice-Hall, 2005.

ROCHA, G. A. **Condicionantes da formação histórica do território: uma investigação sobre o Cariri cearense**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Ceará, Juazeiro do Norte - CE, 2013.

RODRIGUES, A. Trecho emergencial do Cinturão das Águas é concluído, diz governo.

Diário do Nordeste. [S. l.], 6 fev. 2019. Disponível em:

<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/regiao/trecho-emergencial-do-cinturao-das-aguas-e-concluido-diz-governo-1.2059973>. Acesso em: 22 abr. 2019.

RODRIGUES, J. C. M. **O nexu água-energia-alimentos aplicado ao contexto da Amazônia Paraense**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

ROSA, D. C. C. B. **Teorias sobre a floresta e funções de apego: um estudo sobre a relação das pessoas com a Amazônia**. 2014. Tese (Doutorado em Psicologia Cognitiva) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife - PE, 2014.

RUIZ, C; HERNÁNDEZ, B.; HIDALGO, M. C. Confirmation of the factorial structure of neighbourhood attachment and neighbourhood identity scale. **Journal of Environmental Psychology**, v. 2, n. 2, p. 207-215, maio, 2011. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/260020488_Confirmation_of_the_factorial_structur_e_of_neighbourhood_attachment_and_neighbourhood_identity_scale. Acesso em: 11 abr. 2020.

RUIZ, J. A. **Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos**. São Paulo: Atlas, 2006.

SABOIA, A. L. **Água para quem? Os meandros da gestão de recursos hídricos no estado do Ceará**. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

SABOURIN, E. **Desenvolvimento da agricultura familiar e construção de territórios no Nordeste semi-árido**. 1999. Disponível em:

https://agritrop.cirad.fr/392063/1/document_392063.pdf. Acesso em: 10 abr. 2020.

SABOURIN, E. Desenvolvimento rural e abordagem territorial: conceitos, estratégias e atores. *In*: SABOURIN, E; TEIXEIRA, O. A. **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002. 402 p.

SABOURIN, E. Organização camponesa e estruturas de reciprocidade. *In*: SABOURIN, E. **Sociedade e organizações camponesas**: uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SABOURIN, E. Teoria da reciprocidade e sócio antropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 24-51, maio/ago. 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/22435>. Acesso em: 10 jan. 2019.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SAITO, C. H. As mútuas interfaces entre projetos e ações de educação ambiental e de gestão de recursos hídricos: subsídios para políticas de estado. **Ambiente & Sociedade**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 213-227, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2011000100012&script=sci_arttext. Acesso em: 23 mar. 2020.

SANTORO, M. A. G. **Análise da relação entre apego ao lugar, satisfação e fidelidade dos visitantes de um destino turístico ambiental**: um estudo em Fernando de Noronha/PE. 2014. Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

SANTOS, E. C. Água ou recursos hídricos? avanços e controvérsias. *In*: LIMA, André (org.). **30 anos da CF de 88 e os direitos socioambientais**: história, avanços e desafios. Brasília - DF: IEB Mil Folhas, 2018.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Outras Impressões, 2017.

SARAIVA, A. F. *et al.* **Guia para trabalhos de campo na Bacia do Araripe**. Crato: [s. n.], 2015.

SAUVÉ, L. Environmental education and sustainable development: a further appraisal. **Canadian Journal of environmental education**, [s. l.], v. 1, n. 1, 1996. Disponível em: <https://cjee.lakeheadu.ca/article/view/490/380>. Acesso em: 18 mar. 2020.

SAWAIA, B. (org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2. ed. Petropolis: Vozes, 2001.

SCANNELL, L.; GIFFORD, R. Defining place attachment: a tripartite organizing framework. **Journal of Environmental Psychology**, v. 30, p. 1-10, 2010.

SERFATY-GARZON, P. L'Appropriation. *In*: SEGAUD, M.; BRUN, J.; DRIANT, J.-C **Dictionnaire Critique de l'habitat et du logement**. Paris: Editions Armand Colin, 2003. p. 1-7.

SHIVA, V. Biodiversidade e Conhecimento Popular. **Biblioteca do Comum**. [S. l.], 1997. Disponível em: <http://www.bibliotecadocomum.org/items/show/102>. Acesso em: 13 jun. 2020.

SILVA, B. O; FERREIRA, J. G.; SANTOS, R. T. L. Dimensões da Governança da Água no Nordeste Brasileiro. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE (ANPPAS)*, 2017, Natal. **Anais [...]**. Natal, 2017.

SILVA, C. H. R. T. Recursos hídricos e desenvolvimento sustentável no Brasil. **Senado Federal**, [s. l.], n. 23, jun. 2012. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242667>. Acesso em: 28 mar. 2020.

SILVA, C. J. **Impactos individuais e contextuais do deslocamento forçado na comunidade**. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura) - Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília - DF, 2018.

SILVA, D. R.; SAMPAIO, J. L. F. Do combate à convivência com a escassez de água no semiárido cearense. *In: SAMPAIO, J. L. F. et al. Espaços, Natureza e Resistência Camponesas no Nordeste*. Fortaleza: UFC, 2014. p. 321-346.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SOBREIRA NETO, J. L. **Gestão de Recursos Hídricos em Crato - CE**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-27062019-132353/publico/2019_JoaoLudgeroSobreiraNeto_VCorr.pdf. Acesso em: 16 maio 2020.

SPINK, M. J. **Psicologia Social e Saúde: práticas, saberes e sentidos**. Petrópolis - RJ: Vozes, 2003.

STOKOLS, D. Environmental Psychology. **Ann. Rev. Psychol.**, San Francisco, n. 29, p. 253-95, 1978.

STOKOLS, D. Instrumental and spiritual views of people environment relations. **American Psychologist**, [s. l.], v. 45, p. 641-646, maio, 1990.

STOKOLS, D. The paradox of environmental psychology. **American Pshychologist**, [s. l.], v. 50, n. 10, p. 821-837, 1995. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1996-13229-001>. Acesso em: 14 ago. 2019.

SUARÉZ, E. Problemas ambientales y soluciones conductuales. *In: ARAGONÉS, J. I.; AMÉRIGO, M. (org.). Psicología Ambiental*. Madri: Pirámide, 2010.

TAVARES, C. C. F. **Luta e resistência: do Cinturão das Águas do Ceará ao movimento social Somos todos Baixo das Palmeiras**. 2016. Dissertação (Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável), Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, 2016. Disponível em: <https://proder.ufca.edu.br/wp-content/uploads/2018/08/dissertac3a7c3a3o-carli-copia.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2020.

TORRES, A. L. **O papel do ambiente residencial na qualidade de vida de idosos: um estudo exploratório em Cabedelo, Paraíba**. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia) - Centro de

Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em:
http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRN_a16510c42278a8743cafd38d224d8595. Acesso em: 12 maio 2020.

TORRES, A. T. G. **Hidroterritórios (novos territórios da água)**: os instrumentos de gestão dos recursos hídricos e seus impactos nos arranjos territoriais. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

TORRES, A. T. G. **Os meandros da política hídrica do comitê de bacia hidrográfica do rio São Francisco**: representatividade, efetividade e formação de hidroterritórios. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2016.

TORRES, A. T. G.; LIMA, V. R. P.; VIANNA, P. C. G. **Hidroterritórios**: uma proposta metodológica para estudos territoriais da cultura da água. Paraíba: [s. n.], [2007].

TORRES, C. V.; NEIVA, E. R. (org.). **Psicologia Social**: principais temas e vertentes. Porto Alegre: ArtMed, 2007.

TOUCQUEVILLE, A. **A democracia na América**: leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TOÜNIÉS, F. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. *In*: FERNANDES, F. (org.). **Comunidade e Sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: USP, 1973.

TUAN, Y. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

TUAN, Y. F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012.

VALERA, S.; POL, E. El concepto de identidad social urbana: Una aproximación entre la psicología social y la psicología ambiental. **Anuario de psicología**, n. 62, 1994. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/39109043_El_concepto_de_identidad_social_urbana_a_Una_aproximacion_entre_la_psicologia_social_y_la_psicologia_ambiental/link/00b4952c711d8c954d000000/download. Acesso em: 1 jun. 2020.

VALERA, S.; VIDAL, T. Privacidad y Territorialidad. *In*: ARAGONÉS, J. V.; AMÉRIGO, M. A. (coord.). **Psicología Ambiental**. Espanha: Pirâmide, 2010. p. 119-140.

VENÂNCIO, R. **Superfícies Imaginadas**: fotografia, ruína e iminências no sertão cearense. 2017. Tese (Doutorado em Artes) – Programa de Pós-Graduação em Artes da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em:
<https://drive.google.com/file/d/1201524Hb2ydPUuSqID1TMQqQfxlJIZOe/view?usp=sharing>. Acesso em: 11 maio 2020.

VÉRAS, M. P. B. Exclusão social: um problema brasileiro de 500 anos. Notas preliminares. *In: SAWAIA, Bader (org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 27-50.

VIDAL, T.; POL, E. La apropiación del espacio: una propuesta teórica para comprender la vinculación entre las personas y los lugares. *Anuario de Psicología*, v. 36, n. 3, p. 281-297, 2005. Disponível em: <https://www.raco.cat/index.php/AnuarioPsicologia/article/view/61819>. Acesso em: 18 mar. 2020.

VILELA-PETIT, M. *et al.* Espace approprié: espace appropriant. *In: KOROSEC-SERFATY, P. Appropriation de l'espace: Actes de la 3^e Conférence Internationale de Psychologie de l'Espace Construit*. Strasbourg: [s. n.], p. 219-226, 1976.

VLASSOPOULOS, C. A. Institutional barriers to the recognition and assistance of environmentally forced migrants. *In: AFIFI, T.; JÄGER, J. Environment, forced migration and social vulnerability*. Berlin Heidelberg: Ed. Springer-Verlag, 2010. Disponível em: https://www.reseau-terra.eu/IMG/pdf/EFMSV_VLASSOPOULOS.pdf. Acesso em: 7 jun. 2020.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. *In: SAWAIA, B. (org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 16-26.

WIESENFELD, E.; GIULIANI, F. La psicologia ambiental comunitária: uma via para el desarrollo sostenible. *In: TASSARA, E. T. O.; RABINOVICH, E. P.; GUEDES, M. C. (org.). Psicologia e ambiente*. São Paulo: EDUC, 2004.

WORLD WATER COUNCIL. **2nd World Water Forum, the hague, march from vision to action**. [S. l.], 2000. Disponível em: <http://www.worldwatercouncil.org/forum/the-hague-2000/>. Acesso em: 3 abr. 2020.

XIMENES, V. M.; MOURA JUNIOR, V. M. Psicologia Comunitária e comunidades rurais do Ceará: caminhos, práticas e vivências em extensão universitária. *In: LEITE, J. F.; DIMENSTEIN, M. (org.). Psicologia e contextos rurais*. Natal - RN: EDUFRRN, 2013.

ZANDOMENICO, J. **Percepção de riscos de moradoras em áreas sujeitas a escorregamentos de encostas**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2019.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de pesquisa**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração, UFSC, 2013.

ZHOURI, A.; ZUCARELLI, M. C. Mapa dos conflitos ambientais no Estado de Minas Gerais - Notas Preliminares de Uma Pesquisa em Andamento. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE (ENANPPAS)*, 4., 2008, Brasília. *Anais [...]*. Brasília, 2008.

APÊNDICE A - Termo de Autorização de Uso de Imagem

Neste ato, eu, _____, residente na comunidade _____ do distrito Baixio das Palmeiras, município do Crato, AUTORIZO o uso de minha imagem para ser utilizada no trabalho de doutorado: Migração ambiental compulsória em hidroterritórios; e no projeto de Cultura da UFCA: Resistência no Baixio das Palmeiras: Psicologia, Saúde e Meio Ambiente, desenvolvidos pela professora Liana de Andrade Esmeraldo Pereira, seja essa destinada à divulgação ao público em geral e/ou apenas para uso interno institucional, desde que não haja desvirtuamento da sua finalidade.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e/ou no exterior.

Por essa ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

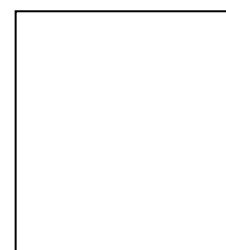
_____, dia ____ de _____ de _____.

(assinatura)

Impressão Datiloscópica

Telefone para contato:

Documento de Identificação: CPF/RG



APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido dos Participantes da Pesquisa

Prezado Sr(a),

Esta pesquisa é referente ao projeto do doutorado interinstitucional (DINTER) entre a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal do Cariri (UFCA).

O objetivo do estudo é analisar os efeitos da migração ambiental compulsória em hidroterritórios, nas famílias das comunidades do Baixio das Palmeiras, Chapada do Baixio, Oitis e Muquém; em uma perspectiva intergeracional, em virtude do projeto Cinturão das Águas do Ceará (CAC).

Considerando que a pesquisa só poderá ser realizada através de vossa participação, convido-o (a) a responder voluntariamente e colaborar com este estudo. Sua participação é livre e deve ser consentida após os esclarecimentos quanto aos objetivos da pesquisa, à forma de contribuição; e ao que será feito com os resultados da pesquisa. Seu anonimato será garantido.

O procedimento utilizado para coleta de dados será uma entrevista guiada por formulários semiestruturados. Quanto aos riscos oferecidos pela pesquisa, entendemos que sua aplicação poderá trazer algum desconforto, como por exemplo, inibição do sujeito pesquisado. Embora tal risco seja mensurado como mínimo, esse será considerado, de forma a buscarmos estratégias para que tal desconforto se minimize, como utilização de espaço calmo e reservado, além do fato de que eventuais esclarecimentos serão fornecidos, quando solicitados; bem como o respeito ao direito do sujeito pesquisado de solicitar o não registro de suas respostas, caso isso lhe gere constrangimento.

Sua contribuição será no sentido de responder aos questionários da pesquisa. Suas sugestões e considerações serão importantes e, após analisadas, poderão ser acatadas. Os dados informados serão mantidos em sigilo e utilizados somente para fins de pesquisa, podendo ser apresentados em encontros, debates, eventos científicos e publicados em revistas científicas.

Ressalto que você não receberá nenhum pagamento e que a pesquisa não acarretará em nenhum dano, risco ou desconforto, bem como em despesas financeiras. E ainda, caso você desista de participar da pesquisa, seu direito em retirar o consentimento será garantido.

Caso precise de qualquer informação a respeito da pesquisa, comunique-se com:

Nome: Liana de Andrade Esmeraldo Pereira

Instituição: Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Endereço: Av. Tenente Raimundo Rocha S/N - Bairro Cidade Universitária Juazeiro do Norte - Ceará - CEP: 63048-080.

E-mail: liana.esmeraldo@ufca.edu.br

Telefone para contato: (88) 9 9703-1377

Podendo procurar também o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Cariri, situado na rua Divino Salvador, 284 - Bairro: Rosário - Térreo - Sala do Comitê de Ética em Pesquisa, Barbalha/ Ce, ou através do telefone (88) 3221-9607.

Desde já, agradeço sua colaboração para o desenvolvimento desta pesquisa.

Liana de Andrade Esmeraldo Pereira
Servidora Docente
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Cariri

TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Eu, _____, número do RG/Órgão Expedidor (_____), declaro que tomei conhecimento do estudo acima mencionado, tendo sido devidamente esclarecido (a) da sua finalidade, das condições de minha participação e dos aspectos legais, concordo voluntariamente em participar. Declaro ainda que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura tive a oportunidade de fazer perguntas sobre seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, recebendo explicações que responderam por completo minhas dúvidas. Declaro ainda estar recebendo uma cópia assinada deste termo.

Juazeiro do Norte - CE, ____ de _____ de 2019.

APÊNDICE C - Linha de tempo do Cinturão de Águas do Ceará: quadro de referência

Quadro 22 - Referências da linha do tempo do CAC¹⁹

2010	
1	<p>VICELMO, Antônio. Cinturão das Águas inicia pela região do Cariri. Diário do Nordeste, 1 dez. 2010. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/regiao/cinturao-das-aguas-inicia-pela-regiao-do-cariri-1.704166. Acesso em: 22 abr. 2019.</p>
2011	
2	<p>COORDENADORIA DE IMPRENSA DO GOVERNO DO ESTADO. Cinturão das Águas dará segurança hídrica para 92% da população cearense. Governo do Estado do Ceará, 7 abr. 2011. Disponível em: https://www.ceara.gov.br/2011/10/07/cinturao-das-aguas-dara-seguranca-hidrica-para-92-da-populacao-cearense/. Acesso em: 22 abr. 2019.</p> <p>PATRÍCIA, Luanna. Semace preside audiências públicas sobre o Cinturão de Águas do Ceará (CAC). Governo do Estado do Ceará, 17 out. 2011. Disponível em: https://www.semace.ce.gov.br/2011/10/17/semace-preside-audiencias-publicas-sobre-o-cinturao-de-aguas-do-ceara-cac/. Acesso em: 22 abr. 2019.</p> <p>CSBHS SALGADO. [Estudo de Impacto Ambiental do Jati-Carius]. 2011. Disponível em: http://www.csbhsalgado.com.br/wp-content/uploads/2012/04/CAC.pdf. Acesso em: 22 abr. 2019.</p>
2012	
3	<p>PINTO, Wilson. Audiência pública discute primeiro trecho do Cinturão de Águas. Governo do Estado do Ceará, 30 jan. 2012. Disponível em: https://www.ceara.gov.br/2012/01/30/audiencia-publica-discute-primeiro-trecho-do-cinturao-de-aguas/. Acesso em: 22 abr. 2019.</p> <p>COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS. Grupo de Trabalho do Cinturão das Águas reúne-se no Crato. COGERH, 17 abr. 2012. Disponível em: http://portal.cogerh.com.br/grupo-de-trabalho-do-cinturao-das-aguas-reune-se/. Acesso em: 22 abr. 2019.</p> <p>DESAPROPRIAÇÃO no Baixio das Palmeiras Crato 1. Invisível pra tornar visível, Crato-CE, 2012. 1 vídeo (10:31 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6X8t8REb84. Acesso em: 22 abr. 2019.</p>
2013	
4	<p>GOVERNO DO BRASIL, Obras do Cinturão das Águas são iniciadas no Ceará: o investimento de R\$ 1,5 bilhão irá abastecer 17 municípios cearenses, promover a agricultura irrigada e atividades industriais. Governo do Brasil, 18 jul. 2013. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/governo/2013/07/obras-do-cinturao-das-aguas-sao-iniciadas-no-ceara. Acesso em: 22 abr. 2019.</p> <p>O BAIXIO PREOCUPADO. Nigéria Audiovisual, Crato-CE, 2013. 1 vídeo (14:50 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=48lds9eJxUg. Acesso em: 22 abr. 2019.</p> <p>OBRA do Cinturão das Águas ameaça moradores do Baixio das Palmeiras, no Crato. Cariri TV, Crato-CE, 2013. 1 vídeo (10:33 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=nK090EPqT3I. Acesso em: 22 abr. 2019.</p> <p>SOMOS todos Baixio das Palmeiras. Baixio das Palmeiras, Crato-CE, 2013. 1 vídeo (10:55 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jrldbmMcXOo. Acesso em: 22 abr. 2019.</p>

¹⁹ As referências estão ordenadas de acordo com a data de publicação dos documentos apresentados.

	<p>FERREIRA, Renato. Conclusão do Cinturão das Águas tem previsão para o fim de 2014. Tribuna do Ceará, 2013. Disponível em: https://tribunadoceara.uol.com.br/videos/jornal-jangadeiro/conclusao-do-cinturao-das-aguas-tem-previsao-para-o-fim-de-2014/. Acesso em: 23 abr. 2019.</p> <p>FERREIRA, Renato. Conclusão do Cinturão das Águas tem previsão para o fim de 2014. Tribuna do Ceará, 2013. Disponível em: . Acesso em: 23 abr. 2019.</p> <p>CINTURÃO das Águas tem previsão para o fim de 2014. UOL Mais, 2013. 1 vídeo (3:17 min). Disponível em: https://mais.uol.com.br/view/pj4p9vzv54s1/cinturao-das-aguas-tem-previsao-para-o-fim-de-2014-04024C9B3460E0B94326?types=A&. Acesso em: 23 abr. 2019.</p>
2014	
5	<p>PINHEIRO, César Augusto. Tabela de preços para pagamentos indenizatórios de bens atingidos pelo processo de desapropriação para implantação do projeto Cinturão das Águas (CAC), no município de Crato – Ceará. Diário Oficial do Estado, Fortaleza, ano VI, n. 59, 31 mar. 2014. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2019/02/in_ph_2011_2012_2013_doe_10.12.2013.pdf. Acesso em: 22 abr. 2019.</p> <p>LEANDRO, Thamiris da França; PIANCÓ, Ana Roberta. Os impactos negativos causados pelo projeto Cinturão das Águas, parte do projeto da transposição do Rio São Francisco, na localidade do Baixio das Palmeiras – Crato/CE. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., 2014, Vitória. Anais [...]. Vitória: UFES, 2014. Disponível em: http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404348648_ARQUIVO_BaixiodasPalmeiras.pdf. Acesso em: 22 abr. 2019.</p> <p>FERREIRA, Michel Monteiro. População de distrito no Crato protesta contra obra do “Cinturão das Águas do Ceará”. Revista Berro, 24 set. 2014. Disponível em: http://revistaberro.com/reportagens/populacao-de-distrito-no-crato-protesta-contra-obra-do-cinturao-das-aguas-do-ceara/. Acesso em: 22 abr. 2019.</p> <p>NO CAMINHO das lutas: visita ao Baixio das Palmeiras. PSOL Ceará, Crato-CE, 2015. 1 vídeo (15:19 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1iXFA8LFea0. Acesso em: 22 abr. 2019.</p>
2015	
6	<p>SABOIA, Andrey Luna; SAMPAIO, Jose Levi Furtado. Análise ao Cinturão das Águas do Ceará (CAC) no âmbito da reestruturação produtiva. In: WORKSHOP INTERNACIONAL, 2., 2015, Campina Grande. Anais [...]. Campina Grande: UEPB, 2015. Disponível em: https://editorarealize.com.br/revistas/aguanosemiarido/trabalhos/TRABALHO_EV044_MD4_SA5_ID_344_10092015235741.pdf. Acesso em: 22 abr. 2019.</p> <p>SOHIDRA. Cinturão de Águas do Ceará: CAC: descrição e caracterização técnica das obras. 2015. Disponível em: https://www.sohidra.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/40/2011/10/cac-descricao-lucena-17.08.pdf . Acesso em: 22 abr. 2019.</p> <p>RODRIGUES, Ramon. Políticas e ações estruturantes do governo do estado do Ceará para a convivência com a seca. Disponível em: https://www.jfce.jus.br/images/noticias/docs/Pol%C3%ADticas_e_A%C3%A7%C3%B5es_Estruturantes_do_Governo_do_Estado_do_Cear%C3%A1_para_a_conviv%C3%Aancia_com_a_seca.pdf. Acesso em: 22 abr. 2019.</p> <p>JORNAL JANGADEIRO. 50 cidades devem entrar em colapso hídrico em 2015. Tribuna do Ceará, 2015. Disponível em: https://tribunadoceara.uol.com.br/videos/jornal-jangadeiro/50-cidades-devem-entrar-em-colapso-hidrico-em-2015/. Acesso em: 23 abr. 2019.</p> <p>50 CIDADES devem entrar em colapso hídrico em 2015. UOL Mais, 2015. 1 vídeo (02:57 min). Disponível em: https://mais.uol.com.br/view/pj4p9vzv54s1/50-cidades-devem-entrar-em-colapso-hidrico-em-2015-04024C1C3966C4A15326?types=A&. Acesso em: 23 abr. 2019.</p>

2016	
7	<p>BRITO, Anderson Camargo Rodrigues. Transformações territoriais no Cariri Cearense: o Cinturão das Águas do Ceará (CAC) e o contexto de conflitos no Baixio das Palmeiras, Crato/CE. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/18751. Acesso em: 22 abr. 2019.</p> <p>MARIA, Alana. O Baixio resiste. Revista Cariri, Crato, 9 ago. 2016. Disponível em: https://caririrevista.com.br/o-baixio-resiste/. Acesso em: 22 abr. 2019.</p> <p>SILVA, Josier Ferreira da; NOBRE, Francisco Wlirian. O discurso da seca e da crise hídrica: uma análise do Cinturão das Águas do Ceará. Sustentabilidade em Debate, Brasília, v. 7, Edição Especial, p. 22-37, dez/2016. Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/16166/15092. Acesso em: 22 abr. 2019.</p> <p>SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS. [Apresentação] Cinturão de Águas do Ceará: CAC. [2016]. Disponível em: https://www.srh.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/90/2018/07/APRESENTACAO_CAC_2016.pdf. Acesso em: 22 abr. 2019.</p>
2017	
8	<p>NOBRE, Francisco Wlirian. Os efeitos do Cinturão das Águas do Ceará - CAC - no Baixio das Palmeiras - Crato-CE. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável) - Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, 2017.</p> <p>ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ. Crato recebe audiência pública sobre impactos do Cinturão das Águas. Agências de Notícias da Assembleia Legislativa, 4 maio 2017. Disponível em: https://www.al.ce.gov.br/index.php/ultimas-noticias/item/63815-04-05-2017-If01. Acesso em: 22 abr. 2019.</p> <p>OLIVEIRA, Felipe Álamo Matos de Oliveira; TAVARES, Mariana Barros; PIANCÓ, Ana Roberta Duarte. Diagnóstico do processo de desterritorialização das comunidades: Baixio do Muquém, Baixio das Palmeiras e Baixio dos Oitis em Crato-CE. Reunião Regional da SBPC no Cariri - URCA, Crato, 2017. Disponível em: http://www.sbpnet.org.br/livro/cariri/resumos/2277.pdf. Acesso em: 22 abr. 2019.</p> <p>G1 CE. Maior túnel do Cinturão das Águas é concluído no Cariri. G1.com, 10 jun. 2017. Disponível em: https://g1.globo.com/ceara/noticia/maior-tunel-do-cinturao-das-aguas-e-concluido-no-cariri.ghtml. Acesso em: 22 abr. 2019.</p> <p>DICELLI, Gil. A premência pela água. O Povo. 2017. Disponível em: https://especiais.opovo.com.br/cinturaodasaguas/. Acesso em: 22 abr. 2019.</p> <p>TAVARES, Mariana Barros; OLIVEIRA, Felipe Álamo Matos de. Pequenas produção, estado e conflitos territoriais: reflexões acerca das comunidades Baixio do Muquém, Baixio das Palmeiras e Baixio dos Oitis em Crato-CE. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8.; SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9., 2017, Curitiba, Anais [...]. Curitiba: UFPR, 2017. Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt02_1506792037_arquivo_trabalhosingaversaofinal1.pdf. Acesso em: 22 abr. 2019.</p> <p>A PREMÊNCIA pela água. O Povo Online, [s. l.], 2017. 1 vídeo (6:11 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=m2O_XGAgwdo. Acesso em: 22 abr. 2019.</p> <p>CARVALHO, André de. Relatório de fiscalização. Tribunal de contas da união; Secretaria-Geral de Controle Externo, Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração, 2017. Disponível em: https://tcu.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/524599288/relatorio-de-auditoria-ra-ra-1023220176/inteiro-teor-524599290. Acesso em: 22 abr. 2019.</p>

2018	
9	<p>CAFARDO, Thiago. [O governador Camilo Santana destacou que a entrega vai permitir a segurança hídrica para o Ceará]. Governo do Estado do Ceará, 2018. 1 áudio, extensão MP3 (988 KB). Disponível em: https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2018/11/20.11-CAMILO-2-TRANSPOSI%C3%87%C3%83O.mp3. Acesso em: 22 abr. 2019.</p> <p>CAFARDO, Thiago. [Camilo Santana fala sobre a liberação de R\$ 4,8 milhões para o trecho 4]. Governo do Estado do Ceará, 2018. 1 áudio, extensão MP3 (463 KB). Disponível em: https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/05.12-CAMILO-2-%C3%81GUA.mp3. Acesso em: 22 abr. 2019.</p> <p>JORNAL JANGADEIRO. Águas do São Francisco se aproximam do Ceará, mas dependem de obra para chegar a Fortaleza. Tribuna do Ceará, 2018. Disponível em: https://tribunadoceara.uol.com.br/videos/jornal-jangadeiro/aguas-do-sao-francisco-se-aproximam-do-ceara-mas-dependem-de-obra-para-chegar-a-fortaleza/. Acesso em: 23 abr. 2019.</p> <p>[DETALHES sobre as águas do São Francisco se aproximando do Ceará], Tribuna do Ceará, 2018. 1 vídeo (3:48 min). Disponível em: https://tribunadoceara.uol.com.br/videos/jornal-jangadeiro/aguas-do-sao-francisco-se-aproximam-do-ceara-mas-dependem-de-obra-para-chegar-a-fortaleza/. Acesso em: 23 abr. 2019.</p> <p>ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO. Cinturão das Águas do Ceará recebe investimentos da união, 10 ago. 2018. Disponível em: http://integracao.gov.br/area-de-imprensa/todas-as-noticias/-/asset_publisher/YEkzzDUSRvZi/content/cinturao-das-aguas-recebe-investimentos-da-uniao/pop_up?_101_INSTANCE_YEkzzDUSRvZi_viewMode=print&_101_INSTANCE_YEkzzDUSRvZi_languageId=en_US. Acesso em: 22 abr. 2019.</p> <p>CAFARDO, Thiago. Recursos hídricos: em reunião com o governador, ministro libera R\$ 43 milhões para o CAC e marca inauguração da transposição. Governo do Estado do Ceará, 5 dez. 2018. Disponível em: https://www.ceara.gov.br/2018/12/05/em-reuniao-com-governador-ministro-libera-r-43-milhoes-para-o-cac-e-marca-inauguracao-da-transposicao/. Acesso em: 22 abr. 2019.</p> <p>MATOS, Deputado Raimundo Gomes de. Relatório final: [projeto de integração da bacia do Rio São Francisco com região Nordeste]. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=02D9183288156D51B0990358AED2EA77.proposicoesWeb2?codteor=1699241&filename=REL+1/2018+CEXTRRIO. Acesso em: 22 abr. 2019.</p>
2019	
10	<p>RODRIGUES, Antonio. Trecho emergencial do Cinturão das Águas é concluído, diz governo. Diário do Nordeste, 6 fev. 2019. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/regiao/trecho-emergencial-do-cinturao-das-aguas-e-concluido-diz-governo-1.2059973. Acesso em: 22 abr. 2019.</p> <p>RODRIGUES, Antonio; COSTA, André. Obras hídricas do Nordeste trazem esperança e causam transtornos. Diário do Nordeste, 7 fev. 2019. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/regiao/obras-hidricas-do-nordeste-trazem-esperanca-e-causam-transtornos-1.2060328. Acesso em: 22 abr. 2019.</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. O Cinturão de Águas do Ceará (CAC) tem dois grandes objetivos... O Povo, 15 mar. 2019. Disponível em: https://www.ana.gov.br/noticias-antigas/cinturapso-das-aguas.2019-03-15.5043709136. Acesso em: 17 mar. 2020.</p> <p>JORNAL JANGADEIRO. Cinturão das Águas é uma das obras inseridas no Plano de Segurança Hídrica do Governo Federal. Tribuna do Ceará, 2019. Disponível em: https://tribunadoceara.uol.com.br/videos/jornal-jangadeiro/cinturao-das-aguas-e-uma-das-obras-inseridas-no-novo-plano-de-seguranca-hidrica-do-governo-federal/. Acesso em: 22 abr. 2019.</p>

SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS. Deputados e vereadores conhecem ações da SRH. 28 mar. 2019. Disponível em: <https://www.srh.ce.gov.br/deputados-e-vereadores-conhecem-acoes-da-srh/>. Acesso em: 17 mar. 2020.

G1 CEARÁ. Bloqueio de recursos atrasa obras do Cinturão das Águas no Ceará. **G1.com**, 16 maio 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/05/16/contingenciamento-de-recursos-atrasa-obras-do-cinturao-das-aguas-no-ceara.ghtml>. Acesso em: 17 mar. 2020.

NASCIMENTO, Hugo Renan do. Cinturão das Águas tem obras paralisadas no Cariri; funcionários devem ser demitidos no próximo mês. **Globo.com**, 31 maio 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/05/31/cinturao-das-aguas-tem-obras-paralisadas-no-cariri-funcionarios-devem-ser-demitidos-no-proximo-mes.ghtml>. Acesso em: 17 mar. 2020.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ. Águas da transposição devem chegar em 2020, mas Cinturão preocupa deputados. 14 jun. 2019. Disponível em: <https://www.al.ce.gov.br/index.php/comunicacao/agencia-assembly/noticias/item/82849-1406satvisita-transposicao>. Acesso em: 17 mar. 2020.

CASTRO, Alessandra; ROVERE, Flávio. Impasse sobre Cinturão das Águas se mantém e preocupa deputados. **Diário do Nordeste**, 8 ago. 2019. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/politica/impasse-sobre-cinturao-das-aguas-se-mantem-e-preocupa-deputados-1.2133462>. Acesso em: 17 mar. 2020.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ. Comissão da transposição pede informações sobre Cinturão das Águas. 20 ago. 2019. Disponível em: <https://www.al.ce.gov.br/index.php/ultimas-noticias/item/84315-20082019cpmissaotransposicao>. Acesso em: 17 mar. 2020.

MENDES, Wagner. Águas têm prazo para chegar ao CE; impasse sobre recursos persiste. **Diário do Nordeste**, 30 ago. 2019. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/politica/aguas-tem-prazo-para-chegar-ao-ce-impasse-sobre-recursos-persiste-1.2143502>. Acesso em: 17 mar. 2020.

CARDOSO, Antonio; UCHÔA, Nívia. Bombeamento da transposição é retomado e águas devem chegar ao Ceará no 1º trimestre. 30 ago. 2019. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2019/08/30/bombeamento-da-transposicao-e-retomado-e-aguas-devem-chegar-ao-ceara-no-1-trimestre/>. Acesso em: 17 mar. 2020.

CAVALCANTE, IRNA. Obras do Cinturão das Águas voltam a paralisar, desta vez no Cariri. **O Povo**, 28 set. 2019. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/economia/2019/09/27/obras-do-cinturao-das-aguas-voltam-a-paralisar--desta-vez-no-cariri.html>. Acesso em: 17 mar. 2020.

G1 CEARÁ. Governo Federal repassa R\$ 16,6 milhões para obras do Cinturão das Águas do Ceará. **G1.com**, 9 out. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/10/09/governo-federal-repassa-r-166-milhoes-para-obras-do-cinturao-das-aguas-do-ceara.ghtml>. Acesso em: 17 mar. 2020.

RODRIGUES, Antonio. Obra do Cinturão das Águas ameaçada por falta de recursos. **Diário do Nordeste**, 29 out. 2019. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/regiao/obra-do-cinturao-das-aguas-ameacada-por-falta-de-recursos-1.2167>. Acesso em: 17 mar. 2020.

REDAÇÃO DO DIÁRIO DO NORDESTE. Cinturão das Águas deve receber mais R\$ 15 milhões até o fim do ano. **Diário do Nordeste**, 12 nov. 2019. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/negocios/cinturao-das-aguas-deve-receber-mais-r-15-milhoes-ate-o-fim-do-ano-1.2174196>. Acesso em: 17 mar. 2020.

	<p>FRANCO, Esther. Guilherme Landim comenta repasses do Governo Federal ao Cinturão das Águas do Ceará. PDT 12, 13 nov. 2019. Disponível em: https://www.pdt.org.br/index.php/guilherme-landim-comenta-repasses-do-governo-federal-ao-cinturao-das-aguas-do-ceara/. Acesso em: 17 mar. 2020.</p> <p>RODRIGUES, Antonio. 'Em março a água do São Francisco chega a Jati e vai pra Grande Fortaleza', diz ministro. G1.com, 3 dez. 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/12/03/em-marco-a-agua-do-sao-francisco-chega-a-jati-e-vai-para-grande-fortaleza-diz-ministro.ghtml. Acesso em: 17 mar. 2020.</p> <p>BLOG DO EDISON SILVA. Camilo Santana consegue recursos do Governo Federal para o Cinturão das Águas. 11 dez. 2019. Disponível em: https://blogdoedisonilva.com.br/2019/12/camilo-santana-consegue-recursos-do-governo-federal-para-o-cinturao-das-aguas/. Acesso em: 17 mar. 2020.</p>
2020	
11	<p>COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS. Comitê do Rio Salgado discute Cinturão das Águas e transposição do São Francisco. COGERH, 20 fev. 2020. Disponível em: https://portal.cogerh.com.br/comite-do-rio-salgado-discute-sobre-cinturao-das-aguas-e-transposicao-do-rio-sao-francisco/. Acesso em: 21 mar. 2020.</p> <p>TORRENT, Andréa. Após 14 anos, transposição do Rio São Francisco entra na reta final. Gazeta do Povo, 4 jul. 2020. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/republica/transposicao-rio-sao-francisco-obras-reta-final/. Acesso em: 24 ago. 2020.</p> <p>CORDEIRO, Marília. 2 mil pessoas são retiradas de casa no entorno da barragem de Jati, no Ceará, após rompimento de tubulação. G1, 22 ago. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/google/amp/ce/ceara/noticia/2020/08/22/duas-mil-pessoas-sao-evacuadas-do-entorno-da-barragem-de-jati-no-ceara-apos-rompimento-de-tubulacao.ghtml?twitter_impression=true. Acesso em: 24 ago. 2020.</p>

Fonte: elaborado pela autora (2020).

APÊNDICE D - Roteiros de entrevistas

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS

Dados de Identificação:

1. Nome
2. Data de Nascimento
3. Profissão
4. Função na comunidade

Perguntas para contextualização da ação:

1. Como a comunidade respondeu à ameaça de deslocamento compulsório, tratado como problema ambiental?
2. Quais foram os membros das famílias mais afetados pelo processo de migração compulsória?
3. Como se deu a negociação para as mudanças no projeto CAC?
4. Por que, ao final da negociação, somente 28 famílias serão realojadas? Quais os fatores que influenciaram a decisão?
5. Por que essas famílias optaram por permanecer na mesma comunidade?
6. Quais as consequências desse processo para a saúde física e mental dos moradores? Quais famílias foram mais afetadas?
7. Quais os principais atores que tomaram a frente na mobilização para reduzir os efeitos mitigadores da migração?
8. Como se deu a formação do Fórum Popular das Águas?
9. Como foi o processo de mobilização da comunidade na luta pelos seus direitos à terra?
10. Quem eram os principais representantes do governo que contataram a comunidade?
11. Como se deu o acesso à informação do projeto CAC pela comunidade?
12. O que pode significar para essa comunidade ter que deixar sua casa e sua vizinhança?
13. Como você classificaria as comunidades envolvidas em termos de maior ou menor participação no movimento de resistência?

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA GESTOR(ES) RESPONSÁVEL(IS) PELA GESTÃO E GERENCIAMENTO DO PROJETO CAC

Dados de Identificação:

1. Nome
2. Data de Nascimento
3. Formação Profissional
4. Função

Perguntas para contextualização da ação:

1. Como foi feito o Estudo do Impacto Ambiental do CAC na região do Cariri?
2. Como foi a elaboração do relatório (RIMA)?
3. Quem foram os principais atores na elaboração do relatório?
4. Como foi feita a coleta de informações na comunidade para elaboração do EIA/RIMA?
5. Quem foram as pessoas das comunidades com as quais você(s) estabeleceu(ram) contato?
6. Como foi a devolutiva à comunidade sobre o projeto CAC e seu impacto na comunidade?
7. Como você(s) avalia(m) a resposta da comunidade ao projeto CAC?
8. Quais os desdobramentos provenientes da resposta da comunidade ao projeto CAC?

APÊNDICE E - Linha do Tempo do Fórum Popular das Águas do Cariri (FOPAC): quadro de referências

Quadro 23 - Referências da linha do tempo do FOPAC²⁰

2015
FÓRUM POPULAR DAS ÁGUAS DO CARIRI, 2015, Crato-CE. Ata [...]. [Criação do Fórum Popular das Águas do Cariri]. Crato-CE, FOPAC, 2015a. Não publicado.
FÓRUM POPULAR DAS ÁGUAS DO CARIRI, 2015, Crato-CE. Ata [...]. [Fica estabelecida a organização do Fórum...]. Crato-CE, FOPAC, 2015b. Não publicado.
FÓRUM POPULAR DAS ÁGUAS DO CARIRI, 2015, Crato-CE. Convite [...]. [Reunião de criação do Fórum Popular das Águas do Cariri]. Crato-CE, FOPAC, 2015c. Não publicado.
2016
ASSOCIAÇÃO RURAL BAIXIO DAS PALMEIRAS. V Seminário Das Associações Rurais Do Baixio Das Palmeiras . Crato: E.E.I.E.F. Professora Rosa Ferreira de Macedo, Baixio do Muquém, 2016. 1 cartaz.
FÓRUM POPULAR DAS ÁGUAS DO CARIRI, 2016, Crato-CE. Ata [...]. [Definição da audiência que acontecerá no auditório da Universidade Federal do Cariri]. Crato-CE, FOPAC, 2016a. Não publicado.
FÓRUM POPULAR DAS ÁGUAS DO CARIRI, 2016, Crato-CE. Ata [...]. [Encaminhamentos e ações do Fórum]. Crato-CE, FOPAC, 2016b. Não publicado.
FÓRUM POPULAR DAS ÁGUAS DO CARIRI, 2016, Crato-CE. Ata [...]. [Estabelecimento da mesa-redonda: água e saneamento]. Crato-CE, FOPAC, 2016c. Não publicado.
FÓRUM POPULAR DAS ÁGUAS DO CARIRI, 2016, Crato-CE. Ata [...]. [Fica estabelecido o acompanhamento dos sindicatos...]. Crato-CE, FOPAC, 2016d. Não publicado.
FÓRUM POPULAR DAS ÁGUAS DO CARIRI. Caracterização das comunidades atingidas pelo Cinturão das Obras do Ceará : CAC. Crato-CE: FOPAC, [2016e]. Não publicado.
FÓRUM POPULAR DAS ÁGUAS DO CARIRI. Carta de princípios do Fórum Popular das Águas do Cariri . Crato-CE, 2016f. Não publicação.
FÓRUM POPULAR DAS ÁGUAS DO CARIRI. Debate : água e saneamento. Juazeiro do Norte: FOPAC. 2016g. 1 cartaz.
FÓRUM POPULAR DAS ÁGUAS DO CARIRI. Formulário de cadastro ação de extensão : edital 07/2015 - PROEX. Juazeiro do Norte: Universidade Federal do Cariri, Pró-Reitoria de Extensão, [2016h]. 9 p. Não publicado.
FÓRUM POPULAR DAS ÁGUAS DO CARIRI. Ofício . Crato-CE: FOPAC, 8 out. 2016i. Assunto: Convite ao Deputado Renato Roseno para participação da mesa-redonda no Seminário das águas do Cariri. Não publicado.
FÓRUM POPULAR DAS ÁGUAS DO CARIRI. Programação do Seminário das Águas do Cariri . Crato-CE: FOPAC, 2016j. Não publicado.
FÓRUM POPULAR DAS ÁGUAS DO CARIRI. [Rascunho do projeto Yara] . [Crato-CE]: FOPAC, 2016k. Não publicado.

²⁰ Os documentos estão disponíveis no arquivo particular do Liro Nobre, representante do FOPAC. As referências estão ordenadas de acordo com a data de elaboração dos documentos apresentados.

FÓRUM POPULAR DAS ÁGUAS DO CARIRI. **[Relatório de atividades do FOPAC]**: CAC. Crato-CE: FOPAC, 2016l. Não publicado.

FÓRUM POPULAR DAS ÁGUAS DO CARIRI. **Seminário das Águas do Cariri: os impactos das grandes obras e diagnóstico hídrico regional e estadual**. Crato: Auditório Papa Francisco. 2016m. 1 cartaz.

2017

ASSOCIAÇÃO RURAL DO BAIXIO DAS PALMEIRAS. **Ofício**. Crato-CE: FOPAC, 10 jul. 2017. Assunto: Conforme resposta, (IC 04/2013) no e-mail do dia 21 de março de 2017 [...]. Não publicado.

FÓRUM POPULAR DAS ÁGUAS DO CARIRI, 2017, Crato-CE. **Ata** [...]. [Aborda os impactos do açude Barbosa em Várzea Alegre]. Crato-CE, FOPAC, 2017a. Não publicado.

FÓRUM POPULAR DAS ÁGUAS DO CARIRI, 2017, Crato-CE. **Ata** [...]. [É definida a necessidade de ir às comunidades e coletar informações como mapeamento das propriedades e número de removidos, coleta de denúncias e principais demandas]. Crato-CE, FOPAC, 2017b. Não publicado.

FÓRUM POPULAR DAS ÁGUAS DO CARIRI, 2017, Crato-CE. **Ata** [...]. [Solicitação de ata de audiência pública sobre o Cinturão das Águas, ocorrido em maio no Assentamento...]. Crato-CE, FOPAC, 2017c. Não publicado.

FÓRUM POPULAR DAS ÁGUAS DO CARIRI. **Nota de repúdio**. Crato-CE: FOPAC, jun. 2017d. Não publicado.

2018

FÓRUM POPULAR DAS ÁGUAS DO CARIRI, 2018, Crato-CE. **Ata** [...]. [Ata da reunião do Fórum Popular das Águas do Cariri ocorrida no dia vinte e nove de janeiro de dois mil e dezoito na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato, às dez horas da manhã]. Crato-CE, FOPAC, 2018a. Não publicado.

FÓRUM POPULAR DAS ÁGUAS DO CARIRI. **Nota de apoio ao acampamento em Lavras da Mangabeira**. Crato-CE: FOPAC, abr. 2018b. Não publicado.

2019

FÓRUM POPULAR DAS ÁGUAS DO CARIRI. **I Jornada Internacional Injustiça hídrica e territórios de resistência**. [Crato: FOPAC]. 2019a. 1 cartaz.

FÓRUM POPULAR DAS ÁGUAS DO CARIRI. **Nota de apoio à proibição da pulverização aérea de agrotóxicos no Estado do Ceará**. [Crato-CE]: FOPAC, 2019b. Não publicado.

FÓRUM POPULAR DAS ÁGUAS DO CARIRI. **Programação [I Jornada Internacional Injustiça hídrica e territórios de resistência]**. [Fortaleza]: FOPAC, 2019d. 1 cartaz.

FÓRUM POPULAR DAS ÁGUAS DO CARIRI. **Programação: IX Semana Zé Maria do Tomé**. Limoeiro do Norte; Quixeré; Tabuleiro do Norte: FOPAC, 2019.

FÓRUM POPULAR DAS ÁGUAS DO CARIRI. **[Resumo das atividades do Fórum Popular das Águas]**. [Crato-CE]: FOPAC, 2019e. Não publicado.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO CEARÁ. **Ofício nº 54/2019 - 6ªPJ/CRATO/CE**. Crato-CE: Ministério Público do Ceará, Procuradoria Geral de Justiça, 6ª Promotoria de Justiça de Crato-CE, 28 jan. 2019. Assunto: Inquérito Civil nº 04/2013 - Cinturão das Águas do estado do Ceará; notificação para Audiência Pública.

APÊNDICE F - Pesquisa sobre a relação do morador com sua habitação e comunidade

Primeiramente, agradecemos por sua colaboração. Abaixo você tem uma série de perguntas pessoais, as quais nos ajudarão a compreender sua história de vida e seu lugar de moradia. Qualquer dúvida em alguma questão, consulte nosso aplicador.

DADOS DO APLICADOR		
Nome:	Data:	Hora:
Lugar:	Questionário número:	
FORMULÁRIO SÓCIOECONÔMICO		
1. DADOS PESSOAIS		
NOME DO ENTREVISTADO (INICIAIS):		
1.1 SEXO: () M () F		
1.2 IDADE: 18 a 25 () 26 a 33 () 34 a 41 () 42 a 49 () 50 ou mais ()		
1.3 VOCÊ SE CONSIDERA: () branco () pardo/moreno () preto () indígena () quilombola		
1.4 FILHOS: () 1 () 2 () 3 () 4 ou mais () nenhum		
1.5 RELIGIÃO: () católica () evangélica () afro-brasileira () oriental () espírita () sem religião () outra		
1.6 ESTADO CIVIL: () solteiro(a) () casado(a) () separado(a)/divorciado(a) () viúvo(a) () mora com um(a) companheiro(a)		
1.7 NASCEU NA COMUNIDADE? Sim () Não () Se não, de onde veio?		
1.8 HÁ QUANTO TEMPO VIVE NA COMUNIDADE?		
2. ESCOLARIDADE, TRABALHO E RENDA		
2.1 NÍVEL DE ESCOLARIDADE: () não estudou () 1ª a 4ª série do fundamental (antigo primário) () 5ª a 8ª série (antigo ginásio) () ensino médio incompleto () ensino médio completo () ensino superior incompleto () ensino superior completo () pós-graduação		
2.2 EM QUE TRABALHA? () não trabalha () comércio () agricultura () pecuária () pensionista () construção civil () empregado de propriedade rural de outra pessoa () autônomo Se autônomo, especifique o tipo de trabalho: () trabalhador doméstico () funcionário do governo () outra categoria _____		

2.3 CARTEIRA ASSINADA: () CONCURSADO: () OUTROS: ()
2.4 RENDA MENSAL DA PESSOA: () até 1 s.m. () de 1 a 2 s.m. () de 3 a 4 () de 5 em diante () nenhuma renda
2.5 RENDA MENSAL DA FAMÍLIA: () até 1 s.m. () de 1 a 2 s.m. () de 3 a 4 () de 5 em diante () nenhuma renda
2.6 PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO: () Bolsa Família () Luz para Todos () Jovem Aprendiz () Benefício de Prestação Continuada (BPC) () Minha Casa, Minha Vida () Cisterna para Todos () recebe remédio no posto de saúde () Garantia Safra () Aposentadoria Rural
3. SAÚDE
3.1 TEM ALGUÉM NA FAMÍLIA COM DEFICIÊNCIA? Sim () Não () Se sim, marque a opção: () visual/cegueira () física/motora () auditiva/surdez () amputação () aprendizagem
3.2 TEM ALGUÉM NA FAMÍLIA COM ALGUMA DESSAS DOENÇAS? () cardíaco () depressão () diabetes () ansiedade () hipertensão () alcoolismo () desnutrição () esquizofrenia () câncer () bipolaridade () fobias () transtorno obsessivo-compulsivo () outros _____
3.3 VOCÊ FAZ USO DE MEDICAMENTOS DE USO CONTÍNUO OU CONTROLADO? Sim () Não () Se sim, qual? _____ Desde quando? _____
3.4 ACESSO À SERVIÇOS DE SAÚDE: () posto de saúde () hospital () UPA () CAPS () Plano
3.5 QUEIXAS COMUNS EM RELAÇÃO AO ESTADO FÍSICO/EMOCIONAL: () dificuldade para dormir () excesso de sono () sensação constante de fadiga/cansaço () choro frequente () irritabilidade () agressividade () isolamento () outros
4. SOBRE A RESIDÊNCIA
4.1 HÁ QUANTO TEMPO MORA NESTA CASA?
4.2 QUANTOS MORAM COM VOCÊ? () sozinho () 2 () 3 () 4 () 5 ou mais
4.3 QUEM MORA COM VOCÊ? (Pode marcar mais de uma opção) Moro Sozinho () Pai e/ou Mãe () Avô/Avó () Esposo(a)/Companheiro(a) () Filhos () Irmãos () Outros Parentes () Outras Pessoas ()
4.4 QUAL O TIPO DE CASA? () alvenaria/tijolo () taipa/pau a pique

4.5 SITUAÇÃO DO IMÓVEL: () próprio () alugado () financiado () cedido () herdado
4.6 TIPO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM SUA RESIDÊNCIA: () rede pública () poço/nascente () carro pipa () cisterna () outro
4.7 COMO É A RUA ONDE VOCÊ MORA? () calçada () asfaltada () estrada de terra () estrada de pedra
4.8 SUA CASA TEM ENERGIA ELÉTRICA? () Sim () Não
5. QUALIDADE DE VIDA
5.1 MOBILIDADE/TRANSPORTE: () carro próprio () bicicleta () moto () a pé () ônibus () topic/van () carroça/animal
5.2 PRÁTICA ATIVIDADE FÍSICA? Sim () Não () Se sim, qual?
5.3 HÁ COLETA DE LIXO ONDE VOCÊ MORA? Sim () Não () Se não, qual é o destino do lixo?
5.4 MARQUE OS ALIMENTOS QUE VOCÊ CONSUME COM FREQUÊNCIA: () horta própria () horta comunitária () feira () produtos industrializados
5.5 O QUE VOCÊ FAZ PARA SE DIVERTIR/RELAXAR/DESCANSAR: () televisão () rádio () cuidar do jardim/horta/animais () participar de grupos comunitários/religiosos () reunir-se com vizinhos () outros
5.6 MINHA MAIOR(es) PREOCUPAÇÃO(ões) HOJE SÃO: () família () dinheiro () saúde () moradia () trabalho () violência () questões ambientais () outros

Escala de apego ao lugar

As frases abaixo expressam sentimentos e percepções que você pode ter sobre seu lugar de moradia e a sua comunidade. Leia com atenção cada opção e marque os itens com sinceridade. Procure não deixar respostas em branco e saiba que não há certo ou errado.

APEGO AO LUGAR, IDENTIDADE DE LUGAR, COESÃO SOCIAL E SATISFAÇÃO RESIDENCIAL				
1	2	3	4	5
Nem um Pouco/ De jeito nenhum	Um Pouco	Mais ou Menos	Muito	Com Toda Certeza
SOBRE A CIDADE				

01. Eu gosto de viver nesta cidade	1	2	3	4	5
02. Nesta cidade eu me sinto em casa	1	2	3	4	5
03. Esta cidade tem a ver com a minha história pessoal	1	2	3	4	5
04. Se eu tivesse condições, mudaria para outra cidade	1	2	3	4	5
SOBRE A COMUNIDADE EM QUE VOCÊ MORA					
05. Eu gosto de morar nesta comunidade	1	2	3	4	5
06. Eu me sinto apegado à comunidade onde moro	1	2	3	4	5
07. Eu gostaria de mudar para outra comunidade	1	2	3	4	5
08. Quando eu estou fora, eu não sinto saudades deste lugar	1	2	3	4	5
09. Eu me sinto identificado com a comunidade onde moro	1	2	3	4	5
10. Dependendo das condições, eu não me importaria de mudar para outra comunidade	1	2	3	4	5
11. Este é meu lugar favorito para viver	1	2	3	4	5
12. Quando eu estou fora, fico feliz em voltar	1	2	3	4	5
13. Eu sinto que não pertenço a esta comunidade	1	2	3	4	5
14. Esta comunidade é parte da minha identidade	1	2	3	4	5
15. Eu sinto que sou desta comunidade	1	2	3	4	5
16. Eu não me importaria de mudar para outra comunidade	1	2	3	4	5
17. A comunidade onde eu moro é especial para mim	1	2	3	4	5
18. Eu lamentaria se tivesse que mudar para outro lugar	1	2	3	4	5
SOBRE OS MORADORES					
19. Os moradores da minha comunidade são unidos	1	2	3	4	5
20. As pessoas que vivem na minha comunidade têm gostos e costumes parecidos	1	2	3	4	5
21. Na comunidade onde moro, a maioria dos moradores se conhece	1	2	3	4	5
22. Nossa comunidade participa ativamente das atividades que dizem respeito a todos	1	2	3	4	5
23. Nossa comunidade mobilizou a sociedade em prol dos nossos direitos	1	2	3	4	5
24. Nossa comunidade participou ativamente no Fórum Popular das Águas	1	2	3	4	5
25. Nossa comunidade sempre luta em prol dos nossos direitos	1	2	3	4	5
SOBRE A CASA					
26. Eu gosto de morar nesta casa	1	2	3	4	5
27. Eu me arrependeria se tivesse que mudar para outra casa	1	2	3	4	5
28. Esta casa tem a ver com a minha história de vida	1	2	3	4	5
29. Esta casa é parte da minha identidade	1	2	3	4	5
30. Eu poderia me mudar desta casa, dependendo das condições	1	2	3	4	5
SOBRE O FÓRUM POPULAR DAS ÁGUAS					
31. Eu participei ativamente do fórum	1	2	3	4	5
32. O fórum é um importante movimento em busca dos nossos	1	2	3	4	5

direitos					
33. O fórum não significou nada para minha vida	1	2	3	4	5
34. O fórum foi importante para eu entender as consequências da política de água na nossa comunidade	1	2	3	4	5
35. O fórum não representou nada para nossa comunidade	1	2	3	4	5

APÊNDICE G - Portfólio do Projeto de cultura: “Resistência no Baixio das Palmeiras: Psicologia, Saúde e Meio Ambiente

Portfólio

Projeto de cultura: “Resistência no Baixio das Palmeiras: Psicologia, Saúde e Meio Ambiente”.

Atividades desenvolvidas de 2019:



- Conhecendo a comunidade. Visita à casa do seu “Zé”, o morador de mais idade do Baixio das Palmeiras.



- Visita à Casa da Farinha. Local onde ocorria a transformação da mandioca em farinha. Espaço muito importante para a comunidade Baixio das Palmeiras.



- Divulgação do Projeto na Unileão.

Atividades desenvolvidas de 2019:



➤ Reunião para posse dos integrantes do Projeto.



➤ Oficina de plantas medicinais.



➤ Visita à Chapada do Baixo.

Atividades desenvolvidas de 2019:



➤ Reunião da equipe de psicologia.



➤ Visita as casas.



➤ Fórum de Injustiça Hídrica em Fortaleza.

Atividades desenvolvidas de 2019:



- Atividades sobre o tema "autocuidado", ocorridas na escola com pré-adolescentes e adolescentes.



- Reunião na Casa de Quitéria.



- Entrega dos certificados de participação no 1º encontro de conhecimento do território em estudo.

Atividades desenvolvidas de 2019:



- Oficina de raízes medicinais no posto de saúde 07/06.



- Oficina acerca do tema "automutilação", em parceria com a LISAM (Liga de saúde Mental).



- Encerramento das atividades no posto de saúde do Baixio das Palmeiras.

Atividades desenvolvidas de 2019:



- Reunião do sindicato: Roda de conversa sobre alimentação saudável.



- Inauguração do Posto de Saúde Romualdo.



- Reunião da equipe para avaliação das atividades de 2019.1.

Atividades desenvolvidas de 2019:



- Encerramento da atividade escolar com pré-adolescentes e adolescentes.



- Visita às obras do Cinturão em Barbalha, Sítio Itaquari.



- Casa de Farinha Zé Gomes.
- Farinhada realizada em 2019.

Atividades desenvolvidas de 2019:



- Oficina acerca do tema "autocuidado", realizada nos postos Baixio das Palmeiras e Muquém.



- Visita às obras do Cinturão em Jati.



- Demarcação aplicada pela empresa V.B.A. para indicar passagem da obra.

Atividades desenvolvidas de 2019:



- Visitas domiciliares.



- Visitas domiciliares.



- Visitas domiciliares.

Atividades desenvolvidas de 2019:



▪ Casa antes da obra do CAC.



▪ Casa construída através da verba negociada com a equipe da empresa ligada ao governo federal.



▪ Reunião com a Associação Rural do Baixio das Palmeiras.

Atividades desenvolvidas de 2019:



▪ Reunião com a Associação Rural do Baixio das Palmeiras.



▪ Casa da moradora Adriana antes da obra Cinturão das Águas do Ceará.



▪ Casa nova da moradora Adriana, construída com o recurso da reinstituição acordada entre as partes.

Atividades desenvolvidas de 2019:



- Apresentação do Projeto na Mostra UFCA.

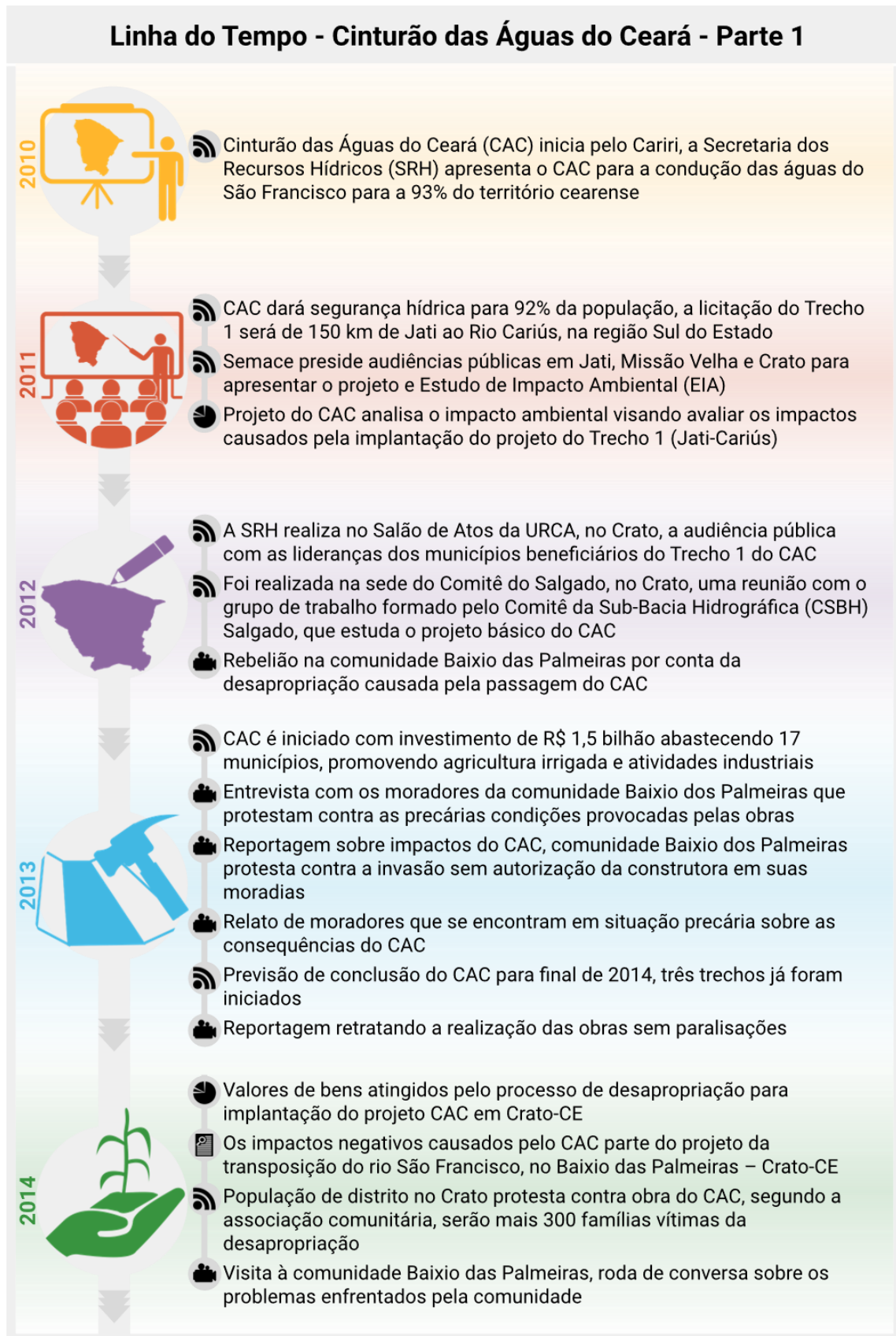


- Semana de Pesquisa e Pós Graduação da UFCA. Psicologia e Ambiente: Um estudo das Relações afetivas com o lugar.

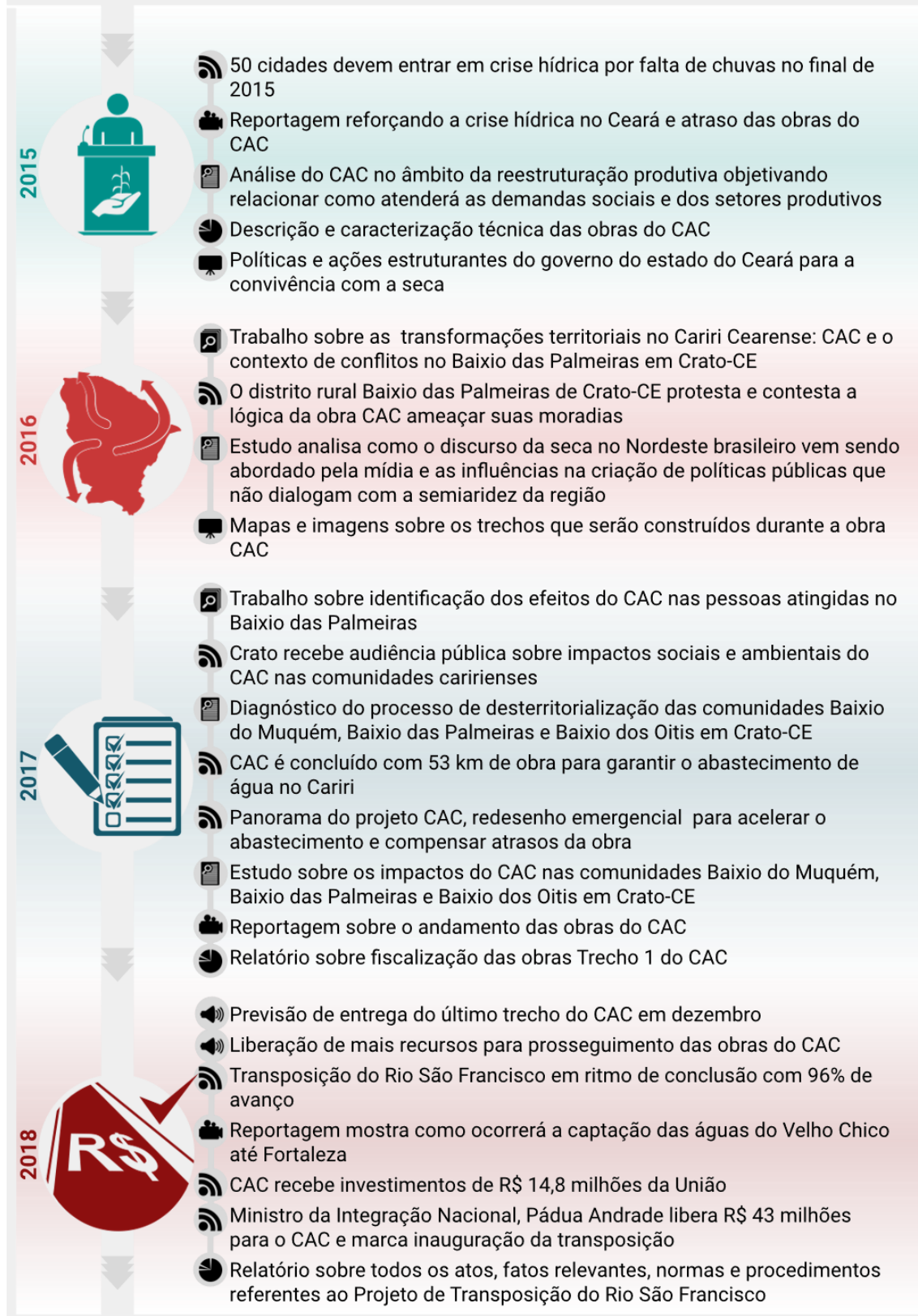


- Apresentação do Projeto em Bogotá.

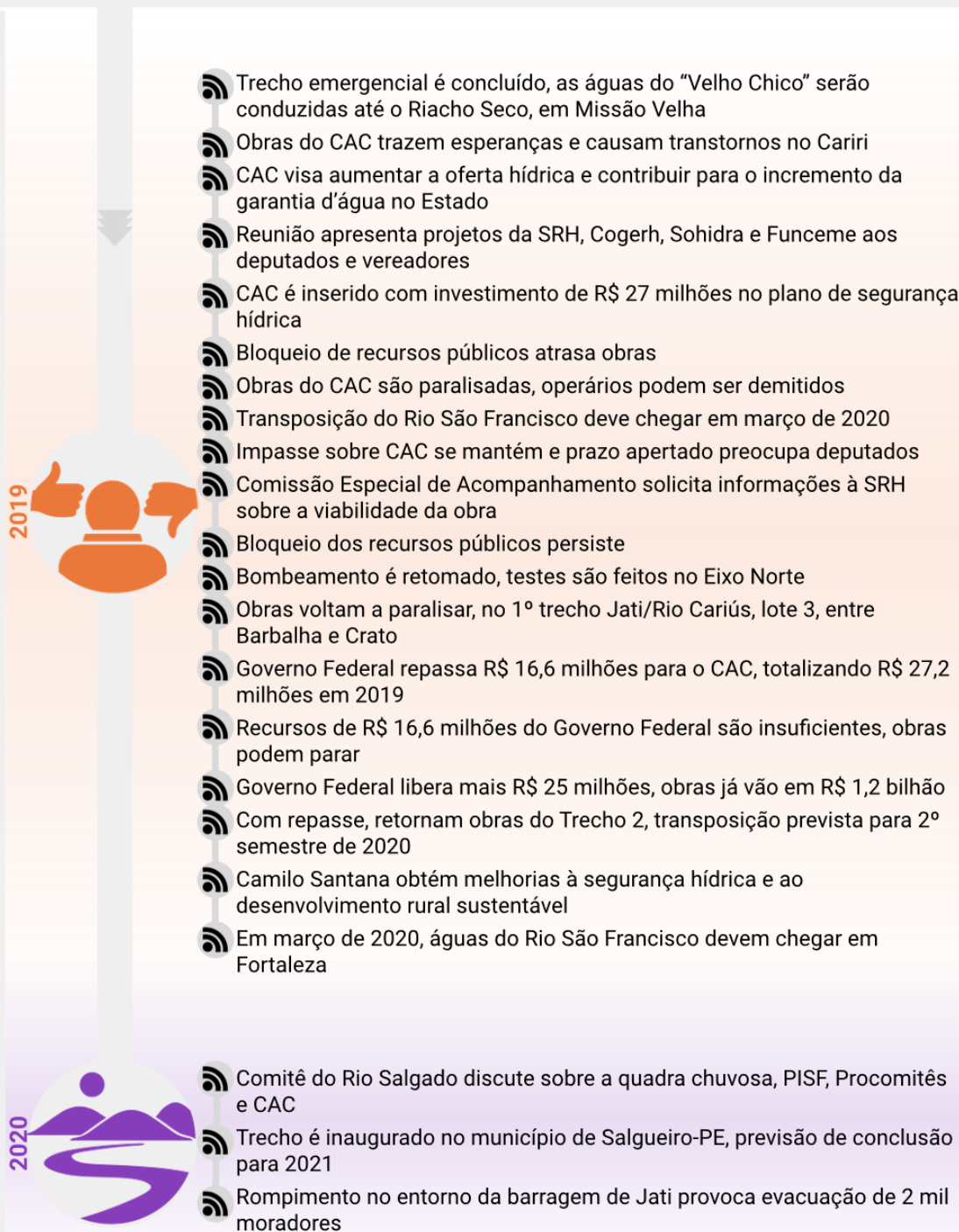
APÊNDICE H - Linha do tempo do CAC: infográfico



Linha do Tempo - Cinturão das Águas do Ceará - Parte 2



Linha do Tempo - Cinturão das Águas do Ceará - Parte 3



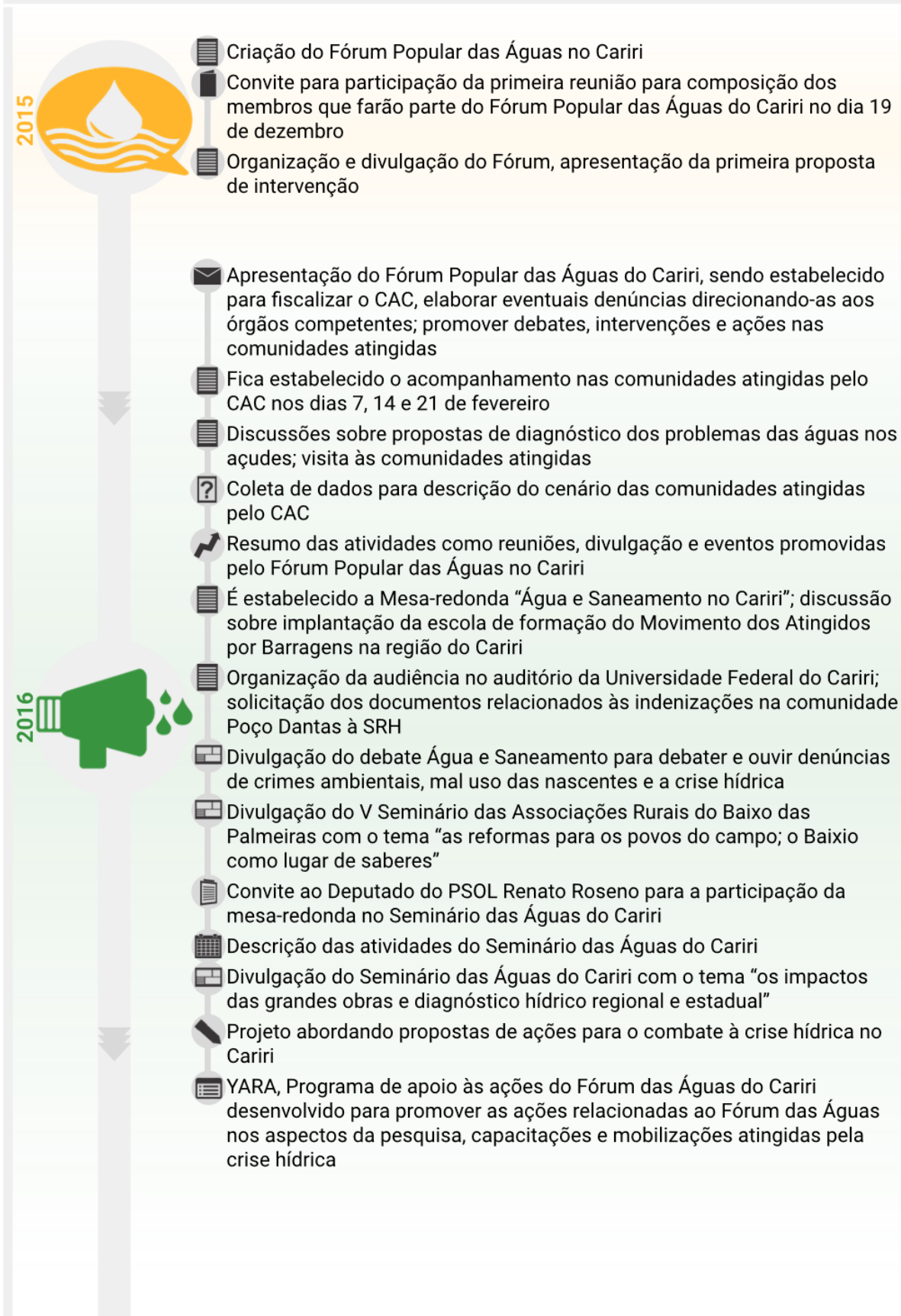
Legenda:

- Notícia
- Documento técnico do projeto
- Vídeo documentário
- Dissertação
- Artigo
- Slides
- Áudio

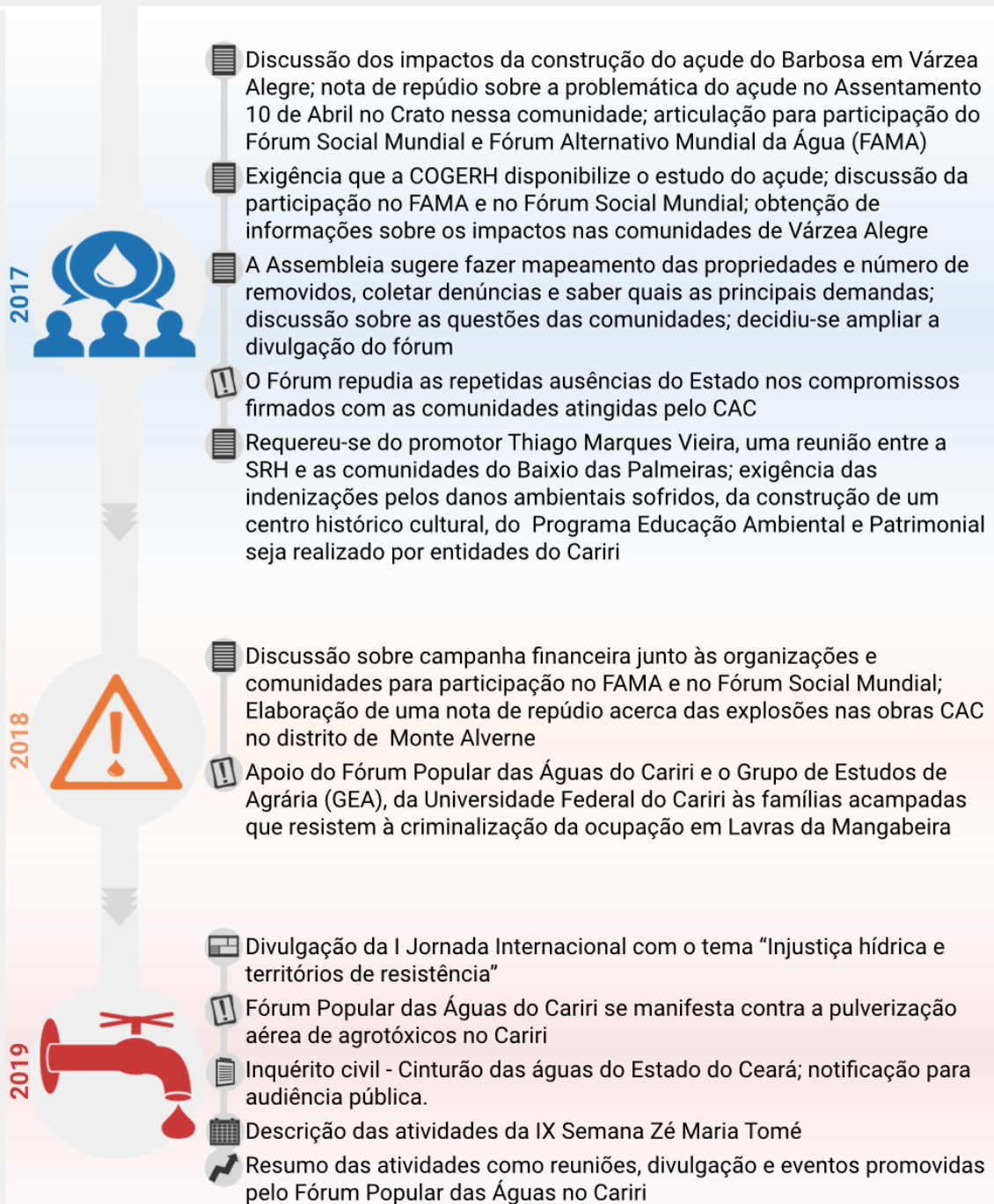
Fonte: elaborado pela autora (2020)

APÊNDICE I - Linha do tempo do Fórum Popular das Águas: infográfico

Linha do Tempo - Fórum Popular das Águas do Cariri - Parte 1



Linha do Tempo - Fórum Popular das Águas do Cariri - Parte 2



Legenda:

- Ata Cartaz Carta Convite
- Formulário Ofício Nota Programação
- Projeto Relatório Questionário

Fonte: elaborado pela autora (2020).

ANEXO A - Cinturão de Águas do Ceará (CAC): histórico

CAC- CINTURÃO DE ÁGUAS DO CEARÁ

Histórico

O Cinturão de Águas do Ceará (CAC) é uma das estratégias de abastecimento de comunidades, sendo uma forma de integração com o Rio São Francisco, principalmente no sul do estado, onde a grande demanda do abastecimento é feita por água subterrânea, cujo aquífero tem apresentado deficiência em sua recarga. O projeto envolverá todo o estado por meio de um conjunto de canais, túneis, sifões e sistemas adutores em uma extensão aproximada de 1.252,65 km.

O traçado do eixo do CAC é um dos mais completos registros da evolução geológica do planeta terra, com expressivos testemunhos geológicos das principais rochas preservadas do arqueano inferior, datando de mais de 3,0 bilhões de anos até chegar ao cretáceo (aproximadamente 100 milhões de anos), onde praticamente todo Trecho 01 do CAC se insere, destacando-se a Chapada do Araripe com o atrativo dos seus sítios paleontológicos.

No momento encontra-se em execução o Trecho 01, que é dividido em 05 lotes, cujo percentual executivo até o momento é da ordem de 25% (vinte e cinco por cento).

O Projeto do Cinturão de Águas do Ceará foi concebido seguindo a macrodiretriz de distribuição das vazões transpostas do Rio São Francisco às principais bacias hidrográficas do Ceará de forma gravitária. As alternativas foram formuladas e consolidadas perseguindo - se o objetivo de transporte da água sem a necessidade de bombeamento.

Na alternativa de referência está previsto apenas o bombeamento para o Ramal do Litoral na tomada d'água do projeto de Irrigação Baixo Acaraú, na Barragem Santa Rosa, já construída e em operação.

RESUMO DOS TRECHOS DO CAC – CINTURÃO DE ÁGUAS DO CEARÁ

TRECHOS DO CAC	EXTENSÃO APROXIMADA	VAZÃO MÁXIMA PRE-ESTIMADA
Trecho 1 - Jati - Cariús	149,85	30 m³/s
Trecho 2 - Cariús - Jaguaribe/Poti	271,00 km	25 a 30 m³/s
Trecho 3 - Jaguaribe/Poti - Acaraú	137,00 km	25 m³/s
Ramal Oeste - Acaraú - Coreaú	181,80 km	15 m³/s
Ramal Leste - Acaraú - Curu - Metropolitana - Cedro/Quixadá	303,00 km	8 m³/s
Ramal Litoral - 1ª Alternativa	140,00 km	5 m³/s
Trecho Ligação com Eixo de Integração	40,00 km	5 m³/s
1ª Derivação para Banabuiú: Túnel	20,00 km	2 m³/s
2ª Derivação para Banabuiú: Túnel	10,00 km	2 m³/s
Extensão total aproximada do CAC	1.252,65 Km	

RESUMO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DO 1º TRECHO JATI/RIO CARIÚS DO PROJETO DO CINTURÃO DE ÁGUAS DO CEARÁ - CAC NOS DIVERSOS LOTES											
TRECHO	CANAIAS (km)	SIFÕES (km)	TÚNEIS (km)	TOTAL	VALOR DO CONTRATO R\$ (A)	VALOR DO REPLANILHAMENTO R\$ (B)	VALOR DO 1º REAJUSTE R\$ (C)	VALOR DO 2º REAJUSTE R\$ (D)	TOTAL GERAL (A+B+C+D) R\$	PESSOAL MOBILIZADO	PERCENTUAL FÍSICO EXECUTADO %
1.1	33,41	5,24	0,00	38,65	313.233.235,27	24.829.974,14	22.880.752,31	14.113.191,18	375.057.152,90	201	30
1.2	29,72	2,68	3,98	36,38	285.749.183,11	28.949.280,98	21.499.245,74	0,00	336.197.709,83	27	23
1.3	26,59	8,64	0,63	35,86	320.935.231,53	15.677.034,73	25.826.892,97	0,00	362.439.159,23	65	19
1.4	30,50	2,29	1,38	34,17	382.812.451,09	0,00	0,00	0,00	382.812.451,09	106	3
1.5	4,79	0,00	5,99	10,78	263.872.132,65	36.320.111,90	23.443.791,08	0,00	323.636.035,63	722	50
TOTAL TRECHOS	125,01	18,85	5,99								
TOTAL GERAL				149,85	1.566.602.233,65	105.776.401,75	93.650.682,10	14.113.191,18	1.780.142.508,68	1.121	25,00

* NOTA : O LOTE 05 É SEGMENTADO NOS LOTES: 02, 03 e 04.

ANEXO B - Projeto Cinturão de Águas do Ceará (CAC)

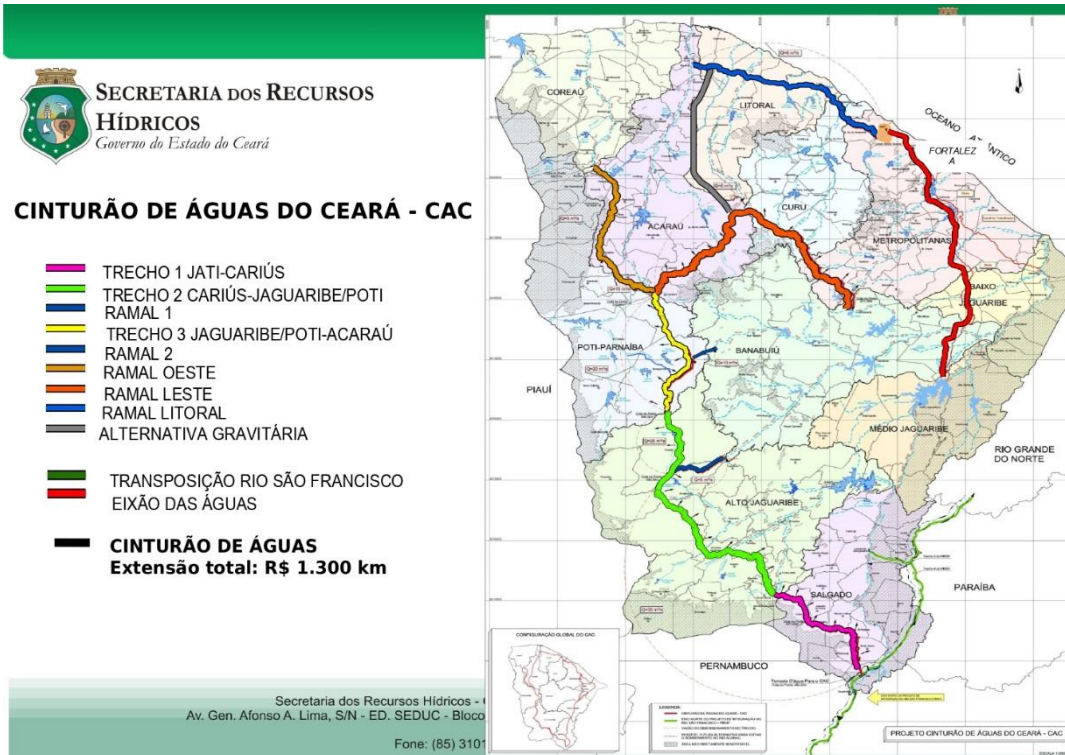



SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS
 Governo do Estado do Ceará

PROJETO CINTURÃO DE ÁGUAS DO CEARÁ - CAC



Secretaria dos Recursos Hídricos - Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
 Av. Gen. Afonso A. Lima, S/N - ED. SEDUC - Bloco C - 2º andar - CEP: 60819-900 - CAMBÉBA / Fortaleza - Ceará
 Fone: (85) 3101.3994/3995 Fax: 3101.4049



 GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ


SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS
Governo do Estado do Ceará

Trecho 1
Jatí – Cariús

Municípios atingidos:
 Jatí
 Porteiras
 Brejo Santo
 Abaiara
 Missão Velha
 Barbalha
 Crato
 Nova Olinda

Custos dos Estudos
 R\$ 3.110.452,07
 Custo da 1ª Etapa
 R\$ 1.600.000.000,00
 Custo Total
 R\$ 6.800.000.000,00

Extensão Trecho 1: 145,3 Km
 Vazão pré-estimada: 30 m³/s



Trecho 1 – totalmente gravitário, com início na tomada d'água na barragem Jatí, onde haverá a captação das vazões transpostas pelo Projeto PIRSF. Esse trecho tem extensão total de 145,3 km, terminando na travessia do rio Cariús, com vazão máxima de 30 m³/s

Secretaria de
 Av. Gen. Afonso A. Lima, S/N

Fone: (85) 3101.3994/3995 Fax: 3101.4049

 GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS
Governo do Estado do Ceará

Trecho 2
Cariús-Jaguaribe/Poti

Municípios no percurso do canal

Nova Olinda
 Antonina do Norte
 Aiuaba
 Tauá
 Crateús
 Independência

Extensão: 380 km
 Vazão pré-estimada: 30 a 35 m³/s



Secretaria dos Recursos Hídricos - Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
 Av. Gen. Afonso A. Lima, S/N - ED. SEDUC - Bloco C - 2º andar - CEP: 60819-900 - CAMBÉBA / Fortaleza - Ceará

Fone: (85) 3101.3994/3995 Fax: 3101.4049



Trecho 3
Jaguaribe/Poti-Acaraú

Municípios no percurso do Canal / rios

- Tamboril
- Varjota
- Cariré
- Groaíras
- Sobral
- Santana do Acaraú
- Morrinhos
- Marco
- Bela cruz
- Cruz
- Acaraú



Secretaria dos Recursos Hídricos - Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gen. Afonso A. Lima, S/N - ED. SEDUC - Bloco C - 2º andar - CEP: 60819-900 - CAMBEBA / Fortaleza - Ceará

Fone: (85) 3101.3994/3995 Fax: 3101.4049

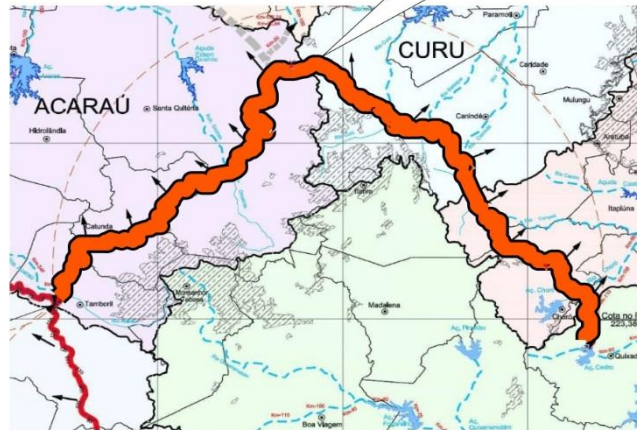


Ramal Leste
Acaraú – Curu – Metropolitanas
– Cedro/Quixadá

Municípios no percurso do canal / rios

- Tamboril
- Catunda
- Sta. Quitéria
- Miraíma
- Amontada
- Gen. Sampaio
- Apuiarés
- Pentecoste
- S. Luis do Curu
- Paracuru
- Choró
- Itapiúna
- Capistrano
- Ocara
- Chorozinho

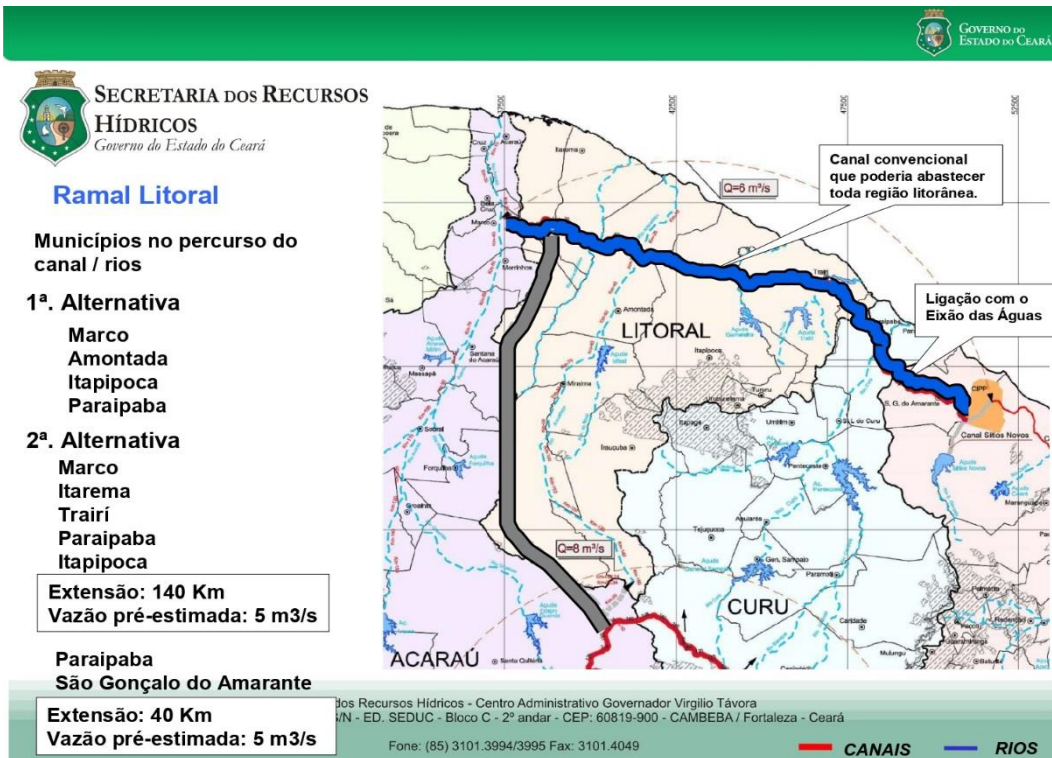
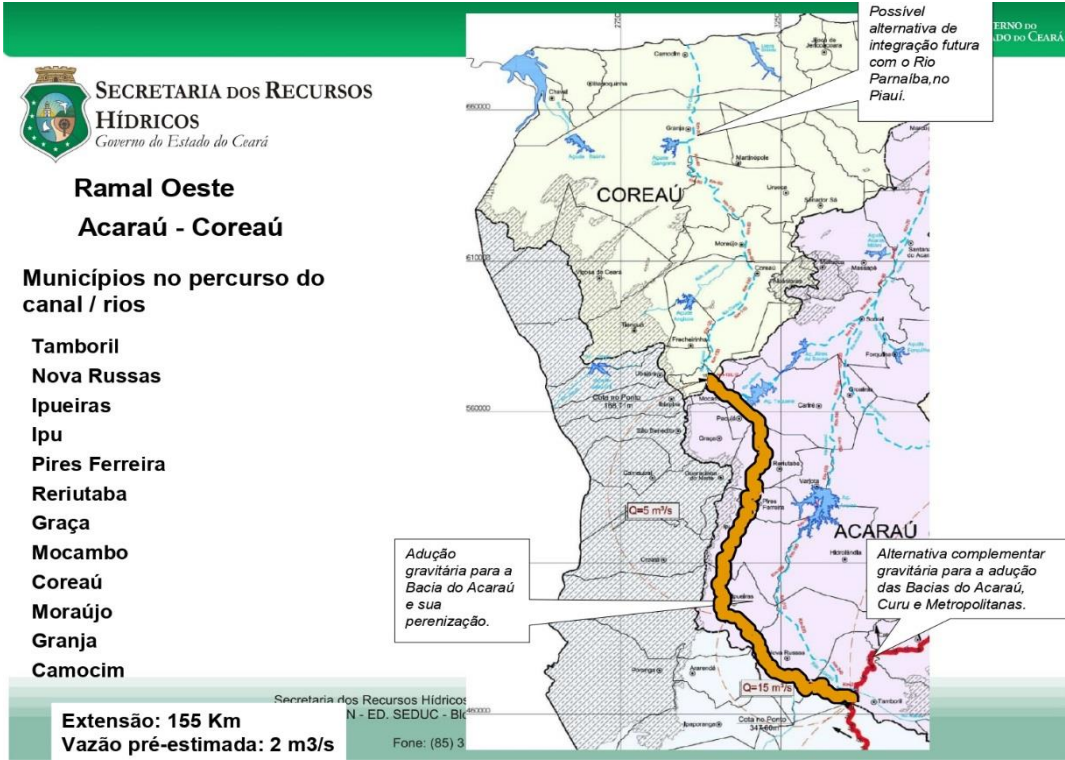
Alternativa complementar gravitária para a adução das Bacias do Acaraú, Curu e Metropolitanas.



Extensão: 260 Km
Vazão pré-estimada: 5 m3/s

dos Recursos Hídricos - Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
S/N - ED. SEDUC - Bloco C - 2º andar - CEP: 60819-900 - CAMBEBA / Fortaleza - Ceará

Fone: (85) 3101.3994/3995 Fax: 3101.4049





SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS
Governo do Estado do Ceará

Derivações Banabuiú

1ª. Extensão: 20 Km, com túnel.
Vazão pré-estimada: 2 m3/s

2ª. Extensão: 10 Km, com túnel.
Vazão pré-estimada: 2 m3/s

Municípios no percurso: Catarina, Mombaça, Piquet Carneiro, Senador Pompeu, Banabuiú, Morada Nova, Pedra Branca, Boa Viagem, Quixeramobim, Banabuiú



Secretaria dos Recursos Hídricos - Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gen. Afonso A. Lima, S/N - ED. SEDUC - Bloco C - 2º andar - CEP: 60819-900 - CAMBEBA / Fortaleza - Ceará

Fone: (85) 3101.3994/3995 Fax: 3101.4049

ANEXO C - Ata da 1ª Reunião Extraordinária do ano de 2010 do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente do Município de Crato - CE

Ata da 1ª Reunião Extraordinária do Ano de 2010 do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente do Município de Crato-CE.

Ao 1º (primeiro) dia do mês de dezembro de 2010 (dois mil e dez), no Cine Teatro Salviano Arraes Saraiva às 8h30min, reuniu-se o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente em sua primeira reunião extraordinária do ano de 2010 (dois mil e dez). Após verificação do quórum pelo presidente Nivaldo Soares de Almeida foi declarado o início da primeira reunião extraordinária do ano de 2010, tendo como pauta a exposição do Projeto Cinturão das Águas, pela Secretária dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará e a VBA, empresa responsável pela elaboração do projeto, na oportunidade o presidente informou que essa reunião está sendo possível em função de manifestação de membros do COMDEMA e aprovado em reunião que aconteceu no dia 13 de outubro de 2010, em seguida foi informado que o conselho é composto por 23 (vinte e três) instituições e que essa exposição servirá para esclarecer o que é o Cinturão das Águas e os impactos que o mesmo venha a causar seja ele positivo ou negativo. Em seguida Nivaldo chamou para compor a mesa as seguintes pessoas: Dr. Samuel Araripe, prefeito de Crato; Dr. Ramon Rodrigues, secretário executivo da Secretaria dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará; Dr. Sousa Neto, responsável pela elaboração do projeto; Dr. Arlindo Gomes Filho representante do ICMBio, analista ambiental em Cabedelo - Paraíba - Regional 06; Dr. Yarley Brito, gerente regional da COGERH Bacia do Salgado. Após a composição da mesa o presidente saudou a todas as instituições presentes, membros do COMDEMA, os secretários municipais de Crato e também ao Dr. Hênio Nascimento Melo Júnior - professor da URCA, representantes da EMATERCE, escolas particulares, UFC, entre outros que se encontravam presentes. Foi informado então pelo mesmo que essa reunião é uma reunião de trabalho, sendo que esse momento solene é apenas para preencher algumas formalidades. Saudou a todos da mesa e ao público em geral, passou então a palavra para Yarley Brito que inicialmente parabenizou os membros do COMDEMA na pessoa do presidente Nivaldo, dizendo que o mesmo é uma pessoa que tem uma relação interinstitucional muito boa e que tem procurado construir as coisas através do diálogo, dizendo ser muito importante

isso, pois, os órgãos públicos federais e estaduais precisam desse tipo de relação porque nossa região tem uma fragilidade ambiental muito grande, sendo, portanto essa relação a base para um desenvolvimento sustentável, assim sendo a articulação dos órgãos é muito importante. Logo após, Nivaldo destacou as presenças de: Dra. Fernanda Fernandes da SEMACE e da Vereadora Joana Pedrosa representante da Câmara Municipal do Crato; passando a palavra para o Dr. Ramon Rodrigues que fez sua saudação e agradeceu a acolhida do prefeito Samuel e o presidente do COMDEMA Nivaldo e falou que é com muita satisfação que a Secretaria dos Recursos Hídricos em nome do Governo do Estado e do secretário Cesar Pinheiro que vem aqui fazer uma primeira reunião sobre o CAC (Cinturão das Águas do Ceará), mencionando que a política de águas é uma das políticas mais participativas que existem, portanto não poderia deixar de atender a um chamamento na região que ele mais influencia o mesmo. Foi prevista algumas reuniões, inclusive audiências públicas, já tendo havido vários contatos pelo pessoal que fez os estudos ambientais e estudos técnicos, com pessoas formadoras de opiniões e pessoas interessadas no desenvolvimento regional, disse ser a obrigação, acima de tudo mostrar o que o governo quer fazer para a comunidade e ouvir principalmente aqueles que vão ser atingidos e beneficiados, que segundo ele é o caso dos presentes a essa reunião. Disse ainda que é determinação do governador de que sempre se procure discutir com a comunidade e se procure agregar o projeto com uma série de sugestões e que, a comunidade local é quem sabe o que pode ser melhorado nesse projeto. Esse projeto permite que as águas do São Francisco possam beneficiar essa região e que, foi com muito trabalho, com muita solução de engenharia que a VBA fez essa proposição ao governador, informando que o projeto quando concluído estará estimado na faixa de R\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de reais) sendo que o primeiro trecho que corresponde ao Cariri será de R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais), já tendo garantido a quantia de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões) pelo governo Lula e com certeza a presidenta Dilma irá honrar. Ao terminar sua fala Dr. Ramon Rodrigues informou que está aberto para discutir esse projeto em qualquer fórum bastando ser convidado, disse ainda que fica muito satisfeito com a presença de estudantes, sendo isso uma prova que

providencia; disse ainda que o primeiro projeto do São Francisco, em seu trecho norte, com projeto básico de 1989/1990 que saía de Cabrobó e chegava em Jati era bem parecido com o que está hoje, no Ceará era jogado diretamente no Salgado, não passava por Orós pois o sonho dos Cearenses era que passasse por Orós pois ainda não tinha o Castanhão, surgiram então algumas alternativas, com possibilidade de passar pelo Tocantins depois o Ciro Gomes, na época ministro, deu continuidade ao projeto do São Francisco, ficando o projeto do Tocantins arquivado para ser utilizado um dia quando necessário. Há quatro anos foram contratados através de licitação para estudar o trecho 3 e o trecho 4 do São Francisco que foi modificado pois assim o investimento nesse trecho seria menor e o excedente poderia ser investido em outra área passando por todo o Ceará. Mostrou as áreas de abrangência do canal através de animação gráfica. O projeto é de longo prazo, cerca de 20 anos, sendo que a parte que interessa a nós aqui no Cariri está programada para acontecer em 4 anos já tendo 50% dos recursos para execução do projeto assegurados. O Dr. Ramon Rodrigues interrompeu a apresentação do Dr. Sousa Neto para dizer que embora a gente pense que é um sonho fazer um projeto desse porte que custa seis bilhões, o mesmo informou que, o eixão das águas, do Castanhão para a região do Pecém, com 256 quilômetros de canal e uma vazão de 22 m³/s (metros cúbicos por segundo) e que na época ninguém acreditava que poderia ser realizado, nem mesmo o Banco Mundial, mas os trechos 1, 2 e 3 já estão concluídos e o trecho 4 já está praticamente pronto com um túnel de quase 2 quilômetros, após essas informações o mesmo fez o convite a qualquer um que queira conhecer podendo só articular com ele que terá o prazer de mostrar o trabalho que está fazendo, informou ainda que a região do Gavião até o Pecém já está sendo feita sendo um projeto mais difícil devido a região ser bastante ocupada por pessoas. Em seguida o Dr. Sousa Neto agradeceu o aparte do Dr. Ramon e continuou sua apresentação dizendo que sabe que o interesse dos presentes é pelo o que vai ser construído agora, informou que o nome Cinturão das Águas foi dado pelo governador, disse ainda que há uma possibilidade do Cariri poder utilizar as águas do Parnaíba, caso venha a existir alguma demanda em tempos futuros. Continuou então sua apresentação através de animações gráficas, mostrando

meio ambiente e principalmente água atraem os futuros donos desse país e isso o deixa muito feliz, o mesmo agradeceu em seguida. Logo após Nivaldo registrou a presença de Dr. Procópio Silveira presidente da SAAEC e passou a palavra para o prefeito municipal Samuel Araripe, que saudou a todos, dizendo que seria breve, pois o que mais interessa é a palestra do representante da VBA; cumprimentou o Dr. Ramon, mandando um abraço cordial ao Dr. Cesar Pinheiro Secretário dos Recursos Hídricos e por extensão ao Governador do Estado Cid Gomes, cumprimentando em nome do mesmo os componentes da mesa e todas as pessoas que foram convidadas e compareceram ao teatro para acompanhar esse projeto, disse ainda que esse é um projeto que interessa por demais a todos os nordestinos e especialmente as pessoas do Cariri, especificamente do nosso município do Crato, tendo em vista que essa obra passará na zona urbana do nosso município, o mesmo parabenizou os membros do COMDEMA em nome do presidente Nivaldo pela iniciativa de provocar esse debate, sendo o mesmo uma parceria do governo federal, estadual e municipal e acima de tudo da comunidade que será a grande beneficiária desse projeto, e que os recursos que serão utilizados são significativos tendo o projeto um duplo benefício que é gerar emprego, renda e trazer acima de tudo a solução de problemas gravíssimos que temos aqui no Ceará que é o abastecimento de água, pois as fontes que existem na Chapada do Araripe são insuficientes para abastecer pelo o crescimento da Cidade. O prefeito Samuel Araripe parabenizou a todos que tiveram a iniciativa agradecendo a presença de todos. Após a palavra do prefeito o presidente Nivaldo Soares agradeceu a presença de todos e solicitou que a mesa fosse desfeita para que o Dr. Souza Neto pudesse fazer a apresentação do projeto. Ao iniciar sua apresentação o mesmo saudou a todos e contou a história da participação da VBA bem como a paixão pelo projeto. Informou que quando da sua vinda ao Cariri quando ainda cursava mestrado em Recursos Hídricos e começou a trabalhar com projetos comunitários de sistemas de irrigações na época diziam que em todo canto que furasse tinha água mas houve então uma grande decepção pois a partir de estudos feitos pôde concluir que o Cariri não tem tanta água assim, também quando trabalhou na CAGECE pôde perceber que a água que é consumida já era bem antiga e precisava ser tomada alguma

todo o percurso do Cinturão das Águas. Foram Estudados cinco alternativas para verificar a viabilidade do projeto. Já foram contratados os estudos do EIA/RIMA do primeiro trecho. Foram feitas algumas perguntas tais como por que a demora de três anos na construção de um túnel. O mesmo informou que o trabalho a ser realizado nessa construção é praticamente manual e que uma frente faz dois metros por dia e que precisa ver se compensa gastar mais para reduzir o prazo em um ano. O Canal tem seis quilômetros de tubulação na cidade de Crato. Nivaldo pediu um detalhamento melhor da passagem do Canal aqui no Crato, o que foi atendido com prontidão, utilizando as animações gráficas. Arlindo Siebra falou que precisaremos de um financiamento para poder redirecionar o plano diretor, pois as áreas envolvidas nesse projeto, são áreas de interesse social que estavam sendo projetados para conjuntos habitacionais, áreas de expansão urbana futura, tendo que ver a interferência desse projetos nessas obras dentro do crescimento da dinâmica urbana portanto, é necessário ver esse redimensionamento do nosso plano diretor que está com mais ou menos um ano que foi revisto e com esse canal, essa realidade vai mudar pois essas áreas não mais vão poder ser ocupadas pois vão haver restrições de algumas infraestruturas. Dr. Sousa Neto informou que a intensão do projeto é fazer uma rua pavimentada em cima dos tubos e já deixar urbanizada, disse ainda que o que tiver de plano diretor pode ser visto, juntamente com o Dr. Ramon. O Dr. Ramon falou que a ideia é de procurar alternativas para proteger esse canal e que essa proteção tem que estar de acordo com o plano de ocupação de área do município, por isso tem que ser um trabalho conjunto com cada gestor municipal a partir do seu plano diretor, falou ainda que em relação ao detalhamento do projeto no que se refere à cidade do Crato os mesmos estarão no período da tarde com toda documentação, podendo até ser feitas algumas visitas e sugeriu fazer um grupo técnico, que eles estariam disponíveis a vir novamente aqui passar o tempo necessário estudando todas as alternativas do projeto. Logo em seguida Dr. Sousa Neto fez uma ligeira apresentação sobre o sifão do Crato. Pedro Augusto do ICMBio informou que essa área que irá passar o sifão do Crato é uma área que está quase toda em reserva de interesse ambiental, é uma APP. Dr. Sousa Neto disse que esses detalhamentos podem ser vistos, e que o problema é a questão

de recursos, encerrou sua apresentação e disse estar aberto para qualquer pergunta, dizendo que a parte ambiental deixará ao cargo da Dra. Naimar Barroso. Dr. Procópio, presidente da SAEEC, perguntou ao Dr. Sousa Neto se entre as muitas soluções que estão sendo apresentadas, já tinha um caminhamento definitivo desses tubos e desses sifões na área urbana do Crato, ou seja qual a solução mais coerente. O mesmo respondeu que já tem, mas que pode ser ajustado, que há uma flexibilidade e disse estar aberto para fazer esses ajustes dizendo ter interesse em se reunir com eles para que possam ser feitas algumas interferências tendo em vista um projeto de saneamento do município. Foi questionado sobre a participação da representação do Cariri no COEMA onde o EIA/RIMA será analisado, pois só existe uma representação que é a representação da URCA e na região dos Inhamuns tem uma ONG, portanto se faz necessário que haja mais representação, como por exemplo o COMDEMA-Crato, outro questionamento foi sobre a política de compensação ambiental pois, nas três grandes obras que estão sendo realizadas pelo governo federal aqui na região, em nenhuma delas ainda, houve repasse do dinheiro da compensação e nem a termelétrica do Pecem que iria investir no Parque do Sítio Fundão. Em relação à representatividade o Dr. Sousa Neto informou que em nenhum momento pensou em levar nada para o COEMA, sem essa questão estar resolvida aqui, a intenção é de se resolver tudo aqui antes de ir para o plenário, passou então a palavra para Dr. Ramon responder o outro questionamento sendo que antes disso Dr. Nivaldo registrou a presença do Dr. Pedro Luiz promotor de justiça que tem dado uma contribuição muito grande na questão ambiental e urbanística aqui no Crato. Dr. Ramon disse que essa preocupação é pertinente mas que não tem a intenção de ir para o conflito, todas essas questões devem ser resolvidas por aqui pois são as orientações que têm dos superiores e, a EIA/RIMA, já foi enviada para SEMACE que também já passou para o ICMBio e que o ICMBio juntamente com o COMDEMA mostrou a necessidade da vinda deles para o Crato afim de trocar ideias mas sabe que com certeza a SEMACE deve fazer algumas audiências públicas sobre isso aqui na região, pois faz parte do processo de licenciamento mas de qualquer maneira disse estar aqui com a consultoria ambiental para fazer alguns esclarecimentos sobre os estudos feitos,

quanto às compensações ambientais ele disse que fica um pouco triste com a legislação, pois acha que as compensações devem ser aplicadas onde o impacto estiver acontecendo, mas nunca é assim. Pedro Augusto do ICMBio, parabenizou o Jackson Antero que estava presente, pela luta e perseverança na defesa do meio ambiente onde todos o saudaram com palmas, em seguida Pedro tranquilizou a todos dizendo para os cidadãos cratenses e as pessoas que estão preocupadas com essa representatividade que o ICMBio tem acento no COEMA sendo que a coordenadora regional é a conselheira, o que pode dar uma certa tranquilidade; falou ainda que não gosta de compensação, que as obras tem que ser feitas com o menor impacto possível e tudo tem que ser mitigado no local da obra, compensação é admitir que impacto pode ser evitado, sendo aplaudido. Em seguida foi passado um vídeo (animação) do que vem a ser o canal. Após o vídeo passou-se a palavra para a Dra. Naimar Barroso apresentar os aspectos da EIA/RIMA que ela desenvolveu juntamente com os técnicos da VBA, a mesma informou que é especialista na área de sócio economia e integrou a equipe que elaborou o EIA/RIMA, na sua apresentação a mesma passou em linhas gerais o que foi feito no estudo e informou que na avaliação das alternativas a questão ambiental foi levada em consideração um dos pontos que foi citado pela mesma foi que mesmo sem atingir o habitat do Soldadinho do Araripe parte da compensação ambiental será utilizada para criação de uma unidade de conservação do mesmo e a outra para a APA. Após sua apresentação ouve então as contribuições do público presente, onde foi citada pela maioria a importância desse debate, pois o que se pretende é contribuir para a melhoria do projeto. Willian Brito do ICMBio em sua fala informou que a um mês atrás esteve reunido para debater sobre o Parque Estadual do Sítio Fundão sendo que o resultado foi altamente positivo porque a comunidade deixou clara para o órgão ambiental estadual que somos parte da solução e do problema, não queremos apenas levantar bandeira e sim contribuir para a solução, o mesmo propôs que durante o processo de licenciamento o ICMBio fosse abordado o quanto antes e que o tempo para as discussões fosse suficiente para analisar parte a parte do projeto. Dr. Ramon informou que a postura deles é de facilitar as coisas, quanto ao prazo o mesmo disse que os 45 dias propostos são

legais, mas nada impede de ser discutido isso, pois estão abertos para esse consenso. O professor Hênio na sua fala lamentou porque infelizmente com o avançar da hora seus alunos do Curso de Biologia da URCA tiveram que se ausentar e de fato a discussão interessante para eles seria nesse momento, pois na discussão técnica os mesmo diziam não estar entendendo nada, disse ainda que os profissionais que irão cuidar dessa água serão os alunos que estavam aqui, solicitou que em outra oportunidade que tiver um evento quando se houver a possibilidade de se ter estudantes, seria interessante se pensar nesses detalhes, pois isso é uma contribuição enorme na formação dos mesmos; o professor Hênio pediu para ter acesso ao EIA/RIMA para dar suas contribuições em relação principalmente aos peixes, falou ainda sobre a questão do tratamento dos esgotos que é muito importante. Dra. Naimar fez alguns esclarecimentos. Dr. Ramon disse que na sua fala inicial destacou a presença dos estudantes e parabenizou o professor Hênio pela iniciativa de orientá-los a vir, disse ainda que infelizmente não tiveram o cuidado de começar pela discussão ambiental e depois a parte técnica e disse estar aberto a fazer um seminário mais amplo, com a colaboração do Yarley Brito para abordar a política ambiental, a política de água, o plano de gestão e que se comprometeria em trazer o pessoal do ministério da integração e nessa discussão faria os estudos ambientais do CAC. Em seguida Nivaldo registrou a presença da Vereadora Mara Guedes, que usou da palavra para informar sobre a aprovação do Código Ambiental do Município e ao mesmo tempo registrar a importância do mesmo, disse ainda que não tem nada contra os outros secretários mas que o Secretário do Meio Ambiente Nivaldo é o melhor e mesmo sendo da oposição reconhece o trabalho que o mesmo vem desempenhando. Após as palavras da vereadora Mara o presidente Nivaldo agradeceu a mesma dizendo que todo trabalho que vem desenvolvendo é fruto dessas parcerias e que o COMDEMA-Crato é responsável por uma série de acontecimentos, o que é uma contribuição muito boa, muito forte de pessoas que tem já uma experiência, uma bagagem muito boa na área ambiental; agradeceu a presença do Dr. Ramon, do Dr. Sousa Neto, enfim, a todos que compareceram ao debate, e assim encerrou a primeira reunião extraordinária do Conselho de Defesa do Meio Ambiente do Crato. Toda a

reunião foi gravada e teve a duração de mais de 4h (quatro horas). Eu, Maria Cristina Vitorino, secretária executiva do COMDEMA, redigi a presente ata que após lida, segue assinada pelos presentes, em folha de frequência avulsa que passa a fazer parte integrante da presente ata. Crato - CE, 01 de dezembro de 2010.



Convite

O *Governo Municipal do Crato* através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Controle Urbano - SEMAC e o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA têm a Honra de convidar Vossa Senhoria, para reunião extraordinária do COMDEMA na qual será apresentado o Projeto “*Cinturão das Águas do Ceará (CAC)*” pela Secretaria de Recursos Hídricos do Governo do Estado do Ceará.

O projeto “*Cinturão de Águas do Ceará (CAC)*” se constitui de um grande sistema gravitatório de canais que, se originando praticamente na entrada no Ceará do chamado Eixo Norte do Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco para o Nordeste Setentrional, à altura da cidade de Jati na cota da ordem de 480m, permitirá a adução das águas transpostas para a maioria do território cearense, inclusive para as regiões mais secas do estado, bem como para aquelas de potencial turístico e econômico.

Ele será formado por um Canal Principal que margeará a Chapada do Cariri, aproximadamente no sentido leste - oeste, para depois, com diretriz sul - norte, atravessar as bacias do Alto Jaguaribe e Poti - Parnaíba, atingindo a bacia do Acaraú um pouco a montante da cidade de Tamboril, totalizando cerca de 545 km; no seu caminhamento ainda permitirá derivações de porte para a bacia do Banabuiú, com utilização de túneis.

SAMUEL VILAR DE ALENCAR ARARIPE
PREFEITO MUNICIPAL DO CRATO

NIVALDO SOARES DE ALMEIDA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E CONTROLE URBANO
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Data: 01 de dezembro 2010
Horário: 8h30min
Local: Cine Teatro Salviano Arraes Saraiva
Calçada da Rua José de Alencar
Centro - Crato - Ceará

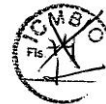
ANEXO D - Parecer e relatório de vistoria



PARECER E RELATÓRIO DE VISTORIA

1. INTRODUÇÃO

Em atendimento à Ordem de Serviço CR-6 nº 05, de 30/03/2012, deslocou-se em 02/04/2012 à sede da APA Chapada do Araripe, no Crato-CE, equipe composta pelos analistas ambientais Diego Meireles Monteiro e Walter Cabral de Moura, do ICMBio. O objetivo dos trabalhos, descrito na referida O.S., foi por facilitação operacional desmembrado em: (a) entender *in loco* toda a complexidade dos feitos contidos no processo ICMBio nº 02103.000052/2010-33, cujo interessado é a Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará; (b) realizar análise técnica dos estudos ambientais apresentados pelo interessado, solicitando, se necessário, informações e documentos complementares, nos termos dos Artigos 4º e 5º da IN ICMBio nº 5/2009; (c) realizar vistoria de campo para avaliar os impactos ambientais a serem causados à UC em questão e à FLONA do Araripe, da qual constitui zona de amortecimento; e (d) emitir parecer, como subsídio à decisão da CR-6 de atender, ou não, o pedido de Autorização para o Licenciamento Ambiental objeto deste processo.



2. DA METODOLOGIA ADOTADA

Ao chegar à sede da APA, que funciona em prédio anexo à da FLONA, a equipe reuniu-se com o chefe desta última e com o chefe substituto da primeira, a fim de nivelar conhecimentos sobre o assunto e entender as principais restrições à possível expedição da Autorização em questão. No dia seguinte, novas reuniões foram realizadas, desta feita com a presença também do novo chefe da APA, recém-chegado à unidade. Foi feita, na cidade do Crato, uma visita à AQUASIS – Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos, onde a equipe reuniu-se com seu gestor local, um dos organizadores e autores do Plano de Ação Nacional para a Conservação do Soldadinho-do-Araripe (*Antilopia bokermannii*), pássaro endêmico da região e que traz o *status* de Criticamente em Perigo de extinção, nas listas do MMA, da IUCN e da BirdLife International.

Concomitantemente, foram analisados documentos, em especial o EIA-RIMA apresentado pelo empreendedor e o *Projeto Araripe de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável da APA Chapada do Araripe e da Biorregião do Araripe* (MMA/FUNDETEC. Crato, 1998), além de mapas e imagens digitais obtidas por satélites, pertencentes ao acervo da CR-6 e da APA. Por fim, foram vistoriados três pontos, no município do Crato, situados no trajeto projetado para o empreendimento.

3. DO PROCESSO

A Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará – SRH, pretende licenciar junto à SEMACE – Superintendência Estadual do Meio Ambiente, o trecho Jati-Cariús do empreendimento denominado Cinturão das Águas do Ceará – CAC. Tendo em vista que o projeto afeta a APA Chapada do Araripe e, por conseguinte, a zona de amortecimento da FLONA do Araripe, faz-se necessária, para o licenciamento ambiental pretendido, a Autorização regulamentada pela IN ICMBio nº 5, de 2 de setembro de 2009.

Coordenação Regional em Cabedelo/PB- CR6
RECEBIDO
 Em, 21/05/12
Paula
 Assinatura

Walter



Autuado o processo em setembro de 2010, já no mês seguinte a então chefia da APA solicitava a CR-6 orientação e apoio técnico e institucional, cf. fls. 46. Em dezembro do mesmo ano as chefias das duas Unidades comunicam à Coordenação Regional da necessidade de apresentação, pelo empreendedor, de nove documentos e uma informação (fls. 55/56). No mesmo mês, a CR-6 solicita à COIMP – Coordenação de Avaliação de Impactos Ambientais/ICMBio, um posicionamento sobre os feitos contidos no processo. Responde esta, em fevereiro de 2011, sugerindo que seja dirimida dúvida quanto à competência do licenciamento e pedidas mais informações ao órgão licenciador sobre a abrangência do empreendimento (fls. 57/61). Solicitados pela CR-6 à SEMACE, no mês seguinte, os documentos e a informação listados pelas UCs e aqui já referidos, cf. fls. 64/65. Responde a SEMACE em outubro do mesmo ano, encaminhando alguns dos documentos requeridos e Ofício SRH dando conta de que os demais ou não existem, estando alguns por ser elaborados, em prazos variados, ou são, segundo a interessada, de competência de outros órgãos (fls. 67/69). Manifesta-se no mês seguinte a APA, considerando que as solicitações não foram atendidas, cf. fls. 72.

4. DA ANÁLISE DOCUMENTAL

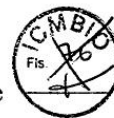
O EIA-RIMA do trecho em exame ressenete-se de: (a) inventários de fauna e de flora notoriamente insuficientes, não condizendo com inventários anteriores, por exemplo os contidos na publicação MMA/FUNDETEC acima citada e, segundo os analistas ambientais das UCs afetadas, com a realidade de campo; (b) Programa de Controle Ambiental incipiente; (c) falta de clareza nos efeitos do empreendimento sobre a Área de Influência Indireta. O texto (Vol. I, Tomo I, p. 77) está em desacordo com o Mapa de Localização e Acesso e omite as áreas situadas em cotas altimétricas acima do canal. Em ‘Conclusões e Recomendações’ (Vol. I, Tomo II, p. 114), admite que “*a área de influência indireta é a mais penalizada, apresentando uma ampla gama de impactos principalmente sobre o meio natural...*”, atribuindo os maiores impactos, todavia, à fase de implantação da obra; e (d) a abordagem dos impactos ambientais incidentes sobre a APA passa ao largo dos problemas que poderão ocorrer quando o empreendimento estiver implantado.

5. DA ANÁLISE GERAL

Não obstante os impactos diretos a serem causados à APA Chapada do Araripe, durante a fase de implantação do empreendimento, as maiores restrições da APA Chapada do Araripe e da FLONA do Araripe não são a esta fase, entendida como mitigável e compensável, e sim à fase de operação, especificamente e sobretudo quanto ao possível bombeamento da água para cotas altimétricas superiores ao nível do canal, com possibilidades preocupantes de: (a) uso da água para irrigação, incentivando o estabelecimento de culturas agrícolas na chapada; e (b) contaminação do aquífero subterrâneo com defensivos agrícolas e com água de outra bacia hidrográfica, tendo em vista a alta permeabilidade do solo da chapada.

Necessário destacar que o aquífero subterrâneo em questão é manancial de centenas de nascentes em toda a encosta da chapada. Na verdade, o conjunto altitude / floresta estacional semidecidual / permeabilidade do solo funciona como um enorme captador de águas da chuva e de umidade das nuvens, que permite à região da Chapada do Araripe ser comparável a um oásis em meio ao semiárido em que está inserida. A

o.
Nacm



disponibilidade de água para agricultura comercial irrigada tenderá a alterar para pior, e mesmo a comprometer o bom funcionamento desse mecanismo ecológico milenar.

O EIA-RIMA concentra sua abordagem dos impactos ambientais incidentes sobre a APA da Chapada do Araripe naqueles que serão causados durante a fase de implantação da obra, o que é, aliás, compatível com a fase de requerimento de Licença Prévia em que se encontra o empreendimento. Não se ignora a importância deste para o abastecimento de água de vastas porções do semiárido cearense nem os benefícios que irão advir para as populações a serem beneficiadas. O que se lamenta é a necessidade de manifestação da Unidade de Conservação, imposta pelo Art. 15 da IN ICMBio nº 5/2009, antes que estejam concluídos estudos mais aprofundados sobre os impactos ambientais a serem causados, normalmente apresentados pelo empreendedor na fase de requerimento da Licença de Instalação.

Com relação ao soldadinho-do-araripe, cuja área de ocorrência sobrepõe-se, em certos trechos, à Área de Influência Indireta do canal, a posição do AQUASIS é que ao invés de ameaça, o empreendimento pode representar oportunidade, mediante a adoção de medida compensatória mais adiante descrita.

6. DA VISTORIA

Após as reuniões, contatos e análise documental acima relatadas, a equipe realizou vistoria de campo, guiada pelo analista ambiental Pedro Augusto Carlos Monteiro, da APA Chapada do Araripe, mais com a finalidade de visualizar in loco o tipo de relevo existente na cota altimétrica projetada para o empreendimento, do que propriamente para avaliar impactos diretos a serem causados sobre a biota durante a fase de implantação. Isso porque: (a) os impactos ambientais na implantação da obra foram entendidos como mitigáveis e compensáveis, portanto menos preocupantes que aqueles potenciais a serem causados uma vez implantado o empreendimento; e (b) para avaliação completa dos prováveis impactos causados na fase de implantação, o tempo disponível para a permanência da equipe precisaria ser ampliado, tendo em vista a dificuldade de acesso a alguns pontos de intercessão entre o empreendimento e a APA.

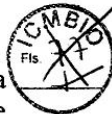

Foram assim vistoriados três pontos considerados representativos (ver mapa em anexo), porém de mais fácil acesso, no traçado projetado do empreendimento, todos no município do Crato, o que foi considerado suficiente pela equipe, para os objetivos propostos.

7. DO PARECER

Diante dos tópicos acima expostos, não obstante as deficiências no EIA-RIMA apontadas no item 4 deste relatório, a equipe concluiu que, levando-se em conta todas as variáveis e implicações, tanto da realização da obra quanto da sua eventual não realização, a Autorização para o Licenciamento requerida pela SRH/CE pode ser emitida, desde que observadas as condicionantes a seguir elencadas, cuja especificação tem suporte legal no Art. 9º, I, da IN ICMBio nº 5/2009:

7.1. CONDICIONANTES À AUTORIZAÇÃO

Nacm

- 
- 
- a) Proibição expressa do bombeamento da água do canal a ser implantado, para locais situados no interior da APA Chapada do Araripe, exceto com a finalidade exclusiva de abastecimento doméstico;
- b) Vedação de estímulo oficial ou privado ao estabelecimento de empreendimentos agrícolas, agropecuários ou agroindustriais no interior da APA Chapada do Araripe, que sejam ou pretendam ser beneficiários da disponibilidade de água oferecida pelo canal;
- c) Proibição expressa da captação da água do canal por empreendimentos agrícolas, agropecuários ou agroindustriais situados no interior da APA Chapada do Araripe, para fins de utilização como insumo de produção;
- d) Elaboração pelo empreendedor, antes da expedição da Licença de Instalação, de Programa de Controle Ambiental que abranja pelo menos toda a Área de Influência Indireta do empreendimento. Uma cópia do documento deve ser enviada à APA Chapada do Araripe e outra à FLONA do Araripe, para acompanhamento.
- e) Manifestação do Museu de Paleontologia da Universidade Regional do Cariri sobre a adequação dos cuidados e procedimentos a serem tomados, na implantação da obra, com os fósseis eventualmente encontrados no interior da APA Chapada do Araripe;
- f) Instalação de túneis em toda a extensão da obra, nos trechos situados dentro da APA Chapada do Araripe, a fim de evitar operações de desmatamento no interior da UC. Na eventualidade de esta condicionante vir comprovadamente a inviabilizar economicamente o empreendimento em exame, ou ser inexecutável tecnicamente, poderá ser dispensada, desde que necessariamente seja executada a medida compensatória a seguir descrita.

7.2. MEDIDA COMPENSATÓRIA À EVENTUAL INEXEQUIBILIDADE DA CONDICIONANTE 7.1.f

Sem prejuízo de outras medidas compensatórias que venham a ser estabelecidas em outros âmbitos, estabelece-se a seguinte medida compensatória, a ser, nas hipóteses de inviabilização econômica ou inexecutabilidade técnica previstas em 7.1.f, necessariamente executada:

- a) Recuperação, em toda a sua extensão (cerca de 4 km), da mata ciliar da Levada do Belmonte, a qual, transpondo a fonte Batateiras, chega à microbacia do rio Grangeiro, na cidade do Crato. Cabe ressaltar que, segundo a AQUASIS, a completa recuperação arbórea das margens da Levada em apreço, tem potencial para reduzir o grau de ameaça do soldadinho-do-araripe (*Antilopia bokermanni*), do *status* de 'Criticamente em Perigo' para o de 'Em Perigo', segundo critérios internacionais.

7.3. MEDIDAS MITIGADORAS RECOMENDADAS


Em adição às condicionantes relacionadas em 7.1 e à medida compensatória relacionada em 7.2, recomenda-se a execução das seguintes medidas mitigadoras:

- a) Instalação de passagens de fauna ao longo da obra, a fim de evitar a separação de populações de animais terrestres;

W. Maun

- b) Arborização, por meio de plantio de mudas nativas e execução dos tratamentos silviculturais, da Área de Preservação Permanente a ser estabelecida pelo canal.

São o relatório e o Parecer, em 17 de abril de 2012.


DIEGO MEIRELES MONTEIRO
Analista Ambiental ICMBio
Matr. 1525026


WALTER CABRAL DE MOURA
Analista Ambiental ICMBio
Matr. 1365463



ANEXO E - Autorização para licenciamento ambiental

	SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE	
	AUTORIZAÇÃO PARA LICENCIAMENTO AMBIENTAL	

Autorização n.º: 009/2012-CR6	Processo n.º: 02103.000052/2010-33
O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, com base no art. 36, §3º, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e na Resolução CONAMA nº 428 de 2010, seguindo os trâmites da Instrução Normativa ICMBio nº: 05/2009 e uma vez atendidas as limitações e/ou restrições abaixo listadas, AUTORIZA o licenciamento ambiental do empreendimento Cinturão das Águas do Ceará (CAC) – Trecho Jatí-Cariús , no que diz respeito aos impactos ambientais sobre as Unidades de Conservação federais afetadas.	

Unidade de Conservação afetada (Nome/Ato de Criação): Área de Proteção Ambiental Chapada do Araripe / Decreto s/nº de 04 de agosto de 1997. Floresta Nacional do Araripe-Apodi / Decreto-Lei nº 9226 de 02 de maio de 1946.
--

Empreendimento / Atividade: Sistema adutor de águas – Cinturão das Águas do Ceará (CAC) – Trecho Jatí-Cariús	
Órgão Licenciador: SEMACE – Superintendência Estadual do Meio Ambiente – Ceará Processo nº 10250727-9	
Empreendedor: Secretaria dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará – SRH	CNPJ: 11.821.253/0001-42

Condicionantes Gerais: <ol style="list-style-type: none"> 1. Esta Autorização não dispensa outras Autorizações e Licenças Federais, Estaduais e Municipais, porventura exigíveis no processo de licenciamento; 2. Mediante decisão motivada, o ICMBio poderá alterar as recomendações, as medidas de controle e adequação, bem como suspender ou cancelar esta autorização, caso ocorra: <ol style="list-style-type: none"> a. Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais; b. Omissão ou falsa descrição de informações relevantes, que subsidiaram a expedição da presente autorização, e c. Superveniência de graves riscos ambientais e de saúde; 3. O ICMBio deverá ser imediatamente comunicado em caso de ocorrência de acidentes que possam afetar a Unidade de Conservação 4. O órgão licenciador deverá encaminhar ao ICMBio, especificamente para as Unidades de Conservação afetadas, respectivas Coordenações Regionais ou Sede, para conhecimento, registro e acompanhamento, todas as licenças ambientais para o empreendimento assim que forem emitidas; 5. O não cumprimento das disposições neste documento poderá acarretar seu cancelamento, estando ainda o solicitante sujeito à penalidade prevista na Legislação Ambiental vigente.
Condicionantes Específicas: <ol style="list-style-type: none"> 1. Na fase de operação do sistema adutor, sempre que houver demanda de captação de água com fins econômicos para atendimento de atividade ou empreendimento (p. ex.: agrícola, agropecuário ou agroindustrial) localizado no interior da APA Chapada do Araripe, sua instalação e/ou operação se darão somente com a autorização do

ICMBio/Administração da APA, a ser concedida no âmbito do processo de licenciamento ambiental (conforme Instrução Normativa ICMBio nº 05/09) ou, quando cabível, por meio de Autorização Direta (conforme Instrução Normativa ICMBio nº 04/09), sem prejuízo à necessidade de apresentação de outorga e ao atendimento de outras exigências pertinentes, de acordo com a legislação vigente;

2. O empreendedor deverá elaborar, antes da expedição da Licença de Instalação, um Plano de Controle Ambiental abrangendo toda a área de influência indireta do empreendimento que se encontre no interior da APA Chapada do Araripe. Cópias desse documento deverão ser encaminhadas a Floresta Nacional do Araripe-Apodi e a APA Chapada do Araripe para acompanhamento;
3. O empreendedor deverá apresentar à APA Chapada do Araripe uma manifestação do Museu de Paleontologia da Universidade Regional do Cariri sobre a adequação dos cuidados e procedimentos a serem adotados, durante a implantação da obra, com os fósseis eventualmente encontrados no interior da UC;
4. A fim de evitar a supressão de vegetação na APA Chapada do Araripe, os trechos do canal em seu interior deverão, em toda sua extensão, ser construídos na forma de túneis;
5. No interior da APA Chapada do Araripe o empreendedor deverá instalar passagens de fauna ao longo do empreendimento. A administração da APA deverá ser contatada previamente ao atendimento dessa condicionante para definição conjunta da quantidade de passagens de fauna necessárias, dos locais adequados à sua instalação e dos tipos de passagens de fauna a serem instaladas;
6. O empreendedor deverá providenciar a arborização da Área de Preservação Permanente (APP) a ser estabelecida pelo canal no interior da APA Chapada do Araripe. Deverão ser utilizadas espécies nativas e aplicados os tratamentos silviculturais adequados.



<p>Local, Data.</p> <p>Cabedelo, 15 de maio de 2012.</p>	<p>Autoridade/Cargo</p> <p><i>Carla Marcon</i> CARLA MARCON Coordenadora Regional do ICMBio ICMBio/MMA</p>
--	--

ANEXO F - Relatório de esclarecimento de ocorrências do projeto CAC

Esclarecendo ocorrências: projeto Cinturão das Águas do Ceará – CAC no município do Crato

Em setembro de 2010 a Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará solicitou, via ofício, ao prefeito Samuel Araripe, **Anuência** para fins de licenciamento ambiental do projeto CAC no trecho referente ao território Cratense. Seguindo o tramite legal o prefeito encaminhou a referida solicitação para Secretaria de Meio Ambiente e Controle Urbano - SEMAC para análise e adoção dos procedimentos cabíveis. Como a Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará não enviou junto a solicitação de anuência, copia do projeto para a devida análise do corpo técnico municipal, manifestamos da impossibilidade de emitir a referida anuência. A decisão adotada fundamentou-se nos procedimentos de rotina da SEMAC que exige análise técnica e estudos sobre os impactos ambientais, econômicos e sociais dos projetos a serem implantados município.

Por ocasião dos contatos solicitamos a SRH e a VBA, esta ultima, empresa responsável pela elaboração do projeto, a vinda de uma equipe técnica, ao Crato, para prestar os devidos esclarecimentos sobre o projeto. Concomitantemente, em reunião ordinária o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente do Município do Crato - **COMDEMA, realizada em 13 de outubro de 2010**, após relato do representante do ICMBio, conselheiro Pedro Augusto e do Presidente do Conselho Sr. Nivaldo Soares de Almeida sobre o projeto CAC e atendendo solicitação do Conselheiro Pedro, foi submetido a votação e aprovado, por unanimidade, encaminhamento de correspondência a SRH e VBA solicitando audiência pública para socialização e discussão do projeto CAC, especialmente, no aspecto referente aos impactos negativos na área ambiental e social. O convite foi aceito pelos citados acima e no dia **01 de dezembro de 2010**, aconteceu, em Reunião Extraordinária do COMDEMA de Crato, no Teatro Municipal Salviano Arraes Saraiva, a **primeira audiência pública** sobre o referido projeto, que contou com um grande número de representações de segmentos organizados do município, bem como de cidadãos(as) comuns do município.

A apresentação do projeto feita pelo Engenheiro **Sousa Neto** deixou uma grande preocupação com relação as sedes dos distritos de Baixio das Palmeiras e Monte Alverne, além de industrias de cerâmica, britagem e comércios localizados na faixa de domínio (200m de largura) do canal. A inquietação sobre as constatações, danosas, levou o prefeito a realizar uma reunião em seu gabinete no dia **19 de janeiro de 2011** com representantes dos setores, mais diretamente, afetados quando foi detalhado pelo então Secretario de Meio Ambiente e Controle Urbano, Nivaldo Soares de Almeida, os impactos negativos e as sugestões de alteração da linha de percurso do canal, redução

da largura da faixa de domínio, compensações reais aos atingidos, entre outras alternativas. Ao final das falas dos presentes, foi decidido a ida do Secretário Nivaldo Soares a Fortaleza para apresentar aos técnicos da VBA um elenco de reivindicações de alteração do traçado do projeto. Inclusive um afastamento, da linha do canal, das residências dos dois distritos já citados. Por ocasião da reunião em Fortaleza, que contou com a participação do gerente regional da COGERH, José Yarley de Brito Gonçalves, após a exposição com as devidas solicitações, feitas pelo Secretário municipal Nivaldo Soares, foi assegurado pelos técnicos da VBA que todas as reivindicações seriam estudadas e de alguma forma atendidas. Passados, aproximadamente, 8 meses sem qualquer novidade sobre o projeto e diante da inquietação de segmentos passíveis de serem afetados, a administração municipal do Crato, mais uma vez, solicitou explicações sobre a versão final do projeto, incluído as alterações propostas pelo município. **Em 19 de outubro de 2011**, atendendo mais uma vez solicitação do município, aconteceu a **segunda audiência pública** sobre o projeto no Centro Cultural do Araripe (REFFSA). Na semana anterior foi feita uma intensa divulgação e a audiência contou com participação de representantes das diversas áreas afetadas, inclusive do município de Barbalha. Na ocasião os esclarecimentos apresentados não foram suficientes para dirimir todas às dúvidas próprias de um projeto composto de diversas etapas, mas, ficou estabelecido o compromisso da VBA de ouvir a todos os envolvidos sobre qualquer questionamento relacionado ao empreendimento.

Novamente em **31 de janeiro de 2012** a Secretaria Estadual dos Recursos Hídricos, SEMACE e a Prefeitura Municipal do Crato, convocaram a todos os interessados para a **terceira audiência pública** que aconteceu no Salão de Atos da URCA - Campus do Pimenta. Na ocasião foi apresentado EIA/RIMA sobre o projeto e a plateia presente fez questionamentos pertinente aos impactos ambientais e sociais, quando foi acolhido algumas sugestões. Os questionamentos voltaram a tona quando o pessoal da empresa responsável pela elaboração do projeto passou a fazer o detalhamento da topografia com marcação dos pontos de passagem do canal nos terrenos particulares sem dialogar com seus proprietários. Notadamente, faltou por parte da SRH do Estado e da VBA um trabalho de socialização do projeto contemplando as diversas particularidades de um projeto desta magnitude que mexe, fortemente, com o lado afetivo e material das pessoas. A partir daquela fase, especialmente, os moradores do Baixio das Palmeiras passaram a questionar, de forma mais contundente, sobre o projeto. Como resultado das manifestações pelo menos mais três reuniões aconteceram nos dois distritos (Ponta da Serra e Baixio das Palmeiras), com representantes da Secretaria de Recursos Hídricos do Estado e da Empresa contratada pelo Estado para fazer o levantamento socioeconômico.

É natural que um projeto desta envergadura apresente em cada nova fase conflitos de natureza particular e coletivo que exige dialogo e capacidade de negociação das partes envolvidas. Neste sentido as comunidades afetadas precisam estarem organizadas e atentas a cada etapa, e saber tirar vantagens do empreendimento que contemple o coletivo.

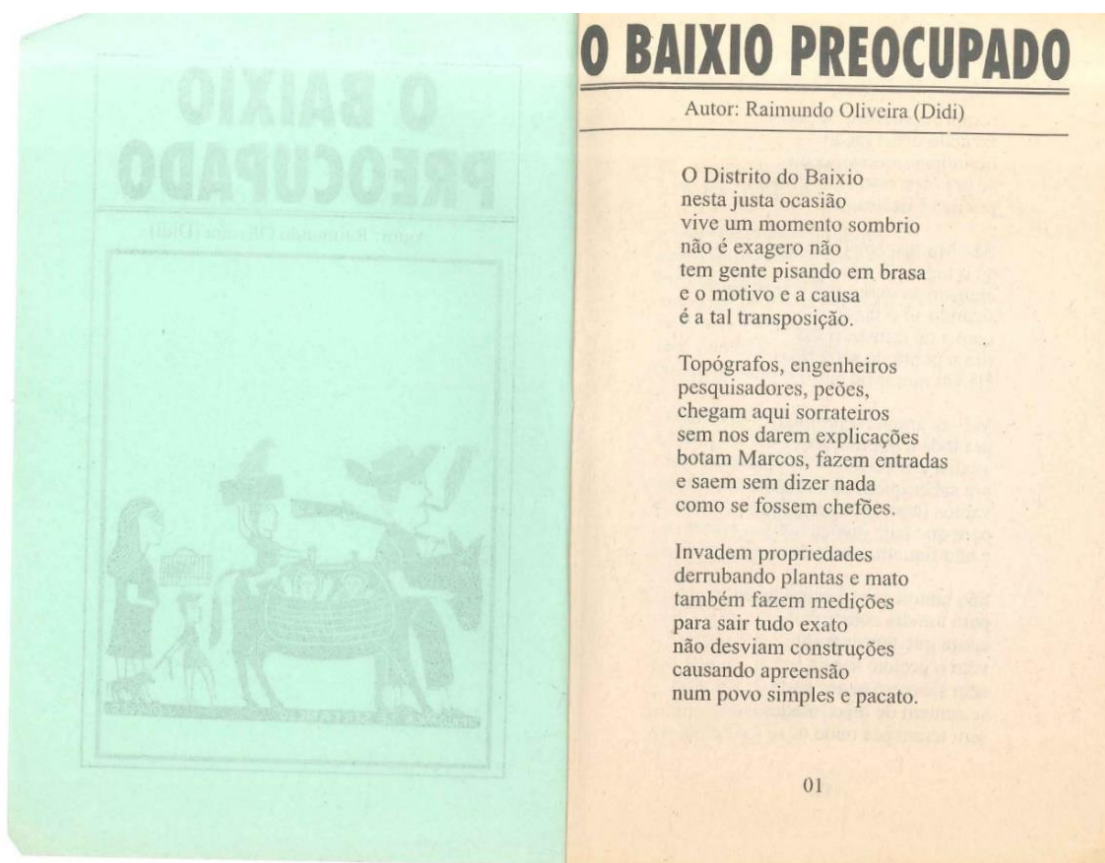
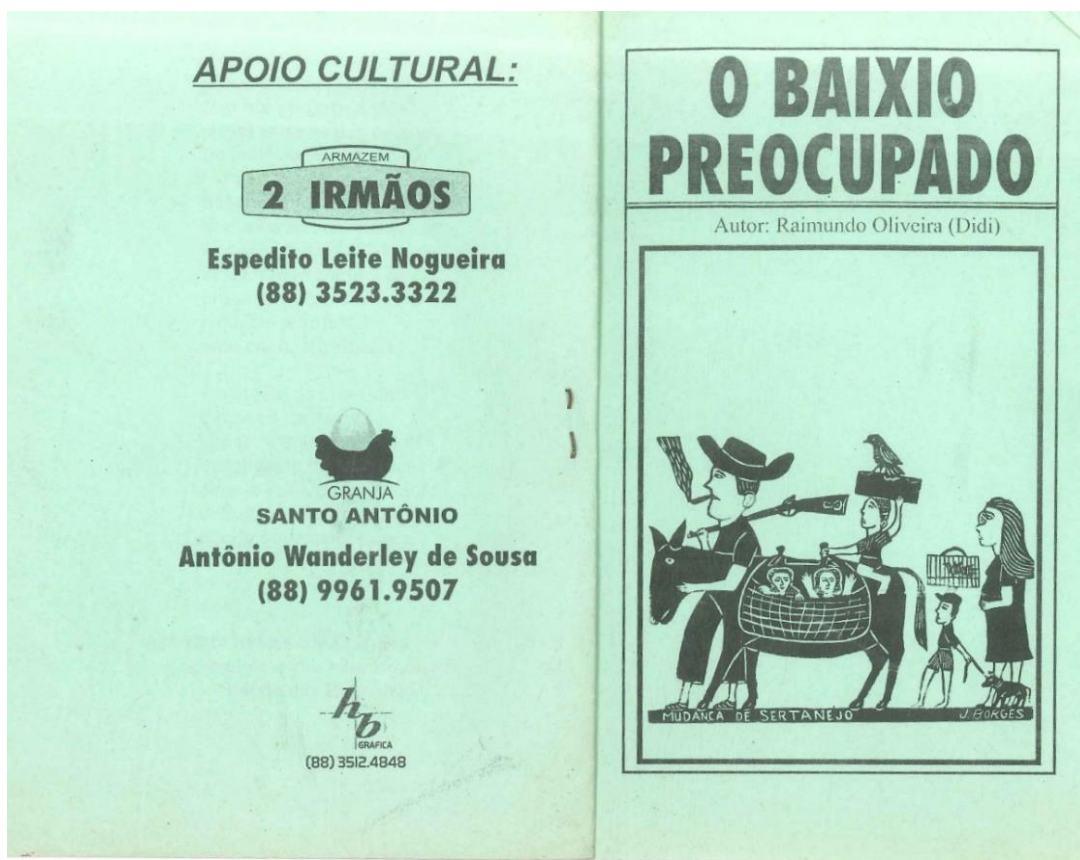
Há de se reconhecer que o projeto tem uma grande importância econômica, social e de segurança hídrica, para o Estado do Ceará e em especial para os municípios contemplados com a passagem do canal (Crato, Barbalha, Missão Velha e etc.). Por outro lado, os impactos negativos são reais e afetam, principalmente, patrimônios materiais e imateriais de grupos familiares constituídos de pequenos proprietários rurais (áreas agricultáveis, moradias, acessos e etc.).

Diante deste breve relato é possível demonstrar que a administração do prefeito Samuel Araripe deu a devida atenção ao projeto fazendo os questionamentos pertinentes em defesa dos interesses da coletividade Cratense e em especial sobre os impactos ambientais e sociais do projeto no município e que até então foi o único município que se manifestou e questionou, oficialmente, procedimentos adotados na condução do projeto.

Crato-CE, 12 de abril de 2013

Nivaldo Soares de Almeida

ANEXO G - Cordel: O Baixo Preocupado



Sem informarem ao povo
sobre esta decisão
sempre aparecem de novo
fazendo observação
desculpas, se errei peço
se pra eles, isso é progresso
pra nós é destruição.

São Muitos, só com a casa
só o lugar para morar
chegam as máquinas e arrasam
ficando só o lugar
com a tal transposição
tira o pobre do seu chão
êle vai morar no ar?

Vai ser grande o prejuizo
pra toda a população
avaliar é preciso
pra saber quem tem razão
vamos lutar, sem preguiça
para que haja justiça
e não fiquemos na mão.

São tantos que se esforçaram
para um dia construir
agora que terminaram
vêm o projeto surgir
sem saberem quase nada
se sentem de mãos atadas
sem terem pra onde ir.

02

Diretamente ou não
muitos são prejudicados
com esta trasposição
serão desapropriados
e como somos pequenos
aquele que tem terreno
será desvalorizado.

Além das nossas moradas
quem muitos temem perder
famílias são isoladas
pois a gente assim prevê
tudo nem a consciência
sem falar da violência
que pode acontecer.

Falamos em violência
é bem provavel, pois não
nós ouvimos com frequência
no rádio e televisão
que muitos trabalhadores
são bobos exploradores
em busca de diversão.

Todas as nossas famílias
vem de um modo igual
e triste que a quadrilha
aplique um golpe fatal
para que a paz permaneça
é bom que não aconteça
violência sexual.

03

Pois estamos informados
e divulgar é missão
que alguns que tem trabalho
nesta grande construção
usam drogas com frequência
se aproveitam da inocência
de indefesos cristãos.

É preciso que esclareça
sem pressa, mais devagar
antes que o mal aconteça
sem que se possa evitar
não nos tirem desta trilha
para que nossas famílias
possam ir bem e voltar.

Com máquinas trabalhando
é grande a poluição
a poeira se espalhado
muitas doenças virão
sem contar-mos com ajuda
vai ser um Deus nos acuda
para toda a população.

Fora a poluição
que foi citada agora
outra preocupação
é bem lembrada nesta hora
o barulho de motor
é grave e devastador
a poluição sonora.

04

Com este projeto
que pretendem começar
ninguém sabe ao certo
e nem pode informar
mais afirmo com clareza
que muitos aqui com certeza
não vão ter onde morar.

Com a chegada do canal
tudo vai ser transformado
causando um grande mal
a um povo acostumado
ao cultivo da lavoura
nestas áreas produtoras
que dava bons resultados.

Sem morada e sem espaço
para poder produzir
vai ser grande fracasso
temos que admitir
sem paz e privacidade
sem casa e tranquilidade
como vai ser isto aqui?

População divina
uns pra lá outros pra cá
dizem não haver saída
é mesmo pra separar
como as muralhas da china
que só causaram ruínas
aos habitantes de lá.

05

Com toda esta extravagância
que este projeto faz
sem dá a mínima importância
sem vê que somos iguais
ignorando os problemas
que causam ao nosso sistema
as florestas e animais.

Impacto ambientais
é certo acontecerão
os recursos naturais
existentes em nosso chão
nestas nossas cercanias
sítios de arqueologia
e paleontologia, danos também sofrerão.

Estas riquezas citadas
que precisam de estudo
não podem ser exploradas
e não dá pra ficar mudos
lutar por nossos direitos
por justiça e por respeito
contra este absurdo.

Que venham os responsáveis
para dá explicações
numa discussão saudável
ouvindo as opiniões
neste momento precioso
pra não causar prejuízo
a nossa população.

06

Que políticos e engenheiros
queiram se manifestar
com um discurso verdadeiro
em que possa acreditar
sem atalho e sem rodeios
pois naquilo que é alheio
sem ordem não pode pegar.

Além do grande impacto
que traz esta construção
devorando a terra e o mato
causando poluição
deixa o povo num dilema
e não resolve o problema
existente no Sertão.

Sabemos que o canal
que por aqui vai passar
nem água pra um animal
você vai poder tirar
não é como se previa
se é pra outra serventia
é bom mesmo nem pensar.

O custo deste projeto
é de um valor elevado
tirado dos cofres públicos
sem ser bem analisado
pode até não da certo
levar água pra o deserto
sem o povo ser consultado.

07

Existe outro motivo
para preocupação
é que em nosso distrito
gerou grande produção
tem boas propriedades
e está entre as três cidades
maiores da região.

Sabendo que é provável
que após a construção
a equipe responsável
despertado a ambição
possa se interessar
e querer se infiltrar
aqui em nosso rincão.

Que todas as autoridades
e o povo caririense
sintam a grande verdade
que a gente unida vence
com fé em Deus salvador
defendamos com ardor
aquilo que nos pertence.

**Autor: Raimundo Oliveira (Didi) é
agricultor e morador do distrito
Baixio das Palmeiras.**

08

APOIO CULTURAL:

2 IRMÃOS

Espedite Leite Roguete
(88) 3523.3323

SANTO ANTÔNIO

Antônio Wanderley de Souza
(88) 3567.9207

 MUNICÍPIO DE CARIRI
(88) 3523.3323

ANEXO H - Regras de transcrição de acordo com Marcushi

Quadro 24 - Critérios para transcrição de entrevista

categorias	Sinais	Descrição das categorias	Exemplos
1º Falas simultâneas e sobreposição de vozes	[Usam-se colchetes para dois falantes iniciam ao mesmo tempo um turno	... B: mas eu não tive num remorso né' A: [mas o que foi que houve" J: [meu irmão também fez uma dessas' B: depois ele voltou e tudo bem,
2º Sobreposições Localizadas	[]	Ocorre num dado ponto do turno e não forma novo turno. Usa-se um colchete abrindo e outro fechando	... M: A. é o segu eu queria era:: A: [inte'] M: eh: dizer que ficou pronta [a cópia] A: [ah sim] M: ela fez essa noite (+) /.../
3º Pausas e silêncios		Para pausas pequenas sugere-se um sinal + para cada 0.5 segundo. Pausas em mais de 1.5 segundo cronometradas, indica-se o tempo	Ver exemplo na categoria 4
4º Dúvidas ou Sobreposições	()	Quando não se entender parte da fala, marca-se o local com parênteses e usa-se a expressão inaudível ou escreve-se o que se supõe ter ouvido.	A: /.../ por exemplo (+) a gente tava falando em desajuste, (+) EU particularmente acho tudo na vida relativo, (1.8) TUDO TUDO TUDO (++) tem um que são: (+) / tem pessoas problemáticas porque tiveram muito amor (é o caso) (incompreensível) (+) outras porque/.../
5º Truncamentos Bruscos	/	Quando o falante corta a unidade pôde-se maçar o fato com uma barra. Esse sinal pode ser utilizado quando alguém é bruscamente cortado pelo interlocutor.	L: vai tê que investi né" C: é/ (+) agora tem uma possibilidade boa que é quando ela sentiu que ia morá lá (+) e:le o dono/ ((rápido)) ela teve conversan comi/ agora ele já disse o seguinte (+)
6º Ênfase ou acento forte	MAIÚ SCUL A	Sílaba ou palavras pronunciadas com ênfase ou acento mais forte que o habitual.	Ver exemplo na categoria 4
7º Alongamento de vogal	::	Dependendo da duração os dois pontos podem ser repetidos	... A: co::mo" (+) e:::u
8º Comentários do Analista	(())	Usa-se essa marcação no local da ocorrência ou imediatamente antes do segmento a que se refere.	((ri)), ((baixa o tom de voz)), ((tossindo)), ((fala nervosamente)), ((apresenta-se para falar)), ((gesticula pedindo a palavra))
9º Silabação	----- ----	Quando uma palavra é pronunciada sílaba por sílaba, usam-se hifens indicando a ocorrência.	
10º Sinais de entonação	" ' ,	Aspas duplas para subida rápida. Aspas simples para subida leve (algo como uma vírgula ou ponto e	Ver itens 1, 5 e 7.

		vírgula). Aspas simples abaixo da linha para descida leve ou simples.	
11º Repetições	Própria letra	Reduplicação de letra ou sílaba.	e e e ele; ca ca cada um.
12º Pausa preenchida, hesitação ou sinais de atenção		Usam-se reproduções de sons cuja grafia é muito discutida, mas alguns estão mais ou menos claros.	eh, ah, oh. ih:::, mhm, ahã, dentre outros
13º Indicação de transição parcial ou de eliminação	... ou /.../	O uso de reticências no início e no final de uma transcrição indica que se está transcrevendo apenas um trecho. Reticências entre duas barras indicam um corte na produção de alguém.	Ver exemplo na categoria 4

Fonte: adaptado de Marcuschi (1986).

ANEXO I - Parecer da Plataforma Brasil

FACULDADE DE MEDICINA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
CARIRI - FMUF



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MIGRAÇÃO AMBIENTAL COMPULSÓRIA EM HIDROTERRITÓRIOS: IMPACTO NAS FAMÍLIAS OCASIONADO PELO CINTURÃO DAS ÁGUAS, NA REGIÃO DO CARIRI CEARENSE

Pesquisador: LIANA DE ANDRADE ESMERALDO PEREIRA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 10439019.0.0000.5698

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI-UFCA

Patrocinador Principal: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI-UFCA

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.315.043

Apresentação do Projeto:

A proposta de pesquisa intitulada MIGRAÇÃO AMBIENTAL COMPULSÓRIA EM HIDROTERRITÓRIOS: IMPACTO NAS FAMÍLIAS OCASIONADO PELO CINTURÃO DAS ÁGUAS, NA REGIÃO DO CARIRI CEARENSE, segundo o pesquisador objetiva estudar os efeitos da migração ambiental compulsória em hidroterritórios nas famílias, em uma perspectiva intergeracional, das comunidades Baixo das Palmeiras, Oitis, Muquém e Chapada dos Baixios, situadas na cidade do Crato, Ceará, motivada pelo projeto Cinturão das Águas do Ceará (CAC), oriundo da transposição do rio São Francisco.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar os efeitos da migração ambiental compulsória em hidroterritórios, nas famílias das comunidades do Baixo das Palmeiras, Chapada do

Baixo, Oitis e Muquém, em uma perspectiva intergeracional, em virtude do projeto Cinturão das Águas do Ceará (CAC).

Objetivo Secundário:

1. Caracterizar o processo de construção do projeto Cinturão das águas do Ceará; 2. Compreender o cenário comportamental local por meio da mobilização dos líderes e das famílias, na perspectiva de educação ambiental; 3. Descrever a

Endereço: Rua Divino Salvador, 284

Bairro: CENTRO

UF: CE

Telefone: (88)3312-5006

Município: BARBALHA

CEP: 63.180-000

E-mail: cep@ufca.edu.br

FACULDADE DE MEDICINA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
CARIRI - FMUF



Continuação do Parecer: 3.315.043

relação afetiva dos moradores com o ambiente sócio-físico; 4. Avaliar o movimento de resistência dos atingidos a partir dos conceitos de apropriação de espaço e pertencimento;

Os objetivos atendem a proposta integral da pesquisa

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisadora responsável pela pesquisa informa os riscos aos quais o sujeito participante da pesquisa serão expostos e os meios para resguardar o mesmo de algum provável constrangimento.

O projeto de pesquisa encontra-se em acordo com a exigência do Conselho Nacional de Saúde.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto de pesquisa encontra-se em acordo com a exigência do Conselho Nacional de Saúde.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O projeto de pesquisa encontra-se em acordo com a exigência do Conselho Nacional de Saúde, e apresenta os termos obrigatórios.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto de pesquisa MIGRAÇÃO AMBIENTAL COMPULSÓRIA EM HIDROTERRITÓRIOS: IMPACTO NAS FAMÍLIAS OCASIONADO PELO CINTURÃO DAS ÁGUAS, NA REGIÃO DO CARIRI CEARENSE, encontra-se em acordo com a exigência do Conselho Nacional de Saúde.

Considerações Finais a critério do CEP:

O projeto de pesquisa MIGRAÇÃO AMBIENTAL COMPULSÓRIA EM HIDROTERRITÓRIOS: IMPACTO NAS FAMÍLIAS OCASIONADO PELO CINTURÃO DAS ÁGUAS, NA REGIÃO DO CARIRI CEARENSE, encontra-se em acordo com a exigência do Conselho Nacional de Saúde .

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1285713.pdf	26/03/2019 17:10:24		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	12/03/2019 15:53:56	LIANA DE ANDRADE ESMERALDO PEREIRA	Aceito

Endereço: Rua Divino Salvador, 284

Bairro: CENTRO

CEP: 63.180-000

UF: CE

Município: BARBALHA

Telefone: (88)3312-5006

E-mail: cep@ufca.edu.br

FACULDADE DE MEDICINA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
CARIRI - FMUF



Continuação do Parecer: 3.315.043

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projetodetalhado.doc	14/02/2019 15:59:24	LIANA DE ANDRADE ESMERALDO	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto.pdf	14/02/2019 15:56:22	LIANA DE ANDRADE ESMERALDO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BARBALHA, 09 de Maio de 2019

Assinado por:
Estelita Lima Cândido
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Divino Salvador, 284

Bairro: CENTRO

CEP: 63.180-000

UF: CE

Município: BARBALHA

Telefone: (88)3312-5006

E-mail: cep@ufca.edu.br

ANEXO J - Carta de Anuência do Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais de Crato, CE**Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais de Crato**

FILIADO A CUT, GAAS, FETRAECE

C.N.P.J. 07.179.641/0001-02E-Mail strcrato@ig.com.br
RUA PEDRO II, 56 - TELEFAX: (88) 3523.3809 - 63.100-005 CRATO – CE**CARTA DE ANUÊNCIA**

Declaro, para os devidos fins de comprovação junto ao programa de PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL da Universidade de Brasília, que o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Crato- STTR, dispõe de toda infraestrutura necessária para realização da pesquisa intitulada MIGRAÇÃO AMBIENTAL COMPULSÓRIA EM HIDROTERRITÓRIOS: IMPACTO NAS FAMÍLIAS OCASIONADO PELO CINTURÃO DAS ÁGUAS, NA REGIÃO DO CARIRI CEARENSE a ser realizada pela pesquisadora Liana de Andrade Esmeraldo Pereira, sob orientação da professora Dra. Izabel Bruno Bacellar Zaneti.

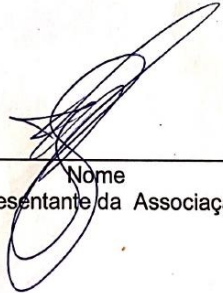
Crato, 14 de abril de 2019.

Celiane David Bispo
Presidenta do STTR - Crato

ANEXO K - Autorização da Associação para desenvolvimento da pesquisa

Declaro, para os devidos fins de comprovação junto ao programa de PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL da Universidade de Brasília, que a Associação do Baixo das Palmeiras, dispõe de toda infraestrutura necessária para realização da pesquisa intitulada MIGRAÇÃO AMBIENTAL COMPULSÓRIA EM HIDROTERRITÓRIOS: IMPACTO NAS FAMÍLIAS OCASIONADO PELO CINTURÃO DAS ÁGUAS, NA REGIÃO DO CARIRI CEARENSE a ser realizada pela pesquisadora Liana de Andrade Esmeraldo Pereira, sob orientação da professora Dra. Izabel Bruno Bacellar Zaneti.

Crato, ____ de abril de 2019.




Nome
Representante da Associação

ANEXO L - Carta de anuência da Unidade Básica de Saúde do Muquém e a Unidade de Saúde da Família Baixo das Palmeiras, Crato, CE



Declaro, para os devidos fins de comprovação junto ao programa de PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL da Universidade de Brasília, que a Unidade Básica de Saúde do Muquém e a Unidade de Saúde da Família Baixo das Palmeiras, dispõem de toda infraestrutura necessária para realização da pesquisa intitulada MIGRAÇÃO AMBIENTAL COMPULSÓRIA EM HIDROTERRITÓRIOS: IMPACTO NAS FAMÍLIAS OCACIONADO PELO CINTURÃO DAS ÁGUAS, NA REGIÃO DO CARIRI CEARENSE a ser realizada pela pesquisadora Liana de Andrade Esmeraldo Pereira, sob orientação da professora Dra. Izabel Bruno Bacellar Zaneti.

Crato, 08 de abril de 2019.


Keila Formiga de Castro
Enfermeira da ESF Baixo das Palmeiras